

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Tese

A práxis da Conservação do patrimônio material nos contextos brasileiro e espanhol sob a ótica das Representações Sociais

Karen Velleda Caldas

Pelotas, 2021

Karen Velleda Caldas

A práxis da Conservação do patrimônio material nos contextos brasileiro e espanhol sob a ótica das Representações Sociais

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título Doutor em Memória e Patrimônio.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos
Coorientador: Prof. Dr. Javier Bueno Vargas

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C145p Caldas, Karen Velleda

A práxis da conservação do patrimônio material nos contextos brasileiro e espanhol sob a ótica das representações sociais / Karen Velleda Caldas ; Flávio Sacco dos Anjos, orientador ; Javier Bueno Vargas, coorientador. — Pelotas, 2021.

227 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

I. Conservação de bens culturais móveis. 2. Conservador-restaurador. 3. Representações sociais. 4. Brasil. 5. Espanha. I. Anjos, Flávio Sacco dos, orient. II. Bueno Vargas, Javier, coorient. III. Título.

CDD : 363.69

Karen Velleda Caldas

A práxis da Conservação do patrimônio material nos contextos brasileiro e espanhol
sob a ótica das Representações Sociais

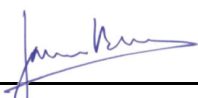
Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em Memória
e Patrimônio, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural,
Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 15 de abril de 2021

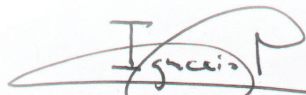
Banca examinadora:



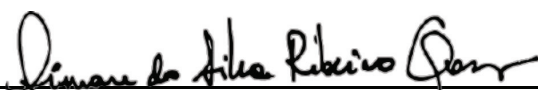
Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (Orientador)
Doutor em Sociologia pela Universidade de Córdoba, Espanha (2000)



Prof. Dr. Javier Bueno Vargas (Coorientador)
Doutor em Bellas Artes pela Universidade de Granada, Espanha (2002)



Prof. Dr. Ignacio López Moreno
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Wageningen, Países Baixos (2014)



Profa. Dra. Simone da Silva Ribeiro Gomes
Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Brasil (2016)



Profa. Dra. Daniele Baltz da Fonseca (UFPEL)
Doutora Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas,
Brasil (2016)



Profa. Dra. Carla Rodrigues Gastaud
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2009)

Para Elisa: minha semente,
minha grande mestra, meu amor maior.

Agradecimentos

Confesso que esse foi um momento muito esperado. Não somente por simbolizar o encerramento de um ciclo, mas, principalmente, porque neste ato estou materializando um conceito abstrato, mas para mim valoroso. Sou grata à vida, às oportunidades que ela tem me ofertado e, especialmente, às pessoas que partilham minha jornada pessoal e acadêmica.

Meu primeiro agradecimento se dirige à minha família que, forçosamente, suportou minha ausência durante quatro longos anos, seja em razão das intermináveis horas frente ao teclado, seja por terem me apoiado a atravessar o Atlântico para desvendar a novidade do Velho Mundo. Serei eternamente grata por terem caminhado ao meu lado, sempre nutridos por um amor honesto e reconfortante, me estendendo a mão, com as ferramentas que dispunham, nas horas mais tensas deste processo. Cláudio, Bernardo e Sophia, vocês são a fonte de energia e a maior inspiração para eu ir cada dia mais longe. Para vocês, um 'muito obrigada' que não cabe em palavras.

Sou igualmente muito grata ao Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos, orientador desta tese e incansável partícipe de minha trajetória acadêmica. Foi um privilégio ser conduzida na pesquisa doutoral por uma pessoa tão altruísta e brilhante. Obrigada pelo rigor com que norteou meus passos, por exigir disciplina com tamanha habilidade e por ser esse educador tão generoso. Seu exemplo revigora valores que me são caros: a solidariedade, a cooperação e a empatia. Muitíssimo grata por ser agraciada com suas palavras invariavelmente incentivadoras.

Com a mesma intensidade, ofereço profunda gratidão a minha 'irmã' Nádia, não somente por sua incansável disposição em cooperar, mas por ser meu modelo de força, resiliência e tenacidade. Como sei que a generosidade também é uma qualidade sua, sei que partilhará com nossa mãe esse agradecimento cheio de amor e cumplicidade. Devo a essas duas bravas mulheres muito do que sou.

Agradeço também a meu irmão Willians por entender minha distância. Aos queridos cunhados Tanea, Patrícia, Renato, Ayrton pelo apoio e por terem cuidado de meu filho em sua recuperação quando me ausentei do país. Aos sobrinhos Giselle (*in memoriam*) Giullia, Vitor, Henry, Jean, Nicole, Matheus, Andrês e Aline, pela vibração positiva. Aos sobrinhos-netos Lunna e Benjamin, fontes de pura alegria.

Grata a meus amigos Isabel, Ricardo, Silvana, Verônica, Fábio e Mara pelo incentivo mesmo à distância. Um agradecimento muito especial à querida amiga

Micheli, companheira na estada em Sevilla, parceira de trabalhos e de estudos. Obrigada pela solidariedade no percurso e por seguir partilhando a vida.

Na condição de servidora pública, agradeço também à Universidade Federal de Pelotas, por tornar possível minha qualificação. Do mesmo modo, obrigada à Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por ter me concedido uma bolsa de doutorado sanduíche que proporcionou uma experiência de fato enriquecedora, seja por ter desenvolvido minhas capacidades na área a que me dedico, seja porque proporcionou uma rede de contatos valiosa ou ainda porque ampliou meus horizontes profissionais e pessoais.

Agradeço também ao Professor Dr. Javier Bueno Vargas pela receptividade junto a Universidad de Sevilla, pela cordialidade com que conduziu a coorientação desta tese, pelas indicações de leituras e pelos contatos que proporcionou para a realização de várias entrevistas em solo espanhol.

Na pessoa da incansável Profa. Dra. Juliane Serres e da dedicada servidora Gisele Dutra Quevedo, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural por ter acolhido meu projeto e a recondução que se fez necessária.

Muito grata aos meus colegas de Departamento, em especial às Professoras Doutoras Andréa Bachettini, Daniele Fonseca e Silvana Bojanoski. O apoio incondicional de vocês fez toda a diferença nessa jornada. Grata pelas colaborações diretas ou indiretas na construção desta tese. Às servidoras Keli Scolari e Ângela Tavares, sempre cordiais e colaborativas, igualmente manifesto minha gratidão.

Aos membros da banca de defesa da tese, Professores Doutores Carla Rodrigues Gastaud (PPGMP/UFPEL), Daniele Baltz da Fonseca (PPGMP/UFPEL), Simone da Silva Ribeiro Gomes (PPGS/UFPEL), Ignacio López Moreno (UNAM/MÉXICO), meu agradecimento pela disponibilidade de leitura e participação no debate do conteúdo desta tese.

Por fim, minha gratidão a cada um dos 51 profissionais brasileiros e espanhóis que tão bem me receberam, presencial ou virtualmente, para compartilhar suas opiniões nas entrevistas que foram levadas a cabo durante o período de campo. Muito obrigada pelo tempo valioso que dedicaram ao debate profícuo de nosso ofício, por fazer emergir, com tanta sinceridade e eloquência, as vozes de alguns dos conservadores-restauradores do Brasil da Espanha.

Resumo

CALDAS, Karen Velleda. **A práxis da Conservação do patrimônio material nos contextos brasileiro e espanhol sob a ótica das Representações Sociais**. 2021. 229f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

A Conservação dos bens culturais móveis é um importante campo da proteção do patrimônio, que visa garantir às gerações futuras a preservação dos valores e dos objetos em que se assenta a identidade dos grupos sociais. Como qualquer área especializada, trata-se de um terreno que segue a influência de distintas orientações teóricas e marcos de referência. O objetivo desta tese foi muito além de analisar a influência destas escolas e o seu peso específico. O foco central foi no sentido de examinar as concepções subjacentes à práxis dos conservadores-restauradores em dois âmbitos distintos: Espanha e Brasil. A tarefa fez aflorar as valorações destes profissionais no que tange à definição do que é uma **Boa Conservação** e do seu oposto, a **Conservação Inadequada**. Comparar a práxis do conservador-restaurador nos dois âmbitos espanhol e brasileiro foi possível graças à realização de uma missão internacional (doutorado sanduíche) proporcionada em virtude do apoio da CAPES. O estudo envolveu a realização de 51 entrevistas no total, mediante o uso de roteiro semiestruturado, sendo 29 no Brasil e 22 na Espanha. A análise do material empírico revelou uma fonte densa de informações e dados que foram organizados e analisados através do software NVivo. Há mais aspectos convergentes do que divergentes entre os depoimentos colhidos nos dois lados do Atlântico. Não obstante, alguns aspectos se sobressaem. O que pauta a **Boa Conservação** em ambos os países é a observância ao Código de Ética, o respeito dado aos bens culturais e sua trajetória e o cumprimento dos critérios clássicos da área, em especial do princípio da intervenção mínima. No caso brasileiro, representa 44% dos depoimentos, na Espanha, chega a 60%. O sentido inverso se mostrou ainda mais expressivo: 64% dos entrevistados brasileiros atribui ao desprestígio à ética, ao desrespeito ao bem cultural e sua trajetória e ao descumprimento aos critérios clássicos, o conceito de **Conservação Inadequada**. Dentre os espanhóis, a manifestação dessa ideia atinge a expressiva marca de 71%. Por outro lado, os dois países sofrem do *intrusismo* laboral, da exígua valorização social e de grande dificuldade de organização da categoria que ainda hoje carece da regulamentação profissional. Quanto aos modelos teóricos, o chamado 'restauração crítica' parece preponderar em ambos. Entretanto a reflexão crítica, base que sustenta o pensamento contemporâneo, não foi uma ideia manifestada dentre os espanhóis, o que foi visto com surpresa. Em síntese, o grande mérito desta tese se assenta em três elementos básicos. Em primeiro lugar, por trazer à tona as objetividades, mas sobretudo as subjetividades que se ocultam no cotidiano dos operadores desse *métier*; em segundo lugar, por realizar um estudo comparativo que propõe o cotejo de dois contextos distintos, representados, de um lado, pelo Brasil e, de outro, pela Espanha. Em terceiro lugar, por fazer uso de um recurso heurístico singular e bastante adequado para a natureza do objeto de pesquisa, qual seja, a teoria das representações sociais, uma ferramenta eficaz que vem sendo largamente utilizada pelas diversas disciplinas que integram o campo das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas.

Palavras-chave: Conservação de Bens Culturais Móveis. Conservador-Restaurador. Representações sociais. Conservação na Espanha. Conservação no Brasil.

Abstract

CALDAS, Karen Velleda. **The praxis of the Conservation of material heritage in the Brazilian and Spanish contexts from the perspective of Social Representations**. 2021. 229f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

The conservation of movable cultural property is an important field of heritage protection, which aims to guarantee future generations the preservation of the values and objects that underlie the identity of social groups. Like any specialized area, it is a field influenced by different theoretical orientations and benchmarks. The objective of this dissertation went far beyond analyzing the influence of these schools and their specific weight. The central focus was to examine the conceptions underlying the praxis of conservators-restorers in two distinct contexts: Spain and Brazil. The task brought out the valuations of these professionals concerning the definition of **Good Conservation** as well as that of its opposite, **Inadequate Conservation**. The comparison of the praxis of conservators-restorers in both Spanish and Brazilian contexts was made possible thanks to an international exchange (doctoral stay) scholarship granted by CAPES. The study included a total of 51 semi-structured interviews, 29 of them in Brazil and 22 in Spain. The analysis of the empirical material revealed a dense source of information and data that were organized and analyzed with the NVivo software. There are more converging aspects than diverging ones between the data collected on each side of the Atlantic. Nevertheless, some aspects stand out. In both countries, **Good Conservation** is guided by compliance with the Code of Ethics, respect for cultural property and its history, and compliance with the classical criteria in the area, especially the principle of least intervention. That represents 44% of the accounts in Brazil and 60% in Spain. The perceptions regarding the opposite concept of **Inadequate Conservation** were even more expressive: 64% of Brazilian interviewees defined it as discrediting ethics, disrespect for the cultural property and its history, and non-compliance with the classical criteria. Among the Spanish interviewees, this idea reached the expressive mark of 71%. On the other hand, both countries suffer from unqualified practice, the low social value of the profession, and great difficulty in organizing the category, which still lacks professional regulation. As for the theoretical models, the so-called 'critical restoration' seems to prevail in both countries. However, critical reflection, which is the basis of contemporary thought, was surprisingly not an idea manifested among the Spanish interviewees. In summary, the great merit of this dissertation is based on three main elements. Firstly, it sheds light on the objectivities and subjectivities that are hidden in the daily lives of workers in this profession. Secondly, it compares two distinct contexts, that of Brazil and that of Spain. Thirdly, it makes use of a unique heuristic resource that is well suited to the nature of the subject matter, namely, the theory of social representations, an effective tool that has been widely used by the various disciplines that make up the fields of Applied Social Sciences and the Human Sciences.

Key words: Conservation of movable cultural property. Conservator-Restorer. Social representations. Conservation in Spain. Conservation in Brazil.

Lista de Figuras

Figura 1 – Museu Nacional possuía mais de 20 milhões de itens _____	14
Figura 2 - Em cerca de uma hora a Flecha, inserida na restauração de Le-Duc, despençou, restando apenas uma pequena parte da porção superior da edificação. _____	15
Figura 3 -Divisão dos entrevistados em grupos relativos ao contexto ocupacional. _____	108
Figura 4 – Representação gráfica das categorias e subcategorias que estruturam a análise. _____	112
Figura 5 – Distribuição dos entrevistados por sexo no Brasil e na Espanha. ____	124
Figura 6 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária. _____	125
Figura 7 – Distribuição dos entrevistados por tempo de experiência. _____	126
Figura 8 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária e tempo de experiência. _____	127
Figura 9 – Mapa mental da Categoria 1 - Concepções relativas à práxis da Conservação. _____	132
Figura 10 - Imagem contendo os conceitos macro individualizados a partir de cores específicas. _____	162
Figura 11 – Gráfico contendo valores percentuais totais dos conceitos macro do Brasil e da Espanha separados por país. _____	164

Lista de Tabelas, Quadros e Box

Tabela 1	Museu Nacional possuía mais de 20 milhões de itens. _____	134
Tabela 2	Percentuais dos conceitos síntese da Boa Conservação em ambos os países. _____	153
Tabela 3	Percentual dos conceitos macro por categoria - Boa Conservação e Conservação Inadequada - por país. _____	163
Quadro 1	Distribuição dos entrevistados segundo faixas etárias, anos de experiência e idade de ingresso no mercado de trabalho _____	128
Box 1	Distribuição dos entrevistados segundo faixas etárias, anos de experiência e idade de ingresso no mercado de trabalho _____	167

Lista Abreviaturas e Siglas

ABER	Associação Brasileira de Encadernação e Restauro
ABRACOR	Associação Brasileira de Conservadores Restauradores
ACCR	Associação Catarinense de Conservadores Restauradores de Bens Culturais
ACOR	Associação de Conservadores Restauradores do Rio Grande do Sul
ACRE	Asociación Profesional de Conservadores Restauradores de España
ACRCYL	Asociación de Conservadores y Restauradores de Castilla y León
ANECA	Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación
APC	Associação Paulista de Conservadores Restauradores de Bens Culturais
APCRIMA	Asociación Profesional de Conservadores Restauradores de las Instituciones Museísticas
ARAAFU	Association des Restaurateurs d'Art et d'Archaeologie de Formation Universitaire
ARCO.IT	Associação Paranaense de Conservadores Restauradores de Bens Culturais
BIC	Bien de Interés Cultural
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI	Canadian Conservation Institute
CECOMI	Centro de Conservación y Microfilmación Documental y Bibliográfica
CECOR	Centro de Conservação e Restauração de Bens Cultural
CRAC	Conservadors-Restauradors Associats de Catalunya
CRG	Asociación de Empresas y Profesionales de Conservación y Restauración de Bienes Culturales de Galicia

EBA	Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro
EBA/UFBA	Escola de Belas Artes / Universidade Federal da Bahia
EBA/UFMG	Escola de Belas Artes / Universidade Federal de Minas Gerais
ECCO	European Confederation of Conservator-Restorers' Organizations
EEES	Espaço Europeu de Educação Superior
ENBA	Escola Nacional de Belas Artes
ENCORE	Rede Europeia de Educação para Conservação e Restauração
GE-IIC	Grupo Español de Conservación do IIC
ICCROM	Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais
ICCROM	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOM-CC	Comitê de Conservação do Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICRBC	Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales
ICROA	Instituto de Conservación y Restauración de Obras de Arte
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
IIC	Institute for Conservation of Historic and Artistic Works
IPCE	Instituto del Patrimonio Cultural de España
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
ONU	Organizações das Nações Unidas
PPGMP	Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

Apresentação	14
1 Contextualização da Conservação no campo patrimonial	22
1.1 Preservação como ato crítico	25
1.2 Breve recorrido sobre a questão da Conservação do patrimônio material no ocidente	30
1.2.1 Conservação na contemporaneidade	41
1.2.1.1 Conservação no âmbito brasileiro	45
1.2.1.2 Conservação no âmbito espanhol	76
2 O problema de pesquisa e sua relevância	99
2.1 As grandes questões da pesquisa	100
2.1.1 Hipóteses da investigação	101
2.1.2 Objetivos da pesquisa	102
2.2 Metodologia de pesquisa	103
2.2.1 A técnica da entrevista em profundidade	104
2.2.2 Tratamento da informação: o uso do NVivo	109
2.2.3 Organização dos dados	110
2.2.4 Organização das categorias gerais de análise	111
2.2.4.1 Subcategorias analíticas em detalhe	113
2.3 Conservação sob uma ótica socioantropológica	115
2.3.1 Marco teórico: a contribuição da teoria das representações sociais	116
3 Reflexões acerca da práxis da Conservação no Brasil e na Espanha	122
3.1 - O perfil dos entrevistados	123
3.2 Práxis da Conservação no Brasil e na Espanha	129
3.2.1 Categoria 1 - as concepções relativas à práxis da Conservação	129
3.2.1.1 Boa Conservação	133
3.2.1.2 Conservação Inadequada	153
3.2.1.3 Síntese comparativa entre os cenários Brasil e Espanha	161
Considerações finais	184
Apêndices	199
Anexos	211

Apresentação

Rio de Janeiro, dois de setembro de 2018. O cenário no antigo Palácio de São Cristóvão, em meio ao parque da Quinta da Boa Vista, era o mesmo de outros tantos finais de tarde: as portas haviam sido fechadas, as visitas encerradas, os poucos funcionários da vigilância - quatro para mais de 13.000 m² - desempenhavam suas atividades rotineiras.

De repente, tal como a gota que faz transbordar um copo, um sobreaquecimento causado por um curto-circuito de um equipamento de ar-condicionado devido a uma instalação elétrica inadequada ou precária, condenou 200 anos de história a arder em chamas incontroláveis (Fig. 1).



Figura 1 – Museu Nacional possuía mais de 20 milhões de itens
Fonte: VEJA, Galeria de Fotos, 2018 Fotografia de Buda Mendes/Getty Images.

Como consequência do sinistro, milhões de brasileiros ficaram privados de conhecer um dos principais conjuntos patrimoniais do país, a mais antiga instituição científica do Brasil que, até então, figurou como um dos maiores museus de história natural e de antropologia das Américas. Distribuído em três andares, o acervo e o prédio do Museu Nacional foram consumidos em cerca de seis horas de fogo. Dezenas de funcionários, população, imprensa e outros cidadãos assistiam impotentes à cena terrível. Oitenta bombeiros de doze quartéis combateram as

chamas, somente controladas quando dois andares já estavam destruídos e o telhado, já havia desabado. Sob administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Museu Nacional era um reconhecido centro de pesquisa em história natural e antropológica.

De caráter acadêmico e científico, a instituição abrigava o trabalho de décadas de cerca de 90 pesquisadores. Havia um arquivo histórico, uma coleção da Imperatriz Teresa Cristina, afrescos de Pompeia, acervos linguísticos de valor inestimável, um vasto fundo de etnologia com artefatos da cultura afro-brasileira, africana e indígena, além de coleções de paleontologia. Praticamente tudo perdido. Os recursos de um contrato assinado junto ao BNDES para uma reforma, que incluía sistema de prevenção de incêndios, não chegaram a tempo.

Meses depois, em 15 de abril de 2019, outro incêndio causou perplexidade no mundo todo, dessa vez num dos maiores ícones da civilização ocidental, a Catedral de Notre-Dame de Paris (Fig. 2).



Figura 2 - Em cerca de uma hora a Flecha, inserida na restauração de Le-Duc, despencou, restando apenas uma pequena parte da porção superior da edificação.

Fonte: ISTO É, Internacional, 2019. Fotografia de Thierry Mallet.

Como no caso brasileiro, o sinistro teve início ao fim da tarde no telhado, e causou danos consideráveis no edifício de 850 anos. Em quatorze horas de chamas, foram destruídos o teto e a torre, essa projetada na década de 1860 pelo arquiteto Eugène Viollet-Le-Duc, restaurador e um dos primeiros teóricos da restauração do patrimônio histórico da modernidade.

A imagem do Museu Nacional sendo consumido pelas chamas é chocante, devastadora e, sobretudo, simbólica. Igualmente avassaladora é a imagem da Catedral de Notre-Dame de Paris sendo destruída pela violência do fogo. Ironicamente, o símbolo da civilização ocidental, talvez o maior deles, estava em processo de restauração.

No caso brasileiro, queimaram não somente os 200 anos de sobrevivência desse símbolo do patrimônio nacional, mas as memórias de um país cuja identidade permanece ainda sendo forjada. Há aproximadamente dois séculos, também, a humanidade adquiriu consciência da necessidade de preservação das coisas que lhe representam. É, sobretudo, o tempo manifesto de construção da área de Conservação, campo que, dia após dia, reclama seu espaço na sociedade ocidental. Que lições podemos tomar a partir desse drama cujo roteiro já estava escrito? O que fizemos, ou deixamos de realizar e que permitiu a incineração de nossa frágil memória? O que precisamos empreender para reconstruir, reinventar e ressignificar o cenário da conservação do patrimônio no Brasil e no mundo?

Esta tese não poderia iniciar sua exposição de outra forma. Talvez a memória da catástrofe seja uma das formas mais contundentes de exaltar as idiossincrasias de uma área tão complexa e dinâmica, tal como a própria sociedade, o autêntico cenário em que a conservação e o restauro atuam.

Antes de explicitar o estudo aqui empreendido, é necessário resgatar o caminho percorrido até chegar ao produto final que é esta tese. Alguns meses antes de partir para um doutorado sanduíche na Espanha, realizado entre novembro de 2018 e maio de 2019, a homologação do projeto de tese (março de 2018) apontou para a necessidade de trazer à discussão uma dimensão social do problema ora proposto, sugerindo a incorporação de um olhar antropológico e sociológico à investigação, em que pese a necessária articulação com as linhas de pesquisa do programa, sobretudo no que tange às questões relativas à memória social e patrimônio cultural.

No intervalo de tempo compreendido entre o rito de homologação e a viagem para a realização da estância junto ao Programa de “*Doctorado en Arte y Patrimonio da Universidad de Sevilla*”, houve a mudança no Comitê de Orientação e o conseqüente redesenho do projeto, algo que acabou por reforçar o itinerário acadêmico percorrido pela autora. Sua identidade e vocação vêm sendo construídos desde o trabalho de conclusão de curso, passando pela dissertação de mestrado,

consolidando-se, nos últimos anos, com a responsabilidade de ministrar a disciplina de História e Teoria da Conservação e Restauração em nível de graduação. Trata-se, em síntese, de um interesse fortemente voltado aos aspectos teóricos da área de Conservação, tema em que fundamentalmente concentra toda a sua energia e dedicação.

Para além desses antecedentes, o contato com a realidade espanhola e o convívio com diversos profissionais e professores durante o doutorado sanduíche trouxeram novos elementos ao itinerário da pesquisa, sobretudo porque ensejaram a possibilidade de conhecer a atuação de instituições respeitáveis como os ateliêres de restauração do *Museo Reina Sofía*¹ (Apêndice F, Fig. F1) e do *Museo del Prado*² (2019), o *Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* (IAPH)³ (Apêndice H, Fig. H1, H2 e H3) e as dinâmicas relacionadas a esse campo do conhecimento. Viabilizou, igualmente, a participação em eventos internacionais importantes, como a 20ª *Jornada de Conservación de Arte Contemporáneo*⁴ (Apêndice G, Fig. G1). Concretamente, a estância em Sevilha ampliou o escopo do trabalho, trazendo à tona questões consideradas de grande calado e importância para o âmbito da Conservação de bens patrimoniais.

A ida à Espanha teve por objetivo realizar uma imersão no contexto da área de Conservação espanhola. Do ponto de vista institucional se inseriu dentro do propósito de fortalecer a estratégia de internacionalização do Programa de Pós-Graduação em

¹ Criado em 1988, o *Museo Reina Sofía* (2019) é oriundo do *Centro de Arte Reina Sofía* inaugurado dois anos antes como espaço de exposições temporárias. Seus fundos artísticos são provenientes do *Museo Español de Arte Contemporáneo*, porém foi somente no ano de 1992 que teve inaugurada sua coleção permanente. Desde então custodia e exhibe seu acervo, promove o conhecimento e o acesso do público à arte contemporânea, realiza exposições de nível internacional, além de proporcionar atividades formativas, didáticas e de assessoramento.

² Trata-se do museu mais importante da Espanha e um dos mais importantes do mundo. Inaugurado em 1819, foi um dos primeiros museus públicos da Europa (MUSEU DEL PRADO, 2019). Abriga coleções de pintura e escultura cujo embrião foram as coleções reais iniciadas por Carlos V e ampliadas pelos sucessores. Ademais, alberga obras da nobreza espanhola e outras de temática religiosa (em grande parte bens eclesiásticos expropriados do clero para pagamento de dívidas com o reino) provenientes do Museu da Trindade, incorporadas ao Prado em 1872. Além dessas coleções, o acervo conta com novas aquisições realizadas após a fusão dos dois museus. Sua coleção de pintura compreende obras espanholas, francesas, flamengas, alemãs e italianas, sendo a coleção espanhola a mais importante. O Prado conta também com uma coleção de desenhos e estampas e outra de artes decorativas. (MUSEO DEL PRADO, 2019).

³ A instituição está ligada à *Consejería de Cultura da Junta de Andalucía* e se dedica, desde 1989, ao patrimônio cultural. Se tornou agência pública em 2007 e também é instituto de investigação desde 2011. A instituição participa da geração de conhecimento na área patrimonial e colabora com as políticas culturais da região andaluza (JUNTA DE ANDALUCÍA, 2019).

⁴ O evento ocorreu no Museu Reina Sofía, em Madrid, entre os dias 28 de fevereiro e 1 de março de 2019 e reuniu profissionais de vários países.

Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/UFPEL) e da própria Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), além de proporcionar uma ampliação de horizontes profissionais e acadêmicos.

Tal iniciativa permitiu identificar aspectos de convergência, mas também diferenças, em relação ao contexto brasileiro, o que impeliu a autora a repensar o tema de pesquisa e a problematizar assuntos mais próximos aos seus interesses e que possuísem maior capacidade de contribuir com a área em que atua. Parte-se da premissa de que um projeto – seja de tese, dissertação ou trabalho científico – representa um rigoroso exercício de coerência. E é justamente a partir desse entendimento que se buscou redirecionar o olhar acadêmico e delimitar o foco dessa pesquisa.

De forma sintética, as razões e as circunstâncias que ensejaram a idealização do presente estudo respondem a três ordens, quais sejam, as de ordem acadêmica, de ordem institucional e de ordem pessoal. Para além do compromisso assumido com a UFPEL e com a agência de fomento que assegurou os meios para a missão internacional (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES), resta o empenho por trazer uma contribuição efetiva para a área de Conservação, para o PPGMP/UFPEL, para o Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, ao qual a autora está vinculada como docente permanente, e, finalmente, para o país, onde a proteção do patrimônio cultural nacional é ainda frágil e incipiente.

Em nível mundial, a área do patrimônio cultural, além de extremamente diversa e complexa, é marcada pela interdisciplinaridade e pela transversalidade dos objetos e áreas do conhecimento. Por esse motivo, antes de mais nada, se impõe aqui uma delimitação conceitual, em virtude da diversidade e polissemia dos termos que definem e identificam o domínio de conhecimento do campo patrimonial (BOJANOSKI, 2018, p. 85). Essa é a razão pela qual reservamos um espaço no capítulo I para debater, ainda que minimamente, certas definições que são estratégicas para compreender a abordagem a ser desenvolvida.

Apontada a necessidade preliminar de delimitação conceitual, são apresentadas algumas justificativas que embasam a escolha da Conservação do patrimônio material como objeto de estudo. Como dito anteriormente, não se trata de uma tarefa simples. Vários são os campos disciplinares que estão envolvidos, em que

pese ainda a influência do ambiente social, político, religioso e cultural em que as ações nessa esfera, se desenvolvem.

Para situar o leitor, é traçado um breve panorama da dinâmica do campo patrimonial, cujo foco está centrado no mundo ocidental contemporâneo, onde as escolhas daquilo que é ou não é patrimônio são entendidas como atos de cultura (CASTRIOTA, 2009, p. 15).

Em linhas gerais, conforme Kühl (2010, p. 301), a Conservação - nomeada então como Restauração no século XVIII - estava diretamente relacionada ao fazer artístico, prevalecendo enquanto natureza técnica, sentido que se foi transformando ao longo do XIX. Já no século XX, a área “alcançou um desenvolvimento maior, tendo seu caráter interdisciplinar e científico reconhecido” como alude Bojanoski (2018, p. 18). Nota-se, nessa conjuntura, a dominância da natureza eminentemente científica. Já no século XXI, identifica-se a hegemonia da esfera humanística, onde os atores sociais adquirem importância direta no que está implícito em questões tais como: “o quê?”, “para quê?” e “para quem?” se preserva, como bem adverte Muñoz Viñas (2003).

É justamente no centro desse debate que se situa o objeto da análise dessa pesquisa, o qual dialoga, a partir de uma abordagem contextualizada no âmbito brasileiro e espanhol, a questão da Conservação em perspectiva comparada. Analisar a práxis da Conservação nas duas latitudes, como a seguir descreveremos, envolve compreender as concepções subjacentes à atuação dos agentes intervenientes em processos do gênero.

A ênfase está posta sobre a natureza humanística da área de Conservação, em meio às idiosincrasias envolvidas, em que pese estar ela imbricada num determinado ambiente social, cultural, econômico e político. Cabe destacar que se entende práxis a partir de uma inspiração marxista, qual seja, enquanto expressão da faculdade do ser humano de transformar o meio social em que está inserido a partir do intercâmbio entre sujeito e ambiente social. Desse modo a práxis do Conservador-Restaurador manifesta a interação dada pelo profissional e seu contexto profissional/social com a atividade humana prático-crítica.

Nesse cenário de aproximações, conflitos e transformações, entende-se que, tanto a teoria se modifica reiteradamente com a experiência prática como, por sua vez, a prática se transforma continuamente com a teoria. Parte-se, portanto, de um

conceito filosófico de práxis e não meramente relativo a uma ação concreta, ou seja, não estritamente como sinônimo de prática.

Outrossim, assume-se aqui a noção de Patrimônio Cultural com ênfase nas suas dimensões social e simbólica (GONÇALVES, 2005, p. 16), a qual é vista como uma categoria de pensamento capaz de colaborar com o entendimento dos grupos sociais e de suas culturas. Nesse cenário cultural, o impasse entre o que será ou não patrimonializado, entre lembrar e esquecer, faz eco ao grande dilema contemporâneo das escolhas, as quais necessitamos fazer acerca de **o que, para quê e para quem** preservar, bem como de **como** conservar, de quais decisões tomar frente aos problemas de Conservação. Há, por certo, mais perguntas do que respostas no cotidiano da área patrimonial. Não seria diferente num jovem campo disciplinar cujas ações estão subordinadas a uma área tão sensível e dinâmica quanto a cultura.

A esse respeito cabe destacar, por fim, que o impasse nas escolhas e nas tomadas de decisão são presença constante nas atividades dos conservadores-restauradores, pois o que caracteriza a Conservação não são suas técnicas ou instrumentos, mas sim a **intenção com que se desenvolvem as ações**.

Parece-nos que a revelação das nuances dessa dimensão subjacente à práxis da Conservação pode colaborar com a disponibilização das ferramentas para uma atuação profissional mais consciente e consistente, onde a mecânica seja fruto de uma reflexão compatível com a complexidade dos aspectos envolvidos. Insistimos no fato de que a Conservação não depende do **que se faz** e sim **para quê, como, e para quem se faz**.

Nesse contexto, é mister frisar que a técnica utilizada, a partir de critérios éticos e teóricos, esteja consoante a dimensão social que, inegavelmente, é incorporada ao cotidiano do Conservador-Restaurador enquanto profissional implicado nesses processos.

Este é o ponto focal da presente investigação. Ela se situa na interface do compromisso de desvelar quais são os aspectos e sutilezas que estão implícitos na atuação do Conservador-Restaurador enquanto agente de uma área organizada a partir da articulação entre conhecimentos técnicos, científicos e, sobretudo, humanísticos. Mas para tentar decifrar os enigmas que remontam às escolhas dos indivíduos que operam nesse âmbito torna-se imperativo fazer uso de ferramentas analíticas que façam aflorar estes e outros aspectos.

Esta tese está organizada em três grandes seções. A primeira delas é dedicada à contextualização da conservação no campo patrimonial tanto no âmbito brasileiro como espanhol. É uma tarefa que se impõe no sentido de estabelecer conceitos que são cruciais para o desenvolvimento da reflexão que será desenvolvida nas seções subsequentes. Esse tópico apresenta e discute a legislação da área de conservação, bem como da formação profissional dos conservadores no Brasil e na Espanha.

A segunda seção expõe os contornos do problema de pesquisa e sua relevância, bem como as hipóteses e os objetivos que guiaram a investigação, a metodologia e as ferramentas de pesquisa utilizadas. A teoria das representações sociais corresponde à matriz teórica sobre a qual essa investigação se baseou face o desafio de explorar o intrincado terreno que governa as ações dos conservadores-restauradores nos dois lados do Atlântico.

A terceira seção da tese é onde se desenvolve toda a reflexão acerca da práxis da conservação no Brasil e na Espanha a partir do aprofundamento da análise do material empírico reunido durante a realização da pesquisa. Essa empresa ocorre por intermédio de categorias analíticas que foram construídas a posteriori e à luz dos dados que o campo trouxe em resposta às questões que ensejaram a pesquisa. Uma **Boa Conservação** e seu oposto, uma **Conservação Inadequada**, são artifícios heurísticos de que nos valem ao questionar nossos entrevistados. E é dessa forma que chegaremos aos parâmetros da tomada de decisão dos operadores desse campo profissional nos dois países mencionados.

A última seção reúne as conclusões e considerações finais da pesquisa, momento em que retomamos as hipóteses de que partimos, trazemos respostas ao problema de pesquisa, bem como as indicações de futuros trabalhos que poderão advir sobre pontos que merecem ser elucidados diante de sua relevância.

1 Contextualização da Conservação no campo patrimonial

Como já mencionado, a tarefa de discutir a área patrimonial é extremamente complexa, ainda que absolutamente necessária. Preliminarmente, entende-se indispensável estabelecer os limites conceituais e terminológicos adotados para levar a cabo este estudo. Como já abordado com propriedade por Bojanoski (2018, p. 17)⁵, a construção de um vocabulário próprio é um dos pontos fundamentais para a consolidação de uma área de conhecimento, sendo igualmente concorrentes os princípios teóricos e a delimitação do espaço de atuação profissional. Quanto à linguagem, ou melhor, quanto à terminologia específica da área de Conservação, serão apresentados, nos próximos parágrafos, os principais termos adotados nessa investigação. Serão pormenorizados, portanto, os conceitos que estruturam a área objeto desta pesquisa, por meio do vocabulário definido na resolução do Comitê de Conservação do Conselho Internacional de Museus - ICOM-CC.

A resolução do ICOM-CC foi uma proposta de terminologia cuja intenção fundamental foi melhorar a comunicação entre os profissionais da comunidade internacional (BOJANOSKI, 2018, p. 85). A resolução intitulada “*Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage*”, aprovada na Assembleia Geral da Conferência Trienal do ICOM-CC, ocorrida em Nova Deli, em 2008, é fruto de exaustiva discussão de um grupo de trabalho coordenado por Gaël de Guichen⁶. O documento apresenta os termos “*conservation, remedial conservation, preventive conservation e restoration*”⁷, assim como expõe suas definições como aspectos basilares para designar as atividades empreendidas para a preservação do patrimônio tangível.

⁵ Para saber mais sobre a problemática da discussão terminológica na área de Conservação, ver a tese de doutorado de Silvana de Fátima Bojanoski (BOJANOSKI, 2018).

⁶ Trata-se de um dos principais nomes do tema conservação preventiva no mundo ocidental. Desenvolveu sua carreira profissional como membro da equipe técnica do ICRROM desde 1969, onde foi conselheiro do diretor geral da instituição, além de ter coordenado diversos projetos na área de Conservação em vários países. Sua formação é em Engenharia Química pela Universidad de Lausanne. Foi responsável durante anos pela conservação da caverna de Lascaux, na França.

⁷ O ICOM-CC estabeleceu como mais abrangente o termo *conservation* (*conservación* em espanhol e *conservation-restauration* em francês). Três termos com sentido mais específico estão conectados a esse: *preventive conservation*, *remedial conservation* e *restoration* (*conservación preventiva*, *conservación curativa* e *restauración*, em espanhol; e *conservation preventive*, *conservation curative* e *restauration*, em francês).

É importante destacar que a proposta do ICOM-CC não assume caráter prescritivo ou mesmo definitivo. Trata-se, outrossim, de uma ação de cunho pragmático, através da qual, busca-se tornar mais fluidos e sem mal-entendidos os processos de comunicação tanto entre profissionais como entre os demais interessados na área. Tal orientação se justifica diante dos desdobramentos do processo de globalização, o qual extrapola fronteiras, ampliando a comunidade profissional e as diversidades culturais representadas pela aludida instituição (BOJANOSKI, 2018, p. 94-95).

Originalmente escrito em inglês, o documento referido foi traduzido para o francês e o espanhol, os quais são considerados idiomas oficiais. No caso brasileiro, para preencher o vácuo no âmbito nacional, a Associação Brasileira de Conservadores Restauradores - ABRACOR⁸ apresentou, em seu Boletim Eletrônico nº 1 de junho de 2010, uma tradução dessa resolução, ou seja, dos termos e conceitos, para a língua portuguesa (Anexo A).

Ao utilizarmos os termos traduzidos pela ABRACOR a partir do texto do ICOM-CC, tem-se os termos **conservação**, **conservação preventiva**, **conservação curativa** e **restauração**. Conservação tanto pode se referir ao campo disciplinar como ao termo guarda-chuva que engloba as ações mais específicas, ou seja, o conjunto de ações técnicas aplicadas com o objetivo de preservar os objetos considerados representativos da cultura de uma dada sociedade ou coletividade.

Assim, no que tange às especialidades, aos procedimentos, às ações aplicáveis sobre os bens culturais – direta ou indiretamente, a **conservação** se refere, conceitualmente, a

[...] todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural em questão (ICOM-CC, 2008, tradução nossa).

Utilizamos o termo **conservação preventiva** para definir

[...] todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas no contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Estas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência (ICOM-CC, 2008, tradução nossa).

⁸ Trata-se de uma Sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, cuja visão geral é dignificar e proteger, como órgão de classe, os profissionais conservadores-restauradores de bens culturais no país (ABRACOR, 2019).

Já a expressão **conservação curativa**⁹ (ICOM-CC, 2008) contempla

[...] todas aquelas ações aplicadas de maneira direta sobre um bem ou um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos danosos presentes ou reforçar a sua estrutura. Estas ações somente se realizam quando os bens se encontram em um estado de fragilidade adiantada ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de tal forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações às vezes modificam o aspecto dos bens (ICOM-CC, 2008, tradução nossa)

Ao nos referirmos à **restauração**, voltamos nosso olhar para:

[...] todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. Na maioria dos casos, estas ações modificam o aspecto do bem (ICOM-CC, 2008, tradução nossa).

Ademais das definições apresentadas pelo ICOM-CC e traduzidas pela ABRACOR, cabe destacar que a resolução apresenta a complexidade da área, indicando que tais medidas e ações de conservação podem ter mais de uma finalidade, trazendo como exemplos a remoção de verniz, que pode ter caráter de restauração e de conservação curativa; a aplicação de camadas de proteção, que pode ter função tanto de conservação preventiva como de restauração; a reposição de um mosaico, que pode servir tanto como conservação preventiva como conservação curativa (ICOM-CC, 2008, tradução nossa).

Valendo-se ainda da preocupação terminológica, destaca-se o uso do vocábulo Restauração, com maiúscula, entendido aqui como sinônimo de conservação, para designar o campo disciplinar ou o conjunto de ações empreendidas para a preservação do patrimônio quando este estiver relacionado à práxis levada a cabo no contexto histórico anterior aos anos 2000, ou seja, especialmente no que se refere aos bens edificados e obras de arte até meados do século XX, quando o conceito de bem cultural ainda não se havia consolidado.

Concluída a tarefa preliminar de delimitação conceitual, apresentaremos, na próxima subsecção, uma síntese do percurso da área patrimonial e do campo da cultura, além de aprofundamento sobre as justificativas da escolha da Conservação do patrimônio material como objeto de estudo.

⁹ Importante destacar que a variação entre "conservação curativa" e "conservação" é apenas no termo, ou seja, o significado e a tradução se mantêm o mesmo.

1.1 Preservação como ato crítico

Como dito na introdução, entendemos as escolhas patrimoniais como atos de cultura (CASTRIOTA, 2009, p. 15). McLuhan nos diz que os artefatos são extensões do homem. É notório que a ciência do ser humano sobre suas ações é uma habilidade refinada que privilegia esta espécie sobre as demais. É essa faculdade a responsável pela tomada de consciência de si a partir da experiência no mundo e é também nos objetos que se manifesta a atividade humana. Dessa consciência advém igualmente o que sociologicamente entendemos por cultura, qual seja, genericamente, tudo aquilo que resulta da produção humana.

Assim, no afã de situar-se e compreender seu lugar, o ser humano se utiliza sobretudo de coisas, sejam elas tangíveis ou não, para dar sentido ao mundo, para se reconhecer coletiva e individualmente. Monumentos, artefatos do cotidiano, obras de arte, objetos religiosos, saberes e fazeres, são contemporaneamente entendidos como bens culturais. O conceito é amplo e dinâmico e vem se reelaborando, assim como se reconstrói continuamente a sociedade da qual é parte. Em sentido estrito, o termo bem cultural é usualmente correlacionado aos bens protegidos por instrumentos legais ou àqueles eleitos como de interesse de preservação, como assim alude Carsalade (2015, p. 14)

Na verdade, qualquer bem produzido pela cultura é, tecnicamente, um bem cultural, mas o termo, pela prática, acabou se aplicando mais àqueles bens culturais escolhidos para preservação – já que não se pode e nem se deve preservar todos os bens culturais –, fazendo com que, no jargão patrimonial – e por força de convenções internacionais –, a locução bem cultural queira se referir ao bem cultural protegido.

Nesse sentido, os bens culturais não possuem um valor inerente, sendo este atribuído pelos atores sociais, segundo seu julgamento sobre as coisas. Trata-se aqui de algo que transcende completamente a dimensão mercadológica. Em verdade, como adverte Ballart (1997, p. 10),

El legado de la historia ha tenido siempre un gran valor para los seres humanos, sobre todo un valor ejemplarizante [...]. En un mundo cambiante y dinámico como el actual en el que el tiempo es oro, las cosas que permanecen atraen la atención de una manera peculiar.

A patrimonialização dos bens de natureza material ou imaterial constitui-se, portanto, em uma eleição dos objetos ou saberes e fazeres que, de algum modo, nos representam, fato que, via de regra, pressupõe um ato crítico repleto de subjetividade (CALDAS, 2013, p. 27). Ballart (1997) adverte que tal seleção está vinculada a determinados contextos (políticos, sociais, econômicos, etc.).

Entende-se, portanto, que há nesse processo uma relação complexa entre sujeito e objeto, onde o valor atribuído é regido por relações sociopolíticas, subordinadas a parâmetros que culminam, também, em encadeamentos de poder. No que se refere à existência dos objetos, por exemplo, Appadurai e Breckenridge (2007) trazem uma pertinente ponderação ao dizer que, assim como as pessoas, as coisas têm uma vida social.

Em certa medida essa postura pode ser entendida como complementar à ideia de Poulot, quando este fala do rompimento ocorrido na primeira metade do século XX com a definição de uma herança cultural retilínea e transmitida de geração a geração. O ponto importante dessas reflexões recai no entendimento que os objetos passam a ser vistos não apenas como coisas herdadas, mas como bens com os quais os sujeitos mantêm algum tipo de relação, isto é, “los objetos creados solo adquieren sentido si los emplazamos dentro de su realidad social” (BALLART, 1997, 18).

Por outro lado, Poulot menciona também um aspecto distinto, mas não menos importante, que advém da sociedade moderna: o surgimento da ideia de “culturas múltiplas, propícias a alimentar e a fortalecer a pluralidade de identidades” (POULOT, 2009, 199). É nesse espectro de negociação que as esferas de poder entram em jogo e em choque, dentro de um arranjo simbólico e culturalmente determinado. Trata-se do despertar para um entendimento de cultura mais amplo, que passa a englobar os mais diversos aspectos das práticas sociais, que se dilata para além do sentido de erudição e se expande para grupos diversos.

Tal concepção colaborou, acredita-se, com o traçado do que contemporaneamente conhecemos como patrimônio *imaterial*, o qual resultou em mudança na forma como os sujeitos se relacionam com a preservação do patrimônio (KÜHL, 2006; POULOT, 2009; MACARRÓN MIGUEL, 2002; TORNATORE, 2010; CASTRIOTA, 2009), o que por sua vez conduziu à recriação dos contornos do que se entende por cultura e para a consolidação das bases conceituais do que designamos como ‘bens culturais’.

Até meados do século XX a ampliação das fronteiras que abrigam os chamados bens culturais, de acordo com Castriota (2009), e, no caso brasileiro, aludido também a um “patrimônio decretado”¹⁰ relaciona-se diretamente com a modificação do

¹⁰ Na primeira metade do século XX, especialmente na era Vargas, quando o modernismo brasileiro, liderado por diversos intelectuais buscava referências para criar e consolidar uma identidade nacional, eram recorrentes os decretos presidenciais que determinavam os bens a serem protegidos pelo Estado.

comportamento social em decorrência da massificação cultural. Eis que, contrapondo-se à pasteurização impetrada pela cultura globalizada¹¹, os grupos sociais buscam traçar novos vínculos e signos identitários, elegendo as coisas que melhor lhes “representam”.

Por um lado, a esfera da preservação adquire um contorno mais democrático na medida em que novos valores e novos atores sociais, até então à margem das políticas públicas, ganham visibilidade. Por outro, a cultura deixa de ser restrita a um valor histórico, ou como um reflexo de erudição da sociedade¹². Ademais, a conexão do patrimônio com as relações de poder produzidas e reproduzidas no seio coletivo são, por esse motivo, extrapoladas. Paralelamente, como bem destacado por Walter Benjamin (1987) sobre o conceito da história, os bens culturais patrimonializados não são, de fato, um passado real, mas sim, uma construção imagética humana a qual “[...] não significa conhecê-lo como 'ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência [...]” (BENJAMIN, 1987, p. 224; destacado no original).

A partir dessa reflexão inicial, onde a patrimonialização passa a ser um ato cultural, coincidimos com o argumento de Castriota (2009) quando este assevera que os valores serão sempre centrais para se decidir o que preservar. Assim, também no âmbito da Conservação do patrimônio, seriam os valores atribuídos o ponto de referência para a escolha de quais bens deveriam ser mantidos, assim como quais as intervenções deveriam ser realizadas para assegurar sua preservação para o deleite e fruição das futuras gerações (CASTRIOTA (2009, p. 15). Cabe destacar nesse aspecto que, no cenário da sociedade de massa “mediatizada”, como atribui Candau (2011, p. 110), a “onda memorial”, parece ter alargado os critérios do que é rememorado ou guardado. Se, por um lado, ainda segundo Candau, a identidade é algo social, que se desenvolve nas interações entre os sujeitos e de suas relações próximas, por outro, tudo tende a ser patrimonializado, numa espécie de compulsão memorial, reflexo de tempos de mnemotropismos¹³ (CANDAU, 2011, p. 111). Nesse

Julião (2006) ressalta o surgimento do SPHAN como um capítulo da história do Brasil que institucionaliza uma política para o patrimônio cultural.

¹¹ Para conhecer mais sobre identidade na sociedade globalizada, ver Hall (2006). Tal autor adverte que esta é formada por diversas identidades, sendo este fato resultado de um processo de fragmentação de uma identidade unificada, a qual, até então era considerada como permanente para o sujeito que a possuía.

¹² Valores que se articulam com aspectos simbólicos, conceitos imateriais, funções intangíveis.

¹³ O mnemotropismo de Candau conecta os conceitos abstratos de *Mnemosyne* (deusa da memória) e Tropismo (aproximação), significando, em linhas gerais, a “aproximação da memória”. O mnemotropismo de numerosas sociedades modernas encontra sua origem na “crise do presentismo” (CANDAU, 2016, p. 10).

sentido, Poulot faz sua crítica, quando menciona o risco de sermos nomeados como “vândalos” (POULOT, 2009, p. 27), o que gera a ânsia por tudo patrimonializar sob pena de colocarmos em risco de morte memórias imprescindíveis ao sentido de pertencimento das coletividades.

Contudo, na medida em que patrimonializamos seguindo a lógica de permitir que novas gerações tenham acesso aos bens de nossa cultura, outras perspectivas precisam ser incorporadas. É que mesmo considerando os benefícios advindos da manutenção dos bens culturais para futuras apropriações, o manejo de tais escolhas pode vir a sugerir uma ideia de congelamento, o que pode até mesmo condenar o bem a um tipo de “morte patrimonial”. Nesse caso, a cristalização de um fragmento - material ou imaterial¹⁴ - pode sugerir uma espécie de adormecimento num meio essencialmente dinâmico, como é o campo da cultura, o que pode ser algo, se não contraditório, ao menos dissonante. Por analogia, a Conservação, quando pautada por uma visão tradicional, distante, portanto, dos conceitos teóricos da atualidade, nada mais seria que um campo do conhecimento condenado a partilhar uma visão “imobilista” dos bens culturais.

Sob outra perspectiva, a moderna concepção antropológica de cultura assume um caráter desmaterializado, cuja “ênfase está nas relações sociais ou mesmo nas relações simbólicas, mas não nos objetos e nas técnicas” Gonçalves (2009, p. 30). Acrescente-se que, para Gonçalves (2009), o patrimônio é mais do que um simples instrumento de comunicação, cujos simbolismos e representações extrapolam a esfera da contemplação e do diálogo humano, servindo, em definitivo, para a própria construção das pessoas, ainda que “esses diversos significados não se excluam” (GONÇALVES, 2009, p. 31).

Em conformidade com o argumento de Gonçalves (2005), alguns bens não podem ser considerados como meros objetos, pois que extrapolam seus propósitos práticos. Isso porque, muitas vezes, tornam-se extensões morais e simbólicas de seus proprietários, sejam estes indivíduos ou coletividades (GONÇALVES, 2005, p. 18).

Em outras palavras, como aponta Candau (2011), os objetos são “sociotransmissores”, entendidos como elementos capazes de encadear memórias

¹⁴ Os bens culturais em tese seriam capazes de representar o que determinado grupo ou sociedade legítima como sendo signo ou emblema de sua cultura, de sua religião, de sua história. Como bem afirmou Hobsbawm (1998, p. 19), os bens culturais, entendidos como suportes de identidade e memória, “são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas [...] tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável [...]” (HOBBSAWM, 1998, p.19).

comuns a uma coletividade para quem são representativos ou, ainda, de quem são representantes. Assim, quando agimos sobre essas materialidades, torna-se imprescindível ter em mente que estamos agindo indiretamente sobre grupos sociais. Em sentido convergente, Pomian (1984, p. 71) traz o conceito de *semióforo*,¹⁵ colocando o objeto numa dimensão para além de sua utilidade original e de sua passividade enquanto instrumento de consumo. Com efeito, destaca-o num espaço de representação do invisível onde se apresenta abastecido de novos significados. Para Pomian (1984, 71),

A atividade [sic] produtiva revela-se [...] orientada em dois sentidos diferentes: para o visível, por um lado; para o invisível, por outro; para a maximização da utilidade ou para a do significado. As duas orientações, embora possam coexistir em certos casos privilegiados, são todavia opostas na maior parte das vezes.

Gonçalves dialoga com essa perspectiva, ao fazer uso da noção de *ressonância* concebida pelo historiador Stephen Greenblatt (1991). Assim, segundo Gonçalves, o termo *ressonância* traduz o

[...] poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante (GONÇALVES, 2005, p. 18).

Seguindo essa visão, o objeto tido como patrimônio cultural pressupõe reconhecimento dos grupos sociais a que pertencem, sendo que “precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público” (GONÇALVES, 2005, p. 19, destaque no original).

Se, desde um ponto de vista antropológico, o conceito de *ressonância* a que se refere Gonçalves, baseado em Greenblatt, diz respeito à apropriação do patrimônio pelos sujeitos a ele conectados. Com efeito, ao se conduzir a discussão para o campo da teoria da Conservação percebe-se uma interessante conexão. Quando a teoria contemporânea do espanhol Muñoz Viñas (2003) destaca a prevalência das relações subjetivas entre sujeito e objeto, em contraponto com a objetividade da teoria clássica, inegavelmente identifica-se a noção de *ressonância* enunciada por Gonçalves.

Há um aspecto interessante relativo à natureza da Conservação que deve ser destacado. O campo vem sendo estruturado como área de conhecimento especializado. Nesse contexto, concordamos com Bojanoski quando argumenta que se trata de uma área que se “estrutura a partir da articulação entre os conhecimentos

¹⁵ Um *semióforo* pode ser definido como um objeto visível que é investido de significado. No entendimento de Pomian, um livro tanto pode ser entendido como um objeto cultural visível, mas também como uma obra literária.

técnico, humanístico e científico” (BOJANOSKI, 2018, p. 18). No entanto, ao longo de seu desenvolvimento, percebe-se que cada uma dessas naturezas prevalece de acordo com o contexto histórico em que se apresentam, talvez por se tratar de “uma disciplina que se encontra na interseção de vários outros domínios” (BOJANOSKI, 2018, p. 18).

Como apontado na introdução, a área se assenta como disciplina já no século XVIII, nomeada então como Restauração, em uma atuação técnica relacionada ao fazer artístico prevalente sobre os monumentos do passado. A transformação dessa natureza técnica ao longo do século XIX, culminou por reforçar o caráter interdisciplinar da área, trazendo por sua vez, o reconhecimento de sua face científica no século XX. No entanto, a virada do século XX para o XXI sugere trazer prevalência para a esfera humanística. Nesse cenário, as questões de “o quê?”, “para quê?” e “para quem?” se preserva, como destaca Muñoz Viñas (2003), revelam a proeminência dos atores sociais nas relações com o patrimônio cultural.

A próxima subseção apresenta como o campo se estruturou e está organizado no ocidente na contemporaneidade. Agrega-se ainda elementos que apontam para a importância crescente da pesquisa na área de Conservação do patrimônio material.

1.2 Breve recorrido sobre a questão da Conservação do patrimônio material no ocidente

Parte-se da premissa de que a Conservação é ainda uma área em consolidação enquanto campo do conhecimento e objeto específico de políticas públicas na sociedade contemporânea. Mesmo que o ato de conservar seja recorrente nas práticas sociais ocidentais¹⁶ até o século XVIII havia apenas “atitudes” com um sentido de conservação, como assim pondera Macarrón Miguel (2002).

Entretanto, para compreender seu desenvolvimento enquanto área de atuação no contexto espanhol e brasileiro, universo sobre o qual se assenta o recorte espacial deste trabalho, faz-se necessário traçar brevemente a evolução do sentido das práticas sociais de conservação, utilizando como ponto focal o mundo ocidental.

Segundo Macarrón Miguel (2002), as primeiras notícias a respeito das atividades de conservação remontam à Idade Antiga. Os gregos elegiam com cuidado

¹⁶ Importante destacar o fato de que a conservação, assim como diversas outras práticas sociais, possuem suas diferenças entre o mundo ocidental e o oriental. Discutir tais diferenças extrapolam os limites deste trabalho. Nos restringiremos, nessa tese, à evolução e às transformações relativas às sociedades ocidentais.

as técnicas e os materiais utilizados na produção artística evidenciando o desejo de protegê-los da degradação (MACARRÓN MIGUEL, 2002); já os romanos, se utilizaram da arte como símbolo de dominação e poder, o que de certa maneira assume uma conotação de colecionismo se comparamos com o caso dos gregos.

Posteriormente, as invasões bárbaras ocasionaram a destruição de inúmeras obras romanas, sendo que antigos edifícios eram utilizados como jazidas de onde aproveitavam-se os materiais para erguer novas construções (MACARRÓN MIGUEL, 2002). Durante o feudalismo até o final da Idade Média observa-se uma conduta destruidora por conta da escassez de matéria prima, período em que as obras sofreram intervenções utilitárias ou relacionadas ao gosto. Vale lembrar, no entanto, que por conta das experiências nos mosteiros, desenvolveram-se singularmente, nesta época, as técnicas artesanais, surgindo os primeiros tratados técnicos¹⁷ sobre a produção artística.

Todavia, é durante o Renascimento italiano época que surge com maior consistência a ideia de valorização do passado e um entendimento mais claro do sentido de preservação: sob o desenvolvimento acelerado das cidades proporcionado pelo comércio e sob a influência do humanismo, ocorre uma retomada do interesse na Antiguidade clássica greco-romana, ainda que inserções e renovações de cunho estético, e não histórico, tenham prevalecido¹⁸.

É consenso identificarmos a Revolução Francesa, em fins do século XVIII, como um grande divisor de águas na história da sociedade ocidental. O conflito sustentou-se com o lema “liberdade, igualdade e fraternidade” e superou os antigos ideais da tradição e hierarquia de monarcas, aristocratas e Igreja Católica, marcando a ruptura entre o pensamento medieval escolástico e a construção ideológica iluminista, pensamento essencialmente racionalista protagonizado por René Descartes com seu “Discurso do Método”¹⁹. Do mesmo modo, é também desse conflito que se origina o conceito de “Estado nação” edificado e consolidado com a

¹⁷ Um exemplo é *El libro del arte*, de Cennini,(1947/2008) uma espécie de manual sobre a arte que apresentou receitas e informações sobre pigmentos, pincéis, técnicas e outras instruções.

¹⁸ Muitas vezes essas alterações mudavam o significado iconográfico das obras, como é o caso das adições dos chamados “panos de pureza”, cujo objetivo era esconder a nudez anteriormente retratada. Além disso, falsas pátinas foram aplicadas ao mármore utilizado no preenchimento de lacunas em restaurações motivadas pelo gosto clássico, enquanto outras tantas buscaram o aspecto de antiguidade, as quais resultaram em falsificações, cujo objetivo comum era igualar ao novo e ao original (MACARRÓN MIGUEL & GONZÁLES MOZO (2008).

¹⁹ Em sua principal obra, *Discurso do método*, Descartes apresenta o que foi chamado de método cartesiano, o ápice de sua filosofia, que estipulava o caminho a ser tomado para a construção do conhecimento científico: a evidência, a análise, a síntese e a enumeração.

Revolução Industrial²⁰ e com o desenvolvimento do capitalismo, cujas bases são o pensamento racional e o método cartesiano.

A Modernidade foi marcada, igualmente, por uma profunda transformação da estrutura social, onde as relações entre os indivíduos também se modificaram, trazendo novos conflitos, especialmente devido à nova configuração das relações de trabalho oriundas do sistema capitalista.

A destruição de inúmeros monumentos e documentos do passado, em razão da depredação provocada pelos jacobinos, acabou por fomentar a definição de critérios de proteção dos monumentos antigos e de uma linha de atuação construída no sentido de “promover o interesse público pelos monumentos e a intervenção do Estado na sua salvaguarda” (LUSO *et al.*, 2004, p. 33).

Com efeito, o fato de os tesouros artísticos anteriormente em posse da Igreja, da aristocracia e da monarquia passarem a ser bens públicos disponíveis para todos os cidadãos, implicou, de outra parte, a que os poderes públicos se preocupassem com sua custódia, conservação e disponibilização para o uso ou apreciação coletiva.

Assim, em meio a esse período de imensas transformações causadas pelo processo de industrialização, o mundo ocidental abandonou os princípios religiosos que haviam sustentado e regulado a sociedade por vários séculos.

Sem o referencial teocêntrico, a busca por mecanismos de ordenação desse ambiente tumultuado²¹, daquilo que é socialmente permissível ou não, teve como uma de suas principais consequências a criação dos Estados modernos, tais como os entendemos hoje, que partem dessa mesma lógica de inclusão e exclusão, do que é aceito por determinada organização ou não. Tome-se como exemplo, as fronteiras dos países, linhas imaginárias que delimitam o que faz ou não parte de determinada ordem nacional. Nesse cenário, a cultura se populariza e o racionalismo, como visão de mundo, coloca a necessidade de romper com a ideia de tradição herdada, surgindo a concepção de patrimônio como algo que representa um povo, uma nação.

²⁰ Guerras napoleônicas estimularam uma corrida armamentista, o que por sua vez estimulou uma produção de bens materiais em grande escala; a migração forçada para as cidades dos camponeses que produziam seu sustento, que rompeu a tradicional ligação entre terra e trabalho, força essa população de origem agrária a vender sua força de trabalho nas grandes fábricas.

²¹ O sociólogo Zygmunt Bauman (1998) mostrou que a busca pela ordem era uma das principais características da modernidade. Bauman retoma essa ideia anunciada por Thomas Hobbes, ainda no século XVII, quando este aponta a necessidade do Estado soberano ter poder para controlar seus súditos e reforçar a ordem a partir da especificação daquilo que era aceitável ou não.

Percebe-se, portanto, uma forte relação entre a criação do entendimento de Estado Nação e o desenvolvimento do conceito moderno de patrimônio. Poulot (2009, p. 60) evidencia, de modo pertinente, por exemplo, a importância das escavações de Herculano e Pompeia para a consolidação da área do patrimônio.

Tal fato trouxe consigo preocupações éticas e políticas, estimulando um sentimento de compromisso social com a conservação dos bens da humanidade, a qual viu-se convertida em responsabilidade coletiva em relação às chamadas obras-primas universais. Contudo, especificamente em relação às atividades de Conservação, à época nomeada Restauração²², é somente em meados do século XIX que se desenha com mais clareza uma atuação como mecanismo de preservação da memória, tal como esta é atualmente compreendida.

Particularmente em países como Brasil e Espanha, focos deste estudo, o processo de transformação da sociedade ao longo dos últimos duzentos anos é significativamente influenciado pelo discurso de Estado nação. Nesse contexto, pautado por relações de poder, o patrimônio passa a se configurar como um elemento de extrema importância pois, apesar de estar vinculado a um passado idealizado, projeta, simultaneamente, um futuro pretendido.

Ainda que circunscrito ao plano monumental, surgem nessa época os primeiros estudiosos acerca do tema, cujas teorias provocaram uma série de mudanças nas ideias e nos procedimentos de preservação patrimonial (MACARRÓN MIGUEL, 2002), momento em que também o Estado passa a controlar a atuação profissional dos restauradores.

Conforme Choay (2001), duas vertentes entram em choque no âmbito das atividades de Restauração na segunda metade oitocentista. A primeira delas, denominada 'intervencionista', dominante no conjunto dos países europeus, com ênfase no caso da França, era encabeçada pelo arquiteto Viollet-Le-Duc, o qual defendia a reconstrução dos edifícios. A segunda delas, surgida na Inglaterra e liderada por Ruskin e Morris, sustentava o que se poderia chamar de orientação 'anti-intervencionista'. Le Duc deixou um legado importante em sua obra para os conceitos modernos da Conservação, especialmente no que tange ao estabelecimento de uma metodologia de projeto, cujo destaque recai sobre o levantamento detalhado do objeto e a sua exaustiva documentação.

²² Reforça-se aqui a questão terminológica enunciada anteriormente, quando da justificativa acerca da utilização do termo Restauração em lugar de Conservação em virtude de uma adequação temporal.

Radicalmente contra os critérios da Restauração estilística²³ de Le-Duc, o inglês John Ruskin defendia a valorização absoluta da pátina do tempo e pregava somente a conservação dos monumentos, destacando a ideia do risco do falso histórico²⁴. Ruskin preferia a ruína dos edifícios em lugar da restauração e, numa afirmação romântica, condizente com seu ambiente histórico, afirmava que “não temos o direito de tocá-los” (RUSKIN, 2008). Percebe-se, em Ruskin, a valorização do espírito original dos edifícios (FRONER & ROSADO, 2008). Ou ainda, como sugere Muñoz Viñas (2003), do entendimento de que a autenticidade se refere ao estado das obras em seu dado momento.

Anos mais tarde, no final do século XIX, o italiano Camilo Boito, ao defender somente o preenchimento das lacunas dos prédios com materiais diferentes dos originais, sobrepôs o valor histórico ao estético, elaborando um arrazoado crítico sobre as teorias de Le-Duc e Ruskin. Boito estabeleceu princípios que ainda hoje seguem influenciando as teorias da área, a exemplo de conceitos como a distinguibilidade²⁵ e a mínima intervenção²⁶. Em sua obra “Os Restauradores” (BOITO, 2008), fruto de conferência apresentada em Turim no ano 1884, Boito reformulou criticamente a Restauração ao enfatizar o valor documental das obras, ou seja, defendendo a tese do monumento enquanto *documento*.

Posteriormente, já no início do século XX, há que se destacar a obra do austríaco Aloïs Riegl (1999), pioneiro na tese, segundo a qual, a atuação da área se dá mediante uma prática cultural. Poulot (2009, p. 213) destaca o fato de que a Restauração dos monumentos passa a ser percebida, após suas reflexões, sob um enfoque da “relação que a cultura ocidental havia mantido, até então – e pode manter no futuro -, com tal herança”. Emerge assim,

²³ Assim denominado em virtude de sua concepção intervencionista e fundamentada num modelo ideal de pureza de estilo.

²⁴ Falso histórico – diz-se das restaurações que interferem nas marcas promovidas pelo tempo, alterando-as ou desconfigurando-as. Brandi menciona o termo em seu 2º Axioma (BRANDI, 2008, p. 33) defendendo que “A restauração, para representar uma operação legítima, não deverá presumir nem o tempo como reversível, nem a abolição da história” (BRANDI, 2008, p. 61).

²⁵ Distinguibilidade – diz-se do critério clássico que determina que as intervenções diretas sobre o bem cultural devem possibilitar sua distinção em relação à porção original, seja do ponto de vista do aspecto estético final, seja através de materiais identificáveis através de exames simples como a radiação ultravioleta.

²⁶ Mínima intervenção ou intervenção mínima é um conceito abstrato, porém de aplicação concreta. Diz-se da operação técnica ou material, cujo objetivo é a recuperação do bem cultural, que é aplicada dentro de limites que não ultrapassem o estritamente necessário. Um exemplo é a reintegração pictórica de lacunas: se for realizada somente no espaço limite da ausência poderá ser considerada mínima. Por outro lado, caso invada áreas com camada pictórica existente original, ou seja, fazendo repintura sobre a pintura original em boas condições, não atenderá ao critério da mínima intervenção.

[...] o fenômeno da patrimonialização em sua relação com a história da arte. Trata-se de um exercício para pensar as relações entre o tempo inscrito nas obras de arte e o tempo percebido no seio das sociedades. De maneira mais precisa, Riegl procura analisar a democratização em ação no apego aos monumentos e na defesa de sua autenticidade (POULOT, 2009, p. 213).

Corroborando Poulot, Cunha (2006, p. 7) reforça esse aspecto ao afirmar: “fica claro que o autor empreende uma reflexão que se funda muito mais no valor outorgado ao monumento do que no monumento em si, tratando valor não como categoria eterna, mas como evento histórico”, que se transforma através do tempo. De maneira paralela, considerando a Restauração como ato de cultura, Riegl foi responsável, de fato, por inserir suas práticas em definitivo no debate sobre a cultura.

Com efeito, as ideias de Riegl anteciparam as teses defendidas por Brandi, surgidas após o final da segunda guerra mundial²⁷, dentro do que se veio a chamar de restauro crítico²⁸ (CUNHA, 2006), momento em que a Restauração se consolidou como disciplina autônoma. Há que se destacar que todas as transformações no pensamento da Restauração da primeira metade do século XX tiveram a participação direta ou indireta de articuladores culturais. Figuram em destaque, nesse contexto, e particularmente no ambiente europeu, nomes tais como: Roberto Pane²⁹ Renato Bonelli³⁰, Paul Philippot³¹ e Cesare Brandi, teórico italiano que dirigiu o Istituto Centrale del Restauro³² - ICR (Istituto Central de Restauro) desde 1939, ano de sua fundação, até 1960, período em que coordenou a restauração de inúmeras obras artísticas destruídas pelos bombardeios da Segunda Guerra Mundial.

²⁷ A segunda grande guerra trouxe uma “consciência patrimonial europeia” (POULOT: 2009, p.30) em decorrência da extensão da destruição que o conflito causou, pois buscava o “valor do efeito produzido” (GRODERICKI, apud POULOT: 2009, p.30). Por esse motivo o horizonte dos valores de antiguidade ou de história foram ultrapassados provocando uma consciência de preservação em larga escala.

²⁸ Segundo os postulados do restauro crítico, as intervenções deveriam seguir uma premissa de julgamento crítico de valor, ideia reforçada pela Carta de Veneza de 1964 (IPHAN, [19--]a).

²⁹ Além de historiador de arquitetura, Roberto Pane (1897-1987), foi um dos primeiros graduados em Arquitetura na Itália na Escola de Arquitetura de Roma, fundada dois anos antes por Gustavo Giovannoni, de quem foi discípulo. Ministrou a disciplina de Restauração de Monumento na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Nápoles (CABRAL e ANDRADE, 2012).

³⁰ Renato Bonelli (1911-2004) foi um historiador da arquitetura e arquiteto nascido na Itália. Defendeu tese sobre restauração sob a orientação de Gustavo Giovannoni. Foi professor de história da arte e história da arquitetura na Universidade de Palermo (KÜHL, 2010).

³¹ Paul Philippot (1925-2016), nasceu na Bélgica, era doutor em história da arte e arqueologia, havendo sido professor junto à Universidade Livre de Bruxelas onde lecionava história da pintura e da arquitetura, estética e teoria geral da conservação. Também ministrou cursos em outros centros da Bélgica, na Universidade de Roma e no ICCROM. Foi vice-diretor e depois diretor do ICCROM de 1959 a 1977, participando de inúmeras missões técnicas comandadas pelo ICCROM em vários países (THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE, 1996).

³² Atual Istituto Superiore per la Conservazione ed il Restauro (Istituto Superior de Conservação e Restauração).

Nesse grande laboratório que foi a recuperação dos danos sofridos pelas obras artísticas durante o conflito bélico, Brandi enfrentou os mais diversos problemas. Desse modo foi possível conceber novos conceitos e técnicas sobre a atividade de restauração, os quais são teoricamente válidos até os dias atuais. Ademais, atuou intensamente como consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO³³, órgão relevante para o campo patrimonial, fato que colaborou para a disseminação de seu pensamento.

As ideias de Brandi romperam limites geográficos e extrapolaram o ambiente Europeu, sendo divulgadas por meio da obra *Teoria da Restauração* (BRANDI, 2004), lançada na Itália em 1963 e traduzida em diversas línguas (espanhol, português, francês, grego, alemão, japonês e inglês). No livro citado, Brandi excluiu o empirismo e conceituou a restauração como um *momento metodológico*, um instante de reconhecimento da obra de arte enquanto matéria possuidora de uma polaridade estética e histórica cujo objetivo é sua transmissão às futuras gerações (BRANDI, 2004, p. 30).

Nestas alturas, dois pontos são fundamentais: primeiro, seu argumento acrescentou o valor estético aos pensamentos anteriores, os quais defendiam a manutenção dos monumentos como documentos essencialmente históricos, fazendo eco às mudanças no campo da cultura e do patrimônio; segundo, incluiu as obras de arte nas discussões do ambiente patrimonial, em que pese o fato de que, até então, o privilégio se dava aos monumentos históricos, intencionais ou não.

A partir dessa concepção conceitual, Brandi estabeleceu dois axiomas: o primeiro afirma que “Restaura-se somente a matéria da obra de arte” (BRANDI, 2004, p. 31). O segundo diz que

A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo (BRANDI, 2004, p. 33).

³³ Com sede em Paris, a UNESCO foi fundada em 1945. Trata-se de uma agência da Organização das Nações Unidas, que visa contribuir para a paz e a segurança mundial por meio da cooperação entre os Estados-Membros na busca de soluções para os problemas que desafiam a sociedade. Estrutura sua atuação a partir de cinco grandes programas/temas: educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas, cultura e comunicação/informação. O Patrimônio, ligado ao programa da cultura, é considerado um dos elementos-chaves de conexão, cujo fim é o fortalecimento dos laços entre as Nações. Em linhas gerais, o organismo desenvolve projetos de cooperação técnica em parceria com governos, sociedade civil e iniciativa privada, auxiliando na formulação de políticas públicas. Especificamente no campo patrimonial, a UNESCO incentiva a preservação de bens culturais e naturais que por sua importância como referência e identidade das nações possam ser considerados patrimônio de todos, promovendo o patrimônio e a dignidade das culturas a partir do respeito às diversidades (IPHAN, 2020).

Além dessas máximas, Brandi prenuncia em sua teoria princípios fundamentais para a Restauração que foram consolidados anos mais tarde na Carta do Restauo, em 1972³⁴, documento este que permanece no século XXI como um marco de referência para a área. Concretamente, vemo-nos diante de questões enunciadas tanto por Boito quanto por Giovannoni.

De um lado, tem-se a ‘distinguidade’ (BRANDI, 2004, p. 47 e 129), entendida como a atitude de tornar discernível o que, de um lado, é original e, de outro, o que é intervenção³⁵. Além disso consta a ‘reversibilidade’, qual seja, a possibilidade de remover materiais incluídos em processos de restauração, caso seja necessária nova intervenção³⁶. O primeiro ainda é considerado essencial, entretanto o segundo é alvo de questionamentos contundentes neste século XXI³⁷.

Inegavelmente, a teoria de Brandi foi um avanço significativo para a área. Além de estabelecer os princípios fundamentais da atuação profissional, adotados inicialmente sobre os bens culturais da Europa e, posteriormente, em outros continentes, a Teoria da Restauração, enunciada por Brandi, ingressou no território da reflexão filosófica.

Existe consenso em relação ao fato de que a teoria *brandiana*, cujos pilares se sustentam numa ação crítica, também conduziu a prática da Restauração para uma atitude coletiva e “multidisciplinar [...], mesmo que a parte operacional seja executada por uma única pessoa” (KÜHL, 2006, p. 23-24). Mas há outras ponderações importantes, como a de que a teoria de Brandi acabou abrindo as portas para o chamado ‘restauro crítico’, dominante a partir de meados do século XX. Nesse contexto, consolidam-se critérios como os de ‘mínima intervenção’, ‘distinguidade’,

³⁴ Elaborada pelo Ministério da Instrução Pública da Itália.

³⁵ Quando Brandi menciona intervenções reconhecíveis está se referindo, de fato, ao preenchimento de lacunas em obras de arte, para o qual sugere reintegrações pictóricas através do *tratteggio*, técnica desenvolvida por ele e sua equipe no Instituto Central de Restauração. Em linhas gerais o tratêgio corresponde ao preenchimento da lacuna de uma pintura com pequenas linhas feitas à pincel fino colocadas, lado a lado, cujas cores completam a imagem de modo simulado. É executada com aquarela, o que diferencia tanto o material quanto a técnica, sendo, assim, facilmente distinguível no todo. Há também na defesa dessa técnica uma crítica explícita às chamadas “zonas neutras”, critério que era bastante utilizado, para o qual Brandi atribui empirismo e resultados tão arbitrários quanto os completamentos fantasiosos.

³⁶ O artigo 8º da Carta de Restauo de 1972 recomenda que “toda intervenção [...] deve ser executada de modo tal, e com tais técnicas e materiais, que possa ficar assegurado o futuro, não tornando impossível uma nova eventual intervenção de salvaguarda ou de restauração” (BRANDI, 2004, p. 232).

³⁷ Muñoz Viñas sistematiza essas críticas dizendo que a reversibilidade é um princípio insustentável, visto que não se atinge a reversibilidade plena, e circunstancial, pois se expressa melhor em termos de graus. O autor provoca argumentando que “La pregunta sobre la reversibilidad de un material, por tanto, debería ser planteada así: ¿qué grado de reversibilidad tiene este determinado material a ser aplicado mediante este determinado proceso en este determinado objeto?” (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 111).

‘reversibilidade’, ‘compatibilidade de materiais e de técnicas’ e, por fim, o ‘respeito ao original’.

Em boa medida essa ponderação tece pontes interessantes com a obra magistral do sociólogo francês Pierre Bourdieu, especialmente no que toca a questões importantes, a exemplo da aquisição do gosto e do capital cultural. No tocante ao primeiro termo, a discussão se orienta a outro conceito basilar na obra de Bourdieu, qual seja, a noção de *habitus*, como assim fica evidenciada na citação que abaixo transcrevemos:

A sistematicidade e a unidade só estão no *opus operatum* porque elas estão no *modus operandi*: elas estão no conjunto das “propriedades”, no duplo sentido do termo, de que se cercam os indivíduos ou grupos – casas, móveis, quadros, livros, automóveis, álcoolis, cigarros, perfumes, roupas – e nas práticas em que se manifesta sua distinção – esportes, jogos, distrações culturais – porque estão na unidade originariamente sintética do *habitus*, princípio unificador e gerador de todas as práticas. O gosto, propensão e aptidão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras, é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida. O estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou *hêxis* corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da *unidade de estilo* que se entrega à intuição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados. Assim, a visão de mundo de um velho marceneiro, sua maneira de gerir seu orçamento, seu tempo ou seu corpo, seu uso da linguagem e suas escolhas indumentares estão inteiramente presentes em sua ética de trabalho escrupulosa e impecável, do cuidado, do esmero, do bem-acabado e em sua *estética do trabalho pelo trabalho* que o faz medir a beleza de seus produtos pelo cuidado e pela paciência que exigiram (BOURDIEU, 1983, p.83-84; destaques no original).

O que precisa ficar patente nessa tese é que o foco vai muito além da discussão sobre o estrito sentido de excelência que anima a ação do conservador-restaurador, ou mesmo da conotação estética que pauta a conduta dos agentes que militam nesse campo de exercício profissional. É preciso ir mais fundo ao perscrutar as concepções que embasam os seus sistemas de classificação e as representações sociais que animam as suas escolhas e que forjam os próprios conceitos.

Após esta pequena digressão, vale dizer que os critérios referidos por Brandi, além de se ancorarem na objetividade, pouco a pouco se mostram insuficientes para justificar os processos interventivos, especialmente porque os bens culturais encontram-se, ao final do século XX, em meio a um contexto em que as abordagens mostram-se inegavelmente renovadas.

Dentre as novas abordagens, encontramos o conceito de conservação preventiva, o qual, segundo García Fernández (2013, p. 29), começa a ser promovido

como disciplina pelos conservadores-restauradores anglo-saxões no início do século XX.

Embora alguns autores identifiquem uma origem mais distante, admite-se, tal como alude Bojanoski (2018, p. 550, que “o contexto específico de desenvolvimento da conservação preventiva [está] muito mais próximo dos dias atuais e relacionado, principalmente, aos novos problemas enfrentados pelas instituições”. Assim,

Se inicialmente, nas instituições museológicas, estava associada ao controle do clima, ao longo do tempo outras questões foram sendo paulatinamente agregadas ao que se concretizaria, a partir dos anos 1980, como uma disciplina autônoma dentro do campo da preservação dos bens culturais e aplicável a todos os tipos de bens culturais (BOJANOSKI (2018, p. 55).

A conservação preventiva desenvolve-se, segundo atribui Gäel de Guichen, entre os anos de 1957 e 1977, fruto do contexto pós Segunda Guerra Mundial que traz à tona a fragilidade do patrimônio cultural, pois, até então, as ações limitavam-se ao controle climático nas instituições, sendo que o termo "conservação preventiva" ainda não era utilizado (BENOIT DE TAPOL, 2009, p. 36).

Merecem destaque, na área de conservação preventiva, obras como as do escocês Harold James Plenderleith (*The Conservation of Antiquities and Works of Art: Treatment, Repair and Restoration*), publicada em 1957, quando ainda atuava no British Museum, e *The Museum Environment*, de Garry Thomson, profissional destacado que atuou significativamente no Centro Internacional de Estudo para Preservação e Restauração da Propriedade Cultural – ICCROM (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*), a qual foi publicada pela primeira vez em 1978.

A propósito, o ICCROM foi um grande articulador dos avanços na área de conservação preventiva, promovendo cursos, desenvolvendo pessoal e disseminando conhecimentos relacionados ao impacto de agentes de degradação e das ações requeridas a sua mitigação.

Não obstante, foi nos anos 1990 que a conservação preventiva se consolidou como disciplina, fato que se deve principalmente ao impulso dado por eventos como o III Colóquio Internacional da Associação de Restauradores de Arte e Arqueologia de Formação Universitária – ARAAFU (*Association des Restaurateurs d’Art et d’Archaeologie de Formation Universitaire*), ocorrido em Paris em 1992 e pelo Congresso organizado pelo Instituto Canadense de Conservação - CCI (*Canadian*

Conservation Institute) realizado em Otawa, em 1994, ou ainda pelo trabalho empreendido por pesquisadores do CCI, como Stephan Michalski³⁸.

A prevalência de estudos oriundos da Inglaterra ou de países de origem anglo-saxônica é marcante, evidenciando a força de suas abordagens na área da conservação preventiva dos bens culturais. Com efeito, tal influência é exercida no Reino Unido, mas também nos países da América do norte.

No entanto, o processo de globalização³⁹, a popularização da internet e a ampliação das fronteiras materiais e simbólicas exerceram um papel importante na disseminação e acesso à produção intelectual da área, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil, que até pouco tempo, formava seus profissionais basicamente no contexto europeu.

Em linhas gerais, percebe-se duas grandes vertentes no contexto ocidental da disciplina. Uma delas, mais ligada aos países originários de povos de língua românica e conectada essencialmente à França e Itália é de caráter mais intervencionista. A outra está associada aos países de origem anglo-saxã, cujo maior representante é a Inglaterra, a qual se assenta sobre princípios anti-intervencionistas. Isso em parte poderia explicar o olhar mais voltado para as ações de restauração na escola italiana e a postura mais direcionada à conservação no caso da Inglaterra e da América do Norte. Todavia, tais raízes adquirem matizes sutis nos diversos contextos sociais em que o *métier* se desenvolve. Além disso, traduzem a heterogeneidade presente no campo patrimonial, bem como a influência exercida por uma ação que assume uma natureza eminentemente humana.

³⁸ Michalski apresentou no 9º Congresso do ICOM-CC – “*International Council of Museums – Committee for Conservation*”, realizado em Dresden, em 1990, uma comunicação intitulada “*An overall framework for preservation and remedial conservation*”. Em 1992 esse texto foi apresentado em Madrid com o título “*Conservación de las colecciones de museos: enfoque sistemático*”. Esses textos, face sua relevância, fazem de Michalski um dos pesquisadores que mais contribuiu para os avanços da conservação preventiva internacionalmente.

³⁹ Desde o final do século XX o termo globalização converteu-se numa espécie de “*metaconceito*” que se impõe sobre o estudo dos mais diversos processos socioculturais. Como bem propõe Scott (2006, p.94; destacado no original), o “aspecto central de todas as abordagens atuais é a concepção de que muitos dos mais importantes problemas contemporâneos não podem ser estudados adequadamente no nível dos *Estados* nacionais, ou seja, em termos de *sociedade* nacional ou de relações internacionais. Em vez disso, precisam ser teorizados como processos globalizantes (transnacionais) que ultrapassam o nível do Estado-nação. É útil distinguir a globalização em geral (genérica) de sua atual forma predominante (globalização capitalista e de formas alternativas)”. Para os efeitos dessa tese importa destacar o que Scott estabelece como abordagem da cultura global, a qual vê a globalização “como um fenômeno orientado porá uma *cultura* homogeneizante baseada nos meios de comunicação de massa, que ameaça as culturas e identidades nacionais e locais” (SCOTT, 2006, p.95, destacado no original).

O fato é que essa diversidade de vertentes reflete o quão complexa é a questão da preservação dos bens culturais no mundo contemporâneo. Tal assunto será abordado na próxima subseção desta tese. Dentro desse intento, a ênfase, como a seguir veremos, se orienta em direção ao aspecto humanístico do mundo contemporâneo sobre a área de Conservação do patrimônio material.

1.2.1 Conservação na contemporaneidade

Ao se descortinar o século XXI, a perspectiva da área de Conservação mostrava-se marcadamente plural e complexa. Isso porque até o século XX os valores atribuídos aos objetos vinculavam-se necessariamente a um sentido de legitimidade artística ou histórica, cuja atribuição se dava por força da ação de um seletivo grupo. No entanto, hodiernamente, novos valores perpassam e fazem parte dessa relação do ator social com a sua própria cultura (CALDAS, 2013). Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, os quais são assumidos como entes indissociáveis e interdependentes (Art 5 da Declaração Universal da UNESCO sobre Diversidade Cultural).

Em virtude desse novo cenário ampliou-se o universo da conservação patrimonial, alterando-se, também, a forma como os sujeitos se relacionam com a preservação. Tal fato acarreta a necessidade de adequação a essa nova realidade na medida em que diversos são os atores que atribuem valores de referência em relação àquilo que os representa e os identifica (CALDAS, 2013).

É nesse cenário que desponta o trabalho do conservador-restaurador espanhol Muñoz Viñas, desconstruindo o ponto de vista clássico: assim, enquanto Brandi direciona seu pensamento ao objeto e a sua materialidade, Muñoz Viñas (2003) reconduz o olhar para uma dimensão simbólica, onde se destaca o significado que esse bem adquire frente aos seus grupos de pertencimento. Muñoz Viñas aponta a necessidade de revisão da teoria clássica da Restauração e dos critérios da práxis nesta área como forma de adequação ao panorama social que se lhe apresenta. Para contribuir com essa reflexão, oferece para a área o livro *Teoría Contemporánea de la Restauración* (MUÑOZ VIÑAS, 2003), o qual aporta ferramentas conceituais mais flexíveis e adaptáveis para o sentido comum dos envolvidos num contexto social que se mostra a cada dia mais dinâmico e voltado para o aspecto essencialmente humano da Conservação.

Destaca-se, na obra de Muñoz Viñas, a disposição de acompanhar as alterações substanciais ocorridas na área, onde princípios e critérios emergem para poder se adaptar às modificações conceituais sofridas pelo sentido de bem cultural. Em relação às intervenções, Muñoz Viñas sustenta que a ciência, quando colocada a serviço da Conservação, *informa*, mas, no entanto, *não justifica* as decisões que são tomadas na seleção de um determinado estado dos bens patrimoniais. Para este autor, o que caracteriza tanto a conservação quanto a restauração não são suas técnicas ou instrumentos, mas sim a intenção subjacente às ações: "no depende de *qué se hace*, sino de *para qué se hace*" (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 20, itálico no original), ou ainda, "las decisiones sobre *cómo* restaurar una cosa son culturales antes que técnicas" (MUÑOZ VIÑAS, 2003, 105, itálico no original).

Partindo dessa reflexão, o autor redireciona o foco, antes voltado, essencialmente, para o objeto e para sua materialidade, no qual se apoiava toda a teoria de Brandi. A partir de então o olhar está muito mais voltado à **função** do artefato, ao **significado** que esse objeto representa para determinado grupo ou coletividade. As obras passam a sofrer intervenções em função de uma comunidade ou de um proprietário, e não em função dela mesma.

Segundo Muñoz Viñas, o conservador-restaurador não tem autonomia para fazer aquilo que seu julgamento de valor determina como sendo o melhor para determinada obra, pois corre-se o risco de uma atuação pautada pela soberba de profissionais que se autointitulam detentores da "verdade". Do modo análogo, Appelbaum (2010) adverte que uma mesma ação, pautada exclusivamente pela objetividade, pode ser tecnicamente correta, mas, do ponto de vista subjetivo, o impacto que vai causar sobre os grupos sociais pode converter-se num grande desastre.

Por outro lado, o argumento da teoria contemporânea de Muñoz Viñas também dialoga substancialmente com o sentido de "ressonância" apresentado por Gonçalves (2005), pois devemos reconhecer que o importante no patrimônio cultural não são os objetos e lugares por si sós, mas, fundamentalmente, os significados e usos que as pessoas a eles atribuem, assim como os valores que eles representam. Parece imperativo, portanto, ter como objetivo uma atuação que satisfaça a comunidade atual ou futura afetada pela obra (MUÑOZ VIÑAS, 2003), já que os objetos não são bens culturais por si mesmos. Em verdade, eles dependem de um diálogo com os grupos

sociais, carecem de reconhecimento coletivo e exigem “ressonância” de seu público (GONÇALVES, 2005, p. 19).

Em outras palavras, o resultado das ações de Conservação necessita levar em conta a repercussão dos objetos junto a seu público, caso contrário, o diálogo patrimonial possivelmente estará condenado a se desfazer, na medida em que parte significativa do grupo social pode não mais reconhecer aquele objeto no qual se sentia representado. Em síntese, estamos diante da necessidade de novas abordagens que se sobrepõem sobre aquelas promovidas por Brandi. É também nesse aspecto que a teoria contemporânea (MUÑOZ VIÑAS, 2003) apresenta-se como alternativa para suprir as carências das teorias atualmente nomeadas como clássicas⁴⁰ e avança na dimensão simbólica dos objetos. Para a teoria contemporânea de Muñoz Viñas, a “verdade” e a “objetividade”, pilares da teoria clássica circunscritos na materialidade dos bens, são premissas superadas. Nesse contexto, o caráter subjetivo da atividade de Conservação deve prevalecer sobre os aspectos objetivos - de busca de “verdades”.

Nesse sentido, perceber o objeto em sua totalidade material e simbólica é tarefa fundamental para um diálogo patrimonial que reverbere junto aos grupos sociais. Muñoz Viñas também reitera que qualquer que seja o momento da história do objeto que se escolha como estado de verdade, ou seja,

[...] cualquiera que sea ese protoestado al que el restaurador pretende devolver el objeto restaurado, se está haciendo una elección cuyos condicionantes no se discuten ahora, pero que tiene inevitablemente un carácter convencional, subjetivo (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 104).

Há que se observar ainda o caráter de comprometimento como agente de preservação desse profissional que, ao agir diretamente sobre o objeto, tem em suas mãos o ônus de representar não uma classe, mas um ou mais grupos sociais. Tal como no conceito “*extended self*”, o profissional deve levar em conta o fato de estar lidando com bens que os atores sociais utilizam para definir os seus papéis em sociedade, como partes destes, e/ou enquanto extensões de seus “eus”⁴¹.

Afinada com essa compreensão abrangente dos bens culturais, a ética contemporânea da área de Conservação pretende atender, equilibradamente, a todas

⁴⁰ Referimo-nos aqui, em especial, à teoria de Cesare Brandi, ainda que as teorias de Violet Le Duc e John Ruskin sejam também consideradas clássicas.

⁴¹ Russell Belk utiliza o conceito de “*extended self*” para explicar a relação das pessoas com os objetos que possuem. Reitera que as coisas dão sentido ao passado, tornam tangíveis experiências intangíveis, como um souvenir de uma viagem, por exemplo, ou um monumento que ajuda a criar um sentido de passado a uma nação (BELK, 1988).

as funções do objeto, não se restringindo apenas àquelas relacionadas aos expertos, mas também para o restante dos usuários. Segundo Muñoz Viñas (2003, p. 162),

Desde el punto de vista ético, la mejor Restauración es la que proporciona más satisfacción a más gente, o aquella que produce una suma de satisfacciones mayor. Lo que sugiere a adoção de uma ética mais democrática e menos aristocrática.

Identifica-se, neste ponto, a ideia de “tomadas de decisão partilhadas”. Percebe-se também a articulação entre memória e matéria, subjetividade e objetividade, destacando a sustentabilidade como mais um princípio a ser agregado aos critérios clássicos, parâmetro este capaz de incrementar a capacidade do objeto para seguir satisfazendo aos gostos e necessidades intangíveis de futuros usuários.

É inegável que o argumento de Muñoz Viñas vem impregnado das ideias de multiplicidade de valores de Riegl. Há, portanto, que se destacar o fato de a contribuição do austríaco ter avançado ao século XXI e colaborado com os fundamentos da *Teoría Contemporánea de la Restauración* de Muñoz Viñas (2003), especialmente no que afeta à reflexão na qual as distintas percepções, em contextos específicos, redundam em múltiplas possibilidades para a preservação. Nesse sentido, como destacado por Muñoz Viñas (2003, p. 104), mesmo que existissem meios para alcançar um conhecimento exato do objeto em um dos seus múltiplos estados evolutivos, a eleição de um destes, em detrimento de outros, é fruto de uma opinião deliberada e sempre resultado de preferências subjetivas e conjunturais.

Por consequência, é uma ilusão a possibilidade de obter verdades absolutas como resposta a questões relacionadas a matérias carregadas de simbolismos, como no caso dos objetos que nomeamos bens culturais. Em verdade, para cada situação muitas possibilidades de solução se apresentam, o que torna a atuação profissional um constante desafio. Isso exige que a ação profissional seja orientada por critérios sólidos e pelo conteúdo moral de suas atitudes. No entanto, ademais de *expertise* técnica, de princípios éticos e critérios teóricos, entende-se como fundamental que o conservador-restaurador tenha plena consciência de seu compromisso social no afã de compreender em que medida sua condição de ser social pauta sua respectiva atuação profissional.

É com esse olhar que nos aproximamos da práxis da Conservação do patrimônio material, e é a partir dele que concentramos esforços no sentido de aprofundar a questão sob um recorte espacial pré-estabelecido. Nesse sentido, dedicamos nossa energia a dois contextos distintos, qual seja o brasileiro e o

espanhol. Guardadas as devidas particularidades, a realidade do Brasil e da Espanha denotam, entre si, semelhanças e dessemelhanças, convergências e divergências, em termos do ponto de vista do estado da arte da Conservação de bens culturais.

Ambas parecem compartilhar questões de ordem geral, assim como o peso da influência exercida pelos grandes centros mundiais, seja no âmbito estrito da práxis da Conservação, seja no campo da estruturação da profissão do conservador-restaurador⁴². Há, no entanto, diferenças marcantes entre os dois países, especialmente do ponto de vista de sua configuração sócio-política. Por esses motivos, a questão da Conservação tanto no contexto brasileiro quanto no espanhol, é o objeto central das próximas duas subseções.

1.2.1.1 Conservação no âmbito brasileiro⁴³

Trata-se o Brasil de um país marcado pelo impacto da colonização europeia, especialmente dos países ibéricos, mas também pela imensa pluralidade cultural dos povos que conformam seu tecido social, incluindo indígenas, africanos, orientais, dentre outros. Há que se destacar ainda, a notória influência norte-americana em nossa trajetória de construção cultural. Do ponto de vista da formação acadêmica, por exemplo, o contexto europeu e norte-americano exerceu - e segue exercendo - notável influência na formação intelectual de nossa sociedade. Sociedade esta em que a diversidade se impõe de forma inegável, tanto por sua constituição étnica como por sua geografia continental.

No entanto, e sobretudo em razão de nossas singularidades histórico-culturais, necessitamos avançar nos estudos relativos ao campo da Conservação para assegurar as bases de uma abordagem que aposta no confronto entre contextos socioculturais particulares, ainda que mutuamente interligados. Igualmente, parece-nos indispensável reforçar sobre a ideia de consciência coletiva de preservação de nosso patrimônio, seja como elemento de identidade, seja como fator de desenvolvimento numa perspectiva de sustentabilidade. Isso não é uma equação simples. O Brasil é o maior país da América Latina, fator que dificulta as políticas públicas nacionais de proteção ao Patrimônio e, particularmente, em se tratando de

⁴² Tanto Espanha como Brasil dão ênfase às habilidades manuais e às aptidões artísticas categorizadas como requisitos dos profissionais no período oitocentista. O assunto será melhor abordado na seção que trata da Conservação no âmbito brasileiro. No entanto, para aprofundamento do tema, sugere-se a leitura da tese de doutorado de Castro (2013).

⁴³ Parte desta seção foi publicada pela autora como capítulo de livro (CALDAS, SACCO DOS ANJOS, BUENO VARGAS E AFONSO, 2021).

acervos, obstaculiza grande parte das ações coordenadas de gestão institucional. O aludido incêndio do Museu Nacional⁴⁴ é prova disso e denota a insuficiente atenção que o Estado proporciona aos acervos sob sua tutela. A instituição, que serviu de instrumento ao império para a construção de uma imagem nacional, hoje luta por reerguer seu perfil acadêmico e científico, posto em xeque pela catástrofe ocorrida pouco depois da comemoração de seus 200 anos e que destruiu a maior parte do patrimônio composto de coleções representativas da história, da cultura e da ciência brasileira, além da memória da própria instituição que também se perdeu na tragédia.

Mais do que um sinistro, o caso é emblemático pois demonstra a fragilidade do patrimônio e evidencia a pertinência de estudos relativos ao campo da preservação. Por um lado, percebe-se a necessidade de que tal área busque respostas condizentes com suas idiossincrasias, a partir da construção de um conhecimento estruturado sobre a sua realidade, tendo em vista que recebeu fortes influências em sua formação de países originários de povos de língua românica, como França e Itália - e mais recentemente da América do Norte e outros países de origem anglo-saxã, como Estados Unidos e Canadá.

Por outro prisma, ao se identificar a mesma correspondência no que se refere às bases da literatura estrangeira relativa à história da Conservação, verifica-se o quão convenientes são as investigações que se propõem a colaborar direta ou indiretamente no entendimento da área patrimonial e do exercício profissional destes atores. Por isso, estudos como o de Castro (2013), Pagani (2017) e Carvalho (2018), são tão relevantes. O primeiro, buscou entender tanto a trajetória histórica e epistemológica da profissão do conservador-restaurador, quanto, essencialmente, o repertório cultural que instituiu o campo disciplinar no Brasil. O segundo, pretendeu responder questões sobre a formação dos conservadores-restauradores neste país e de como estes se inserem no mercado de trabalho, assim como a legislação que os ampara e que normatiza os seus trabalhos. O terceiro estudo, procura trazer contribuições para a preservação do patrimônio a partir da análise do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis que foi

⁴⁴ Trata-se de uma instituição autônoma, integrante do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculada ao Ministério da Educação. Foi criado por D. João VI, em 06 de junho de 1818. Atualmente, por ser um museu universitário, tem um perfil acadêmico e científico, sendo suas exposições fruto da história da instituição e de suas atividades de pesquisa e ensino, produzindo e disseminando conhecimento nas áreas de ciências naturais e antropológicas (informações coletadas junto ao site do Museu Nacional, 2019).

desenvolvido na Escola de Belas Artes - EBA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre os anos 1989 e 1996.

No entanto, compreender o cenário deste campo de conhecimento na contemporaneidade brasileira depende não só de estudar como foi e estão sendo forjados os profissionais que constroem a área da Conservação no Brasil, mas igualmente de decifrar seu *métier* na perspectiva de sujeitos que dialogam com os objetos de sua práxis, ou como atores sociais que inegavelmente se apresentam.

Do ponto de vista profissional, o exercício da atividade de conservador-restaurador conta com mais de 150 anos de atuação não oficialmente reconhecida. Castro (2013) afirma, em sua tese de doutorado, que o processo de construção cultural da área, marcadamente lento, fragmentário e heterogêneo, remonta ao século XIX, tendo a Academia Imperial de Belas Artes – AIBA assumido a condição de cenário privilegiado para o surgimento do profissional no âmbito do serviço público nacional.

A primeira vez que apareceu o termo relacionado ao profissional ocorreu no segundo reinado imperial, em 1841, numa ata de reunião de trabalho da Academia Imperial de Belas Artes – AIBA presidida à época por Felix Emílio Taunay⁴⁵. Nessa ocasião foi citada a conveniência da criação do “lugar” de “restaurador de painéis para a conservação da Coleção Nacional⁴⁶, dentre outros cargos, numa alusão à necessidade de se criar um cargo dentro do quadro da Administração Pública para profissionais a serem designados a intervir no referido acervo, o qual evidenciava processo significativo de deterioração (CASTRO, 2013, p. 33).

No entanto, somente em 1854 essa questão ganhou relevo com a incorporação do pintor histórico Carlos Luiz do Nascimento ao quadro de funcionários da AIBA. Destaca-se que o termo foi o mesmo utilizado à época na Academia de Belas Artes Francesa e no Museu do Louvre, o que demonstra a influência francesa nas origens da profissão junto à realidade brasileira.

No segundo reinado, em 1855, Manuel Araújo Porto-Alegre⁴⁷, o Barão de Santo Ângelo, apoiado por D. Pedro II, realizou ampla reforma na AIBA, conhecida como

⁴⁵ O documento é parte do acervo do Museu D. João VI, da Escola de Belas Artes da UFRJ, (CASTRO, 2013, p.33).

⁴⁶ A chamada Coleção Nacional era composta por um conjunto de quadros trazidos ao Brasil em 1816 por Joaquim Lebreton (1760-1819), chefe da Missão Artística Francesa e outras obras pertencentes à coleção de Dom João VI, que juntas formariam a Pinacoteca da Academia Imperial de Belas Artes.

⁴⁷ Manuel José de Araújo Porto-Alegre (1806-1879) foi um escritor do romantismo, político e jornalista. Fundou várias revistas, dentre elas a Nitheroy, revista brasiliense, divulgadora do gênero literário

Reforma Pedreira, que modernizou a instrução pública aos moldes europeus, incorporando valores e práticas das chamadas “nações civilizadas” (SQUEFF, 2000, p. 104). Porto-Alegre foi aluno de Debret na AIBA, sendo que posteriormente acompanhou seu mestre em seu retorno à França, onde recebeu formação na Escola de Belas Artes de Paris, fato que denota a influência francesa em sua trajetória profissional.

Como explicitado por Castro (2013, p. 40-47), a criação na Administração Pública brasileira do cargo de “Restaurador de Quadros e Conservador da Pinacoteca”⁴⁸ demonstra que a conservação é um preceito presente já em tempos de Império, ainda que apareça de forma mais consistente apenas nos anos 1990. Outrossim, o perfil do Restaurador de Quadros e Conservador da Pinacoteca, foi baseado num modelo francês, possuindo um repertório cultural de práticas vinculadas à “Arte da Restauração” amplamente divulgadas na Europa oitocentista por meio dos manuais, ainda subordinada ao campo da Pintura. Ou seja, desse modo, não havia distinção entre o perfil do artista e do conservador-restaurador. Outra questão relevante é que as obras eram usadas como modelos e, para tal, elas deveriam estar em condições adequadas para que os estudantes da Academia pudessem reproduzir cópias dos clássicos, numa clara relação entre mestres e seus discípulos. Assim, destaca-se a prevalência dos valores estéticos para atender à linha pedagógica da AIBA.

É importante ressaltar que a influência francesa foi intensa e forneceu aspectos singulares à cultura ocidental na época. Particularmente em Paris, o clima intelectual e artístico da *Belle Époque*, em fins do século XIX. Tal período estava marcado por profundas transformações culturais, as quais influenciaram o cotidiano, trazendo novas formas de pensar e viver que interferiram, sobremaneira, na área patrimonial. Há que se demarcar, no entanto, que a França não estava isolada do restante da Europa, sendo uma espécie de amalgamador da cultura ocidental. Falar de influência francesa, portanto, é dizer de uma influência europeia, cujo protagonismo é não só dos franceses, mas também de pessoas imersas nesse ambiente cultural. A

romântico e Lanterna Mágica, publicação de humor político). Foi pintor, caricaturista, arquiteto, crítico e historiador de arte, professor e diplomata brasileiro (informações coletadas junto ao site do Escritório da Arte, 2019).

⁴⁸ Presente nos Estatutos da AIBA e estabelecidos pelo Decreto nº 1603 de 1855.

*haussmanização*⁴⁹ de Paris, por exemplo, inspirou a modernização de outras tantas metrópoles⁵⁰, como foi o caso da reforma do Rio de Janeiro colocada em marcha por Pereira Passos⁵¹ no início do século XX. Do ponto de vista social, tratou-se de uma ação de "higienização" dos grandes centros urbanos e de consolidação de uma burguesia capitalista que apartava a população menos privilegiada para a periferia. Em síntese, as cidades cosmopolitas do século XIX estavam conectadas com o que era produzido na França, cuja atmosfera cultural era destacada no ocidente, exercendo também uma forte influência sobre o ambiente patrimonial brasileiro.

No âmbito da profissão, a Proclamação da República, em 1889, se configurou como um marco importante, momento em que o Governo republicano Provisório recém instituído, mostrou-se imbuído da tarefa de construir um novo modelo artístico para o país, determinando a modificação do estatuto da AIBA, que passou a Escola Nacional de Belas Artes - ENBA. É nesse contexto que surge o cargo de "Conservador" em substituição ao de "Restaurador de Quadros e Conservador da Pinacoteca", o que, segundo Castro (2013, p. 73-75), indica, também, uma certa redução de status do profissional no âmbito institucional.

Ainda na Primeira República, numa das reorganizações estatutárias da ENBA, apareceu pela primeira vez, nos documentos oficiais, a denominação do profissional "conservador-restaurador", em 1911⁵². Entretanto, o perfil se manteve por permanecer com uma formação artística (CASTRO, 2013, p. 86). Nota-se, até então, portanto, como aponta o mesmo autor (2013, p. 80-90), a subordinação da área à Pintura, fato que perdura até meados do século XX. O autor localizou exemplares de tratados de

⁴⁹ É desse modo que alguns historiadores nomeiam o projeto de modernização estratégico de Paris, realizado por Georges-Eugène Haussmann. O objetivo, além de embelezar e tornar a cidade mais imponente, era impedir as barricadas, insurreições e embates populares recorrentes, removendo antigos moradores centrais da classe trabalhadora para a periferia. A remodelação envolveu a demolição de construções antigas para o alargamento das ruas, cuja organização geométrica permitia enfrentamento facilitado das revoltas populares, objetivo do Império de Napoleão III. O projeto do Barão Hausmann ergueu, sobretudo, uma Paris elegante e homogeneizadora sobre os escombros da cidade antiga (WIKIPEDIA, 2019a).

⁵⁰ Como exemplo de expansão urbanística na Espanha, à semelhança de Paris na França, tem-se, o Plano Cerdá que tinha como propósito expandir Barcelona para além das muralhas da Ciudadela (WIKIPEDIA, 2019b).

⁵¹ Francisco Franco Pereira Passos (São João Marcos, 29 de agosto de 1836 — Rio de Janeiro, 12 de março de 1913) foi um engenheiro e político brasileiro. Foi prefeito do então Distrito Federal entre 1902 e 1906, nomeado pelo presidente Rodrigues Alves (WIKIPEDIA, 2019c).

⁵² O novo regulamento da ENBA é aprovado no Decreto nº 8.964, realizando modificações em relação ao pessoal administrativo.

restauração⁵³ na Biblioteca de Obras Raras da EBA⁵⁴, corroborando a influência europeia, especialmente francesa e italiana, na virada do século XIX para XX. Reforçando o estreito vínculo da construção da profissão no Brasil com o que estava sendo feito no âmbito europeu, Castro (2013, p. 90) menciona, por exemplo, o programa da disciplina de pintura do professor Rodolfo Amoedo que incluía, na década de 1920, conhecimentos relacionados à atividades próprias de restauradores, como limpeza e reparação de pinturas deterioradas, reparações de acidentes diários, dentre outros.

Já no Estado Novo (1937 a 1945), em plena era Vargas, separou-se a pinacoteca da ENBA, havendo sido criado o Museu Nacional de Belas Artes, momento que coincide com a implantação de diversas políticas públicas de preservação num franco movimento de valorização patrimonial e de busca de uma identidade nacional desvinculada do modelo europeu (CASTRO, 2013, p. 91-105). Não se pode menosprezar os desdobramentos advindos da influência das vanguardas europeias⁵⁵, assimiladas pelo movimento modernista, que trouxe uma clara guinada em favor de uma cultura genuinamente nacional. No Brasil, o Modernismo, capitaneado, principalmente, por Oswald de Andrade, absorveu as linguagens dos movimentos artísticos e literários europeus, entretanto salientou elementos da cultura brasileira, em virtude da crescente necessidade de valorização do que era nacional.

No cenário internacional, a marcante Carta de Atenas de 1931, atribuiu a responsabilidade da conservação do patrimônio para os Estados, repercutindo na Constituição Federal de 1937, a qual passa a incluir a proteção legal do patrimônio artístico e histórico brasileiro. Nesse contexto é que foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN) numa clara intenção de construir, a partir do ideário iluminista, uma identidade pautada pela unidade da nação brasileira. As primeiras

⁵³ As bibliografias sobre as técnicas de pintura estavam presentes nos séculos anteriores, a exemplo do *“Trattato della Pittura”* de Leonardo da Vinci, impresso pela primeira vez ainda no século XVII, No entanto, os tratados dirigidos às atividades de restauração aparecem somente no século XIX. (MACARRON MIGUEL, 2002)

⁵⁴ A obra do italiano oitocentista Secco-Suardo é considerada fundamental na história da profissão, segundo Lacanal (p.189). Castro localizou na Biblioteca de Obras Raras da EBA um exemplar do livro *“Il restauratore dei dipinti”* [O restaurador de pinturas], publicado por Giovanni Secco-Suardo em Milão no ano de 1894 e outro do *“Guide pratique du restaurateur-amateur de tableaux, gravures, dessins, pastels, miniatures”* [Guia prático do restaurador-amador de madeiras, gravuras, desenhos, pastéis, miniaturas], de Oscar Edmond Ris-Paquot, publicado em Paris, no ano de 1890. A presença desses livros fornece indícios da pedagogia da conservação e restauro dessa época (CASTRO, 2013, p. 76).

⁵⁵ As principais foram o Cubismo, o Futurismo, o Dadaísmo, o Expressionismo e o Surrealismo.

ações do Estado brasileiro dirigiram-se à criação de museus, entendidos naquele momento como espaços oficiais de proteção do passado, e à implantação do estatuto do tombamento, através do Decreto-Lei 25/1937. Foi justamente nesse período que se deu a criação do Museu Nacional de Belas Artes - MNBA (vinculado à EBA), no Rio de Janeiro. Assim, os objetos passaram a ter seu valor histórico ressaltado, em virtude da musealização e do abandono da função didática. Desse modo se assume uma conotação jurídica do objeto museológico através do tombamento das coleções Castro (2013, p. 99-100).

Sob o comando ditatorial de Getúlio Vargas (1930-1945), esse período, foi fortemente marcado pela atuação de Barroso assim como pela proeminência da área de Museologia, ficando o profissional de Conservação subordinado a esse campo do conhecimento (CASTRO, 2013, p. 116). Não obstante, é de Barroso (1947) um texto que de certo modo defende a profissão do conservador-restaurador intitulado "A carreira do Conservador". Nesse documento, nomeado "Memorial encaminhado aos membros da Comissão do Plano de Classificação de Cargos para a revisão dos níveis de vencimentos do funcionalismo civil", Barroso argumenta que os Conservadores de Museu figuravam numa rubrica diferente dos Naturalistas⁵⁶, o que significava também uma remuneração inferior a esses profissionais.

Barroso argumenta no texto não haver justificativa para tal diferenciação, pois para ser Conservador de Museus os profissionais cumpriam o Curso de Museus, de nível superior, tal como os Naturalistas que dependiam dessa mesma condição para ascender em sua respectiva carreira. Ademais, justificava que tal equiparação estaria condizente com o cargo nos museus do velho mundo e que a inferioridade salarial estaria diretamente relacionada a um rebaixamento de sua qualidade (BARROSO, 1947, p. 229-233). No entanto, entende-se que o Conservador de Museu da época está mais relacionado ao profissional atualmente denominado Museólogo, visto que tem uma formação e responsabilidades mais abrangentes e não tão direcionadas à questões aplicadas de conservação dos objetos. Importante reforçar que nessa conjuntura havia uma clara subordinação da Conservação ao campo da Museologia. A publicação da "Introdução à Técnica de Museus", também de Barroso (1946), demonstra claramente esse posicionamento. Na época as atividades de Conservação eram entendidas como sendo atribuição e responsabilidade da Museologia, uma área

⁵⁶ O cargo dos Naturalistas era considerado técnico científico e se referia aos profissionais que atuavam no Museu Nacional e que se ocupavam com as ciências naturais: geologia, zoologia, botânica, etc.

do conhecimento já consolidada. Ao descrever procedimentos de Conservação numa publicação relacionada ao campo museológico, a publicação colocou as atividades de conservação e restauração como um domínio subjacente ao campo museológico (BARROSO, 1946, p. 13-14).

Por outra parte, o período revela uma cientificidade que começou a se sobrepor ao paradigma da *artesanía*, especialmente a partir da contribuição de Regina Liberalli que assumiu o cargo de Conservador de museus do MNBA, em 1939, através do primeiro concurso público da área. Liberalli se apropriou do discurso científico ao longo de sua atuação profissional, tendo como fonte essencial a literatura europeia (CASTRO, 2013, p. 113). Já na sua monografia, por ocasião do concurso, Liberalli demonstrou uma forte influência do Escritório Internacional de Museus, por meio da *Revista Museion* que foi utilizada como o principal referencial de seu texto. A revista francesa foi um prenúncio do que seria a chamada *restauração científica* que prevaleceria em seguida no cenário internacional.

O SPHAN também acompanha essa tendência cientificista. Edson Motta⁵⁷, nomeado, em 1944, para o cargo de “Perito em Belas Artes”⁵⁸. Outrossim, numa conjuntura bastante favorável, realizou estágio, entre 1945-1947, no *Fogg Art Museum*, na Universidade de Harvard, tendo sido agraciado pela concessão de bolsa da Fundação Rockfeller⁵⁹. A instituição, alicerçada no campo dos “estudos técnicos”, possuía grande sintonia com a teoria de Ruskin⁶⁰ e seu culto ao valor de ruína. Motta, portanto, nesse estágio, recebeu uma formação tipicamente norte-americana, cuja matriz teórica era inglesa (CASTRO, 2013, p. 187-197). Ao retornar dos Estados Unidos, promoveu a disseminação, no Brasil, dos preceitos do chamado modelo de “restauração científica”. Ademais, exaltou o caráter interdisciplinar como uma

⁵⁷ Edson Motta (1910-1981) - Pintor, restaurador, professor, em 1944 é convidado a organizar o Setor de Recuperação de Obras de Arte do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan, permanecendo no cargo de diretor e conservador-chefe até 1976. Entre 1945 e 1980, atua como professor de teoria, técnica e conservação da pintura, na Escola Nacional de Belas Artes, da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Entre suas publicações estão: “O Papel: problemas de conservação e restauração” (1971), e *Iniciação à pintura* (1976), ambas escritas em parceria com Maria Luiza Salgado (MOTTA e SALGADO, 1971).

⁵⁸ Castro sugere que, com a alteração da nomenclatura do profissional responsável pela Conservação para “Perito em Belas Artes”, a competência de certa maneira retornou para o campo das Artes nos anos 1940 na esfera pública.

⁵⁹ A Fundação Rockefeller é uma associação não-governamental criada em 1913 nos Estados Unidos da América, cuja missão é promover o estímulo à saúde pública, o ensino, a pesquisa e a filantropia, principalmente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

⁶⁰ Criado em 1895, o “*Fogg Art Museum*”, foi a primeira estrutura construída especificamente para treinamento especializado de estudiosos de arte, dos conservadores e de profissionais de museus na América do Norte, exercendo marcante influência do inglês John Ruskin em suas diretrizes conceituais.

premissa conceitual, bem como reproduziu o cientificismo de cunho positivista, o qual entendia que a ciência abarcava respostas para todos os problemas de restauração, empregando técnicas “lógicas e racionais”, numa atitude de contraponto às da “arte da restauração” que antes preponderavam no país (CASTRO, 2013, p. 189-199).

Na chamada fase heroica do IPHAN, na década de 1960, à época chamado de DPHAN, Edson Motta teve uma atuação significativa o que lhe conferiu também um papel importante no desenvolvimento da profissão no país. Além de técnico da instituição, era docente da UFRJ, tendo atuado intensamente no âmbito do patrimônio brasileiro⁶¹ (CASTRO, 2013, p. 201). Em 1951, Edson Motta criou a disciplina “Teoria, conservação e restauração da pintura” junto à Escola de Belas Artes da UFRJ, onde lecionou até 1980. Foi o momento em que o ensino da Conservação de bens culturais foi inserido no âmbito universitário, sendo pioneiro no contexto brasileiro e da América Latina. No entanto, não se tratava de um sistema formal de ensino, mas de uma disciplina dentro do curso de Belas Artes. Seu vínculo com o DPHAN possibilitou que seus alunos complementassem simultaneamente sua formação prática com estágios no “Laboratório-Atelier” da instituição. Desse modo, Motta foi responsável pela formação de toda uma geração de profissionais entre as décadas de 1950 e 1970, cuja esforço consistia em suprir a carência de pessoal especializado e de atender as demandas da instituição oficial de proteção do patrimônio histórico e artístico (DPHAN) (CASTRO, 2013, p. 203-204). No entanto, podemos considerar essa uma tarefa de êxito limitado, devido às dimensões continentais do país e ao volume de acervos existentes.

Assim, por ser muito requisitado, Motta escalou João José Rescala e Jair Inácio como “discípulos” de seu trabalho, nomes que foram também protagonistas nesse período. Rescala era perito em Belas Artes e foi formado por Edson Motta. Era pintor, igualmente técnico do IPHAN e professor na EBA-UFBA, havendo desenvolvido extenso trabalho no nordeste brasileiro. Em 1956, Rescala também criou uma disciplina, na UFBA, nomeada “Teoria, Conservação e Restauração de Pintura” (CASTRO, 2013, p. 212-217). Já Inácio teve uma formação inicial com Motta em 1956 e em 1961 foi para a Bélgica com uma bolsa de estudos para o Instituto Real do

⁶¹ Segundo Castro (2013), Motta defendia a lógica da racionalidade com a aplicação da encáustica na pintura de cavalete, ou seja, partia do pressuposto que países da faixa tropical como o Brasil, de clima úmido e quente, não poderiam trabalhar com técnicas aquosas, em razão da propensão de ataque de fungos e microrganismos. Assim, com a encáustica, promovia o reentelamento, o preenchimento e nivelamento da lacuna e a reintegração cromática ao mesmo tempo.

Patrimônio Artístico da Bélgica – IRPA (Royal Institute for Cultural Heritage - KIK-IRPA), sendo orientado por Paul Coremans⁶². Teve grande atuação no patrimônio barroco mineiro, havendo sido responsável pela criação, em 1970, do primeiro curso brasileiro de formação de restauradores, na Fundação de Arte de Ouro Preto – FAOP (CASTRO, 2013, p. 217-222).

Castro (2013, p. 164) informa que no período de Juscelino Kubitschek, compreendido entre os anos 1956 e 1961, o profissional era nomeado Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico no âmbito da Administração Pública. Num contexto em que se buscava implementar um novo modelo econômico, os objetos recebiam uma valoração de cunho positivista, isto é, eram consideradas obras de arte os objetos que alcançaram um grau de excelência histórica e artística, com destaque para os acervos históricos, militares e eclesiásticos. A prática tinha um caráter marcadamente intervencionista (CASTRO, 2013, p. 168), de reposição de partes faltantes e reintegração cromática, por exemplo.

No período do Regime militar (1964-1985), as missões culturais da UNESCO no Brasil oportunizaram a vinda de vários profissionais estrangeiros, destacando-se Paul Coremans, que, em 1964, desenvolveu um relatório contundente, apontando vários problemas no panorama da Conservação do patrimônio no âmbito brasileiro, as quais foram noticiadas pela imprensa (CASTRO, 2013, p. 204). Nesse contexto, cabe destacar

[...] a preocupação da UNESCO “com a situação de abandono e de desprezo das coisas da cultura brasileira”, criticando as ações da DPHAN na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e transferindo para aquela organização as decisões relativas à preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro. (LEAL, 2009, p. 2; aspas no original)

Na época o DPHAN já contava com seu Laboratório de Conservação, cujo caráter científico foi resultado do pioneirismo de Edson Motta. A missão de Coremans foi de avaliá-lo e, também, de visitar os edifícios históricos do sítio urbano de Ouro Preto para encaminhar propostas para sua conservação (LEAL, 2009, p.1). Havia, em todo território brasileiro, segundo apontou um levantamento publicado no Diário Oficial da União em 1966, apenas dezessete servidores ocupando o cargo de Conservador

⁶² Paul Coremans (1906-1965) foi um cientista belga que avançou nos campos da gestão do patrimônio cultural e da curadoria do patrimônio cultural. Foi o fundador e primeiro diretor do Royal Institute for Cultural Heritage em Bruxelas, Bélgica, sendo reconhecido internacionalmente por seus conceitos inovadores e como promotor do interesse no patrimônio artístico mundial, havendo atuado em várias missões da UNESCO pelo mundo.

do Patrimônio Histórico e Artístico. Oito anos mais tarde, Edson Motta reclama a carência de profissionais dedicados à preservação no Brasil quando em entrevista ao Jornal O Globo informa a existência de apenas quarenta e duas pessoas, distribuídas entre Rio de Janeiro, Belém, Recife, Bahia, Ouro Preto e Congonhas do Campo. Motta destacou, nessa entrevista, a insuficiência de pessoal nomeando como "ridículo" ter esse número de profissionais como responsáveis pelo atendimento das demandas de acervos de um país de dimensão continental, especialmente considerando suas particularidades regionais e imensa diversidade de clima. Isso denota a incipiência da área no contexto nacional, em que pese o volume de obras que compunham o acervo museal brasileiro (CASTRO, 2013, p. 210).

Segundo Castro (2013, p.213), houve, durante o regime militar (1964-1985), outra mudança na nomenclatura do profissional dentro dos quadros públicos, quando este passou a ser chamado de Técnico em Assuntos Culturais. Essa é também uma época em que os primeiros profissionais começam a tomar maior contato com o universo europeu, sendo a participação da UNESCO significativa nesse momento histórico, em meio à intensificação da assistência aos países em desenvolvimento. Vários laboratórios de conservação e restauração foram implantados nas instituições públicas detentoras de acervos, assim como em instituições de ensino universitário para fins pedagógicos. Um exemplo é a criação em 1969, por iniciativa do restaurador mineiro Jair Afonso Inácio⁶³, do primeiro curso de formação de restauradores junto a Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade (EARMFA), na Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), da qual foi coordenador até a sua morte. Trata-se de curso de nível técnico que até o presente capacita profissionais para analisar, diagnosticar e intervir em acervos de papel, escultura policromada e pintura de cavalete (FAOP, 2019).

O período de abertura e redemocratização nacional, compreendido entre 1977 e 1985, se inscreve como um claro divisor de águas dado que foi o momento em que o profissional passou a ser denominado Conservador-Restaurador de Bens Culturais.

⁶³ Jair Afonso Inacio (1932-1982) - mineiro, iniciou sua atuação aos dezesseis anos como auxiliar na restauração da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dais. Tornou-se chefe de equipe (1952) na restauração da Matriz Nossa Senhora do Pilar (Ouro Preto). Teve sua formação em estágio no DPHAN/RJ e com o Prof. Edson Motta. Recebeu bolsa da Fundação Rockefeller (1961), junto ao "Institut Royal de Patrimoine Artistique" (IRPA), em Bruxelas, Bélgica, sob orientação de Paul Coremans. A partir daí atuou no ICRROM, no ICOMOS e na UNESCO. Realizou como contratado do DPHAN em restauração, catalogação e inventário de uma grande parcela de bens do estado de Minas Gerais (CASTRO, 2013, p. 217-222) entre 1962 a 1982. Foi também professor de 1978 a 1979, no Curso de Especialização de Conservação e Restauração de Bens Culturais da UFMG.

O esforço empreendido pela então diretora do Centro de Restauração de Bens Culturais do IPHAN, Maria Luísa Guimarães Salgado, demonstra a apropriação da noção de “bem cultural”, em sintonia com o ambiente internacional (CASTRO, 2013, p. 230). A administração de Aloísio Magalhães no IPHAN entre 1979 e 1981, inaugurou a nomeada “fase moderna” (GONÇALVES, 2002, p. 49) da instituição e do patrimônio no Brasil, alterando o paradigma conceitual. O país acompanhou as mudanças internacionais adotando o conceito antropológico de cultura, em virtude da substituição da noção de “patrimônio histórico e artístico” pela de “bem cultural” (CASTRO, 2013, p. 226).

Do ponto de vista da formação acadêmica superior, é desse período a primeira iniciativa em nível de especialização implementada no Brasil. Trata-se do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), implementado em 1978. Este é o mesmo ano em que Agnes Ballestrem (na época Presidente do “*International Institute for Conservation*” de Londres), produz o primeiro documento, discutido pelo Comitê de Normas e Formação do ICCROM, cuja finalidade foi estabelecer os objetivos, princípios e necessidades fundamentais da profissão de conservador-restaurador⁶⁴.

É também o mesmo ano em que aparece pela primeira vez o termo “bens culturais” na designação do setor responsável pelas ações de conservação e restauração no âmbito do IPHAN⁶⁵, revelando-se “consoante com o ideário científico defendido naquele momento pela comunidade internacional de preservação do patrimônio cultural”, como alude Castro (2013, p. 223).

O primeiro curso de especialização da área de Conservação e Restauração de Bens Culturais foi criado em 1978, na UFMG, também em resposta a uma demanda da orientação das cartas patrimoniais “Compromisso de Brasília” (1970) e de “Salvador” (1971) que haviam destacado a necessidade de formação profissional no

⁶⁴ Este documento foi publicado no mesmo ano nas atas da 5ª Reunião Trienal do ICOM realizada em Zagreb (Croácia). Recebeu uma versão revisada e republicado em 1981, na 6ª Reunião Trienal do ICOM em Otawa, a qual foi aprovada em 1984 na 7ª Reunião Trienal do ICOM em Copenhague. O documento aponta que a formação do conservador-restaurador deverá compreender tanto o desenvolvimento da sensibilidade artística como a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos sobre materiais e técnicas, assim como proporcionar uma rigorosa base sobre a metodologia científica. Ademais, o documento refere a necessidade de que a formação profissional tenha caráter interdisciplinar.

⁶⁵ O Setor de Conservação e Restauração de Pinturas, Escultura, Talha, Manuscritos e Códices passa a denominar-se Centro de Restauração de Bens Culturais (CASTRO, 2013, p. 223).

país. A especialização funcionou por 30 anos e deu lugar a um curso de graduação. Dois anos depois, em 1980, a UFMG implantou o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais – CECOR, adotando novos critérios e bases técnico-científicas. Atualmente o CECOR apoia os cursos de graduação em Conservação e Restauração e atividades avançadas de ensino, extensão e pesquisa relacionadas aos cursos de Pós-Graduação, sediados no Programa de Pós-Graduação em Artes da EBA/UFMG.

Na década de 1980 destaca-se, igualmente, a participação da sociedade civil, com a criação de várias associações, entre as quais se destacam a ABRACOR (criada em 1980) e a Associação Brasileira de Encadernação e Restauo – ABER (fundada em 1988). Criado em 1994, o Núcleo de Conservação e Restauo Edson Motta – NUCLEM é um pioneiro laboratório-escola, especializado em documentos gráficos. Sua implantação se deu por meio do convênio de cooperação técnica ABER e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Salienta-se também a atuação, durante vinte anos, da Fundação VITAE – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, que de 1985 a 2005 ofereceu o Programa de Apoio aos Museus, bem como a concessão de diversas bolsas de estudos no campo da Conservação.

No entanto, a virada do século trouxe novas exigências à área. Nesse contexto, Kühl demonstra preocupação no desenvolvimento da profissão no Brasil, particularmente ao afirmar a necessidade de maior aprofundamento teórico voltado à realidade brasileira. Para atender a essa carência, indica a necessidade de "[...] formular uma carta de princípios nacional, com repercussão na legislação, como acontece em outros países, que deveria inquirir e integrar os preceitos da Carta de Veneza e outras cartas e recomendações internacionais" (KÜHL, 2006, p. 30).

O propósito seria adequar essas orientações e torná-las atuais no contexto brasileiro, "pois se verifica uma ampliação crescente e legítima daquilo que é considerado bem de interesse cultural a ser preservado, estendendo-se a um número cada vez maior, a tipos cada vez mais variados e a um passado cada vez mais próximo" (KÜHL, 2006, p. 30).

O alargamento das necessidades da área e a expansão da profissão, também impuseram a modificação do ambiente de formação profissional, como constatou Froner (2010, p. 50-51):

A demanda por um profissional qualificado com cursos de formação na área – tanto ao nível de graduação quanto de pós-graduação – promove a alteração do perfil profissional no país. Não basta mais a experiência

adquirida no atelier ou cursos de formação de curta duração, pois é indispensável uma formação sustentada pela construção de uma carreira sólida, sedimentada na práxis e na pesquisa, no aprimoramento e na capacidade de extroversão e interlocução.

Para atender a essa demanda, na década de 2000, tem-se a implantação de dois cursos de graduação tecnológica de Conservação e Restauração de Bens Culturais em Instituições de Ensino Superior privadas, um deles, na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro (2006), e outro na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007).

No entanto, foi durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que se alterou substancialmente o panorama da formação superior no Brasil. Trata-se de um período marcado pelo estabelecimento de políticas públicas de ampliação do acesso e permanência de estudantes através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI (2003-2012). Essa política repercutiu significativamente na formação profissional da área dado que, a partir de 2008, tem-se a implantação de cursos de graduação em nível de bacharelado em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis.

O primeiro deles surgiu na UFMG, e o segundo na UFPEL, ambos criados em 2008. O terceiro, criado em 2010, se deu na UFRJ. Sob o impulso do REUNI o Ministério da Educação (MEC) apoia a criação de outros cursos do gênero no território nacional. O mais recente é o da Universidade Federal do Pará (UFPA), criado em 2019. Com um enfoque tecnológico tem-se o curso de Conservação e Restauo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Não obstante, outros três foram extintos (UNIEURO-Brasília) ou se encontram em processo de extinção (PUCSP e Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha - Caxias do Sul)⁶⁶.

Atualmente, no âmbito da pós-graduação, a UFMG possui um programa com uma linha de pesquisa intitulada “Preservação do Patrimônio Cultural⁶⁷ cuja influência é significativa na formação de recursos humanos e produção do conhecimento. No caso da UFPel o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio

⁶⁶ Dados obtidos no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (MEC, 2019).

⁶⁷ A linha de pesquisa está inserida no Programa de Pós-Graduação em Artes, o qual é oriundo do curso de especialização criado em 1978. O Programa está fortemente ligado às artes plásticas e implantou o Mestrado em 1995 e o Doutorado em 2006, tendo atualmente conceito 6 na avaliação da CAPES.

Cultural (PPGMP) em atividade desde 2003⁶⁸, apresenta uma trajetória similar ao seu congênere na UFMG. O PPGMP se estrutura em torno de quatro linhas de pesquisa, as quais guardam vínculos com a questão da Conservação patrimonial.

Em vista do exposto, coincidimos com as observações de Castro (2013, p. 233-240). Este afirma que a designação semântica do profissional conservador-restaurador no contexto nacional, que remonta desde o Restaurador de painéis da AIBA em 1841, ao Conservador-Restaurador de Bens Culturais do IPHAN de 1980, se deve muito à própria construção cultural da profissão, bem como às suas matrizes teóricas demarcadas no espaço do serviço público brasileiro.

As duas primeiras décadas do século XXI estão marcadas pela luta no sentido do reconhecimento da área como profissão. Ela existe de fato, mas não de direito, estando sujeita a uma certa invisibilidade social. Em vista disso, há limites efetivos na ampliação do seu espaço dentro de um país que pouca atenção dedica aos seus bens patrimoniais. No processo que envolve a regulamentação há tensões e conflitos que refletem as dissensões típicas de um campo profissional em fase de estruturação. As primeiras iniciativas nessa seara datam dos anos 1990, contudo não avançaram. Ações mais efetivas surgem somente em 2005, durante um encontro de conservadores-restauradores de diversos estados ocorrido na Pinacoteca de São Paulo. Nesse encontro as primeiras discussões envolveram dirigentes de entidades representativas, além de alguns profissionais autônomos⁶⁹.

Um ano mais tarde, em setembro de 2006, no XII Congresso da ABRACOR, aparece o primeiro texto redigido por grupo de profissionais, o qual foi disponibilizado logo em seguida na página da associação para uma avaliação de mais profissionais, já que nem todos estavam presentes no congresso supra mencionado. Para atender

⁶⁸ A UFPel teve entre os anos de 2003 até 2005 um curso *lato sensu* de especialização em Memória, Identidade e Cultura Material o. Em 2006 foi criado o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural em nível de Mestrado, o qual alcançou o nível de Doutorado em 2013, após a diplomação de dezenas de Mestres. O Programa possui quatro linhas de pesquisa ligadas à temática patrimonial: 1) Memória e Identidade; 2) Instituições de Memória e Gestão de Acervos; 3) Patrimônio, Espaço e Território; e, Políticas de Memória e Patrimônio no Mercosul. O PPGMP/UFPEL, classificado na CAPES com conceito 5, tem a particularidade de estar ligado ao Instituto de Ciências Humanas onde estão alocados diversos cursos de graduação e pós-graduação da área das ciências humanas (História, Antropologia, Sociologia, dentre outros) e ao Departamento de Museologia, Conservação e Restauo. Com caráter essencialmente interdisciplinar, o PPGMP é atualmente uma referência de formação *stricto sensu* na área patrimonial.

⁶⁹ Associação Brasileira de Conservadores Restauradores de Bens Culturais (Abracor), Associação Brasileira de Encadernação e Restauo (ABER), Associação Catarinense de Conservadores Restauradores de Bens Culturais (ACCR), Associação Paranaense de Conservadores Restauradores de Bens Culturais (ARCO.IT) e Associação Paulista de Conservadores Restauradores de Bens Culturais (APCR).

representativamente a categoria, em outubro do mesmo ano, é realizada uma reunião específica entre os membros das associações APCR, ABRACOR e ABER, momento em que surge a reivindicação de inclusão dos técnicos e tecnólogos de nível médio que não estavam contemplados no texto inicial. A discussão foi levada ao I Encontro de Conservadores-Restauradores realizado na Câmara dos Deputados, em novembro do mesmo ano, na mesa "Profissão Restaurador - Regulamentação" que debateu a formação profissional e a regulamentação, oportunidade em que o presidente da Comissão de Educação e Cultura, deputado Carlos Abicalil, se prontificou de encaminhar um projeto de lei com as alterações propostas, sugerindo, inclusive, que a criação dos conselhos federais e estaduais não deveria estar atrelada à proposta, pois provavelmente restaria vetada.

Em junho de 2007 a ABER e a ABRACOR anunciaram um novo texto. Porém, dias depois, o Senador Edison Lobão apresentou no Senado proposição de projeto de lei, o PL 370/2007, o qual, segundo ele, teria sido construído com base em sugestão do CECOR da UFMG. O problema é que o texto do PL 370/2007, restringia a atuação profissional apenas aos diplomados, excluindo os técnicos desta regulamentação, além de manter a criação dos conselhos, algo que ia de encontro ao alerta de inconstitucionalidade. Um mês depois, em agosto de 2007, em reunião com o deputado Carlos Abicalil foram dirimidas algumas dúvidas e as orientações permitiram a conclusão do texto da ABER e ABRACOR, entregue em 24 de setembro de 2007 à Câmara dos Deputados. Essa redação, oriunda das deliberações desta categoria profissional, propõe a regulamentação e define competências e atividades nos vários níveis profissionais (superior: bacharel e tecnólogo, médio: técnico) que vão do Cientista da Conservação ou Administrador da Preservação, ao técnico em Conservação e Restauração de Bens Culturais. Este novo projeto (PL 3053/2008) foi apresentado em agosto de 2008 pelo deputado Carlos Abicalil e começou a tramitar. Nesses termos, dois projetos de lei com diferenças significativas, tramitaram paralelamente. Assim, em setembro do mesmo ano, o senado aprovou o PL 370/2007 que seguiu para a Câmara dos Deputados, sendo este anexado ao PL 3053/2008, seguindo os dois sob número 4042/2008.

Com a união dos dois projetos, e sendo estes divergentes, em dezembro de 2008, o Deputado Nelson Marquezelli, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, emite parecer sugerindo rejeição do PL 370/2007 e aprovação do 3053/2008. Na intenção de aumentar as chances de aprovação tanto na Câmara

como no Senado, a categoria chamou uma assembleia, ocorrida durante o XIII Congresso da ABRACOR, em abril de 2009. Desta reunião, resultou um texto substitutivo, unificando as duas propostas, que é finalizado em maio de 2009, o qual traz as seguintes proposições: inclusão dos profissionais de nível técnico, retirada das 1000 horas exigidas anteriormente para o curso de especialização, aumento para quatro anos a comprovação de atuação na área, além da retirada dos conselhos federais e estaduais. O texto foi aprovado e assinado pela ABRACOR, CECOR e ABER e é entregue ao relator da Comissão do Trabalho, deputado Mauro Nazif em novembro de 2009. Este parlamentar emitiu parecer favorável, aprovando, um ano depois, um texto que unifica os dois projetos. Em princípio, os conflitos de interesses entre graduados e técnicos estava sanado, pois o texto substitutivo contemplava os dois níveis. Com a retirada da proposta de criação dos conselhos, a aprovação seria possível. Os trâmites seguiram com certa morosidade e, passados dois anos, o PL substitutivo foi aprovado, em novembro de 2012, bem como pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em 2013. Em junho do mesmo ano a redação final do PL foi apresentada pelo Deputado Lincoln Portela e aprovada a redação final do PL, sendo posteriormente enviado para votação no Senado.

Entretanto, há uma guinada no andamento do processo, quando em agosto do mesmo ano (2013) um parecer do relator do projeto, Senador Sérgio de Souza, rejeitou o projeto substitutivo e restabeleceu o texto do PL 370/2007, que contemplava apenas os profissionais com curso superior. O texto, já superado pelas discussões e com falhas na construção, foi para a sanção presidencial, sendo vetado integralmente pela então presidente da república, Dilma Rousseff em setembro de 2013, com base na manifestação pró-veto dos Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Advocacia-Geral da União. No veto, a presidente remeteu à apreciação do Congresso Nacional, argumentando dois pontos fundamentais: o primeiro diz respeito à violação do disposto no art. 5º, inciso XIII da Constituição, que assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver risco de dano à sociedade, afirmando que não ocorre tal risco no exercício das atividades de conservador-restaurador; o segundo se refere à "inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa", pois os conselhos profissionais devem ser demandados pelo poder executivo na figura do Presidente da República, tal como disposto no art. 61, §1º, inciso II, alínea e, da

Constituição. O primeiro argumento do veto demonstra o desconhecimento por parte do Estado acerca dos riscos da profissão ao ambiente social. O segundo, já havia sido sinalizado anteriormente, logo, tal fato era previsível.

A notícia do veto chegou em um momento de pouca articulação dos conservadores-restauradores. Infelizmente o congresso da ABRACOR, oportunidade que reunia muitos profissionais, e que ocorria com regularidade desde 1985⁷⁰, não teve nenhuma edição após a última de 2009, realizada em Porto Alegre. Esse evento, além de um momento frutífero de troca de experiências, exercia papel fundamental na manutenção do vínculo e da organização dos que atuavam na área.

Nesse cenário de desmotivação, quatro anos se passaram. Foi então que nova articulação política fez emergir outro projeto, o PL 9063/2017, de mesmo teor ao 4042/2008, apresentado na Câmara pelo então deputado Chico Alencar, em novembro de 2017. Esse projeto teve despacho com proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania. Porém, lamentavelmente, foi arquivado em janeiro de 2019, com base no artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Novo projeto é apresentado na Câmara pela deputada Fernanda Melchionna, em fevereiro de 2019. Trata-se do PL 1183/2019, de idêntico conteúdo ao dos dois últimos (9063/2017 e 4042/2008), o qual é despachado também com proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania em março de 2019. Do PL 1183/2019 a última tramitação foi a designação do Deputado Elvino Bohn Gass, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, como relator do projeto de lei.

Tais dificuldades de articulação com as instâncias políticas refletem as adversidades cotidianamente enfrentadas pelos conservadores-restauradores em

⁷⁰ Seminário Formação e treinamento para a preservação de bens culturais, 1985, Rio de Janeiro, RJ; II e III Congresso (não há documentação comprovando local e data); IV Seminário Nacional ABRACOR — Anais I e II, 1988, Gramado, RS; V Seminário Nacional sobre Conservação-Restauração de Bens Culturais, 1990, Rio de Janeiro, RJ; VI Seminário Nacional da ABRACOR — Metodologias de Preservação de Bens Culturais, 1992, Rio de Janeiro, RJ; VII Seminário da ABRACOR — Panorama Atual da Conservação na América Latina, 1994, Petrópolis, RJ; VIII Congresso da ABRACOR — Políticas de Preservação, Pesquisas e Técnicas em Conservação/Restauração, Formação Profissional, 1996, Ouro Preto, MG; IX Congresso da ABRACOR — Conservação e Comunidade, 1998, Salvador, BA; X Congresso da ABRACOR — Desafios da Preservação do Patrimônio Cultural, 2000, São Paulo, SP; XI Congresso da ABRACOR — A Metodologia Científica da Conservação-restauração de Bens Culturais, 2002, Rio de Janeiro, RJ; XII Congresso da ABRACOR, 2006, Fortaleza, CE; XIII Congresso da ABRACOR — Preservação do Patrimônio: Ética e Responsabilidade Social, 2009, Porto Alegre, RS.

toda sua trajetória no sentido de edificar a profissão, a qual está eivada de inúmeros conflitos tanto internos quanto externos. Do ponto de vista interno, podemos indicar, particularmente, a mudança de referência de uma condição de artista para a de cientista, algo que, seguindo-se uma análise *bourdiana*, podemos considerar como a substituição de um arquétipo de “autoridade artística” para o de “autoridade científica”, como alude Castro (2013, p. 240). Do ponto de vista externo, além da complexidade da área por si só, a atividade profissional ainda não goza de amplo conhecimento, muito menos de reconhecimento, pelo conjunto da sociedade.

Por fim, cabe destacar que, além de não gozar do devido reconhecimento, a profissão no Brasil é pouco divulgada, sendo ainda genericamente associada ao fazer artístico pela sociedade, algo que no âmbito interno aparentemente já está superado, considerando o crescimento observado no campo de atuação profissional, bem como na esfera de formação nos últimos dez anos, tal como aludimos anteriormente na menção aos cursos de graduação e pós-graduação que foram criados sobretudo durante os governos do Partido dos Trabalhadores.

1.2.1.1.1 Aspectos da legislação e da ética profissional no Brasil

Falar de patrimônio e de sua preservação vai muito além de apontar sua legislação ou políticas normatizadas de proteção (FONSECA, 2005). No entanto, neste estudo, não se pretende abordar com profundidade o complexo processo de tensões e conflitos que envolvem a produção e a delimitação de espaço dos que militam dentro do campo patrimonial. Esta seção pretende, tão somente, discorrer sobre o repertório das políticas públicas relativas à salvaguarda do patrimônio brasileiro para, a partir desse levantamento, articular o desenho da profissão do conservador-restaurador no âmbito legal.

Inicialmente, é oportuno mencionar que o tratamento jurídico do campo patrimonial no Brasil vem se modificando ao longo dos anos. As primeiras tentativas, inócuas, por falta de respaldo jurídico, surgem no governo provisório⁷¹ em 1933 através dos decretos nº 22.928, de 12 de julho de 1933 e o de nº 24.735, de 14 de julho de 1934 (SANTOS, GONÇALVES e BOJANOSKI, 2012, p. 20). O primeiro dá status de Monumento Nacional para a cidade de Ouro Preto e o segundo declara necessária autorização do Museu Histórico Nacional, presidido à época por Gustavo

⁷¹ Tratava-se de um período de conflito entre as elites oligárquicas e o governo provisório que tinha Vargas como representante após a revolução de 1930.

Barroso, para quaisquer intervenções nos imóveis classificados como monumentos. Além disso, o decreto indicou a organização de um catálogo de objetos históricos e artísticos no âmbito do país. Segundo Magalhães (2017), a corrente de pensamento na esfera política e cultural que se inclinava a pensar a autêntica nação brasileira a partir do Estado, dividia-se basicamente entre os monarquistas e os republicanos.

Gustavo Barroso, contrário às correntes modernas de pensamento, inclinava-se ao conservadorismo e à reafirmação das tradições do Estado, dos militares e das oligarquias (MAGALHÃES, 2017, p. 237). E foi designada a ele a responsabilidade da Inspeção de Monumentos Nacionais, o primeiro órgão da Administração Pública com vistas ao cuidado com o patrimônio brasileiro, criado em 1934 (RODRIGUES e SERRES, 2012, p. 33). Entretanto, suas atribuições limitavam-se à inspeção dos monumentos e do comércio de arte com caráter histórico (CHUVA, 2012, p. 204). No mesmo ano a temática do patrimônio aparece explicitamente pela primeira vez: a Constituição de 1934, em seu Art. 148, que atribui à União, aos Estados e aos Municípios a proteção dos objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País (BRASIL, 1934). Nesse contexto, por outro lado, Gustavo Capanema, que liderava a corrente modernista e que nesta época estava à frente do Ministério da Educação e Saúde (MES), articulou com Mário de Andrade um projeto de criação de um Serviço Nacional para a defesa do patrimônio cuja concepção de patrimônio era extremamente avançada para a época (RODRIGUES e SERRES, 2012, p. 34). Percebe-se, portanto, o campo de tensões e disputas que a área patrimonial já apresenta no âmbito do Estado (CHUVA, 2012, p. 251). Entretanto o projeto não avançou e sucumbiu em 1937 à criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) sob a direção de Rodrigo de Melo Franco.

Promulgado novo texto constitucional no mesmo ano⁷², que ampliou a questão patrimonial, incluindo os monumentos naturais e as paisagens além dos monumentos históricos e artísticos⁷³, podemos dizer que a gênese da legislação específica sobre o patrimônio pode ser verificada, concretamente, no Estado Novo. Esse regime político, instaurado por Getúlio Vargas em 1937, caracterizou-se pela tentativa de criação de uma identidade nacional, sustentada, política-ideologicamente, em três pilares

⁷² Cabe mencionar que, à exceção da chamada Constituição Cidadã, a de 1988, assunto que trataremos mais adiante, pouco se alterou nas Constituições que sucederam a de 1937: na de 1946, foram incluídos os documentos de valor histórico ou artístico no grupo dos bens protegidos (Art. 175) enquanto na de 1967, foram acrescentadas as jazidas arqueológicas.

⁷³ Estes já referenciados na Constituição anterior.

fundamentais⁷⁴ : o turismo, a propaganda e o patrimônio (VIANNA, 2019). Pautado, sobretudo, na construção de um novo modelo de identidade nacional e na criação de uma imagem positiva do Brasil para o mundo, o projeto do novo Brasil *getulista* teve as elites intelectuais modernistas⁷⁵ como atores influentes na criação das políticas públicas relativas ao patrimônio⁷⁶. No sentido de regular o campo patrimonial, Vargas criou o SPHAN⁷⁷, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em janeiro de 1937 (BRASIL, 1937). Era o patrimônio a serviço do Estado para a construção de uma nação com personalidade própria e que passa a utilizar o barroco mineiro⁷⁸ como referência identitária. Esse foi um marco do ponto de vista legal para o patrimônio, ainda que possa ser entendido como um período de "patrimônios decretados", baseados numa imposição do que deveria ser a identidade cultural brasileira.

Na mesma linha seguiu o Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937) cujo fim era organizar a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, sempre pautado pelos bens pertencentes às elites ou à história oficial, utilizando o instituto do tombamento como norma da tutela patrimonial. Para explicar melhor a questão, é importante destacar que o regramento federal reiterou a Constituição de 37 no que tange à abrangência de bens que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional, sintetizando-os nos termos "bens móveis" e "imóveis" que abrigam aqueles de interesse público para a preservação por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil ou por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

De outra parte, sua inovação foi a instituição da figura jurídica do tombamento e seus efeitos, outorgando ao Poder Público a declaração do valor cultural de

⁷⁴ Vargas tinha um projeto de Nação cunhado a partir de ideais nacionalistas e anticomunistas, levado a cabo através da centralização do poder e do autoritarismo.

⁷⁵ Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lucio Costa são algumas das personalidades que figuram em destaque no cenário da preservação do patrimônio no período getulista.

⁷⁶ Apesar das primeiras ações concretas em relação à preservação do patrimônio se darem no Estado Novo com a instituição do tombamento, é possível observar uma maior compreensão da necessidade de proteger se desenvolvendo lentamente no cenário brasileiro. Assim, cumpre considerar que essa preocupação de preservar o patrimônio começa a tomar forma na primeira metade do século XIX, em 1838, quando da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB, e do Arquivo Nacional.

⁷⁷ SPHAN e IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (criado em 1938 oriundo do Instituto Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia), são órgãos que em mãos do governo embasaram e orientaram o planejamento de suas estratégias políticas e foram fundamentais na fundação do discurso e no estabelecimento das práticas do governo de Vargas.

⁷⁸ No período em que Rodrigo de Melo esteve à frente do SPHAN, grande parte dos monumentos e obras de arte tombadas estava relacionada ao chamado barroco mineiro, visto que a região de Ouro Preto era tida como modelo estético para a identidade nacional (SANTOS, GONÇALVES e BOJANOSKI, 2012, p.22).

determinados bens pelo Estado eleitos. Ainda que pessoas naturais ou jurídicas pudessem manifestar interesse no tombamento, cabia ao SPHAN⁷⁹ após juízo do Conselho Consultivo, inscrever o bem em um dos Livros Tombo, assim como conceder autorização para qualquer intervenção nos bens tombados. Segundo Santos, Gonçalves e Bojanoski (2012, p.23), a "institucionalização do tombamento surge para dar ao Estado o direito de atuar no tombamento de bens de particulares". O poder de legitimação do status de bem patrimonial era, portanto, do Estado e foi amplamente utilizado para forjar uma identidade nacional que interessava à política autoritária em vigor à época e com forte inspiração fascista⁸⁰, como aludido anteriormente.

Há que se considerar, no entanto, que a cultura entra formalmente na Administração Federal apenas em 1953, quando da sua incorporação no Ministério da Educação e Saúde, em meio à criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC)⁸¹.

Ainda no governo de Vargas, foi instituída a figura jurídica do "destombamento" (BRASIL, 1941), ou seja, norma que dispõe sobre o cancelamento de tombamento de bens do patrimônio histórico e artístico nacional. O decreto teria sido uma "decisão casuística", conforme relato do então Diretor do IPHAN Cyro Lyra ao repórter Thiago Guimarães da Folha de São Paulo (GUIMARÃES, 2005), no sentido de desembaraçar o avanço de algumas obras de interesse do governo no país, sob justificativa de interesses coletivos (PRIESTER e NITO, 2015).

Anos mais tarde, já na ditadura militar (1964-1985), foi aprovada a Lei nº 4.845, de 1965, que "proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico" (1889) assim como de obras relacionadas⁸² (BRASIL, 1965). Estabelece-se, então, limites para o trânsito internacional de bens culturais no sentido de combater o tráfico ilícito do patrimônio material. Trata-se de um instrumento legal importante, considerando que os bens nacionais ainda circulavam

⁷⁹ Atual IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁸⁰ O Fascismo é definido como: "Regime político totalitário que se caracteriza por domínio de um partido único, hipertrofia do aparelho policial, exaltação nacionalista, pregação do antiliberalismo e do anticomunismo e defesa da ação do Estado como principal dirigente da economia nacional" (SANDRONI, 1985, p.164). O culto à personalidade do líder é outra faceta proeminente do fascismo. Esses aspectos ganham protagonismo na política de tutela dos bens patrimoniais durante a era Vargas.

⁸¹ A Saúde passou a ter pasta própria com a criação do Ministério da Saúde.

⁸² Além destas, a lei inclui também as obras oriundas de Portugal e incorporadas ao meio nacional durante os regimes colonial e imperial e outras produzidas no estrangeiro e consideradas representativas do país no mesmo período (BRASIL, 1965).

sem controle dentro e para fora do país. Na década de 1970, podemos destacar também a alteração no Decreto-Lei n.º 25, a Lei nº 6.292, de 1975, que tornou o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dependente de homologação do Ministro de Estado da Educação e Cultura, após parecer do respectivo Conselho Consultivo.

O ano de 1979 ficou marcado como o início da fase moderna do SPHAN, quando Aloísio de Magalhães assume sua direção. As premissas de identificar, tomba e preservar monumentos, características da fase heroica, teve Rodrigo de Melo no comando, e que tinha o patrimônio histórico e artístico como objeto, são então suplantadas por pressupostos antropológicos, tomando como foco um patrimônio com maior abrangência e acercando-se do conceito de bem cultural que vai, aos poucos, se consolidando⁸³. Passa a operar então, como órgão executivo da preservação, a Fundação Pró-Memória⁸⁴, atuando conjuntamente com o SPHAN, que passou a ser um órgão normativo (SANTOS, GONÇALVES e BOJANOSKI, 2012, p. 24).

Com o fim da ditadura militar em 1985, deu-se início a um novo período democrático na história brasileira. As atribuições da cultura, passam a ter pasta própria com a criação do Ministério da Cultura (MinC), o que outorga um status maior ao tema do patrimônio no país. Sancionada no mesmo ano, a Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985 representa uma importante conquista para a preservação dos bens culturais no plano jurídico. A norma, chamada de "Lei da Ação Civil Pública" ou "Lei dos Interesses Difusos", disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico. Além dessas, a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

Mas foi em 1988 que a temática patrimonial experimentou um avanço significativo. O fim do período ditatorial trouxe a conquista da Constituição Federal Cidadã (BRASIL, 1988) que colocou a preservação do patrimônio em outro patamar, alargando o conceito jurídico de cultura e de bens culturais (MATTAR, 2012). Essa ampliação conceitual aparece evidenciada na forma como foi redigido o Art. 216, que refere o termo patrimônio cultural brasileiro em substituição da expressão "patrimônio histórico e artístico" como aparecia nos documentos anteriores. Na CF de 1988,

⁸³ O conceito de Bem Cultural se consolidou na legislação com a Constituição de 1988.

⁸⁴ Extinta em 1990.

Estados, Distrito Federal e União possuem competência comum sobre a matéria. Além disso a carta magna ampliou sua abrangência em relação ao decreto de 1937, ao reconhecer além dos bens de natureza material, os bens de caráter *imaterial*.

Ademais das competências, das questões conceituais e da inclusão dos bens intangíveis, a Constituição de 1988 estabelece, além do tombamento⁸⁵, o registro⁸⁶ e o inventário⁸⁷ como formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro. A inclusão dos bens de natureza imaterial e de novas formas de registro pelo Estado, vem ao encontro do que reverberava no restante do mundo ocidental, posto que, conforme Mattar (2012, p. 36), insere no texto "a tendência internacional representada por constituições de outros países, bem como as declarações emanadas da Organização das Nações Unidas - ONU" através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura ("*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*") – UNESCO⁸⁸.

Outro ponto importante da Constituição vigente está colocado no Art. 216, pois sua disposição não é taxativa, mas exemplificativa, "[...] razão pela qual outras manifestações podem surgir da própria dinâmica da sociedade, resultando na configuração de novos bens culturais" (MATTAR, 2012, p. 38). Cabe destacar ainda que a Constituição reforça e instrumentaliza o exercício do direito aos bens culturais, tanto no que se refere ao acesso e fruição, quanto à preservação que passam a ser garantidos por meio de medidas judiciais⁸⁹ (MATTAR, 2012, p. 38). Não obstante, é preciso registrar que a regulamentação do patrimônio imaterial ocorreu somente doze anos depois, através do Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 que institui o registro dos bens intangíveis, criou o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", estabelecendo os quatro livros de inscrição dos bens intangíveis, a saber, o Livro de

⁸⁵ Já instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 como mencionado anteriormente.

⁸⁶ O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial foi instituído em 2000 através do Decreto nº 3.551. Trata-se de um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização dos bens que contribuíram para a formação cultural da sociedade brasileira, tais como saberes, celebrações, formas de expressão e lugares.

⁸⁷ O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores. Diz respeito a uma concepção antropológica de cultura, advinda da Constituição de 1988. Ver a propósito: INRC 2000 Manual de Aplicação (CORSINO, 2000).

⁸⁸ Como agência especializada da ONU, a UNESCO assumiu, desde sua fundação em 1946, "um papel decisivo na tutela do patrimônio cultural e na evolução dos conceitos que o sustentam" (PAGANI, 2017, p.41).

⁸⁹ Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública.

Registro dos Saberes, o Livro de Registro das Celebrações, o Livro de Registro das Formas de Expressão e o Livro de Registro dos Lugares.

Faz-se pertinente apontar também a alteração sofrida pela Constituição de 1988 em 2005, durante o governo Lula. Trata-se da Emenda Constitucional nº 48 que acrescentou o parágrafo terceiro ao Artigo 215 prevendo o estabelecimento de uma lei para a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC)⁹⁰ este criado em dezembro de 2010, com previsão de duração de dez anos. É interessante ressaltar que se trata do primeiro momento em que aparece dentro das normas jurídicas, menção à uma possível qualificação profissional, ainda que dirigida à gestão do patrimônio. Em verdade trata-se de uma referência genérica e indireta, posto que o artigo acrescentado diz que a lei do PNC visa ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público, que, por sua vez, "conduzem à formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões" (BRASIL, 1988, seção II, Art. 215, parágrafo 3º, inciso III).

Não obstante, o PNC não progrediu como esperado. Segundo dados informados na página web da Secretaria Especial da Cultura, das cinquenta e três metas propostas em 2010, apenas uma havia sido plenamente executada em 2018, sendo que dezesseis estavam sem andamento (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2020). Há que se chamar a atenção para o fato de que de 2018 até o presente nenhum dado foi incluído nas tabelas e gráficos. A situação de inércia do PNC se deve, provavelmente, à perda de status da área cultural no atual governo que promoveu a extinção do MinC (Ministério da Cultura)⁹¹. A pasta foi transformada na atual Secretaria Especial de Cultura, órgão subordinado atualmente ao Ministério do Turismo. Os indícios dão conta de um cenário pouco otimista para dezembro de 2020, quando o prazo de conclusão do PNC se esgota, especialmente se analisarmos as metas uma a uma, fato que reflete um brutal esvaziamento.

A partir do que foi abordado nesta seção, em particular no que se referiu ao levantamento da legislação relativa ao patrimônio, percebe-se uma área que avança

⁹⁰ O PNC é um programa que propunha reunir políticas públicas para o setor cultural comprometido em transformar a cultura em um núcleo do desenvolvimento econômico através da sua revolução e democratização e no incremento dos investimentos. Previsto no artigo 215 da Constituição Federal, o Plano foi criado pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 e apresentava 53 metas ousadas relativas à área da Cultura. Esta lei criou também o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC (MT, [201-]).

⁹¹ O MinC foi extinto no atual governo através da medida provisória nº 870 de 1º de janeiro de 2019, convertida posteriormente na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. A pasta foi absorvida então, pelo recém criado Ministério da Cidadania e, posteriormente, pelo Ministério do Turismo.

a passos lentos e de modo submisso ao cenário político. Considera-se válido, portanto, o argumento de que as decisões sobre o que deve ser preservado, como se organiza o setor, as competências e abrangência de suas normas, são subordinadas prioritariamente aos interesses ideológicos dos grupos que estão no poder. Dois momentos poderiam ser apontados como marcantes nesse percurso: o primeiro se refere ao período oriundo da Revolução de 1930 (Estado Novo), em que a renovação cultural dos Modernistas serviu aos ideais políticos da época de criar um Novo - e unificado - Brasil, nação esta que seria forjada sob o alicerce de um patrimônio decretado; o segundo, relaciona-se ao período de redemocratização pós ditadura militar, onde a Constituição de 1988 marca um avanço significativo com a ampliação do conceito de bens patrimoniais, ao incluir no seu repertório o patrimônio imaterial, e a incorporação da noção de bens culturais.

Ainda que levemos em conta a subordinação ao cenário político, a ascensão de grupos políticos ligados à classe trabalhadora⁹² e o alargamento do conceito de cultura e de patrimônio oportunizaram uma significativa participação dos grupos sociais organizados, fazendo emergir expressões culturais populares e dando voz aos atores sociais. Neste sentido, na medida em que estes passaram a encontrar eco às suas manifestações, estes passaram a se tornar mais presentes, seja através da reclamação por políticas públicas para suas demandas, em geral colocadas à margem para manter a supremacia do patrimônio das elites, seja por meio de denúncias de atos contra violações do patrimônio.

1.2.1.1.2 A regulamentação da profissão do conservador-restaurador brasileiro

Ao analisar a legislação brasileira no que tange ao patrimônio, percebe-se que pouco é mencionado acerca dos profissionais competentes com o trato dos bens culturais, muito menos quando nos referimos às práticas de conservação e restauração de bens culturais móveis. A delimitação acontece junto aos bens imóveis, cuja responsabilidade é atribuída aos arquitetos pelas competências profissionais do trato com as edificações, não atrelada necessariamente ao conhecimento teórico e técnico da conservação e restauração do patrimônio. Dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), informam que há 200.723 arquitetos e 32.646 empresas da área cadastradas na autarquia (CAU/RS, 2021). Já o Censo dos

⁹² Como é o caso de Luiz Inácio Lula da Silva, que governou de 2003 a 2010 e Dilma Rousseff, presidente de 2011 até agosto de 2016.

Arquitetos e Urbanistas do Brasil realizado em 2012, informa que 66,14% dos profissionais não têm curso de pós-graduação, sendo que apenas 1,78% atuaram na área do patrimônio nos últimos dois anos anteriores ao estudo estatístico. Deduz-se, a partir desses números, que poucos arquitetos possuem formação específica na área de conservação e restauração.

Por outro lado, o campo do patrimônio consta no rol de atuação profissional dos Arquitetos e Urbanistas na Resolução CAU/BR N° 21/2012⁹³. Essa resolução detalha o conteúdo do Artigo 2° da Lei n° 12.378/2010⁹⁴, que estabelece como campo de atuação, dentre outros, o

Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades (BRASIL, 2010).

Como se observa, a atuação sobre os bens imóveis está oficialmente a cargo dos arquitetos e urbanistas. Há discussão, no entanto, no que se refere aos bens integrados ao patrimônio edificado, campo de disputa entre esses profissionais e os conservadores restauradores, que pleiteiam a sua própria regulamentação. Há que se apontar, no entanto, que a reivindicação pelo reconhecimento do conservador-restaurador na esfera legal não é privilégio do Brasil. Na maioria dos países o percurso dos profissionais responsáveis pelo ofício da conservação e restauração de bens móveis é marcado por avanços e retrocessos. Decididamente não é um caminho linear. Um exemplo é a Espanha que luta pelo reconhecimento há várias décadas. Em verdade, a formação de um campo profissional é um processo que se desenvolve em meio a uma arena de disputas e conflitos. Não seria diferente com os conservadores-

⁹³ Outro documento, a Resolução CAU/BR N° 51/2013, descreve quais áreas de atuação são privativas dos arquitetos e urbanistas e quais são compartilhadas com outros profissionais. Nessa resolução, ficam especificadas como privativas dos arquitetos e urbanistas a área de atuação relativa ao Patrimônio Histórico Cultural e Artístico onde se destacam os itens "direção, condução, gerenciamento, supervisão e fiscalização de obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico; inventário, vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo e parecer técnico, auditoria e arbitragem em obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico; desempenho de cargo ou função técnica referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico (grifo nosso). Esta resolução encontra-se suspensa até 30 de novembro de 2020 (DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOBR N° 0102-01/2020), conforme informação recebida por e-mail em resposta a chamado aberto junto canal de atendimento do CAU sob n° CRM BR201013957109.

⁹⁴ A lei regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo e cria o CAU/BR e os Conselhos Regionais. Antes da regulamentação do exercício abordada nessa lei, e da resolução mencionada acima, que eleva os arquitetos e urbanistas a uma categoria uniprofissional, os profissionais estavam regidos pela Lei n° 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de engenheiro agrônomo.

restauradores, cujo exercício profissional passa a se desenhar como campo disciplinar autônomo em meados do século XX, posto que seu labor estava substancialmente vinculado, até então, ao campo das artes e à arquitetura.

Entretanto, a consolidação do patrimônio cultural, tal como compreendemos hoje, sobretudo a partir da década de 1980, impeliu a redação de um dos primeiros documentos que descreveram, detalhadamente, a profissão do conservador-restaurador em nível internacional. Trata-se do documento *O Conservador-Restaurador: uma definição para a profissão (The Conservator-Restorer: a Definition of the Profession)*⁹⁵ publicado pelo Comitê para Conservação do Conselho Internacional dos Museus – *International Council of Museums - Committee for Conservation (ICOM-CC)*, no encontro trienal da organização ocorrido em Copenhague, em setembro de 1984⁹⁶. Esse texto significou uma mudança de paradigma ao buscar "estabelecer os motivos, princípios e requisitos da profissão", como bem menciona o texto. Além disso reflete a transformação do perfil profissional, antes identificado com os artesãos ou artistas plásticos, que passa a ser delineado como um profissional especializado.

Cumpram-se destacar que, em nível internacional, algumas organizações relacionadas com a questão da conservação e restauração já vinham sendo fundadas, o que demonstra claramente o avanço profissional, tais como: o Instituto Internacional para Conservação de Obras Históricas e Artísticas (*International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works - IIC*), fundado em 1950, tendo como preocupação melhorar a prática profissional, fomentar publicações científicas e treinamento para elevar os padrões técnicos. Merece igualmente registro o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property - ICCROM*), criado em 1959 em resposta à destruição generalizada da II Guerra Mundial, tendo como objetivo ser um centro intergovernamental para estudar e melhorar os métodos de restauração. Sob a mesma perspectiva, outras instituições vão sendo fundadas em paralelo ao amadurecimento da profissão, como é o caso da Confederação Europeia da Organização de Conservadores-Restauradores (*European*

⁹⁵ Ver a propósito ICOM-CC, 2019.

⁹⁶ A publicação é baseada em um texto de Agnes Ballestrem apresentado ao Comitê de Regras e Formação do ICCROM em 1978 e nas posteriores discussões do ICOM e de seu Comitê de Conservação.

Confederation of Conservator-Restorers' Organisations - E.C.C.O.), fundada em 1991, que congrega várias organizações de profissionais da Europa; a Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal (ARP), registrada em 1995; e a Rede Europeia de Educação para Conservação e Restauração (*European Network for Conservation-Restoration Education - ENCoRE*), fundada em 1997, com o fim de promover a investigação e a educação no domínio da conservação e restauração do patrimônio cultural.

Em síntese, a profissão e/ou suas atividades se apresentam com certa ambiguidade junto aos órgãos oficiais - responsáveis pela classificação e organização do trabalho, o que revela a lacuna de normas que controlem as atividades do campo da Conservação e, pontualmente, dos profissionais que nela atuam. Como consequência natural desses hiatos legais, o cenário em que a atuação dos conservadores-restauradores apresenta um ambiente frágil quanto à organização da classe e também quanto à atuação no universo do trabalho. O percurso que aqui realizamos ao discorrer sobre a edificação da profissão de conservador-restaurador é marcado pelos altibaixos, consensos e dissensões, tensões e conflitos que refletem disputas de espaço e tentativas de afirmação de grupos de interesse. Mas essa trajetória não pode ser pensada fora das circunstâncias históricas de um país que carrega uma herança histórica de autoritarismo de suas elites políticas e das forças que as apoiam

Ao realizar esse contraponto vemos quão acertadas são as observações de Abbott ao defender a sociologia das profissões como instrumento de compreensão de certos objetos de estudo, como o que aqui se buscou analisar nessa abordagem sobre o caso do *métier* de conservador-restaurador no caso brasileiro. Nesse sentido, vale frisar que:

[...] a sociologia deve centrar os estudos de caso sobre jurisdição e suas disputas, ou seja, ela deve colocar essas disputas num contexto amplo, considerando o sistema das profissões como um todo. É preciso estudar esses sistemas em desenvolvimento em vários países para avaliar os fatores exógenos que moldam os sistemas de profissões. Somente a partir disso pode derivar um modelo efetivo para o entender o desenvolvimento profissional nas sociedades modernas (ABBOTT, 1988 apud MACHADO, 1995, p,30).

Na linha desse esforço é que se busca realizar uma aproximação com o caso da Espanha, país este em que tivemos a oportunidade de estabelecer um profícuo diálogo e vivência durante a realização de missão internacional já mencionado

anteriormente. Antes disso, uma breve menção às organizações profissionais existentes no Brasil cuja vocação é a conservação e restauro de bens patrimoniais.

1.2.1.1.3 Organizações profissionais no âmbito brasileiro

No tocante à organização, os conservadores-restauradores brasileiros se articulam através de associações profissionais. Ainda que estas não tenham caráter de instituições de classe, visto a não legitimidade jurídica da profissão, é nessas associações que os conservadores-restauradores buscam promover, amparar e defender os interesses coletivos dos profissionais envolvidos na área, assim como colaborar com a valorização e a preservação do patrimônio cultural do país, propósito que pauta a atuação desses especialistas.

A primeira instituição cujo objetivo era congregar os profissionais atuantes na área em âmbito nacional, foi a já citada ABRACOR. A associação teve papel fundamental nas discussões sobre a regulamentação da profissão e promoveu vários congressos responsáveis por intercambiar conhecimentos, procedimentos e metodologias entre os profissionais. Ademais, como alude Carvalho (2018, p.11), a ABRACOR foi "[...] uma busca para o fortalecimento do campo da Conservação e Restauração e de sua autonomia".

O estudo de Pagani (2017, p. 115-116), por sua vez, toma como fonte de informação as entrevistas que realizou com associados da instituição, revelando que a ABRACOR inicia sua atuação no Rio de Janeiro com um grupo de profissionais, em sua maioria formados em centros internacionais, os quais identificaram a carência identitária da profissão. De acordo com este autor, o grupo entendia que essa identidade seria alcançada através de legislação própria de reconhecimento profissional, a qual dependeria, por sua vez, da organização de uma formação específica para tomar forma e avançar na esfera político-administrativa.

Pagani (2017, p. 116), adverte que a ABRACOR foi detentora de significativa potência política enquanto associação, tendo uma atuação "[...] relevante na defesa dos seus associados, na proposta de formulação de uma lei de reconhecimento da profissão, na formulação de propostas de formação formal e na atuação na formação informal [...]". No entanto, pondera que "[...] apesar do empenho dos associados da ABRACOR e da sua direção, a associação perdeu força política, o que levou ao enfraquecimento da categoria". Tal situação pode também ser deduzida pela própria trajetória da instituição. Ao menos até o final da primeira década dos anos 2000, a

ABRACOR promoveu cursos, congressos internacionais e a mobilização dos profissionais em defesa da categoria. Entretanto, sofre, nos últimos dez anos, com a desarticulação decorrente tanto do veto à proposição de regulamentação, quanto de impasses relacionados à crise que se abateu sobre esta entidade representativa, incluindo problemas financeiros por inadimplência e dívidas, além da desmotivação na gestão da instituição e de seus associados, falta de recursos e de estrutura. Muito provavelmente as adversidades da ABRACOR são um claro reflexo da pouca adesão de novos profissionais formados nos recentes cursos de graduação. Assim, a falta de engajamento de novos associados tanto do ponto de vista financeiro quanto de articulação, pode também ter contribuído negativamente na retomada da instituição.

Em contrapartida, as associações regionais criadas após a fundação da ABRACOR mantêm-se ativas, apesar do cenário da área no país. Podemos destacar os esforços da Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais - ACCR, primeira associação estadual, criada em 1987, a Associação Brasileira de Encadernação e Restauro - ABER, fundada em 1988, a Associação Paulista de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais - APCR, de 1994, a Associação de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul - ACOR-RS e a Associação de Restauradores e Conservadores de Bens Culturais - ARCO.IT, no Paraná, que iniciou seus trabalhos em 2003.

As entidades regionais colaboraram intensamente com a ABRACOR na busca pela consolidação da área no país e seguem envidando esforços em prol da união dos profissionais em torno de objetivos comuns, especialmente em relação ao reforço identitário como classe profissional que é perseguido através de um futuro - e necessário - reconhecimento legal. Um exemplo de sucesso da atuação conjunta, promovido pela ACOR-RS, ARCO-IT e ACCR, foi a manifestação e denúncia de um edital de concurso que gerou sua retificação, o que corrobora com a ideia de que o fortalecimento da área depende de ações conjuntas e dirigidas a objetivos comuns. As associações citadas também já promoveram dois Encontros de Conservadores-Restauradores da Região Sul, fomentando a articulação dos profissionais dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas buscam uma interlocução em nível nacional com as demais entidades associativas.

No entanto, é inevitável pontuar novamente a atual conjuntura político-administrativa do país que se revela na contramão do avanço do campo da cultura e educação, impactando significativa e negativamente na área de conservação e

restauração e no equacionamento de suas urgentes demandas. Cortes orçamentários, rebaixamento do status do campo da Cultura junto à administração pública, por exemplo, são apenas alguns dos impactos negativos cujos resultados - já percebidos - são, lamentavelmente, incomensuráveis a médio e longo prazo.

1.2.1.2 Conservação no âmbito espanhol⁹⁷

A área de Conservação na Espanha possui raízes comuns em relação ao restante dos países da Europa. De profissionais anônimos na Idade Média, estes passam a conservadores de relíquias e de retábulos no Renascimento, atuando, muitas vezes, como copiadores e renovadores de antiguidades. Até o século XVII, a atuação estava incorporada às necessidades de Restauração das coleções reais e eclesiásticas, tendo Francisco Pacheco⁹⁸ como referência no que se refere às práticas artísticas. No âmbito da pintura, por exemplo, o sentido de restaurar era confundido com o próprio ato de pintar (RUIZ DE LACANAL, 2018, p. 186).

Durante o reinado de Felipe IV, considerado um grande colecionista, a figura do artista restaurador se destaca, tendo como protagonistas artistas como o pintor Vicente Carducho e Diego Velázquez, citado por Ruiz de Lacanal (2018, p. 197) como “el primer ‘conservador’ de las colecciones regias”. O célebre pintor sevillano Bartolomé Esteban Murillo também figura como restaurador do mesmo período. No entanto, a figura do conservador-restaurador, ou melhor, restaurador à época, se faz presente somente no século XVIII na Espanha, em virtude do progressivo interesse e gosto artístico pela pintura, que se sobrepõe a outros objetos (RUIZ DE LACANAL, 2018, p.189).

Carlos III, de origem napolitana e vinculado às escavações de Herculano e Pompeia, trouxe novas ideias que situaram a Espanha na corrente cultural internacional. Com ele “empieza la primera estructura administrativa para la protección y tutela de los objetos de valor en España” (RUIZ DE LACANAL, 2018, p. 207). O surgimento da *Real Academia Española de la Historia y de Bellas Artes de San Fernando* e da *Real Academia de Historia*, e de sua *Comisión de Antigüedades*, consolida a custódia e a conservação, potencializando os âmbitos do ensino público,

⁹⁷ Parte desta seção foi publicada pela autora como capítulo de livro (CALDAS, SACCO DOS ANJOS e BUENO VARGAS, 2020).

⁹⁸ Francisco Pacheco (1564-1644) - pintor e tratadista de arte espanhol. Seu nome verdadeiro era Francisco Pérez del Río, mas adotou o nome do tio. Foi mestre e sogro de Diego Velázquez, assim como mestre de Alonso Cano e Francisco López Caro, todos destacados pintores do período Barroco espanhol.

da defesa do patrimônio público e a gestão pública das riquezas, distinguindo-se entre o patrimônio real, o patrimônio religioso e o patrimônio público (RUIZ DE LACANAL, 2018, p. 209).

O incêndio no Alcázar de Madrid, sede da coleção real, ocorrido em 1734 é um marco para a Conservação no contexto espanhol, pois dele decorrem diversos empreendimentos de recuperação das obras que se estenderam até o final do século. Foi a primeira vez que apareceu a figura de um artista contratado para o trabalho de restauração de obras de arte (RUIZ DE LACANAL, 2018, p. 214). Trata-se de Juan García de Miranda, que interveio nada menos do que na obra *As Meninas*, de Velázquez, cuja restauração ocorreu em 1735 e se “constituye un hito en la historia de la profesión en España” (MIRAMBELL ABANCÓ, 2016, p. 71).

Não obstante, no século XVIII havia uma rígida hierarquização do trabalho, a qual repercutia em diferenças de status tanto na capacitação quanto na responsabilidade e remuneração. De um lado, a figura do *retocador de cuadros*, cuja atividade era de restaurador artístico, de outro a do *limpiador-forrador*, que se limitava a trabalhos mecânicos (MIRAMBELL ABANCÓ, 2016, p. 72). Durante esse período, correspondente ao Barroco espanhol, a mínima intervenção⁹⁹ suplantou a restauração de estilo renascentista, período em que era esperado do restaurador a imitação do artista.

Assim, o conceito de autenticidade se impõe, emergindo o questionamento de reintegrações não só dos bens arqueológicos, mas também dos afrescos, embora os preenchimentos de partes faltantes nas esculturas sejam aceitáveis devido à sua dita reversibilidade. Um ponto destacável nesse período é a manifestação de critérios de intervenção distintos para cada tipologia de objeto, conceito que será formulado mais tarde por Cesare Brandi ao defender que cada obra de arte é única e, portanto, requer uma intervenção específica. (MIRAMBELL ABANCÓ, 2016, p. 73-74).

Todavia, somente no início do século XIX a preocupação com o perfil e a formação do conservador-restaurador se apresenta de forma mais clara. Francisco de Goya¹⁰⁰ foi um dos críticos da área na Espanha, admitia que seriam necessários princípios sólidos para empreender a atividade de restauração (RUIZ DE LACANAL,

⁹⁹ Mais tarde na Espanha o critério da mínima intervenção foi chamado de “critério arqueológico” (MIRAMBELL ABANCÓ, 2016, p. 72).

¹⁰⁰ Reconhecido pintor e gravador espanhol (1746, 1828), nascido em Fuendetodos, Aragão, e radicado em Madrid, onde adquiriu fama.

2018, p. 225), sendo seguido por Vicente Poleró y Toledo em 1855. Foi Goya quem também defendeu, no ambiente espanhol, o respeito à obra original, sendo nos anos 1800 que emerge uma estreita relação entre a Conservação e a atuação dos poderes públicos, restando posteriormente como normativa jurídica¹⁰¹.

Os conceitos de “interesse público” e “Patrimônio Nacional” delimitaram uma mudança significativa, a qual vem ao encontro das novas concepções de cultura que converteram os poderes públicos em depositários e responsáveis pela proteção e tutela patrimonial (RUIZ DE LACANAL, 2018, p. 235).

Apesar disso, o critério de restauração existente, claramente definido em legislação datada de 1850 e identificado como “restauração de estilo”, explica a coincidência entre a formação artística e a formação para a restauração (RUIZ DE LACANAL, 2018, p. 283). Ademais, demonstra a aceitação da teoria de Viollet-Le-Duc, a quem foi nomeado acadêmico honorário da Real Academia de San Fernando de Madrid, em 1868 (MIRAMBELL ABANCÓ, 2016, p. 109), muito embora tenha priorizado uma busca de maior veracidade de estilo do que de materiais e de técnicas (MIRAMBELL ABANCÓ, 2016, p. 111).

A Catedral de León, declarada monumento nacional, em 1844 e, restaurada entre os anos de 1859 e 1901, é considerada o modelo da restauração estilística na Espanha. Nessa intervenção, cuja proposta inicial foi de desmonte total do edifício e sua posterior reconstrução com materiais melhores¹⁰², teriam que ser retirados todos os elementos que não caracterizavam o edifício como gótico, e “reemplazarlo con elementos que garantizaran un edificio unitario estilísticamente. Para ello, Laviña [o arquiteto da primeira fase] debía **ponerse en la piel del arquitecto medieval**” (MIRAMBELL ABANCÓ, 2016, p.112; grifos nossos).

No âmbito da pintura, por exemplo, a chegada de pinturas espanholas na França, destinadas ao Museu central do Império, o Museu de Napoleão, demonstra também a forte influência francesa na área de Conservação de pinturas na Espanha na época. As obras estavam tão deterioradas que precisaram ser encaminhadas para tratamento imediato, o qual foi executado sob a coordenação do Museu do Louvre,

¹⁰¹ A construção dessa normativa não se deu de modo linear, sofrendo com o ambiente político e com as desamortizações que se sucederam entre o século XVIII e início do XX e que tiveram como principal alvo os bens da Igreja Católica ou de ordens religiosas.

¹⁰² Com a morte do arquiteto Matías Laviña em 1868, as obras foram assumidas por Andrés Hernández Callejo e em seguida por Juan de Madrazo e Demetrio de los Ríos, este ainda mais radical seguidor da teoria de Le-Duc. Mais adiante outro arquiteto, Juan Bautista Lázaro de Diego, sintonizado com as teorias de Camilo Boito e Luca Beltrami, propôs a conservação de todos os substratos históricos.

que, à época, já contava com equipamentos e expertos na área, incluindo cientistas da conservação (RUIZ DE LACANAL, 2018, p. 264).

A influência francesa também é importante, tanto pela figura de Claudio Boutelou - considerado o teórico espanhol mais avançado no século XIX, e defensor da direção facultativa das restaurações nos museus, quanto pela influência dos tratados franceses entre os restauradores da época. Em suma, além do contato com novos critérios e procedimentos, com o trabalho em equipe – que na Espanha ainda era desconhecido - a possibilidade de acesso a publicações francesas relacionadas ao tema, também foram fatores que reforçam a influência deste país sobre a construção da área na Espanha (RUIZ DE LACANAL, 2018, p. 265-266).

Ainda na metade do século XIX os ateliers dos museus se consolidaram como principais centros de Restauração institucional. De acordo com Mirambell Abancó (2016, p. 147), “Un fenómeno que nos lleva a un siglo de reglamentación y jerarquías dentro de la profesión, mediante la convocatoria de plazas por oposición”, especialmente em Madrid.

Não obstante, os tratados de restauração, como os de Vicente Poleró y Toledo¹⁰³, são publicados neste mesmo período. É necessário destacar que esses tratados, ademais de sistematizar os principais processos de restauração aplicados na Espanha, seguiam uma abordagem mais moderna, a qual fomentava a conservação e buscava difundir a ideia de intervenções menos invasivas, ao contrário da prática de seus contemporâneos. Revela-se aqui um ambiente dissonante, na medida em que evidencia o contraste entre um modelo altamente interventivo e outro mais moderado.

Poleró y Toledo foi uma figura valorosa para a área na Espanha pois defendia em seu tratado (*Arte de la Restauración*) que esta atividade deveria ser realizada por artistas especializados. Embora ainda a considerasse como uma atividade artística, rompeu com a ideia de ‘artista restaurador’ e deu o primeiro passo para a profissionalização do ‘restaurador-artista’. Trata-se de uma obra, assim como a de Mariano de la Roca¹⁰⁴, que podemos qualificar como manuais de arte, que de certa

¹⁰³ Vicente Poleró y Toledo (1824-1911) - pintor, restaurador e escritor espanhol. Dentre seus livros, destacam-se "*Arte de la restauración*" e "*Tratado general de la pintura*".

¹⁰⁴ Mariano de la Roca y Delgado (1825-1872) - pintor e escritor espanhol, realizou apontamentos nos escritos de Francisco Pacheco "*Arte da pintura, sua antiguidade e grandeza*", ao qual acrescentou um "*Tratado de Restauração*". Também publicou a compilação de práticas de pintura, que remontava os antigos gregos até aquele momento.

forma promovem o respeito pela obra de arte, conceito diretamente ligado à Conservação, ainda que geralmente indiquem práticas com técnicas muito agressivas (MIRAMBELL ABANCÓ, 2016, p. 147).

Na historiografia da Conservação, é notório que a Espanha recebeu muita influência externa, como argumenta González-Varas ao afirmar que

La evolución del pensamiento y la práctica de la restauración artística y monumental em España se produce em buena medida a través del contacto, asimilación y discusión de principios formulados em otros países, no sin excluir por ello la presencia de reflexiones originales. (GONZÁLEZ-VARAS, 2018, p. 291)

Nesse sentido, não somente o modelo francês inspirou a área no país, haja vista as intervenções empreendidas por Ricardo Velázquez Bosco que podem ser enquadradas, segundo GONZÁLEZ-VARAS (2018, p. 291), dentro do que nomeia como ‘método histórico’¹⁰⁵, abordagem equivalente a que Luca Beltrami empreendia, à época, na Itália. As referências do ‘restauro científico’ igualmente influenciaram a Espanha e colaboraram para dinamizar as discussões no país, terminando como definidoras da prática nas primeiras décadas do século XX.

Assim, a confrontação entre uma corrente restauradora e outra pautada pela conservação marcam o primeiro terço do século XX na Espanha, tendo como protagonistas Vicente Lampérez y Romena, adepto da concepção restaurativa, e Leopoldo Torres Balbás¹⁰⁶, defensor do ideário da conservação. O saldo foi o fortalecimento da corrente da conservação ao longo das quatro primeiras décadas – à semelhança do ocorrido também no restante da Europa.

Entretanto esse movimento em direção a uma atuação pautada mais pela conservação do que pela restauração, viria a sofrer nova ruptura. Nesse sentido, não é possível deixar de mencionar a interferência que o país sofreu em razão dos acontecimentos históricos e políticos do primeiro quartel do século XX. As destruições geradas no patrimônio em decorrência da Guerra Civil (1936-1939), assim como os reflexos políticos e sociais da mesma, se converteram numa experiência avassaladora e que, somando-se aos reflexos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), trouxeram

¹⁰⁵ O ‘método histórico’ é considerado um método fronteiriço e derivado da própria ‘restauração estilística’. Baseia-se, não no estilo, porque evita as reconstruções idealizadas, mas numa atuação que segue métodos rigorosos e assegurados pela investigação histórica. Trata-se de uma visão positivista da Conservação, que parte do pressuposto de que a verdade se concentra nos fatos e que somente a partir de análises dos dados oferecidos pelo monumento é possível determinar como a intervenção será operada (GONZÁLEZ-VARAS, 2018, p. 223).

¹⁰⁶ Torres Balbás foi o arquiteto responsável pela restauração da Alhambra em Granada e um crítico contundente do restauro estilístico.

impactos importantes também para a área da Conservação. No dizer de González-Varas (2018, p. 291),

La necesidad de afrontar la urgente reconstrucción de posguerra, así como la inevitable instrumentalización ideológica del pasado histórico, crean una nueva situación, que, sin embargo, no deja de mostrar puntos de contacto con la realidad europea surgida tras la Segunda Guerra Mundial, em cuanto proliferan las reconstrucciones y la senda de la conservación del patrimonio histórico se desvía de los rigurosos principios expresados por la Carta de Atenas.

A realidade trazida pelas destruições do patrimônio empreendeu, durante a Ditadura Franquista, a insígnia da reconstrução monumental levada a cabo especialmente entre 1938 e 1958 pelas *Direcciones Generales de Bellas Artes y de Regiones Devastadas*. Efetivamente, foi um longo período de reconstrução do patrimônio que também serviu como instrumento de propaganda, revelando um sentido ideológico, como destaca Lacanal (2018, p. 309). A atuação se deu em muitos momentos afastada do conceito da conservação antes mais consolidado, como é o caso da igreja *Santa Catalina* de Valencia, que teve suas ornamentações barrocas removidas em busca de uma suposta ‘unidade de estilo’.

Entretanto, nesse mesmo período, a Espanha recebeu a Missão da UNESCO que teve por objetivo a criação de um serviço de conservação e restauração que respondesse aos princípios estabelecidos por aquele organismo internacional. O acontecimento, resultou no texto apresentado por Paul Coremans em 1959, que previa e estabelecia as distintas funções do *Servicio Nacional de Preservación de los Bienes Culturales* cujos objetivos estavam centrados:

[...] en la investigación, educación y exposición y conservación de los Bienes Culturales. Las funciones de la sección de conservación incluyen laboratorios científicos y técnicos, talleres de Restauración y centros de formación especializada además de los centros de formación superior ya existentes. (LACANAL, 2018, p. 387).

Importante destacar que o objetivo da UNESCO somente foi alcançado em 1985, com a criação do *Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales* – ICRBC¹⁰⁷ (atual *Instituto del Patrimonio Cultural de España* - IPCE), que incorporou seu precedente, o *Instituto de Conservación y Restauración de Obras de Arte* –

¹⁰⁷ O ICRBC teve sua origem em 1961, no *Instituto Central de Conservación y Restauración* - ICCR, que funcionou em sua primeira fase em paralelo com outras instituições e foi criado para centralizar as tarefas de Conservação de bens móveis pertencentes ao Patrimônio Histórico Espanhol. Posteriormente, em 1971, o órgão transformou-se no *Instituto de Conservación y Restauración de Obras de Arte* – ICROA.

ICROA¹⁰⁸, o *Centro de Conservación y Microfilmación Documental y Bibliográfica - CECOMI* e as *Subdirecciones Generales de Restauración de Monumentos y Arqueología*.

Ainda sob o comando do generalíssimo Franco, a década de 1960 foi marcada pelo chamado **milagre espanhol**, devido ao crescimento econômico acelerado verificado no país. Entretanto, o período compreendido aproximadamente entre os anos 1945 e 1975 foi marcado por pouco desenvolvimento na área de Conservação, especialmente em se tratando dos museus, e pela escassez de profissionais especializados, herança deixada para os profissionais ao final do século XX, como alude Lacanal (2018, p. 369).

Entretanto, após a morte de Franco em 1975, a nova Constituição espanhola é aprovada e o Estado descentraliza competências para as regiões denominadas comunidades autónomas¹⁰⁹, o que começa a mudar o cenário do campo da Conservação. Em síntese, as transformações políticas a que foi submetida a Espanha com o processo de redemocratização, as mudanças conceituais advindas do próprio campo da cultura e a própria entrada do país na União Europeia trouxeram grandes transformações.

Mais recentemente há que mencionar a crise financeira de 2008 cujos efeitos se fizeram sentir de modo expressivo também sobre a área da cultura em geral e logicamente sobre o âmbito da Conservação no contexto espanhol. Para a Conservação e para o profissional da área, as últimas três décadas do século XX e as primeiras décadas do século XXI foram anos de estabelecimento de regras necessárias para o adequado reordenamento deste campo seja internamente como em relação ao restante do espaço europeu de que faz parte.

Para que não se torne repetitivo, um apanhado dessas modificações aparece com mais detalhe nas subseções a seguir, a legislação da área, bem como o processo formativo do profissional no âmbito espanhol.

¹⁰⁸ O ICROA foi a primeira instituição nacional dedicada a intervenção, a investigação e a formação de restauradores que contou com seus próprios laboratórios científicos.

¹⁰⁹ A comunidade autónoma é uma entidade territorial que, dentro do ordenamento jurídico constitucional espanhol, estando dotada de autonomia, com instituições e representantes próprios e determinadas competências legislativas, executivas e administrativas. A Espanha é composta por 17 Comunidades Autónomas: Andalucía, Aragón, Asturias, Canarias, Cantabria, Castilla-La Mancha, Castilla y León, Cataluña, Comunidad de Madrid, Comunidad Valenciana, Extremadura, Galicia, Islas Baleares, La Rioja, Navarra, País Vasco y Región de Murcia.

1.2.1.2.1 A Legislação e a ética da Conservação no âmbito espanhol

O volume, a variedade de tipos e a relevância do patrimônio material na Espanha representam um desafio imenso de conservação. Sendo um bem de distinção local, inventariado ou de interesse cultural, sua gestão exige instrumentos legais que efetivamente auxiliem nesse gerenciamento e que, acima de tudo, sejam eficazes para o cumprimento da preservação em si mesma. A legislação, inegavelmente, cumpre papel essencial nesse processo.

Genericamente, os percursos protetivos do patrimônio na Espanha se assemelham ao restante da Europa. Nesse sentido, foram estruturados a partir das instituições internacionais e dos documentos orientadores gerados por estas organizações, havendo sido construídos, ao longo do século XX, ainda que de acordo com singularidade de cada país. Foi, portanto, nesse recorte temporal que a legislação espanhola para com o patrimônio foi edificada, em total consonância com o que ocorreu no mundo ocidental, especialmente na segunda metade do referido século, em razão da consolidação da noção de patrimônio como fenômeno cultural.

Efetivamente, a preocupação jurídica para com os bens culturais se manifesta na Espanha a partir da *Constitución de la República Española*, de 1931¹¹⁰, em seu artigo 45, bem como com a *Ley sobre Defensa, Conservación y Acrecentamiento del Patrimonio Histórico Nacional*, de 1933, criando a *Junta Superior del Tesoro Artístico Nacional*, órgão consultivo da *Dirección General de Bellas Artes* a quem competia à época a conservação do patrimônio histórico-artístico nacional. Eis aqui a legitimação do campo das Artes como gênese da área da conservação na Espanha.

Bailliet (2015) esclarece que a Constituição de 1978, por sua vez, outorgou ao Estado a obrigação de garantir a conservação e a promoção do enriquecimento do patrimônio histórico, artístico e cultural dos povos da Espanha. Trata-se, sobretudo, de uma constituição que marcou a restauração da democracia na Espanha. Com efeito, exigiu dos poderes públicos não somente que garantissem a liberdade cultural, mas, sobretudo, que adotassem medidas de desenvolvimento para promover o acesso de todos aos bens culturais.

A criação do Ministério da Cultura um ano antes demonstra articulações no campo patrimonial que se efetivaram antes mesmo da Constituição de 1978. Esta foi, portanto, promotora de ações efetivas de proteção do patrimônio e como tal, o esteio

¹¹⁰ Quanto à proteção do patrimônio artístico e outros temas gerais, a Constituição de 1931 serviu de base à outras constituições, como por exemplo a Italiana de 1947, e algumas latino-americanas.

de uma nova norma, responsável por estabelecer os limites concretos dos bens a preservar e os mecanismos para a implementação da proteção (BAILLIET, 2015, p.63).

Em consequência, surgiu a *Ley 16 de 1985 del Patrimonio Histórico Español* (ESPAÑA, 1985), considerada uma norma integradora, ou, em outras palavras o verdadeiro código do Patrimônio Histórico espanhol. Neste mesmo cenário, foi criado o *Instituto del Patrimonio Cultural de España* – IPCE, uma vice direção geral anexada à *Dirección General de Bellas Artes*, do *Ministerio de Cultura y Deporte*, que tem como uma das principais funções a conservação e restauração do legado patrimonial espanhol¹¹¹.

A Ley 16/1985 revogou a Ley de 1933 e, como descrito por Costa (2008, p. 8), representou um

[...] marco normativo na unificação da legislação do patrimônio cultural espanhol. [...] Hoje, compreende o patrimônio cultural hispânico os bens móveis e imóveis de interesse histórico, artístico, paleontológico, arqueológico, etnográfico, científico, técnico, documental, arquivístico, bem como sítios naturais, paisagens, parques e jardins de valor histórico-artístico antropológico.

A norma também estabeleceu que os bens mais significativos do Patrimônio Histórico Espanhol – por sua relevância social e histórica e por sua singularidade - deveriam ser inventariados e declarados *Bienes de Interés Cultural*, prevendo sua proteção e tutela mediante decretos individualizados. Assim instituiu-se a criação do título de *Bien de Interés Cultural*, ou BIC, como comumente é nomeado.

Dentre outras implicações, a Ley 16/1985 opera como uma norma geral. Desse modo, embora essa norma seja aplicável subsidiariamente, a tutela patrimonial é descentralizada, cabendo a cada Comunidade Autônoma a regulação em seus domínios, dado que são administrativamente autossuficientes perante o Estado.

No caso da Junta de Andaluzia, a primeira lei para a proteção do Patrimônio Histórico foi a Ley 1/1991 (ANDALUCÍA, 1991). Nessa lei foi constituído o *Catálogo*

¹¹¹ A exemplo do IPCE, a responsabilidade pela catalogação dos bens culturais da Andaluzia está sob a responsabilidade do *Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* – IAPH. A instituição foi, e permanece sendo, uma referência na área patrimonial. Trata-se de uma entidade ligada à *Consejería de Cultura* da Junta de Andaluzia, dedicada ao patrimônio cultural desde 1989, havendo sido convertida em agência pública em 2007 e acreditada como instituto de investigação a partir de 2011. O IAPH participa da geração de conhecimento na área patrimonial, colabora com as políticas culturais da região andaluza, registra, analisa e difunde informação sobre o patrimônio cultural, oferece serviços especializados de assessoramento e análise e ainda proporciona oferta formativa destinada a melhorar as capacidades do setor profissional andaluz. Informações obtidas junto à página oficial do Instituto Andaluz do Patrimônio (IAPH, 2019).

General del Patrimonio Histórico de Andalucía como instrumento de salvaguarda dos bens nele inscritos. Ademais, está colocada a regulação das ações de conservação e restauração, assim como a necessidade de elaboração de um *Proyecto de Conservación* - à exceção de situações emergenciais - para a atuação sobre bens inscritos no catálogo supracitado, cuja aprovação compete a *Consejería de Cultura y Medio Ambiente*¹¹². Consta na lei um título específico para o patrimônio móvel, tal como para o patrimônio imóvel, arqueológico, etnográfico, documental e bibliográfico.

É importante ressaltar que a norma menciona a existência de um profissional para o qual a responsabilidade quanto aos referidos projetos de conservação é objeto de atribuição. Entretanto, inexistente a delimitação desse profissional competente, tanto para a assinatura como responsável técnico, como para a direção das obras e intervenções de conservação e restauração previstas nos referidos projetos. A situação cria um hiato normativo que prejudica o estabelecimento do conservador-restaurador na atividade de gestão desses projetos.

Na prática, ainda que todo o trabalho de intervenção em bens móveis catalogados seja planejado e executado por um conservador-restaurador, esse profissional não tem competência legal para se colocar oficialmente como tal. Os efeitos de não especificar quem é esse profissional competente geram, até os dias atuais, relações conflituosas com outras profissões - como arquitetos e historiadores, por exemplo - os quais, de fato, deveriam trabalhar de modo colaborativo e com responsabilidades subsidiariamente compartilhadas.

A Ley 1/1991 foi revogada alguns anos depois em razão da necessidade de adequações e de substancial ampliação. Teve como substituta a *Ley 14 de 2007 del Patrimonio Histórico de Andalucía* (ANDALUCÍA, 2007), que é atualmente a norma jurídica em vigor no âmbito desta Comunidade Autônoma. A nova lei manteve a estrutura da sua precedente, assim como a filosofia tutelar centrada na figura do *Catálogo General*, conservando, igualmente, a exigência do *Proyecto de Conservación* previsto na lei anterior. Trata-se de uma norma que “*asume nuevas necesidades y reconoce las sensibilidades más actuales acerca del patrimonio*”, como argumenta Usero Piernas (2010, p. 229).

¹¹² O órgão consultivo máximo da Junta de Andaluzia é o *Consejo Andaluz del Patrimonio Histórico*, presidido pelo conselheiro de *Cultura y Medio Ambiente*. Como órgão de apoio, estão as *Comisiones Provinciales de Patrimonio Histórico*. Tanto o conselho como as comissões, exercem funções de assessoramento, informe e coordenação para a atuação sobre os bens patrimoniais.

Dentre as mudanças, a nova lei delega competências aos municípios - através de uma *Comisión Técnica Municipal*, torna as sanções aos danos contra o patrimônio mais duras e institui o reconhecimento do patrimônio imaterial, dentre outras alterações que dizem respeito a outras tipologias de patrimônio, como o arqueológico e o imóvel, por exemplo. Lamentavelmente, no entanto, permanece a indefinição do profissional ao qual compete a responsabilidade técnica dos projetos bem como da direção das obras e intervenções de conservação e restauração previstas nos mesmos.

Outro ponto importante como manifestado por Merino Mena (2015, p. 21) a respeito da lei andaluza, é que ela

[...] especifica una determinación bastante útil respecto a la puesta en práctica de la eliminación eventual de partes que forman parte de los bienes muebles: el respeto hacia la pátina. Según el artículo 20.2, éste [sic] viene dado por los valores que aporta al bien mueble como un elemento propio y por tanto, esta condición deberá considerarse de cara a justificar su eliminación.

Sintetizando, a *Ley 16 de 1985 del Patrimonio Histórico Español* e a *Ley 14 de 2007 del Patrimonio Histórico de Andalucía* são normas jurídicas que se completam: uma com características generalistas e a outra assumindo a regulação, dentro de cada comunidade autónoma, das inscrições no Catálogo General, dos BIC, das sanções aos responsáveis por danos aos bens patrimoniais tutelados, e tratando, ainda, de questões abrangentes da conservação e da restauração.

Como antes mencionado, título de BIC é a maior distinção outorgada a um bem cultural na Espanha, muito embora o inventário específico sobre os BIC ainda não seja uma realidade naquele contexto. O que é um problema, como alega Feliu Franch,

La mayoría de países europeos disponen de un inventario desde hace decenas de años, mientras que más del cuarenta por ciento de los tesoros artísticos españoles continúan sin poseer esta mínima garantía. El desconocimiento de lo que España posee, se agrava ante la dispersión del patrimonio [...] y ante la falta de medios de protección [...] las desapariciones del patrimonio continúan pasando desapercibidas, y aun conociéndose, no se sabe en qué basar su reclamación. (FELIU FRANCH, 2003, p.23)

Mesmo sem um inventário específico e em desvantagem em relação a muitos países da Europa, a Espanha disponibiliza os dados do patrimônio nacional catalogado nas Comunidades Autónomas na página do ministério de Cultura y Deporte, por meio do *Anuario de Estadísticas Culturales* (ESPAÑA, 2020). O anuário informa o número de bens móveis (e imóveis) inscritos como BIC, cujos dados são

informados pela *Subdirección General de Registros y Documentación del Patrimonio Histórico*, e também o número de bens móveis restaurados pelo IPCE.

A partir do anuário tem-se ao menos a totalização dos registros no país, seja por cada Comunidade Autónoma, seja por sua categoria (*Pintura y Dibujo, Grabado, Mobiliario, Arqueología, Escultura, Patrimonio Documental*, dentre outros). Dados do último anuário, publicado em 2020, informam que a Espanha conta com 23.400 BIC distribuídos em seu território nacional, sendo que a Comunidade Autónoma de Andaluzia, uma das que contém mais bens inscritos, conta com 26,8% deste total¹¹³.

Por outro lado, e não menos importante, a Espanha, em 2010, publicou o Real Decreto 635/2010, de 14 de maio, o qual apresenta a regulação do conteúdo básico dos *Grados en Conservación y Restauración de Bienes Culturales* estabelecidos na *Ley Orgánica 2/2006*¹¹⁴. Como consta no próprio documento, o real decreto tem por objeto

[...] establecer el contenido básico al que deberán adecuarse los planes de estudios de las enseñanzas artísticas superiores de grado en Conservación y Restauración de Bienes Culturales, de acuerdo con los principios generales que rigen el Espacio Europeo de Educación Superior, de conformidad con lo regulado en la Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación, y con el Real Decreto 1614/2009, de 26 de octubre, por el que se establece la ordenación de las enseñanzas artísticas superiores. (ESPAÑA, 2010)

Apesar da lei e do real decreto supracitados, o processo de definição da profissão na Espanha se mantém confuso em razão do país manter uma tradição formativa dupla, cujos percursos podem se dar tanto nas *Escuelas de Restauración* como nas *Facultades de Bellas Artes*, aspecto será aprofundado na subseção seguinte.

Em suma, a partir do levantamento das leis mais significativas relacionadas ao patrimônio e à sua conservação, identifica-se na Espanha um cenário razoavelmente estruturado e consolidado do ponto de vista legal, ainda que algumas questões, como é o caso do inventário dos bens culturais, a definição do profissional responsável técnico pelos projetos de conservação e a consolidação da formação, não estejam devidamente resolvidas como estão em outros países da União Europeia. Por fim é necessário comentar que a Espanha não possui regulamentação da profissão através

¹¹³ Para mais informações e dados, ver o *Anuario de Estadísticas Culturales* (ESPAÑA, 2020).

¹¹⁴ A Lei Orgânica 2/2006, de 3 de maio, de Educação, estabelece em seu artigo 58 que cabe ao governo e ao *Consejo Superior de Enseñanzas Artísticas*, definir a estrutura e o conteúdo básico dos diferentes cursos da educação artística por ela regulados (após consulta às Comunidades Autónomas). O artigo 46 da mesma lei estabelece que a definição do conteúdo e a avaliação da educação artística superior, se fará no contexto da ordenação da educação superior espanhola no Marco Europeu.

de código específico, o que coloca a atuação dos conservadores-restauradores espanhóis num ambiente frágil quanto à organização da classe e quanto à atuação no universo do trabalho.

1.2.1.2.2 Formação dos conservadores-restauradores de bens móveis na Espanha

A formação dos conservadores-restauradores na Espanha, tal como a própria área de Conservação, tem origem no âmbito da formação artística. Antes da formação surgir no âmbito acadêmico, os restauradores espanhóis eram artistas formados em Artes ou vistos como “artesãos”, que se especializavam através da experiência prática no modelo mestre-aprendiz, sobretudo no âmbito dos museus e arquivos. Como aludido por Ruiz de Lacanal (2018, p. 378), essa orientação da formação ao campo das artes vigorou até a tomada de consciência acerca da diferença entre o *métier* de pintor e o de conservador-restaurador, compreensão que se deu somente em meados do século XX.

Partindo dessa gênese nas Artes, há na construção do itinerário formativo espanhol, uma duplicidade de competências que tradicionalmente se mantêm em relação à formação dos restauradores: por um lado, a educação de regime especial, as *Enseñanzas Artísticas*, e por outro a educação universitária (MEDINA FLÓREZ, 2002; BUENO VARGAS, 2001). Há, portanto, dois caminhos formativos para a Conservação e Restauração: dentro da universidade, nas *Facultades de Bellas Artes* (oriundas das *Escuelas Superiores de Bellas Artes*), e fora da universidade, nas *Escuelas Superiores de Conservación y Restauración* (advindas da *Escuela de Artes Aplicadas a la Restauración de Madrid*, cuja atribuição ficava anteriormente a cargo do ICROA).

Esses dois percursos se apresentam algumas variações de oferta entre as comunidades autônomas. Em algumas é possível aceder à carreira por ambos os caminhos, como Madri e Catalunha, em outras há somente o itinerário das Escolas Superiores, como em Astúrias, Galícia e Aragón, e, em outras, há somente o percurso universitário como por exemplo NO País Vasco, Comunidade Valenciana, Canarias e Andaluzia. Particularmente na Andaluzia, existem dois Grados, um em Sevilla e outro em Granada. Nas universidades o título recebido é o de Graduado/a em *Conservación y Restauración de Bienes Culturales Muebles*. Nas *Escuelas Superiores*, tem-se o Título Superior em *Conservación y Restauración de Bienes Culturales*.

No intuito de explicar minimamente como a Espanha chegou nos dias de hoje a este cenário, será apresentado, à continuação, um resumo da marcha empreendida na construção das bases formativas de conservação e restauração neste país. O início do ensino oficial de práticas de restauração foi implantado na década de 1940 com a publicação do Decreto de 21 de setembro de 1942, responsável por reorganizar as *Escuelas Nacionales de Bellas Artes*¹¹⁵, que criou a *Sección de Restauración* amparada em seu artigo 7. A educação passou a ser conduzida, portanto, em duas disciplinas: *Restauración de Cuadros – Sección de Pintura* - e *Restauración de Estatuas – Sección de Escultura*¹¹⁶ (UNIVERSIDAD DE SEVILLA, 2010).

De outra parte, em 1961 foi criado na Espanha o *Instituto Central de Conservación y Restauración de Obras y Objetos de Arte, Arqueología y Etnología* (ICCR)¹¹⁷. Esta instituição, além de ter a função de conservar e restaurar o Patrimônio Histórico Nacional, tinha a incumbência de assumir a docência na formação restauradores (UNIVERSIDAD DE SEVILLA, 2010).

Anos depois, em 1969, a formação profissional passou para a competência da *Escuela de Artes Aplicadas a la Restauración de Madrid*¹¹⁸. No mesmo ano foi criado o *Servicio Nacional de Restauración de Libros y Documentos*, responsável pela formação de técnicos em restauração nesta tipologia (UNIVERSIDAD DE SEVILLA, 2010).

No âmbito universitário, por outro lado, as antigas *Escuelas Superiores de Bellas Artes* foram convertidas em Faculdades em 1978 - como havia sido estabelecido pela Lei Geral de Educação de 1970 - sendo que em alguns centros foram aprovados planos de estudo que incluíam a especialidade de Restauração¹¹⁹. Nesse período, obtinha-se o título de Licenciado em *Bellas Artes - Especialidad de Restauración*, após cumpridos três anos comuns e mais dois anos para a especialidade escolhida – Pintura, ou Escultura, ou Restauração, por exemplo. A partir da Reforma Universitária (Lei Orgânica 11/1983), passaram a vigorar novos planos de

¹¹⁵ Importante destacar que em algumas regiões as *Escuelas Nacionales de Bellas Artes* passaram também à denominação de *Escuela Superior de Conservación y Restauración* depois de várias transformações.

¹¹⁶ Para obter o certificado, equiparado ao nível acadêmico superior, eram necessários três anos de estudos.

¹¹⁷ O ICCR passou a ser denominado *Instituto de Conservación y Restauración de Obras de Arte* (ICROA) e transformou-se no atual *Instituto del Patrimonio Cultural de España* - IPCE.

¹¹⁸ Nominada em 1971 como *Escuela de Conservación y Restauración de Obras de Arte*.

¹¹⁹ Na Universidade de Madrid, Barcelona, Sevilla, Bilbao y La Laguna, em 1980; na Universidade de Granada, em 1988; e na Politécnica de Valencia em 1989.

estudo que transformaram as antigas ‘especialidades’ em itinerários de especialização em *Conservación y Restauración de Bienes Culturales* (UNIVERSIDAD DE SEVILLA, 2010).

A partir dos anos 1990 a Lei Orgânica Geral do Sistema Educativo – Lei 1/1990, definiu, entre os ensinos de regime especial, que o título outorgado nas formações da área fora das universidades seria *Diplomatura en Conservación y Restauración*¹²⁰, substituído a partir dos ingressos 2010-2011 pelo atual Título Superior. Em 1991 a *Escuela de Artes Aplicadas a la Restauración de Madrid* passou a ser denominada *Escuela Superior de Conservación y Restauración de Bienes Culturales*. A partir de então foram criadas outras escolas nos mesmos moldes: nas comunidades autônomas da Catalunha e Galícia, já em 1991, na comunidade de Aragón, em 2000, na de Astúrias, em 2002, sendo as mais recentes as da comunidade autônoma de Castilla y León, em 2007. Estas escolas superiores mantêm até hoje a formação em conservação e restauração fora do âmbito universitário. No entanto, não possuem o mesmo nível formativo, sendo semelhantes aos cursos ‘tecnólogos’ no Brasil¹²¹.

O ano de 2004 foi marcado pela publicação do *Libro Blanco - Títulos de Grado en Bellas Artes/Diseño/ Restauración*. Os assim denominados são o resultado do trabalho de uma rede de universidades espanholas que, com apoio da *Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación – ANECA*¹²², realizaram estudos amplos para estabelecer o desenho dos títulos de ‘grado’ adaptado ao Espaço Europeu de Educação Superior – EEES¹²³. Surgem, portanto, os *Grados en Conservación y Restauración de Bienes Culturales*, como em Sevilla, Valencia, Granada e Madrid, por exemplo, que iniciam seus grados entre 2010 e 2011 (UNIVERSIDAD DE SEVILLA, 2010).

¹²⁰ De acordo com informações de Bueno Vargas (2020) “Los títulos de Diplomado Universitario se conseguían con estudios de 3 años, los de Licenciado añadiendo 2 más (en total 5 años). Pero en Bellas Artes no existía ese título intermedio de Diplomado, sólo se podían estudiar 5 años para obtener la Licenciatura Universitaria. Lo curioso es que se igualaban los estudios extrauniversitarios de las Escuelas, con una Diplomatura Universitaria en Restauración que no existía en la Universidad, dado que en ella la Restauración se estudiaba como especialidad en esos dos años finales de la licenciatura.”

¹²¹ Embora os cursos de nível tecnológico façam parte do âmbito universitário brasileiro.

¹²² Órgão autônomo vinculado ao Ministério de Universidades, que tem como objetivo contribuir para a melhora da qualidade do sistema de educação superior mediante a avaliação, certificação e acreditação da educação, professores e instituições.

¹²³ Trata-se de um domínio de organização educacional iniciado em 1999 com o Plano de Bolonha cujo objetivo principal é harmonizar os diferentes sistemas educativos da União Europeia e proporcionar uma forma eficaz de intercâmbio entre todos os alunos.

Um ponto importante a destacar é a diferença que separa os grados (âmbito universitário), dos títulos superiores (âmbito extra-universitário). Embora o plano de estudos dos cursos ligados às *Enseñanzas Artísticas Superiores de Conservación y Restauración de bienes culturales* sejam semelhantes aos grados universitários no quesito duração, o conteúdo formativo é significativamente diverso: no âmbito universitário a formação é generalista, enquanto nas “*Escuelas...*” é possível obter uma especialidade dirigida a tipologias diferentes de bens culturais. Por exemplo: “especialidad de Conservación y Restauo (CR)” de “Bienes Arqueológicos, especialidad de CR de Documento Gráfico, especialidad de Escultura, especialidad de Mobiliario”, dentre outros (BUENO VARGAS, 2020).

Acredita-se, portanto, considerando as orientações quanto às competências necessárias para ter acesso à profissão de conservador-restaurador (ECCO, 2013), que a formação de natureza generalista, contida no âmbito universitário espanhol, seria a base formativa compatível com as exigências da atuação profissional no espaço europeu. Entretanto, para extrair conclusões demandaria outra pesquisa específica sobre o assunto, por ser uma discussão complexa e que envolve conflitos significativos entre os profissionais oriundos de cada um dos itinerários formativos. Assim, para não desvirtuar dos objetivos que pautaram a realização dessa tese doutoral, remetemos esse assunto para futuras pesquisas.

Outro ponto a considerar, no entanto, é o de que nem todos os países europeus modificaram igualmente suas trajetórias formativas em Conservação e Restauração, havendo tanto a formação universitária quanto a extra- universitária¹²⁴, cujo tempo de integralização também varia entre 3 e 5 anos (BUENO VARGAS, 2020).

Por outro lado, é fato a existência de disciplinas em cursos diversos ao de *Conservación y Restauración* que incluem conteúdos específicos da área, como é o caso das disciplinas *Taller de Técnicas de Restauración* inseridas no currículo básico do Título Superior de *Artes Plásticas y Diseño en Técnicas Escultóricas* que corresponde a 4 a 7 ECTS, ou o equivalente a créditos no sistema educacional brasileiro. O cumprimento dessas disciplinas permitiria os alunos de *Artes Aplicadas y Diseño*, de ciclo médio, ou seja, equivalente ao ensino médio no Brasil, a ficarem

¹²⁴ Quanto ao mercado de trabalho, em parte em razão da autonomia das comunidades autônomas, o governo espanhol oferta vagas tanto para os profissionais com ‘Título Superior’, quanto para os ‘Graduados’ em Conservação e Restauração, a depender de qual instituição as oferece, se vinculada ao Estado, às Comunidades Autônomas (equiparáveis aos nossos estados) ou aos *Ayuntamientos* (prefeituras) em nível municipal.

habilitados a competências próprias dos conservadores-restauradores. Do ponto de vista de Merino Mena (2015, p. 27)

Esto produce confusión en los propios alumnos respecto al desempeño de sus funciones una vez tengan acceso al mundo laboral y, además, crea una situación de rivalidad respecto a los Estudios Superiores de Conservación y Restauración de Bienes Culturales de 240 créditos ECTS (4 años de duración).

Considerando o que foi acima exposto, a situação torna-se ainda mais complexa se colocada em paralelo aos Graduados, pois, como já mencionado, estes também possuem nível diferente em relação aos formados com Título Superior. Assim, embora a Espanha esteja de acordo com o que determina a Confederação Europeia de Organizações de Conservadores-Restauradores (ECCO)¹²⁵, que por sua vez está em consonância com o Marco Europeu de Qualificações estabelecido pelo Espaço Europeu de Educação Superior (EEES), a diversidade de cursos que abordam completa ou parcialmente a formação na área tende a criar um ambiente de tensões. Se, por um lado, os diferentes níveis de formação colaboram com a difusão da Conservação como atividade, por outro, mantêm os limites da área difusos e criam um mercado de trabalho onde os conflitos estão presentes, sobretudo em virtude da profissão não ser regulamentada. A pauta da regulamentação, por óbvio, é apontada, tal como no Brasil, como uma luta de vários anos dos profissionais que atuam nessa área.

Nesse sentido, o fato da profissão de conservador-restaurador não estar regulamentada na Espanha é um dos fatores responsáveis pela ocorrência de atuações desastrosas. Casos como o emblemático *Ecce Homo* de Borja, pequena cidade próxima a Zaragoza, ocorrido em 2012, ou ainda mais recentemente a restauração da imagem de São Jorge pertencente à Igreja de mesmo nome do município de Estella, região de Navarra, são exemplos patentes de ações negligentes e desqualificadas.

O caso de Navarra ainda é mais emblemático, pois se trata de um BIC, ou seja, um bem que está inscrito junto aos órgãos competentes. O fato é que ambos os casos são resultado da atuação de pessoas despreparadas - ainda que eventualmente bem-intencionadas - o que denota certa ineficácia da legislação patrimonial e evidencia a

¹²⁵ As competências necessárias para acessar a profissão de conservador-restaurador são dadas pela *European Confederation of Conservator-Restorers' Organizations* – ECCO, cuja publicação data de 2013. Para mais informações, ver a página eletrônica da ECCO.

premência da regulamentação do profissional conservador-restaurador também dentro da Europa. São atuações que, além da questão ética que afeta a área, demonstram que a evolução da área de Conservação depende não somente de normas, mas, significativamente, de uma interlocução ampliada com o tecido social para que as políticas públicas se efetivem. Eis que, ao fim e ao cabo, é a sociedade o palco onde se situam os bens patrimoniais e é para ela que ele deve ser preservado. Nesse sentido, coincidimos com Gonzalez-Varas quando reitera que

La evolución de los acontecimientos históricos sucedidos durante estas últimas décadas, que también han sido las primeras de un nuevo siglo e incluso podemos aventurar que las de una nueva era, nos lleva a la necesidad de reafirmar y profundizar en este compromiso ético que, en efecto, comporta la tarea de velar no solo por la conservación y preservación del patrimonio cultural sino incluso, más allá, por la necesidad de renovar constantemente el sentido y significado que el pasado y la memoria, el patrimonio cultural, asumen en nuestras sociedades (GONZÁLEZ-VARAS, 2018, p. 15).

Por fim, cumpre-nos destacar que fatos como os mencionados acima, ocorridos em Borja e Estella, deixam claro que a fragilidade da área não é privilégio de países como o Brasil, cuja trajetória na preservação do patrimônio ainda não atingiu o mesmo nível de muitos países do ocidente. Ainda assim, pode-se afirmar que a Espanha está atualmente integrada ao panorama cultural europeu e identificada com os princípios do Espaço Europeu de Educação Superior, visto que aborda a área de Conservação como um campo do conhecimento - e uma atividade - eminentemente transversal.

Para dar continuidade ao exame do campo da Conservação na Espanha, a próxima seção abordará uma outra perspectiva de vislumbrar esse campo de exercício profissional, oportunidade em que será levado a cabo um breve recorrido acerca do modo como os conservadores-restauradores se organizam associativamente do outro lado do oceano.

1.2.1.2.3 Organizações profissionais no âmbito espanhol

Na Espanha, os profissionais vinculam-se aos chamados *Colegios Oficiales*, organizações semelhantes aos Conselhos profissionais no Brasil, sendo a vinculação obrigatória somente quando uma lei estatal assim o estabeleça. Os Colégios são corporações de direito público e de natureza mista, ou seja, público-privada. São constituídos por lei e a pedido dos profissionais interessados, representando interesses públicos e privados.

Da forma como são constituídos, os Colegiados se situam entre a Administração, os próprios colegiados e os usuários/clientes. Seu funcionamento é

regido pelos estatutos elaborados em sede colegiada e revisados pela administração pública de tutela para verificação de sua legalidade. Por todas essas características, não são caracterizados como associações, nem como organizações profissionais, tampouco como sindicatos. Em suma, os *Colegios Oficiales* são criados pelos poderes públicos para que realizem o controle independente e imparcial da atividade profissional, a garantia da qualidade dos serviços prestados, além de zelar pelos direitos dos usuários/clientes desses serviços.

A defesa de interesses da profissão frente aos poderes públicos é uma de suas atribuições, assim como dispor de um código de ética que ampare o exercício profissional. Além disso, se incumbem de revisar de modo constante a legislação que eventualmente possa afetar a profissão, promover ações de formação específica adequada, oferecer serviços diversos - como assistência jurídica, por exemplo - além proporcionar um núcleo de interação entre os profissionais daquela área.

No caso dos conservadores-restauradores, os profissionais espanhóis vinculam-se ao Ilustre *Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Bellas Artes*, de suas respectivas Comunidades Autônomas, em razão das origens da formação profissional no âmbito das *Bellas Artes* (RUIZ DE LACANAL, 2018; MIRAMBELL ABANCÓ, 2016; MARTÍNEZ JUSTICIA, 2008). Por não haver uma lei que assim determine, o vínculo dos conservadores-restauradores a este Colégio Oficial é facultativo¹²⁶.

Os vínculos mais do que explícitos com o campo das Artes por parte do *Colegio Oficial Doctores y Licenciados en Bellas Artes* faz da adesão um tema muito controvertido, gerando desconforto em alguns profissionais que acabam não efetivando sua vinculação e reclamando a criação de uma corporação exclusiva para a profissão, como assim refere Fernández Arcos (2017, p. 8):

Por algún motivo los restauradores no acaban de confiar en los colegios profesionales como instituciones para dar solución a sus muchos problemas, y en los debates públicos no suelen gozar de muchas simpatías. En la actualidad no existe ninguno en España. Curiosamente, sí existen colegios de otras titulaciones que admiten como asociados a restauradores conservadores, lo que pondría en evidencia, como poco, que hay cierto interés por parte del sector profesional. Es el caso del Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Bellas Artes y Profesores de Dibujo de Andalucía,

¹²⁶ Particularmente no caso da Andaluzia o *Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Bellas Artes* de Sevilla enfrenta atualmente uma escassa adesão de novos membros o que, por sua vez, fragiliza a corporação e torna sua atuação menos efetiva. Naturalmente, com menos membros colegiados, há um aporte de recursos reduzido, refletindo na dificuldade de atender suas demandas. Lamentavelmente, o Colégio de Sevilla vem perdendo espaço entre os profissionais, especialmente entre aqueles que vêm sendo introduzidos no mercado de trabalho.

el de Licenciados en Bellas Artes y profesores de Dibujo de la Comunidad Valenciana o el Colegio de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias de Aragón.

O fato é que o começo do século XXI marca o nascimento de várias associações de profissionais no território da Espanha. Tal movimento aparece como uma resposta à intenção de atender demandas exclusivas da área de Conservação. Essas organizações iniciaram os trâmites para solicitar a criação de um Colégio específico para os conservadores-restauradores. Todavia, até o presente momento, não lograram êxito nessa empresa.

Destaca-se que as associações têm um caráter bastante diferente dos Colégios, a saber: são de natureza privada, ainda que não tenham por finalidade o lucro, são criadas segundo a vontade de grupos com atividades e demandas comuns, representando, portanto, a interesses privados. Além disso, a vinculação é facultativa e não há exclusividade, ou seja, é possível a criação de inúmeras associações com o mesmo objeto. Os estatutos de uma associação são livremente acordados entre os associados, sendo que à administração pública compete somente seu registro e a verificação de sua legalidade.

Dentre as associações existentes no atual contexto espanhol, destacam-se algumas que merecem registro. A primeira delas, criada em 1996, é o Grupo Espanhol do *International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works*, também denominado *Grupo Español de Conservación* do IIC (GE-IIC) que, por sua vez, está associado, ao *Institute for Conservation of Historic and Artistic Works - IIC*¹²⁷, criado em 1950 no Reino Unido. O GE-IIC integra mais de 300 profissionais que trabalham na área de Conservação - vinculados à ciência, à arte e à história - através da investigação, do trabalho profissional e da educação. Somam-se aos profissionais, as instituições e empresas relacionadas com a Conservação e centros educativos de todo o país. A organização tem sua sede junto ao IPCE, em Madrid, e trabalha com vistas às boas práticas em Conservação, à colaboração entre associações e profissionais, assim como para fomentar o compartilhamento de conhecimento entre os pares (GE-IIC, n.d.).

¹²⁷ O *International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works* – IIC - tem sede em Londres. É uma organização internacional para profissionais de conservação e restauração reunindo, em torno de si, mais de dois mil membros em mais de cinquenta países. Este organismo busca promover o conhecimento, os métodos e os padrões de trabalho necessários para proteger e preservar os bens culturais em nível mundial.

Anos mais tarde, em 2003, foi fundada a *Asociación de Conservadores y Restauradores de Castilla y León - ACRCYL* – que reúne profissionais do setor com titulação oficial, tendo por objetivo a defesa e proteção do património cultural mediante “altos estándares de calidad en sus intervenciones, llevadas a cabo por profesionales capacitados competencialmente por su título” (ICOMOS, 2020).

A página da associação menciona que a falta de reconhecimento da profissão no país, o fato da legislação ser muito recente, além da heterogeneidade dos estudos oficiais e das dificuldades de reconhecimento de seus títulos por parte das diferentes administrações, geraram desunião dos profissionais nas últimas décadas. O resultado, segundo a associação, é um grupo desestruturado, desprotegido e desconfiado (ACRCYL, [20--]a).

Com essas bases, a ACRCYL, que tem por objetivo ampliar a proteção ao património cultural, aponta a necessidade de edificar uma profissão forte e estável, que integre em torno de si profissionais especializados que não migrem para outras profissões mais valorizadas. Nesse sentido, a associação se coloca no sentido de buscar a homogeneização dos itinerários formativos para assegurar o movimento dos profissionais no âmbito europeu, assim como denunciar a “*má praxis*” com o fim de evitar o *intrusismo*¹²⁸ profissional (ACRCYL, [20--]b).

No ano de 2011 é criada a *Asociación Profesional de Conservadores Restauradores de España - ACRE* – e a *Asociación de Empresas y Profesionales de Conservación y Restauración de Bienes Culturales de Galicia – CRG*. Segundo afirma Pilar Aguilar (apud CALVO, 2015), coordenadora de comunicação da associação, a ACRE “nace com la vocación de realizar funciones similares a las de un colegio”, o que indica, segundo alude Fernández Arcos (2017, p. 8), que ter um colégio profissional exclusivo da área é uma ideia que atrai significativamente aos profissionais.

A ACRE reúne mais de 300 profissionais do setor com titulação oficial além de ser membro do E.C.C.O, participando ativamente desde 2012. Seu objetivo principal é obter das instituições competentes o reconhecimento legal e a homologação educativa para regular a profissão e o exercício dessa atividade. Defende também, por óbvio, a proteção do património espanhol a partir da qualificação dos profissionais (ACRE, [20--]; ICOMOS, 2020). Nesse sentido, a associação se manifesta com

¹²⁸ *Intrusismo* (ou *intrusismo profesional*) refere-se ao exercício de atividades profissionais por pessoa sem a qualificação necessária. Termo espanhol que etimologicamente se origina do termo intruso.

veemência e tem apresentado denúncias importantes em relação a trabalhos desqualificados, realizados por pessoas alheias à área, sendo este um problema recorrente na Espanha, como já foi mencionado.

Por sua vez, a *Asociación de Empresas e Profesionales de Conservación e Restauración de Bens Culturales de Galicia – CRG*, criada igualmente em 2011, também se coloca com o objetivo de impulsionar o reconhecimento da profissão e a representação, gestão, defesa e fomento dos interesses profissionais, laborais e sociais de seus membros. Agrega pessoas físicas e jurídicas e tem como âmbito de atuação a Comunidade Autónoma de Galícia, junto a qual procura promover, desde seu vínculo em 2014, a melhora das condições para o desenvolvimento da atividade profissional, assim como a unificação de critérios de atuação.

Em 2013 surge a *Conservadors-Restauradors Associats de Catalunya - CRAC* – fruto da fusão de dois grupos de associações, o *Grup Tècnic* (iniciado em 1983) e a ARCC¹²⁹ (criada em 1996). A associação é membro do ICOM e do E.C.C.O., cuja sede está situada em Barcelona, integrando 300 membros entre profissionais, instituições e empresas de conservação e restauração. Um de seus objetivos principais é zelar pelos interesses da profissão e promover o seu reconhecimento em todos seus âmbitos de competência (ICOMOS, 2020).

Há registros dispersos da fundação, em 2018, da *Asociación Profesional de Conservadores Restauradores de las Instituciones Museísticas – APCRIMA*, que segundo informações contidas na página do Comité Nacional Espanhol do ICOMOS,

[...] aglutina a la mayor parte de los profesionales que intervienen los bienes de interés cultural (BIC) conservados en museos y conjuntos de titularidad o gestión autonómica. Entre sus fines destaca: el velar por la excelencia en las actuaciones de conservación-restauración, promover la contribución de entre profesionales y defender el espacio profesional de los conservadores-restauradores. En la actualidad, APCRIMA tiene representación en 15 instituciones de la Junta de Andalucía. (ICOMOS, 2020)

Mais recentemente, em 2019, foi constituído um grupo de trabalho com o objetivo de defender o setor da Conservação, ou, mais especificamente, com o objetivo da regulamentação efetiva da profissão. Trata-se da “*Plataforma de Asociaciones Profesionales de la Conservación – Restauración de España*” - PAPCRE. Integram esse grupo os seguintes órgãos: ACRCYL, ACRE, APCRIMA,

¹²⁹ Não foram encontrados registros dessa associação precedente, apenas a menção de sua existência na página do Comité Nacional Espanhol do *International Council on Monuments and sites* – ICOMOS (o ICOMOS é uma organização não governamental internacional dedicada a promover teoria, metodologia e tecnologia aplicada à conservação, proteção e valorização de monumentos e sítios).

CRAC, CRG e GE-IIC em colaboração com outras organizações e grupos de trabalho específicos.

Pelo acima exposto, guardadas as singularidades do território espanhol, percebe-se que tanto os Colegiados quanto as Associações perseguem um mesmo objetivo, qual seja, a regulamentação profissional para que as ações sobre os bens culturais sejam empreendidas por profissionais devidamente habilitados, tal como preconizam as orientações internacionais. Há que separar os interesses corporativos do imperativo legítimo de trabalhar em favor da preservação do patrimônio.

Em conclusão, são estes alguns dos aspectos que situam o universo da Conservação e a profissão de conservador-restaurador na Espanha. Sintetizando em poucas palavras: a profissão na Espanha existe de fato. No entanto, não existe de direito. Essa realidade não a deslegitima, afinal o ato de regulação de um ofício depende de sua consolidação no campo das profissões, algo que se concretiza lentamente e, inegavelmente, sob um ambiente de conflitos e disputas. Além disso, a atuação propriamente dita dos conservadores-restauradores espanhóis não se dá de forma isolada, visto que a própria profissão se regula a partir de códigos deontológicos e de outros textos reconhecidos internacionalmente pela área patrimonial.

Assim, percebe-se um país que busca, por intermédio de suas corporações e associações, a oficialização de sua profissão no âmbito jurídico. Entretanto, também é notável que, tal como ocorre no Brasil, várias barreiras precisam ainda ser transpostas para que as questões patrimoniais sejam efetivamente colocadas como prioridade, seja pela administração pública, seja pelo conjunto da sociedade.

A próxima seção visa expor e discutir o modo como se desenvolveu a investigação do ponto de vista dos objetivos, da metodologia, como também da base teórica que suporta a análise do material empírico desta tese doutoral.

2 O problema de pesquisa e sua relevância

O capítulo precedente foi construído dentro do esforço de situar o campo de análise da tese no âmbito ocidental. Nossa ênfase esteve centrada no objetivo de mostrar a natureza humanista da área de Conservação, bem como no fato de ser ela um campo para onde convergem aspectos de caráter objetivo (a técnica em si, as normativas e as liturgias que cercam sua efetividade), mas também os aspectos eminentemente subjetivos, ligados ao modo como os indivíduos e coletividades em geral valoram seus objetos de representação e seus signos de identidade. Mas esta subjetividade não está presente apenas no olhar daqueles que reconhecem objetos e bens patrimoniais como sagrados ou de grande valor cultural. Concretamente, nossa atenção se volta para a subjetividade que está implícita no modo como os agentes e operadores da área de Conservação reconhecem o seu próprio ofício e as suas práticas, as quais, em maior ou menor medida, são reconhecidas e legitimadas por saberes instituídos na própria sociedade.

Ao assumir a missão de vasculhar as entrelinhas, os elementos subjacentes nesse atuar do Conservador Restaurador, mergulhamos num terreno que possui um forte conteúdo moral, remetendo-nos para a questão dos hábitos, costumes, usos e regras que se materializam na assimilação social de um sistema de valores de uma coletividade ou grupo social. É pertinente pensar, portanto, em um *ethos* de Conservador Restaurador enquanto espaço de atuação que traduz regras, comportamentos de um saber-fazer com um forte apelo ético e moral. Sobre esse aspecto, evocamos a contribuição de Ribeiro *et al* (2008, p. 127), quando estes reiteram que:

O *ethos* expressa, nesse caso, uma constância no agir contraposta ao impulso do desejo, denotando uma orientação habitual para agir de certa maneira. Ele se desdobra, assim, como espaço da formação do hábito, entendido como disposição permanente para agir de acordo com os imperativos de realização do bem, tornando-se lugar privilegiado de inscrição da praxis humana.

Há que se destacar, no entanto, que essa subjetividade acaba se consagrando e se materializando nas ações efetivas de Conservação, isto é, ela culmina na concretude de ações objetivas, formas de atuação e processos de intervenção direta ou indiretamente, dos mais simples aos mais complexos. Em termos concretos, é esse

o foco da pesquisa aqui exposta, a qual foi pensada como algumas indagações de caráter geral e específico.

2.1 As grandes questões da pesquisa

A questão fulcral da presente pesquisa pode ser formulada nos seguintes termos: como se apresentam as concepções subjacentes à práxis da Conservação do patrimônio material pelos agentes que operam nesse campo de exercício profissional e/ou pelos que formam recursos humanos nessa esfera?

Estabelecido o questionamento central, é necessário frisar que este estudo foi concebido a partir de um recorte espacial que busca uma aproximação comparativa entre Espanha e Brasil, com destaque para a Comunidade Autônoma da Andaluzia¹³⁰, onde foi desenvolvida estância de doutoramento sanduíche através de bolsa do Programa Institucional de Doutorado-sanduíche no Exterior - PDSE da agência CAPES.

Apesar de desenvolvimentos históricos tão distintos, a escolha do contexto espanhol como elemento de cotejamento ao brasileiro, se justifica pela origem da teoria contemporânea, sistematizada naquele país, por Salvador Muñoz Viñas, professor da Universidad Politécnica de Valência. Outrossim, o IAPH e a Universidade de Sevilla, são instituições com os quais a autora desta tese estabeleceu contato direto sob a égide dos esforços de internacionalização da UFPel.

Parte-se da premissa de que o profissional Conservador Restaurador é um ser social, que, como tal, exerce seu ofício pautado por códigos éticos e princípios teóricos que não foram concebidos como obra do acaso ou de simples escolhas técnicas. Nesse contexto, faz-se aqui uma escolha intencional: elege-se o Conservador Restaurador como elemento protagonista de uma reflexão singular que visa dar voz e vez à sua compreensão da realidade, aos seus pontos de vista e a uma visão de mundo que se traduz em ações cotidianas, no seu modo de agir, em suas escolhas.

Em se tratando de uma investigação conduzida em duas latitudes distintas, caberia indagar: que lições poderiam ser extraídas a partir do confronto dos dois âmbitos (brasileiro e espanhol)? Existem aspectos convergentes e aspectos

¹³⁰ A Andaluzia é uma das 17 Comunidades Autônomas que compõem a Espanha, país pertencente à União Europeia e regido por uma monarquia parlamentarista. A Andaluzia é a maior comunidade autônoma em população (8.384 milhões de habitantes) e a segunda maior em território (87.597 km²). Limita-se ao Sul com Gibraltar, Oceano Atlântico e Mar Mediterrâneo, a Oeste com Portugal e ao Norte com Extremadura, Castilla-la-Mancha e Murcia.

divergentes entre as duas realidades? Quais os princípios teóricos, critérios e concepções que embasam de fato a práxis da Conservação e suas respectivas tomadas de decisão? Há elementos recorrentes entre o caso brasileiro e o caso espanhol? Que diferenças podem emergir a partir da perspectiva comparada entre os dois âmbitos? Quais são os desafios apresentados ao Conservador Restaurador do século XXI no que se refere à própria identidade enquanto campo de exercício profissional?

A informação reunida no percurso investigativo revelou aspectos desconhecidos a partir do ponto de vista dos atores sociais que operam dentro dessa esfera, especialmente desde a perspectiva de profissionais e instituições que possuem larga experiência nesse campo de atuação, como é precisamente o caso das instituições andaluzas com as quais interagimos, durante e após a missão de estudos realizada em Sevilha.

Ademais, a busca dessas respostas significou a oportunidade de ampliar o conhecimento sobre a prática profissional, trazendo elementos que são capazes de auxiliar no aperfeiçoamento dos processos de Conservação de bens culturais tangíveis, colaborar no âmbito da formação de recursos humanos qualificados para a área e, que até mesmo, poderão contribuir com a construção identitária do Conservador Restaurador brasileiro. É necessário destacar o fato de que esse profissional está inserido num campo de exercício que só agora ganha espaço num país que apenas muito recentemente desperta para a conservação de bens culturais.

Apresentado o problema de pesquisa e seu mérito, as próximas duas subseções tem por fim expor as hipóteses e os objetivos da pesquisa. Cabe, no entanto, destacar que as hipóteses não se restringem à mecânica estrita da falseabilidade, ou seja, da aceitação plena ou do rechaço absoluto. Ao contrário, entende-se como gatilhos no sentido de iluminar a exploração do material empírico e de concluir sobre o que as hipóteses explicam e o que elas não explicam.

2.1.1 Hipóteses da investigação

Hipótese 1 - A práxis da área e as decisões do Conservador Restaurador no âmbito das atividades de Conservação são tomadas com base em sua natureza como ser social, sendo elas reflexo de processos dinâmicos e dialéticos, através dos quais, tal profissional, como indivíduo pertencente a um coletivo laboral, interage e organiza suas ações. A neutralidade de sua intervenção assume um caráter utópico, tanto no

caso espanhol como brasileiro, na medida em que, simultaneamente, exerce ele sua influência sobre o processo restaurador e é influenciado pelo contexto em que se encontra circunstancialmente imerso.

Hipótese 2 - O cenário espanhol da área de Conservação assemelha-se ao brasileiro no que tange à organização e estruturação como campo disciplinar, tendo como referência e origem a área das Artes (modelo europeu) e uma orientação técnica predominantemente italiana, dele derivando elementos norteadores paradigmáticos, como é o caso dos princípios da **mínima intervenção** e da **distinguibilidade**.

Hipótese 3 - A regulamentação da profissão de Conservador Restaurador no contexto brasileiro e espanhol se encontram em situação similar, padecendo os mesmos problemas no que tange à heterogeneidade na formação socioprofissional, à inconsistência de mecanismos de regulação e de um marco legal e institucional que reflita os anseios da categoria e um grau de legitimidade compatível com a relevância de sua atuação

2.1.2 Objetivos da pesquisa

Objetivo geral - Analisar como se apresentam as concepções subjacentes à práxis da Conservação do patrimônio material e as respectivas tomadas de decisão das suas atividades nos âmbitos brasileiro e espanhol, considerando as possíveis particularidades de formação do campo, bem como as especificidades da legislação de cada país, buscando compreender o papel do Conservador Restaurador do século XXI como agente de preservação do patrimônio cultural material.

Objetivos específicos:

- Identificar quais os elementos não são manifestos, mas supostamente estão contidos, na práxis da Conservação e que são utilizados como referencial subjetivo nas suas atividades e nas respectivas tomadas de decisão, levando em conta a indissociável natureza social e cultural do *ethos* do Conservador Restaurador.
- Investigar as semelhanças e dessemelhanças entre o cenário espanhol e brasileiro da área de Conservação em relação à sua estruturação como campo disciplinar e âmbito de exercício profissional.

2.2 Metodologia de pesquisa

A metodologia empregada se valeu de um conjunto de ferramentas empregadas tanto no contexto brasileiro como espanhol. Inicialmente delimitou-se o escopo da pesquisa no tempo e no espaço. Para tanto, estabeleceu-se como uma amostra que se estrutura a partir do universo de atores que atuam, direta ou indiretamente dentro do campo da Conservação e Restauração. No caso brasileiro constam graduados em Conservação e Restauração ou especialistas com formação diversa¹³¹. No caso espanhol¹³², indivíduos formados em *Bellas Artes* com especialização em Restauração, graduados em *Bellas Artes y Licenciados en Conservación y Restauración*, graduados em *Conservación y Restauración*, especialistas diplomados em instituições como o *Istituto Centrale del Restauro*. Ademais do aspecto de formação, estes profissionais se inserem tanto no Setor Público - os Servidores Públicos, quanto no Privado - autônomos, empregados de empresas privadas ou proprietários de empresas na área.

A seguir, organizou-se um roteiro semiestruturado o qual foi aplicado em caráter exploratório ainda no período de doutoramento sanduíche junto a *Universidad de Sevilla*, e que incluiu: dois conservadores-restauradores autônomos, dois gestores de associações profissionais, dois docentes e dois profissionais vinculados à uma instituição pública de preservação do patrimônio da Comunidade Autônoma da Andaluzia.

Embora o roteiro inicial tenha se mostrado razoavelmente adequado, a partir da experiência com esse piloto - e após as sugestões da banca de qualificação - verificou-se a necessidade de algumas adaptações. O roteiro piloto foi, portanto, reformulado e, buscando recolher informações pontuais dos gestores e dos docentes, foram incluídas algumas questões específicas dirigidas apenas a esses informantes, fato que trouxe consigo contribuições para a elucidação das questões que integram o problema de pesquisa.

¹³¹ Especializações *lato sensu*, tal como a Especialização do CECOR/UFMG que funcionou entre 1978 e 2008, ou a da EBA/UFRJ ativa entre os anos 1989 e 1996; cursos de longa duração ou estágios em ateliês ou instituições públicas e privadas, como os estágios e/ou cursos na Fundação Casa de Rui Barbosa, na Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), ou no ateliê do restaurador carioca Edson Motta; ou ainda especializações em instituições no exterior – Portugal, Estados Unidos e outros.

¹³² Para retomar os detalhes da formação na Espanha, ver subseção 1.2.1.2.2 - Formação dos conservadores-restauradores de bens móveis na Espanha.

Para dar sequência à investigação, foram escolhidos os primeiros depoentes, com base em contatos profissionais da autora. Estes funcionaram como informantes-chave, os quais foram indicando novos entrevistados potenciais. Algumas sugestões se concretizaram em novas entrevistas, outras não. Por esse motivo foram contatados por correio eletrônico outros profissionais, selecionados de modo aleatório dentre aqueles vinculados às associações de profissionais dos países estudados. Assim, os depoimentos foram colhidos, até atingir-se à saturação do conteúdo necessário para satisfazer as demandas da investigação. O ponto de esgotamento das informações tornou-se evidente quando as entrevistas deixaram de trazer informações novas em relação àquilo que já havia sido coletado. Atingido esse ponto de saturação, encerrou-se a etapa de coleta de dados.

Concomitantemente ao recolhimento dos depoimentos, as falas foram transcritas de modo a viabilizar o processo de análise. Assim, após a realização das entrevistas e da sua transcrição, foram estabelecidas as categorias gerais de análise, devidamente descritas na Subseção 2.2.4. Em seguida, os dados foram organizados no software *NVivo 11 Plus*¹³³ segundo as categorias e subcategorias criadas¹³⁴. Tais recursos heurísticos são resultado de uma pré-análise do conteúdo dos depoimentos sobre os quais se estruturaram, por seu turno, os caminhos de análise¹³⁵.

As próximas subseções abordam pontualmente cada um dos itens que integram o marco metodológico deste estudo, o que inclui: a técnica da entrevista e suas nuances, o método adotado no tratamento das informações coletadas, a forma de construção das categorias de análise e os critérios que pautaram a organização do material empírico.

2.2.1 A técnica da entrevista em profundidade

A pesquisa qualitativa de caráter exploratório é uma metodologia de abordagem dos dados interativa e dinâmica e tem por objetivo perscrutar, em profundidade, as informações subjetivas relativas ao objeto de investigação. Destarte, os roteiros das entrevistas se impuseram como estratégia fundamental para alcançar esse objetivo. Buscou-se, compreender o comportamento e as particularidades do Conservador

¹³³ As características básicas deste *software* são apresentadas na subseção 2.2.2.

¹³⁴ As categorias são apresentadas na subseção 2.2.4.

¹³⁵ Os dados coletados encontram-se pormenorizados na **Seção 2**, onde se detalha o perfil dos entrevistados brasileiros e espanhóis. As reflexões a partir desses dados, por sua vez, estão contidas na **Seção 3**. Nesta parte da tese faz-se o cruzamento das informações obtidas com os perfis dos entrevistados, resultando em inferências, interpretações e conseqüente teorização.

Restaurador em suas tomadas de decisão a partir de um roteiro semiestruturado que reunia uma série de perguntas especialmente de caráter aberto.

Naturalmente esse recurso resulta em dados não quantificáveis, pois que os depoimentos são resultado de opiniões individuais, geradas por estímulos que conduzem a uma fala mais espontânea e livre. Justamente por ter esse caráter aberto, acredita-se que este método tornou factível extrair informações, dados e elementos que permitiram responder, com bastante consistência, as questões formuladas no problema de pesquisa.

No Apêndice A consta o roteiro aplicado em caráter exploratório durante a estada em Sevilha, momento em que centramos nossa mirada no sentido de avaliar o alcance e a viabilidade de uma pesquisa que consideramos profícua por seu caráter singular e por seus eventuais desdobramentos. Como já mencionado, a partir desse piloto foi desenvolvido o roteiro definitivo¹³⁶.

O roteiro final (Apêndices B e C) compreende dezenove perguntas divididas em três eixos. Todavia, registra-se primeiramente, que a realização das entrevistas em ambos os países gerou mais de mil páginas transcritas. Chegou-se à conclusão que a utilização de tal volume de dados extrapolava o âmbito deste estudo, inviabilizando o tratamento das informações e o próprio escopo da tese. Por esse motivo, optou-se por restringir os pontos focais de discussão, utilizando, para tanto, apenas sete das dezenove questões. Tal decisão levou-nos à criação de três categorias gerais de análise¹³⁷. Não obstante, os dados não utilizados deverão ser explorados em futuros trabalhos, ou seja, serão desdobramentos da investigação ora desenvolvida.

Outrossim, retorna-se aqui a reflexão dos três eixos do roteiro conforme supra mencionado. O primeiro deles teve por objetivo explicitar, para o entrevistado, a natureza e os objetivos da investigação, bem como reafirmar, de modo incisivo, o caráter sigiloso e confidencial das informações disponibilizadas. Esta etapa foi fundamental e funcionou como um “quebra-gelo”, deixando o informante mais relaxado e aberto a expor seus pensamentos. Nesse momento foi ele convidado a falar sobre sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional e, no caso dos gestores, a falar também sobre a história da instituição a qual estava vinculado e que ora representava. O objetivo com isso foi trazer o lugar de fala desse indivíduo e compreender o ambiente social em que foi - e é - forjado.

¹³⁶ Uma cópia do roteiro consta no apêndice A.

¹³⁷ Descritas na subseção 2.2.4.1.

O segundo eixo preconizou a elucidação das concepções, conceitos, critérios e princípios que regem essa atividade profissional singular. Trata-se do eixo mais denso, pois, abrange duas das três categorias de análise. Visou trazer à luz o entendimento dos “sujeitos da Conservação” em relação ao que caracteriza qualitativamente a ‘práxis’ da Conservação e as tomadas de decisão que cercam as ações dos conservadores-restauradores. Teve também como meta, traçar um panorama do contexto espanhol e brasileiro segundo a respectiva visão de mundo desse profissional.

O terceiro eixo da entrevista trouxe à tona questões que buscaram relacionar o profissional à área da Conservação na contemporaneidade. O objeto crucial desse olhar foi o entendimento sobre o papel do profissional no contexto social em que se encontra imerso. Convencionalmente, a entrevista se dá através de uma relação direta, face a face, dentro de um ambiente de interação e conversação amigável.

No presente caso, diante das circunstâncias, houve por bem lançar mão de recursos que permitissem a interlocução com os entrevistados e o levantamento dos depoimentos de modo abrangente, sem limitação geográfica e orçamentária. Nesse sentido, fez-se uso de dois recursos, de um lado, a entrevista presencial, de outro a entrevista virtual, ou remota, via Skype¹³⁸. No primeiro caso, fez-se uso do gravador digital de voz. No segundo, tratou-se de registrar os depoimentos colhidos à distância com o mesmo grau de rigor com que tais informações são colhidas em um local determinado, gravando-as, para tanto, no próprio aplicativo de conversação *on-line* (Apêndice E, Fig. E1 e E2).

Ainda no que se refere às entrevistas, é imprescindível registrar o cuidado expressado no início de cada conversa quanto às questões terminológicas e quanto à clareza do que estava sendo lançado à discussão. Antes da primeira pergunta cada um dos entrevistados foi advertido que o sentido de ‘Conservação’ adotado na pesquisa se referia ao conjunto de medidas ou ações cujo objetivo é a salvaguarda do patrimônio tangível, compreendendo, portanto, tanto ações de conservação preventiva, como de conservação curativa quanto de restauração (ICOM-CC, 2008).

¹³⁸ O Skype mostrou-se como uma ferramenta promissora na medida em que, além de encurtar distâncias, possibilitou entrevistar indivíduos em locais diversos do Brasil e da Espanha sem a necessidade de deslocamento e viabilizando o contato visual. Trata-se de recurso informacional que é fonte de dados significativos para a prática da entrevista. O Skype permite a gravação de voz e imagem, sem a presença física intimidadora de uma câmera de vídeo. Na presente investigação, esse foi outro elemento a favor da eficácia dessa ferramenta.

A ênfase foi dada também ao uso do termo 'intervenção', cujo sentido aplicado foi amplo e não se referia a ações diretas sobre o bem cultural. Ou seja, mais uma vez era reiterado que tanto poderia se tratar de uma ação de conservação preventiva, quanto conservação curativa **ou**, ainda, restauração. Assim, quando à primeira pergunta¹³⁹ era lançada, reforçava-se que o termo Conservação abrangia as três possibilidades de ação definidas pelo ICOM-CC.

Essa ressalva foi importante, porque o objetivo era provocar o entrevistado a pensar em conceitos mais abrangentes, desvinculados a uma prática que, supostamente, ainda se apresenta muito invasiva na Espanha ou no Brasil, conquanto revela uma clara prevalência nos dois países das ações de restauração¹⁴⁰.

Outro ponto que se acredita relevante, está posto nas diferenças de inserção dos entrevistados em espaços de trabalho distintos. Identificou-se, como citado anteriormente, três instâncias principais que compreendem o contexto da Conservação: a) os conservadores-restauradores diretamente ligados à Conservação aplicada, seja no setor público - servidores - ou privado - autônomos, empregados ou empresários; b) os conservadores-restauradores gestores em órgãos colegiados e associações de profissionais; c) os conservadores-restauradores responsáveis pela formação dos profissionais, ou seja, os que atuam como docentes em cursos de graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis em Instituições de Ensino Superior - IES.

Assim, dentre os conservadores-restauradores, fonte essencial dos dados perseguidos, admitimos a existência de três grupos principais (Fig. 3), que fazem referência ao contexto ocupacional de seu desempenho profissional.

Reitera-se que essa organização não definiu uma classificação ou uma separação rígida que diferenciasses os entrevistados. Ela serviu apenas para sinalizar, dentro do software NVivo, os documentos em que constam perguntas específicas para docentes e gestores que funcionaram como recursos acessórios da análise.

Em se tratando do número de entrevistados, estabeleceu-se inicialmente a realização de quinze entrevistas em cada um dos países como marco limítrofe mínimo. As primeiras entrevistas com o roteiro definitivo foram realizadas em meados de 2019,

¹³⁹ Como você define o que seja uma boa intervenção no que se refere a Conservação, ou, em outras palavras, o que você entende ser uma **boa intervenção de Conservação**?

¹⁴⁰ Ainda que tenha sido enfatizada a intensão de trazer conceitos não restritos às ações de restauração, as considerações de muitos entrevistados revelaram prevalência de um olhar dirigido à restauração, como será exposto na seção 3.

presencialmente, quando possível, ou através de aplicativos como o Skype, para superar a distância geográfica.

Como essa ferramenta se mostrou promissora, a circunstância pandêmica que se fez presente em 2020 não foi um impeditivo para o término da coleta de dados. Sua natureza virtual por si só já atendia às orientações de distanciamento social, impostas pelo Covid-19. Desse modo, a maioria das entrevistas foi realizada lançando-se mão desse recurso, permitindo a interlocução com os entrevistados de modo virtual, fazendo uso da *'internet'* como canal de comunicação.

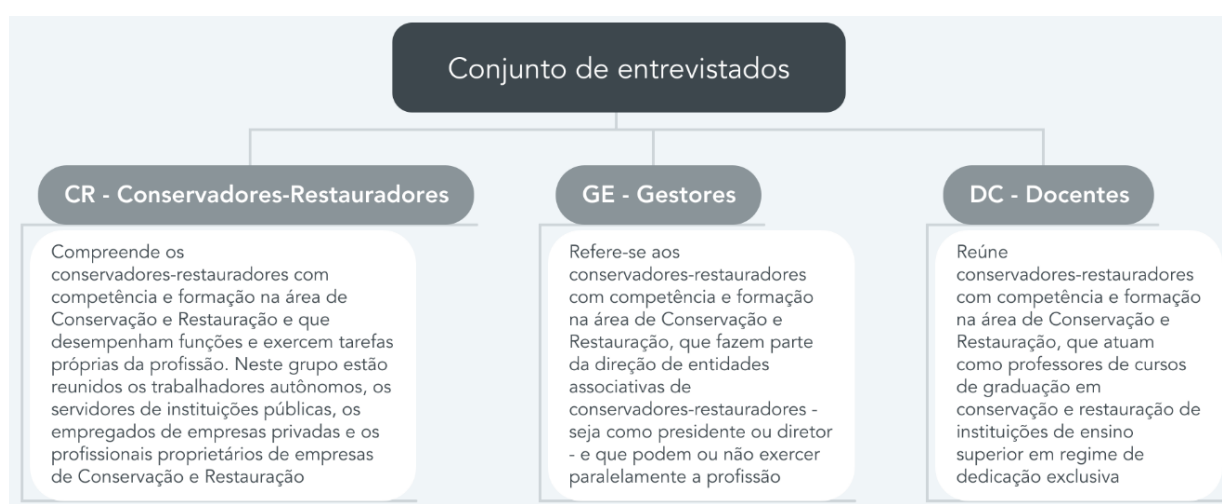


Figura 3 -Divisão dos entrevistados em grupos relativos ao contexto ocupacional.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Com o *software* supra mencionado foi possível viabilizar o contato visual com os entrevistados. Com efeito, o grau de rigor de coleta de informações presenciais foi bastante elevado, pois, tanto imagens quanto áudios foram gravados no próprio aplicativo de conversação, ou com instrumentos de apoio como expediente de registro¹⁴¹. De outra parte, as generalizações construídas à luz das opiniões dos entrevistados permitiram traçar os perfis desses atores, cujas informações serão apresentadas na secção 3 com o devido detalhamento.

Por fim, destaca-se a importância do cuidado no processo de elaboração, organização e aplicação das entrevistas. Além disso, reforça-se o mérito da utilização

¹⁴¹ Quando por qualquer motivo houve impedimento de contato através do Skype, utilizou-se o aplicativo Whatsapp em modo de chamada de vídeo, ou o *Meet*, sistema de webconferências da plataforma Google. A diferença desses dois aplicativos em relação ao Skype foi a necessidade de utilização de sistema de gravação com outro instrumento, tendo em vista que não possuem gravação simultânea.

de ferramentas como o software *NVivo* como recurso de gerenciamento dos dados e do processo de inferência tal como será ampliado na próxima subseção.

2.2.2 Tratamento da informação: o uso do NVivo

Para fins de sistematizar e controlar a manipulação dos dados obtidos pela transcrição das entrevistas, foi utilizado o software *NVivo*. Trata-se de um programa estatístico amplamente utilizado para a análise de conteúdo de dados em pesquisa qualitativa, o qual oferece recursos adequados aos propósitos de análise a partir do uso de categorias construídas *a priori* ou *a posteriori*.

Conforme Lage (2011, p. 200), essas categorias de *softwares* “surgiram no cenário acadêmico em torno de 1980 e desde então têm sido utilizados nas pesquisas sociais, em especial nos Estados Unidos e na Europa”. O *NVivo*, em particular, é um dos mais utilizados no ambiente acadêmico brasileiro, sendo adotado por centros de pesquisa como Unicamp, USP, UFRGS, dentre outros (LAGE, 2011, p. 201).

Essas ferramentas são extremamente úteis quando se tem uma grande quantidade de dados oriundos de pesquisas qualitativas, bem como quando se ambiciona cruzar informações a partir dos atributos delimitados.

Nesse sentido:

As principais ferramentas de apoio à análise de dados em pesquisas qualitativas possuem um conjunto de funcionalidades em comum, tais como facilidades para codificação dos dados, gerenciamento das fontes de informação, mecanismos de busca, facilidades para categorização durante o processo de codificação, entre outras. O que as diferencia entre si são as funcionalidades adicionais, que podem incluir sofisticados recursos de consultas aos dados, elaboração de mapas conceituais, geração de relatórios, possibilidade de trabalhar em grupo e análises de dados em formato de imagens e som (LAGE, 2011, p. 200).

Deste modo, por trabalhar com o conceito de projeto, o *NVivo* apresenta funcionalidades adequadas à análise de conteúdo, na medida em que utiliza estruturas para armazenamento (nomeadas **nós**), as quais recebem os códigos (fragmentos de textos), conformando categorias e subcategorias de informação.

Em síntese, esse software foi um recurso auxiliar de organização das informações colhidas nos depoimentos, cuja aplicabilidade foi considerada produtiva para o manejo dos dados e, mostrando-se bastante apropriado na elucidação dos interrogantes da pesquisa. Na próxima subseção explicita-se o modo como foram organizados os dados no software *NVivo*, bem como todo o percurso investigativo trilhado.

2.2.3 Organização dos dados

Conforme mencionado, a primeira providência tomada foi a de inserir os dados no software a fim de ordenar o conteúdo advindo das entrevistas. O material foi importado no software, classificando os arquivos onde constam as entrevistas realizadas no Brasil¹⁴² e na Espanha.

O NVivo proporciona uma interface amigável e trabalha em um conceito de projeto. O projeto é retroalimentável e se organiza no seguinte fluxo: importar – explorar - codificar – consultar – refletir - visualizar - gravar. Inicialmente realizou-se a importação das entrevistas transcritas. Ato seguido, o conteúdo foi explorado de modo global, a fim de estabelecer as categorias de análise, ou seja, a forma como seriam codificados esses depoimentos para posterior reflexão.

A etapa seguinte foi de consulta e codificação propriamente dita do conteúdo. A codificação foi uma etapa fundamental, pois possibilitou buscar os fragmentos dos depoimentos a respeito de temas ou ideias semelhantes e agrupá-los em tópicos relativos a assuntos específicos (nós¹⁴³ subordinados hierarquicamente aos nós¹⁴⁴ das categorias e subcategorias correspondentes). Os nós das categorias e dos tópicos foram criados a partir da exploração preliminar do conteúdo.

O próximo passo foi a reflexão a partir da revisão das manifestações agrupadas em cada um dos 'nós' subordinados às subcategorias e categorias. Nesse momento buscou-se correlações entre os tópicos de análise, assim como entre as categorias e subcategorias para que as inferências pudessem ser efetivadas.

Destaca-se, por outra parte, que, embora a alimentação e configuração seja trabalhosa e demorada no NVivo, esse fator é compensado pelos recursos de classificação e cruzamento de dados oferecidos. Esses recursos facilitaram a análise significativamente porque agruparam as informações e possibilitaram gerar elementos visuais¹⁴⁵ auxiliares na exploração do conteúdo como, por exemplo, separando, agrupando ou comparando os dados. Em síntese, durante todo o processo de reflexão

¹⁴² Os **casos** são estruturas de armazenamento que representam as unidades de observação. Nesta pesquisa, referem-se aos dois universos investigados, isto é, de um lado os conservadores-restauradores brasileiros e de outro os espanhóis.

¹⁴³ Os **nós** são estruturas de armazenamento para a codificação que representam temas, tópicos ou outros conceitos. Permitem a reunião em um mesmo lugar de materiais relacionados para que possibilitar a procura de padrões e ideias emergentes.

¹⁴⁴ Nesta tese, os principais 'nós' foram estabelecidos segundo as próprias Categorias, Subcategorias e tópicos subordinados de análise. Para mais detalhes, ver subseção 2.2.4.

¹⁴⁵ Podemos citar como exemplo os gráficos de hierarquia, os diagramas, as nuvens de palavras, dentre outros.

do conteúdo das entrevistas já devidamente codificadas, utilizou-se dos recursos disponíveis no software para visualizar as correlações entre os depoimentos, sejam essas convergentes ou divergentes e a partir daí foram se delineando as ilações.

A próxima subseção tem como finalidade discorrer sobre a construção das categorias e subcategorias de análise, assim como os tópicos subordinados que agrupam, com maior detalhamento, as declarações dos entrevistados.

2.2.4 Organização das categorias gerais de análise

As categorias visaram colaborar na consecução dos objetivos do projeto. Em outras palavras, visam sistematizar o vasto conteúdo informacional obtido com as entrevistas, cujas respostas trouxeram luz aos questionamentos norteadores desta investigação.

Foi através deste recurso que se buscou as condições adequadas para submeter as hipóteses ao crivo da informação reunida na pesquisa, as quais serão apresentadas à continuação. É fundamental frisar que as hipóteses foram entendidas como uma tentativa provisória e antecipada de encontrar soluções às indagações que marcaram a concepção e realização dessa pesquisa. Em termos pragmáticos, não se tratou de transitar pelo caminho da falseabilidade hipotética, visto que as respostas, ainda que parciais, seguramente trazem resultados representativos e válidos.

Assim, para fim de delimitação do campo de observação e para externar os pressupostos que ensejaram a realização da pesquisa, cabe aqui evidenciar a existência de três grandes categorias que estruturam a análise, as quais, por seu turno, abrigam cinco subcategorias analíticas. (Fig. 4).

Em primeiro lugar, consta a Categoria 1: Concepções relativas à práxis da Conservação. Em segundo lugar, a Categoria 2, relativa às Bases orientadoras da atividade profissional, e, por fim, a Categoria 3: Autoconcepção da responsabilidade social do Conservador Restaurador.

As Categoria 1 agrupa as subcategorias 1 – **Boa Conservação** - e 2 – **Conservação Inadequada**. Trata-se de uma categoria essencial de análise pois concentra relatos que contém informações não manifestas a respeito de como esse profissional percebe, interpreta e retrata a práxis da Conservação.

Por sua vez, a Categoria 2 abrange as subcategorias 3 – Referencial teórico-deontológico – e 4 – Elementos norteadores da tomada de decisão, as quais são

pontuadas a partir da atuação propriamente dita dos profissionais com vistas à preservação dos bens culturais.

As ações práticas, portanto, são usadas como a cena de um roteiro a ser revelado, qual seja, como esse Conservador Restaurador transita nas nuances não pragmáticas das ações que conformam o dia a dia da profissão.

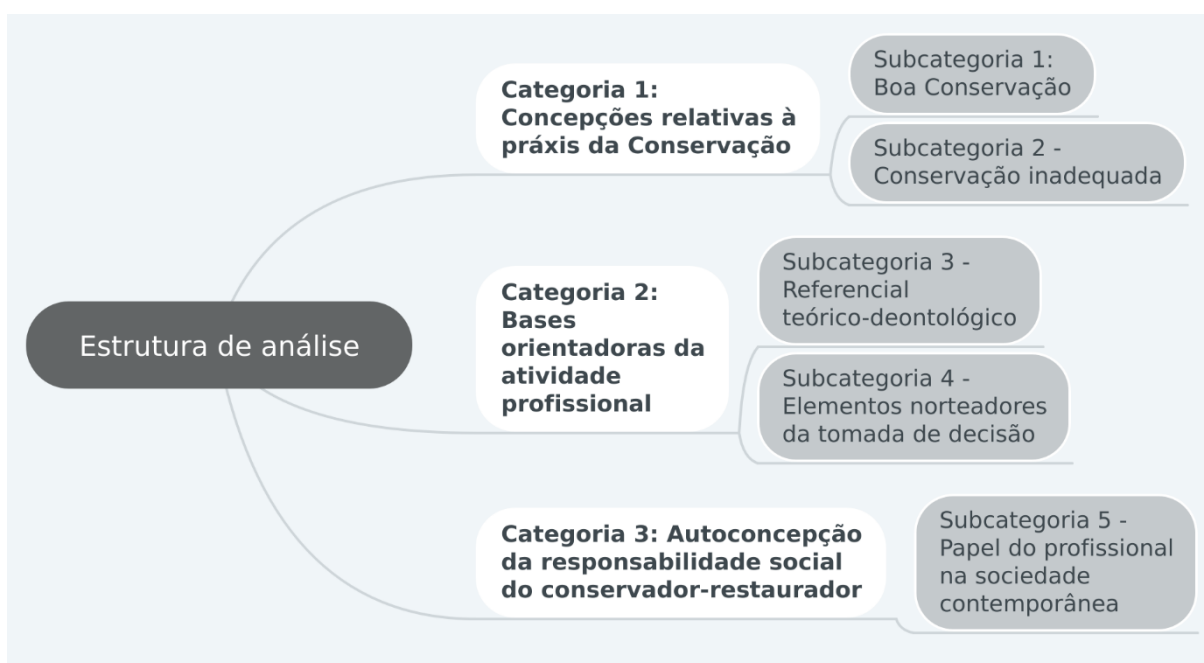


Figura 4 – Representação gráfica das categorias e subcategorias que estruturam a análise.
Fonte: Elaboração da autora (2021).

Por fim, a Categoria 3, agrupa a subcategoria 5 – Papel do profissional na sociedade atual, isto é, a que trata de uma questão ainda mais abrangente do comportamento do profissional e de sua relação com o contexto em que se acha imerso.

As três categorias, bem como as cinco subcategorias subordinadas, correspondem cada uma a um 'nó' dentro do projeto do NVivo. Como já mencionado, essa organização em categorias e subcategorias, possibilitou gerar relatórios, gráficos e cruzamento de dados que embasam a reflexão e a busca de respostas ao problema de pesquisa.

Cabe, por fim, aludir que a construção das categorias foi também orientada por questões chave abordadas nas entrevistas que serviram como provocações sobre assuntos de natureza abrangente e conceitual, capazes de gerar depoimentos de caráter subjetivo, porém imanentes aos atores que integram a pesquisa. A finalidade,

portanto, foi esclarecer não os conceitos, mas as realidades que produzem esses conceitos ou, ainda, que os impactam.

A subseção à continuação, expõe minuciosamente as interlocuções diretas das subcategorias com o roteiro das entrevistas, bem como, coloca o fim a ser alcançado quanto à cada subcategoria, ou seja, sua ligação com os objetivos da pesquisa, assim como, indiretamente, com as hipóteses que ensejaram o trabalho.

2.2.4.1 Subcategorias analíticas em detalhe

A partir do que foi exposto acima, é importante pormenorizar as relações objetivas das subcategorias de análise com o roteiro aplicado aos informantes. Basicamente, as conexões das categorias se dão em razão do objetivo pretendido por meio das perguntas do roteiro de entrevista. Desse modo, as questões foram lançadas sob a perspectiva de um estímulo, quer dizer, a fim de que os profissionais expusessem livremente suas convicções a respeito de cada ponto proposto, sendo também as subcategorias um meio de ordenamento dos dados com vistas à análise.

Rigorosamente falando, a Subcategoria 1, nomeada **Boa Conservação**, foi concebida a partir da pergunta: Como você define o que seja uma boa intervenção no que se refere à Conservação, ou, em outras palavras, o que você entende ser uma **Boa Conservação**?

O objetivo dessa pergunta foi fazer emergir o ponto de vista do informante, não somente captar o juízo que faz do resultado do seu próprio trabalho e de seus pares, mas de entender a relação que o Conservador Restaurador estabelece com o contexto no qual está inserido. Essa pergunta teve como ponto de observação as relações que retroalimentam o campo teórico e prático da profissão, em outras palavras, priorizou compreender a práxis do Conservador Restaurador.

Por outro lado, a Subcategoria 2, chamada de **Conservação Inadequada**, advém da inquirição: Como você define o que seja uma intervenção inadequada no que se refere à Conservação, ou, em outras palavras, o que você entende por **Conservação Inadequada**? A intenção é idêntica à categoria anterior, embora a pergunta apresente um cenário inverso. Acima de tudo, o intuito foi reafirmar - ou revelar contradições - no julgamento apresentado na primeira subcategoria.

A Subcategoria 3, por sua vez, designada 'Referencial teórico-deontológico', foi delineada com suporte nas indagações: Que corrente, escola, autor, teoria, você toma, atualmente, como fonte ou marco de referência, teórico ou metodológico no que

se refere a sua prática profissional? e Você destacaria algum teórico como referência ou paradigma para a atuação dos conservadores-restauradores brasileiros? Há alguma diferença do ponto de vista teórico do restante do mundo ocidental?

Para o caso dos informantes que nesta questão citaram um dos autores considerados clássicos da área, como Le Duc, Ruskin, Brandi, Boito, dentre outros, o entrevistado era incitado com outra pergunta, qual seja: Em sua opinião a teoria de (nome do autor) atende à problemática do patrimônio material brasileiro e atende a problemática da Conservação no cenário contemporâneo, onde os atores sociais cada vez mais protagonizam as questões patrimoniais?

O objetivo aqui era provocá-lo à reflexão, isto é, encorajá-lo a pensar de forma autônoma e desprendida, buscando conhecer suas concepções no que se refere ao campo profissional contemporâneo para além dos padrões teórico-conceituais convencionais.

Já a Subcategoria 4, denominada Elementos norteadores da tomada de decisão, é fruto da pergunta: Em sua opinião, que critérios, que princípios se deve ter em conta nas ações de Conservação? O alvo foi depreender quais as concepções morais e deontológicas sustentam o manejo do Conservador Restaurador no campo profissional.

Por fim, a Subcategoria 5, intitulada como Papel do profissional na sociedade contemporânea, tomou por base a pergunta: Partindo do seu ponto de vista, qual é o papel social do Conservador Restaurador nas sociedades contemporâneas?

Quando o depoimento chegava a esse ponto, o profissional já havia sido provocado a expor suas concepções, críticas e pontos de vista a respeito de questões fulcrais¹⁴⁶ para o desenvolvimento do campo da Conservação. Desse modo, o entrevistado era conduzido a verbalizar suas concepções de modo mais alargado, a fim de revelar seu comprometimento profissional e pessoal com a sociedade da qual é partícipe.

Em síntese, as subcategorias analíticas se apresentam como desmembramentos das categorias gerais, assumindo uma conexão direta com o

¹⁴⁶ Ainda sendo assuntos que mereçam debate e aprofundamento, no Brasil as pautas de raiz subjetiva possuem espaço limitado para a reflexão, tanto porque os eventos que reúnem profissionais da área ocorrerem com pouca regularidade, como porque os grupos de pesquisa na área se apresentem escassos para um país de dimensões continentais. Na Espanha não é muito diferente, embora ocorram eventos mais regulares e a movimentação aos países vizinhos seja uma operação consideravelmente mais simples.

roteiro. Cumpriram também papel sistematizador do conteúdo informacional advindo das entrevistas, viabilizando o manejo dos dados em razão da quantidade de dados. Destarte, tanto as Categorias quanto as Subcategorias - estas por sua vez circunscrevendo tópicos que agruparam os depoimentos em assuntos específicos¹⁴⁷ – atenderam satisfatoriamente como método de arranjo dos dados para o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

Por fim, cabe sublinhar que foi a partir dessa coerência entre hipóteses, objetivos, roteiro de entrevistas e organização das categorias que o trabalho foi edificado. Não menos importante é o fato de evidenciar que tal estrutura não se sustentaria sem uma teoria consistente como base. É nessa conjuntura que a Teoria das Representações Sociais se revela como um elemento indispensável cujos princípios são abordados na secção subsequente.

2.3 Conservação sob uma ótica socioantropológica

Tem-se como ponto de partida o argumento de que um dos aspectos fundantes da área de Conservação é a sua natureza humanística. Como dito anteriormente, é nessa perspectiva que se apoia o presente estudo. A elucidação das questões que delimitam o objeto da pesquisa, demandaram, portanto, uma metodologia de caráter plural e eminentemente qualitativo.

Além dos aspectos que foram até aqui expostos, estreitamente ligados ao *ethos* dos atores que lidam nesse campo de exercício profissional, há também elementos que exploram a subjetividade das escolhas, os valores ocultos nas práticas e o modo como os indivíduos reconhecem a sua condição.

Houve por bem escolher um marco teórico e metodológico capaz de enfrentar a complexidade dos aspectos envolvidos, o qual se assentou, fundamentalmente, sobre a Teoria das Representações Sociais, em que Serge Moscovici se apresenta como figura destacada no campo da psicologia social e também em outros campos do conhecimento onde tal ferramenta vem sendo incorporada. Foi, portanto, esse pensamento o instrumento base utilizado para analisar o conteúdo investigado nessa pesquisa.

¹⁴⁷ Os tópicos mencionados serão apresentados oportunamente no decorrer do capítulo três, especificamente na subsecção 3.2, pois são elementos que compõem a narrativa da práxis do Conservador Restaurador, seja esse brasileiro ou espanhol.

2.3.1 Marco teórico: a contribuição da teoria das representações sociais

As representações sociais assumem uma importância central no desenvolvimento da pesquisa. É através dessa ferramenta que trouxemos à luz uma rede de subjetividades que governam as escolhas dos indivíduos que integraram a investigação. Existe certa variação entre aqueles autores que utilizam o termo representações coletivas e os que usam representações sociais. Em seu livro de verbetes sociológicos, John Scott situa o lugar das representações coletivas, refere a importância deste conceito e remete às suas origens *durkheimianas*:

Representações coletivas são os fenômenos mentais compartilhados pelos quais as pessoas organizam suas vidas e os constituintes fundamentais de qualquer **cultura**. A expressão foi cunhada por Durkheim para designar um dos principais tipos de “fatos sociais” estudados na sociologia: as crenças, ideias, valores, símbolos e perspectivas formadoras dos modos de pensamento e sentimento que são gerais e permanentes numa sociedade ou grupo social particular e que são compartilhados como sua propriedade coletiva (SCOTT, 2006, 175-176; destacado no original)

Crenças e valores são pontos sobre os quais se apoiam a atuação de conservadores no exercício de suas atividades. É todo um sistema de convicções que são herdadas de suas respectivas formações, das relações construídas com seus pares e da própria vivência, o que não implica desconsiderar que possam existir diferenças de conceito no seio de uma dada comunidade de pares. Além disso, ainda seguindo as ponderações de Scott:

Durkheim sustentava que as pessoas, incluindo os sociólogos e outros cientistas, só podem compreender o seu mundo mediante o uso de conceitos que lhes permitam captar e organizar as experiências caóticas percebidas por seus sentidos. **Antes de poderem agir sobre o mundo, precisam, precisam imaginá-lo de alguma maneira e tentar prever as consequências de suas ações.** Representações coletivas são os conceitos socialmente compartilhados pelos quais as pessoas são capazes de operar em relação ao mundo natural e aos outros indivíduos que encontram. A realidade, portanto, sempre é socialmente construída (SCOTT, 2006, p.176; destacado nosso).

Como quaisquer outros agentes, conservadores irão atuar sobre o mundo, no caso o mundo dos bens patrimoniais dos indivíduos, os objetos de culto e sobre objetos de adoração, tanto os de natureza eminentemente religiosa quanto os que se prestam à fruição das comunidades. As representações coletivas persistem através do tempo, como acrescenta Scott ao comentar a vigorosa contribuição do sociólogo francês a essa matéria:

Para Durkheim, as representações coletivas continham uma “consciência coletiva” ou “percepção social” externa aos indivíduos de uma sociedade: ela preexiste

a eles e persiste depois que eles morrem. Os indivíduos nascem num mundo já formado de representações coletivas e, por meio de sua socialização, as apreendem e desenvolvem um senso de compromisso moral para com elas. Isso significa que as representações são vivenciadas como tendo caráter obrigatório, e, portanto, são capazes de restringir as ações dos indivíduos e os relacionamentos que constroem com os outros (SCOTT, 2006, p.176).

De fato, as representações surgiram como conceito, na sociologia moderna, quando Émile Durkheim (1895-1968) estabeleceu a distinção entre o que seriam as representações individuais e as representações coletivas, num esforço para estabelecer a sociologia como uma ciência autônoma e dentro de uma perspectiva de **capacidade** ou **poder** que teriam as representações coletivas de integrar e manter o todo social. Se consolidou, no entanto, como *fenômeno*, na obra de Serge Moscovici (2010), cuja contribuição fundamental é identificar o aspecto *dinâmico* das representações sociais, dirigida para pensar *como* as coisas se transformam na sociedade, ao contrário do sociólogo francês que compreendia as representações como um *conceito*, como compreensão ou conhecimento coletivo estático.

A Teoria das Representações Sociais de Moscovici traz em seu âmago a ideia de construção de uma psicologia social do conhecimento. Tendo como referência este cenário, Moscovici (2010, p. 164) destaca que

Há numerosas ciências que estudam a maneira como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento. Mas o estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em prática – numa palavra, o poder das ideias – é o problema específico da psicologia social.

Como já enunciado, compreende o conhecimento como um processo dinâmico e dialético, ou seja, enquanto produto de uma interação marcada pela parcialidade, onde o sujeito influencia e é influenciado sincronicamente. Assim, “uma psicologia social do conhecimento está interessada nos *processos* através dos quais o conhecimento é gerado, transformado e projetado no mundo social (DUVEEN, 2010, p. 9).

A Teoria das Representações Sociais, lapidada de modo seminal, por Moscovici, situa-se entre as áreas da sociologia e da psicologia como uma categoria mista incrustada no campo da psicologia social. Tem seu processo fenomenológico influenciado pela comunicação: tomando as representações sociais como parte do cenário de interação dos sujeitos, essas se tornam senso comum na medida em que

circulam em nosso cotidiano coletivo e são reiteradas pela mídia a que estamos expostos (DUVEEN, 2010, p. 8). Revela-se como um processo dialético na medida em que os sujeitos influenciam, são influenciados e constroem sua realidade social.

Interessado em investigar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas, Moscovici analisa em sua obra textos de sociólogos responsáveis por fundar a sociologia moderna, tais como Weber, Simmel e Durkheim, demonstrando que a compreensão dos fenômenos sociais depende de um referencial explanatório que inclua conceitos psicológicos e sociológicos.

A variedade de representações das sociedades modernas, reflexo da sua própria heterogeneidade, é entendida como fruto de diferenças oriundas de uma distribuição desigual de poder.

Assim, novas representações sociais emergem das tensões entre as diferenças na sociedade, cujo fim é dar sentido de estabilidade ao que ficou sem sentido devido ao conflito (DUVEEN, 2010, p. 12-16). Tendo as representações sociais o propósito de tornar familiar o que é obscuro, manifesta-se como processo construtivo de objetivação do que não é familiar ao sujeito, seja esse indivíduo ou grupo.

Moscovici (2010, p. 21) define uma representação social como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

No pensamento de Moscovici, a comunicação exerce papel fundamental pois é através de suas trocas recíprocas que as representações sociais se modificam e se constituem. Assim, conforme Duveen (2010, p. 28),

Em todos os intercâmbios comunicativos, há um esforço para compreender o mundo através de ideias específicas e de projetar essas ideias de maneira a influenciar os outros, a estabelecer certa maneira de criar sentido, de tal modo que as coisas são vistas desta maneira, em vez daquela.

Em síntese, “sempre que um conhecimento é expresso, é por determinada razão; ele nunca é desprovido de interesse” (DUVEEN, 2010, p. 28) e é através da comunicação que nos conectamos ou nos distanciamos uns dos outros, segundo Moscovici.

Como fenômeno da relação entre os nossos mundos internos e externos, as representações nos orientam em direção ao que é ou não visível, relacionam algo que

parece ser à uma realidade, ou ainda definem o que seja essa realidade (MOSCOVICI, 2010, p. 32).

Quanto às funções, as representações sociais: **convencionalizam** os objetos, pessoas ou acontecimentos, dando-lhes uma forma definitiva, categorizando-os e delimitando-os como algo distinto e partilhado por um grupo de pessoas; são **prescritivas**, isto é, se impõem sobre os sujeitos (MOSCOVICI, 2010, p. 34). O que caracteriza as interações humanas são as representações sociais que, como produto de nossas ações e comunicações, empenham-se em dar significado às informações, isto é, tentam nos familiarizar com as pessoas ou coisas (MOSCOVICI, 2010, p. 40).

Moscovici sustenta que as representações sociais são fruto do processo de comunicação e de cooperação dos indivíduos e grupos, as quais, uma vez criadas, adquirem autonomia, “circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem” (MOSCOVICI, 2010, pg. 41). No entanto, argumenta não se tratar de refletir sobre o comportamento ou a estrutura social, mas de subordinar ou de reagir a esses, emergindo como uma realidade social *sui generis* que é compartilhada por todos e reforçada pela tradição (MOSCOVICI, 2010, p. 41). Desse modo, se consolida mais na medida em que é obliterada enquanto algo incerto.

Moscovici entende os sujeitos como seres ativos no processo de representações sociais, sendo que o ambiente – e suas ideologias – lhes fornecem o combustível para que pensem, produzam e comuniquem suas “próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam” (MOSCOVICI, 2010, p. 45).

Jodelet pode ser considerada como herdeira intelectual de Moscovici. Sua contribuição é decisiva no sentido da aplicação da teoria das representações sociais para diversas áreas das ciências humanas. Trazemos à discussão um excerto de um dos diversos artigos de sua lavra que foram publicados em revistas brasileiras:

De fato, existem diferentes formas de expressão de como um sujeito social (indivíduo, grupo ou coletivo) vê ou dá a ver o seu mundo, e como os objetos, estados das coisas, acontecimentos e personagens constituem esse mundo. **Pode ser por meio de manifestações não apenas verbais, discursivas, mas também icônicas, comportamentais, gestuais, rituais, rotineiras, práticas ou ainda artísticas. Todas respondem, então, a códigos de agir instituídos por um quadro de atividade produtiva ou de intervenção sobre o ambiente, ou ainda institucionalizados por medidas políticas, legais ou administrativas** etc. Para dar apenas um exemplo, em um estudo das representações da loucura em uma comunidade rural, onde os pacientes que sofrem de transtornos psíquicos foram alojados nas casas dos moradores desta comunidade (Jodelet, 2005) [*sic*], as práticas reservadas ao

cuidado de seus corpos e de seus pertences pessoais revelaram a existência de uma crença de contágio da loucura por meio do contato com fluidos corporais, baseado em antiga representação do funcionamento corporal e mental. Essa crença permitiu que fosse assegurado o afastamento social dos doentes (JODELET, 2018, p.434; grifos nossos)

As manifestações a que se refere Jodelet se identificam plenamente com o objeto da pesquisa que ensejou essa tese doutoral. As práticas adotadas na conservação e restauro, das mais simples às mais sofisticadas, nada mais são que expressão material de concepções ocultas na subjetividade do pensamento dos indivíduos que militam dentro desse campo de exercício profissional. Elas respondem a códigos e a valores instituídos dentro de uma coletividade que lhes inculca o que é certo e o que é errado, o que é admissível e o que é inadmissível, o que é coerente e o que é incoerente. Mesmo que tais antinomias sejam dinâmicas e se alterem no curso do tempo, não se pode negar que elas existam e exerçam seu poder sobre os indivíduos.

Diversos autores fizeram uso da teoria das representações sociais em diversas disciplinas que integram o campo das ciências humanas. Mas foi Moscovici e seus seguidores que deram a esta ferramenta a dimensão que atualmente conhecemos e que, em grande medida, fez com que fosse ela escolhida como o elemento fulcral do marco teórico desta tese doutoral. Agregamos a observação feita por Scott ao dissertar sobre o aporte **moscoviciano**:

Os alicerces desses processos de pressão exercida por um grupo foram estudados na psicologia social de Serge Moscovici, que demonstra que atitudes e opiniões organizadas em estruturas cognitivas são “representações sociais” (termo preferido pelo autor). Ele contrasta as representações comunais das tradições pré-modernas com as representações mais diversificadas e fluidas encontradas nas sociedades modernas e considera que os meios de comunicação de massa desempenham um papel-chave na disseminação e transformação dessas representações. Esse argumento vai ao encontro da controversa afirmação de Baudrillard de que as representações coletivas nas sociedades modernas devem ser vistas como “simulações” (SCOTT, 2006, p.177-178; destacado no original)

Scott em sua fala, baseado na visão crítica de Baudrillard, adverte para os riscos de atribuir demasiada importância às representações sociais, isso porque estaríamos vivendo, nas sociedades hodiernas, sob um estado de hiper-realidade, no qual as representações das coisas tenderiam a substituir as coisas representadas. Estamos convictos de que a visão crítica do autor dessa obra crucial que é *Cultura e Simulacro* (BAUDRILLARD, 1978) é muito significativa e traduz, de forma magistral, o mundo em que estamos imersos, governado pelos meios de comunicação de massa

e por uma reiterada pasteurização das identidades sociais. Não obstante, nessa tese assumimos a teoria das representações sociais como uma concepção adequada e suficientemente potente para orientar a construção das respostas formuladas no problema de pesquisa.

3 Reflexões acerca da práxis da Conservação no Brasil e na Espanha

Foi a partir da comparação entre depoimentos de profissionais brasileiros e espanhóis que se buscou explorar as concepções subjacentes à práxis da Conservação do patrimônio material e as respectivas tomadas de decisão nas atividades dos conservadores-restauradores desses dois países, resguardadas suas respectivas particularidades e idiosincrasias.

Este foi o recorte, portanto, que tornou possível construir o argumento desta tese, conformado a partir de uma perspectiva social do profissional atuante nessa área e que se sustenta sob três pontos focais: as concepções que o Conservador Restaurador possui sobre o ofício, as bases norteadoras de sua atividade profissional e a compreensão que possui sobre a própria responsabilidade social no contexto sociocultural em que está imerso.

Em busca desse objetivo, o primeiro passo foi traçar o perfil dos informantes. Para tanto, foi organizada inicialmente uma tabela com as informações coletadas a partir desse primeiro eixo da entrevista. Foram sistematizados, portanto, dados como: sexo, faixa etária, se possui graduação em Conservação e Restauração ou em áreas afins, se tem especialização, mestrado ou doutorado, se participou de outros cursos de aperfeiçoamento, a qual setor laboral - público ou privado - pertence, em qual sistema laboral se enquadra - servidor público, autônomo, empregado ou empresário, além do tempo de experiência na área.

A sistematização desses dados no NVivo gerou uma série de informações e vários elementos visuais capazes de mapear quem são os atores que dão voz aos argumentos aqui contemplados. Posteriormente, tratou-se de perscrutar os matizes de cada país sob a perspectiva do objeto do presente trabalho.

Para viabilizar o exame do recorte adotado, as subseções seguintes, quais sejam, a 'Práxis da Conservação no Brasil' e a 'Práxis da Conservação na Espanha' trazem a análise de cada um dos países em separado. Estas são compostas por subseções subordinadas destinadas a delinear as Subcategorias de análise, as quais se repetem igualmente em ambas, ou seja, seja no âmbito brasileiro ou espanhol, tem-se as mesmas subcategorias, cujo objetivo é possibilitar a comparação entre os dois países. Em minúcia: cada uma das subseções discorreu sobre a análise dos dados

de cada país e foi organizado a partir da estruturação em Categorias e Subcategorias¹⁴⁸ no sentido de manter coerência entre os objetivos propostos e a análise propriamente dita. Esse formato pretendeu também trazer fluidez ao texto, na medida em que segue o mesmo padrão lógico e hierárquico proposto na estrutura de análise apresentada anteriormente¹⁴⁹.

Por fim, para atender ao propósito de cotejar os profissionais dos dois países, a subcategoria seguinte, isto é, a subseção Comparação entre Brasil e Espanha quanto à práxis da Conservação, engloba as nuances mais relevantes dos dois países de modo comparado, revelando, a partir dos conteúdos dos depoimentos analisados, descompassos, similitudes, particularidades e outros elementos que despontaram durante o processo de interpretação e inferência.

Ainda no que se refere à subseção comparativa dos dois países, é importante retomar o que foi manifestado na subseção que trata da técnica da entrevista¹⁵⁰ a respeito da reiteração quanto ao sentido do uso dos termos ‘Conservação’ e ‘intervenção’. Essa ressalva foi importante, porque o objetivo era provocar o entrevistado a pensar em conceitos mais abrangentes, desvinculados a uma prática que, supostamente, ainda se apresenta muito invasiva na Espanha ou no Brasil, isto é, revela uma prevalência nos dois países das ações de restauração.

No entanto, ainda que tenha sido enfatizado o propósito de trazer conceitos não restritos às ações de restauração, as considerações de muitos entrevistados revelaram prevalência de um olhar dirigido a esta ação direta sobre bens individuais, vinculada a objetivos de facilitação da apreciação, compreensão e uso e que, em geral, modificam a aparência do objeto¹⁵¹, ou seja, ancoradas em uma prática que valoriza a perspectiva estética do patrimônio material.

Por fim e em síntese, neste capítulo são discorridos dois pontos fundamentais, quais sejam, o perfil dos entrevistados e a práxis da Conservação - nos contextos brasileiro e espanhol, isolada e comparativamente – que são revelados à continuação.

3.1 - O perfil dos entrevistados

Considera-se fundamental iniciar a análise a partir da apresentação e discussão dos dados gerais dos indivíduos que integram a amostra sobre a qual se

¹⁴⁸ Para retomar, ver figura 5.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Ver subseção 2.2.1.

¹⁵¹ Conforme a definição de restauração do ICOM-CC (ICOM-CC, 2008).

desenvolveu a pesquisa. Uma primeira observação refere-se ao gênero dos entrevistados¹⁵². Como mostra a Fig. 5, No caso brasileiro percebe-se um claro predomínio feminino (86% do total) que supera sensivelmente o caso espanhol (64% do total).

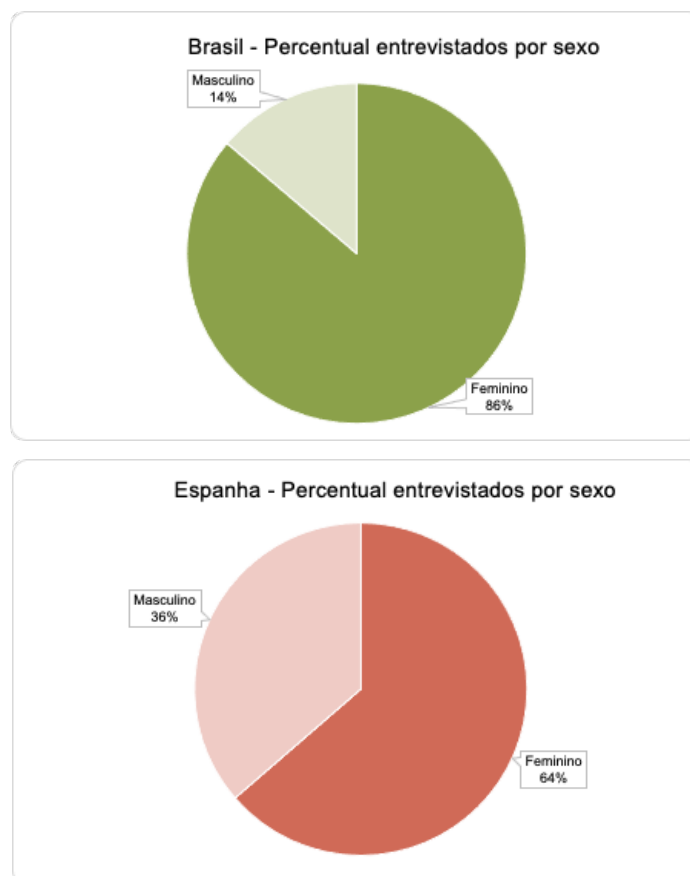


Figura 5 – Distribuição dos entrevistados por sexo no Brasil e na Espanha.
Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Não há elementos factuais ou uma base consistente que nos permitam inferir que no caso brasileiro ou espanhol exista um maior protagonismo feminino no exercício desta profissão. Trata-se apenas de explicitar como se apresenta a amostra sobre a qual estabelecemos uma aproximação com o contexto empírico da pesquisa.

Com relação ao perfil etário (Fig. 6) percebe-se uma clara proximidade entre o âmbito brasileiro e espanhol, em que pese o fato que a faixa etária compreendida entre 41 e 54 anos concentra a maior proporção dos indivíduos (35% no caso brasileiro e 45% no caso espanhol).

¹⁵² As faixas etárias foram estabelecidas com base na menor e na maior idade dos próprios entrevistados. Assim, tendo como limite mínimo a idade de 27 anos e máximo 68 anos, tem-se um intervalo de 42 anos que divididos por três resultam em intervalos de 14 anos.

Em compensação, a faixa etária mais avançada (55 a 68 anos) se mostra praticamente idêntica nos dois âmbitos (34% no caso brasileiro e 32% no caso espanhol).

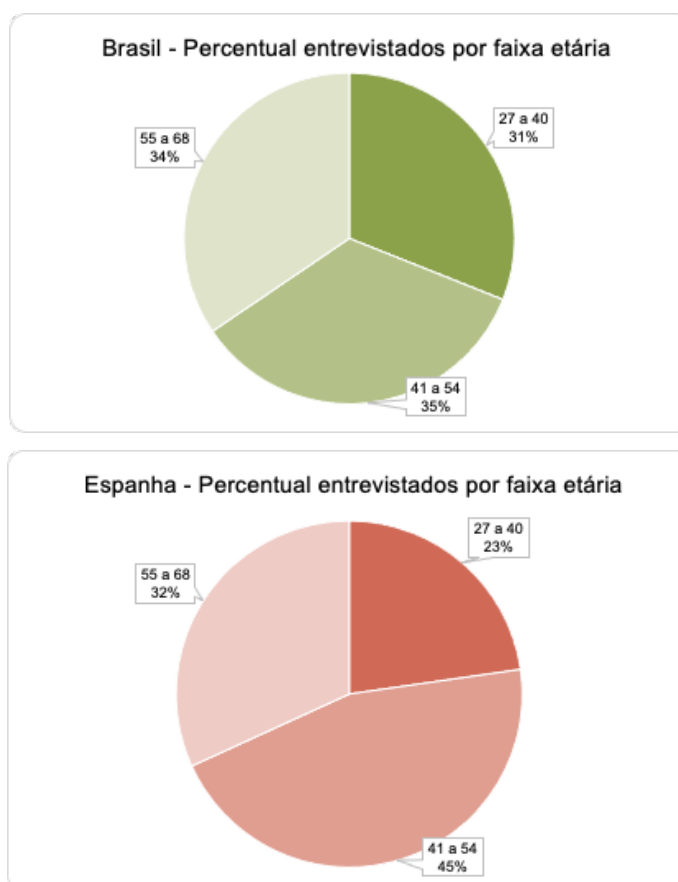


Figura 6 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária.
Fonte: Elaboração da autora (2020).

Os dados da Fig. 7 analisam, comparativamente, a questão do tempo de experiência entre as duas realidades aqui cotejadas. Nesse quesito as diferenças são muito significativas. No Brasil percebe-se uma distribuição dos indivíduos onde o tempo de experiência é muito inferior, se temos em mente que o intervalo compreendido entre 3 a 14 anos concentra 41% dos entrevistados, ao passo que na Espanha esse subgrupo abriga apenas 23%. Tal aspecto fica igualmente reforçado pelo fato de que o subgrupo mais experiente (27 a 38 anos) equivale a 54% no caso da Espanha (maioria) e apenas 28% no caso do Brasil.

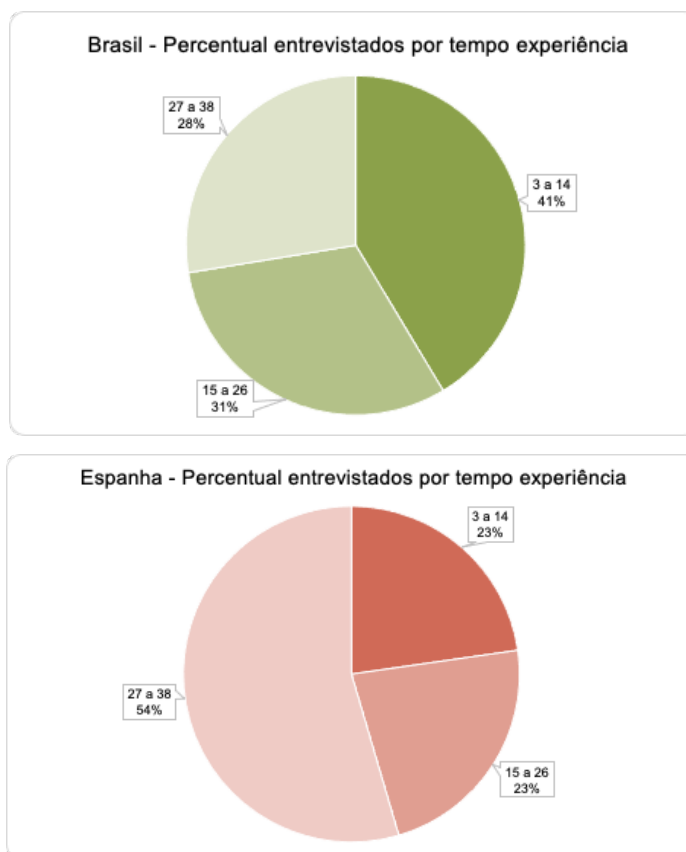


Figura 7 – Distribuição dos entrevistados por tempo de experiência, em anos.
Fonte: Elaboração da autora (2020).

Foram comparados também a idade e o tempo de experiência dos entrevistados em cada país (Fig. 8). A análise destas informações permitiu identificar que na Espanha o ingresso no mundo do trabalho de todos os entrevistados se deu entre os 23 e os 32 anos de idade. Usando como referência para o caso brasileiro esses pontos de corte de ingresso no mercado profissional espanhol, isto é, entre 23 e 32 anos, verificou-se que no Brasil 24 profissionais se inserem nesse intervalo. Os demais, ou seja, cinco informantes, iniciaram suas carreiras entre 33 e 47 anos, idade superior à média de idade que os graduados em geral se inserem no mercado de trabalho¹⁵³. Um dado interessante é que quatro dentre os cinco citados possuem graduação em Conservação e Restauração, variando entre três e oito anos de experiência. Nesse caso, a graduação na área se mostrou como uma nova oportunidade profissional para pessoas que já possuíam outra graduação e gostariam de mudar de área ou viabilizou o ingresso de indivíduos que tiveram acesso à

¹⁵³ Segundo O Censo da Educação Superior 2019 (INEP, 2019), a idade mais recorrente de conclusão de curso de graduação é 23 anos. É com idade próxima aos 23 anos, portanto, que o profissional está apto a entrar no mercado de trabalho.

Universidade através da ampliação do número de vagas e a criação de novos cursos na educação superior ocorrida especialmente na década de 2000¹⁵⁴. A existência de entrevistados que ingressaram no mercado de trabalho mais maduros também está demonstrada na medida em que aparecem profissionais da menor faixa de experiência (3 a 14 anos) dentro das faixas etárias de idade mais elevada (41 e 68 anos).

Por outro lado, comparando os gráficos do Brasil e da Espanha relativos ao tempo de experiência (Fig. 8), verifica-se que, embora as faixas etárias tenham se apresentado equilibradas no Brasil, prevalece no âmbito brasileiro um menor tempo de experiência dentre os informantes, isto é, 41,4% dos entrevistados possuem 3 a 14 anos de atividade profissional, ou seja, são iniciantes ou em fase de consolidação profissional.



Figura 8 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária e tempo de experiência. Fonte: Elaboração da autora (2020).

¹⁵⁴ Dentre os quatro citados, dois possuem outra graduação e relataram que a graduação foi uma oportunidade de rever suas carreias profissionais. Os outros dois, revelaram que não tiveram acesso aos estudos superiores em razão da necessidade de subsistência.

Desses, 83% são graduados em Conservação e Restauração, ou seja, são fruto dos bacharelados em Conservação e Restauração de Bens Culturais, implantados na primeira década dos anos 2000. Esse dado revela o surgimento de uma geração de profissionais que de algum modo impactará no âmbito do trabalho nos próximos anos, o que implica responsabilidade aos cursos de graduação na formação desse novo Conservador-Restaurador e na consolidação da área frente aos desafios do século XXI.

De outra parte, levando-se em conta o intervalo de idade de entrada no mercado de trabalho, que no Brasil se amplia até os 47 anos, verifica-se a incidência de quase 14% de informantes cujo ingresso no mercado se deu acima dos 40 anos (Quadro 1), o que corrobora com as informações retratadas nas figuras 7 e 8.

País	Faixa etária	Tempo experiência	Nº entrev.	Observações
Brasil	27 a 40 anos	3 a 14 anos	9	Ingressaram jovens no mercado, entre 23 e 32 anos
	41 a 54 anos	3 a 14 anos	2	Ingressaram no mercado com 40 e 44 anos
		15 a 26 anos	8	Ingressaram jovens no mercado, entre 23 e 32 anos
	55 a 68 anos	3 a 14 anos	1	Ingressou no mercado com 47 anos
15 a 26 anos		1	Ingressou no mercado com 44 anos	
Espanha	27 a 40 anos	3 a 14 anos	5	Ingressaram jovens no mercado, entre 23 e 32 anos
		15 a 26 anos	5	Ingressaram jovens no mercado, entre 23 e 32 anos
	41 a 54 anos	27 a 38 anos	5	Ingressaram jovens no mercado, entre 23 e 32 anos
		55 a 68 anos	27 a 38 anos	7

Quadro 1 – Distribuição dos entrevistados segundo faixas etárias, anos de experiência e idade de ingresso no mercado de trabalho.

Fonte: Elaboração da autora (2020).

Resumidamente são estes os traços gerais que identificam o conjunto de entrevistados e suas diferenças nos dois âmbitos. É preciso frisar que foram realizadas cinquenta e uma (51) entrevistas no total, sendo vinte e nove (29) no Brasil e vinte e duas (22) na Espanha¹⁵⁵, as quais propiciaram a geração de farto conteúdo

¹⁵⁵ Acrescenta-se que foram cerca sessenta e oito horas de gravações que ao serem degravadas geraram um arquivo com 1.114 páginas. Foi essa ingente documentação a base essencial dessa tese doutoral.

informacional. A continuação apresenta-se as inferências acerca dos dois países, partindo da análise dos dados empreendida ao longo da pesquisa.

3.2 Práxis da Conservação no Brasil e na Espanha

Conforme acima mencionado, foram entrevistados 29 conservadores-restauradores do setor Público ou Privado, no âmbito brasileiro, e 22 no domínio espanhol¹⁵⁶. Foi a partir desse recorte, portanto, que se construiu o entendimento acerca da práxis da Conservação nos contextos brasileiro e espanhol, o qual se organiza a partir de uma perspectiva social deste profissional e que se sustenta sobre três pilares: a) as concepções que o profissional possui, ou seja, as crenças concretas quanto a seu ofício e as inter-relações entre este e o patrimônio material e a sociedade em que se insere (bem cultural e profissional); b) os elementos tomados como referências do ofício do Conservador Restaurador, sejam estas bases validadas por órgãos do campo patrimonial ou pressupostos contidos no campo teórico da área; e, por fim, c) a concepção que o Conservador Restaurador carrega em relação à sua atividade, seja em nível pessoal ou de classe, seja no que tange à responsabilidade perante a sociedade contemporânea.

À continuação serão apresentados os dados coletados nas entrevistas e a análise de conteúdo desses relatos. A ênfase recai no ato de inferir a partir da identificação de aspectos convergentes e divergentes, entre consensos e dissensões nos dois contextos da pesquisa.

3.2.1 Categoria 1 - as concepções relativas à práxis da Conservação

Revelar as ‘concepções relativas à práxis da Conservação’ significa desvelar como o Conservador Restaurador depreende, julga e expressa sua profissão, tendo como pano de fundo a relação teórico-prática estabelecida na condução desse ofício. Em outras palavras, exprime como o Conservador Restaurador interage e transforma o contexto profissional/social a partir de sua relação crítica com o exercício profissional, considerando, por óbvio, teoria e prática como elementos de tensão.

¹⁵⁶ Destes, atuam como docentes de cursos de graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, três (03) entrevistados do Brasil e três (03) da Espanha, e como gestores de entidades associativas de profissionais, quatro (04) no Brasil e quatro (04) na Espanha. Apesar de irrelevante para a análise do conteúdo quanto aos objetivos específicos, no contexto geral da investigação esse foi um dado utilizado como coadjuvante para fazer as inferências sobre o objeto pesquisado.

A estas alturas vale a pena resgatar o conceito de práxis de que partimos para encetar essa aproximação com a realidade. Trata-se de uma pequena digressão que considera que:

A expressão práxis refere-se, em geral, à ação, à atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado como um ser da práxis (BOTTOMORE, 1983, p.292).

Nesse sentido, e tendo como orientação também a busca do entendimento que o profissional faz do contexto em que se insere, as duas primeiras perguntas do roteiro conduziram o entrevistado a se manifestar espontaneamente sobre questões específicas, porém potencialmente sinalizadoras de quais são os referenciais subjetivos tomados como base para a sua respectiva conduta profissional.

A estratégia utilizada para essa categoria foi a de provocar o entrevistado a traçar dois conceitos antagônicos, quais sejam, a definição do que seria uma **Boa Conservação** (Subcategoria 1) e, em oposição, o de uma **Conservação Inadequada** (Subcategoria 2). Partindo, portanto, das opiniões livres de cada entrevistado foi possível identificar algumas particularidades no que tange à práxis da Conservação, trazendo à tona singularidades atinentes ao conflito entre teoria e prática.

O mapa mental da Categoria 1¹⁵⁷ contido na Fig. 9 representa a síntese das manifestações dos informantes brasileiros e espanhóis, organizadas a partir de tópicos – ou **conceitos síntese** - que procuraram representar, em poucas palavras, os conceitos colhidos a partir das falas de diferentes profissionais. Esses tópicos foram organizados no *NVivo* como **nós** subordinados às subcategorias a partir da leitura de cada um dos depoimentos.

A organização parte do âmbito menor para o maior, isto é, da declaração, como unidade conceitual, até chegar à subcategoria de análise da qual é parte. Cada tópico, portanto, refere-se a um nó dentro do software e reflete um **conceito síntese**, graficamente apresentado em um retângulo de uma dada cor. Assim, todas as manifestações que apresentam conceitos similares estão contidas em um **conceito síntese**. Por exemplo, o tópico - ou **conceito síntese - Respeita o bem cultural e/ou sua trajetória**, está representado dentro de um retângulo de cor azul e diz respeito a

¹⁵⁷ Este mapa mental foi concebido com base nos gráficos de hierarquia gerados pelo *NVivo* para os depoimentos de cada um dos países.

várias manifestações que podem ser resumidas nesses termos¹⁵⁸; o tópico Prioriza a conservação, por sua vez, se apresenta dentro de um retângulo de cor amarela, e se refere a outras declarações sintetizadas no **conceito síntese** correspondente; e assim sucessivamente.

Para que fique claro, a classificação por cores obedece aos seguintes critérios:

- a) Azul - diz respeito a conceitos ligados a questões éticas e princípios teórico-metodológicos clássicos;
- b) Verde - vincula-se a conceitos que além da materialidade, contemplam o contexto social no qual o bem cultural se insere;
- c) Amarelo - diz respeito a conceitos que se articulam sob um olhar contemporâneo de preservação, isto é, da conservação preventiva e da conservação curativa, e, prioritariamente, voltado às coleções e à gestão dos acervos;
- d) Laranja - indica conceitos que se referem à priorização de questões estéticas, geralmente dirigidas a um bem individual, ou seja, à restauração;
- e) Vermelho - reflete conceitos estritamente relacionados à materialidade do bem cultural individual, também sob enfoque da restauração;
- f) Roxo - diz respeito a um conceito específico da subcategoria **Conservação Inadequada** que, por sua abrangência, não apresentou contraponto em outro(s) conceito(s), mas se opõe a um conjunto de conceitos convergentes da subcategoria oposta (**Boa Conservação**).

O conjunto de vários conceitos síntese de uma mesma cor – azul, verde, amarelo, laranja, vermelho e roxo - representa os **agrupamentos de conceitos por similaridade** entre eles. Estes conjuntos são sinalizados por uma linha contínua formando uma caixa que as circunscrevem. Vale ressaltar que o fato de que conceitos contidos num mesmo agrupamento não excluem a possibilidade do surgimento de contrastes, ou até mesmo divergências conceituais, em algumas manifestações.

Outra linha, desta vez pontilhada, reúne agrupamentos de conceitos similares que são também convergentes, formando os **conjuntos de agrupamentos convergentes**. É por este motivo que os 'conceitos síntese' 'Respeita o bem cultural e/ou sua trajetória' e 'Prioriza a conservação', dentre outros tópicos, estão

¹⁵⁸ Estes **conceitos síntese** dão origem aos **conceitos macro** na seção 3.2.1.3 - Síntese comparativa entre os cenários Brasil e Espanha.

circunscritos em outra caixa maior. Esses tópicos são diferentes, entretanto, convergentes em suas opiniões.

A partir destes agrupamentos de convergências, estabeleceu-se a **oposição dos conceitos**, cujo signo é uma linha com flechas nas duas extremidades. Essas oposições podem se dar tanto entre as duas subcategorias como um todo (**Boa Conservação** em oposição à **Conservação Inadequada**), representadas por setas na cor vermelho, quanto entre conceitos da mesma subcategoria, indicadas por setas na cor preta, ou, ainda, entre tópicos específicos divergentes entre as duas subcategorias, neste caso a oposição é representada por setas na cor laranja.

Outro ponto a colocar sobre a imagem apresentada na Fig. 9, é que o mapa mental também indica o percentual de manifestações de cada país relativas a cada um dos tópicos. Esses percentuais estão sinalizados por círculos na cor verde ou vermelho, e se referem às manifestações ocorridas entre entrevistados brasileiros, e espanhóis, respectivamente.

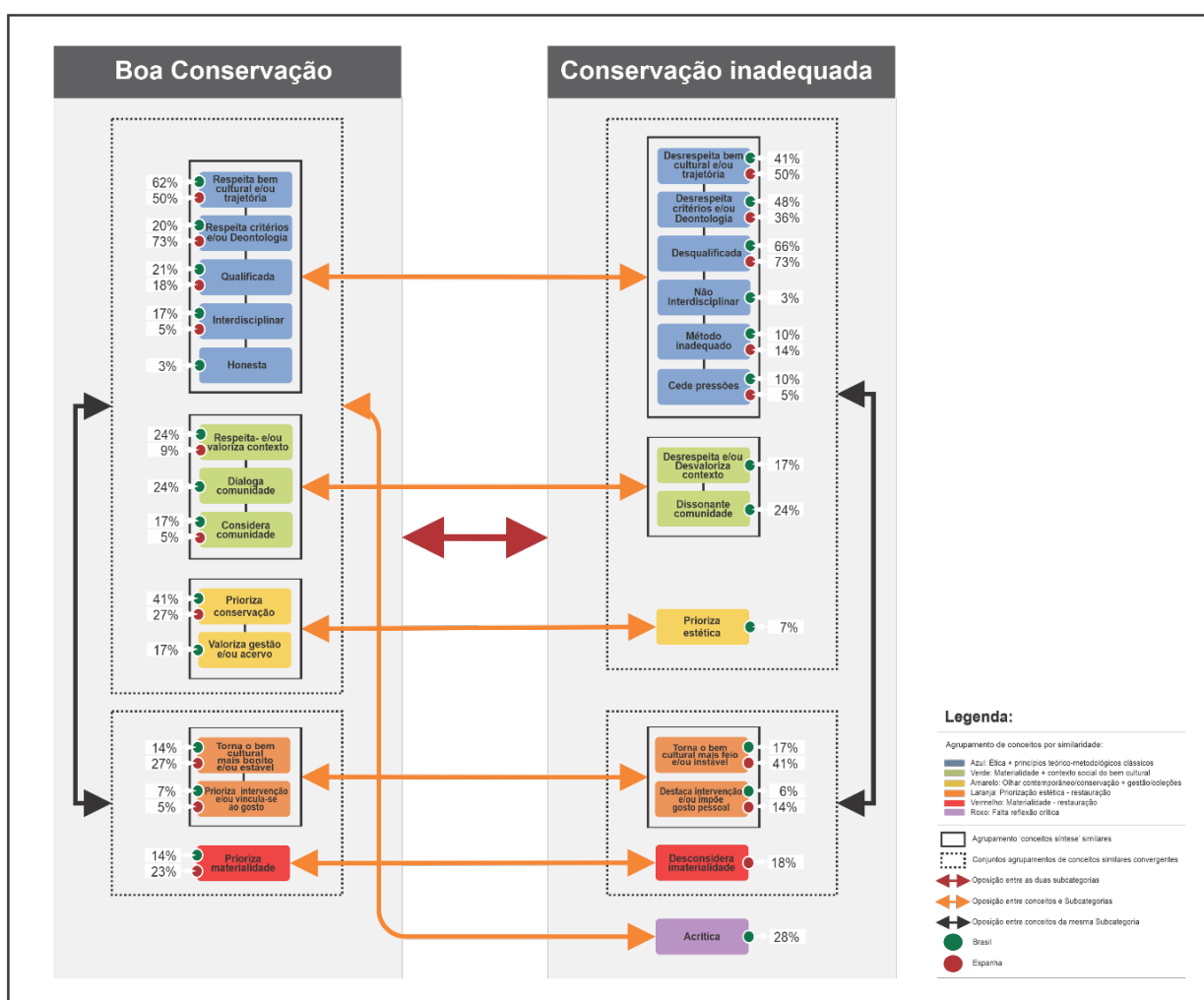


Figura 9 – Mapa mental da Categoria 1 - Concepções relativas à práxis da Conservação. Fonte: Elaboração da autora (2020).

Sinteticamente, as manifestações alusivas às duas subcategorias que constituem esta seção, revelam que o olhar dos conservadores-restauradores de ambos os países, no que se refere às concepções de sua práxis, está posto, essencialmente, nos princípios estabelecidos pelo Código de Ética brasileiro (Anexo B) e pelo Código de Ética da E.C.C.O. (Anexo C) ¹⁵⁹ em suas Diretrizes Profissionais.

Trata-se de uma constatação já esperada, haja vista serem esses os instrumentos balizadores da atividade tanto no Brasil quanto na Espanha. Em verdade, o código de ética converte-se no principal dispositivo concreto que estabelece as boas práticas profissionais, cumprindo, até mesmo, um papel de regulador da atuação por diversos fatores, dentre os quais estão: a falta de regulamentação da profissão do Conservador Restaurador nos dois países, a ausência de legislação específica que disponha e regule as atividades propriamente ditas desse trabalhador e a carência de órgãos fiscalizadores dos profissionais que atuam no campo da Conservação.

Na subseção a seguir apresenta-se a análise e a comparação entre as duas subcategorias que conformam as concepções do profissional brasileiro e espanhol quanto à práxis da Conservação nos contextos em que estão inseridos. A oportunidade também traz à tona algumas considerações a respeito das mencionadas declarações divergentes dos princípios deontológicos da profissão.

3.2.1.1 Boa Conservação

Ficou evidente na análise das entrevistas que o estímulo a conceituar a **Boa Conservação** surpreendeu os informantes, provavelmente pelas inúmeras possibilidades de abordagem da questão. Tal reação foi verbalizada por alguns que expressaram o sentimento em falas como: “Jamais pensei que você faria uma pergunta como essa”¹⁶⁰; “talvez eu não seja capaz de responder isso assim, no susto!”¹⁶¹. No caso espanhol, tal reação é idêntica: “Es complicada la pregunta, tendrías que habérmela mandado por e-mail para habérmela preparado”¹⁶².

Afora as observações quanto à complexidade de responder a essa pergunta, o fato é que este primeiro questionamento - que trouxe a provocação de definir o que

¹⁵⁹ Some-se aos Códigos de Ética as Cartas Patrimoniais e as orientações das organizações que tratam da área da Conservação, como o ICOM-CC, por exemplo, as quais são consenso internacional.

¹⁶⁰ Comentário do informante ‘BR-CR18’ durante entrevista concedida por Skype, out. 2020.

¹⁶¹ Comentário do informante ‘BR-CR04’ durante entrevista concedida por Skype, jun. 2019.

¹⁶² Comentário do informante ‘ES-CR05’ durante entrevista concedida por Skype, jul. 2019.

seria uma **Boa Conservação** - forçou os entrevistados a se posicionarem de modo autônomo e crítico sobre o assunto, o que vem ao encontro do objetivo da pergunta, qual seja, fazer emergir pontos de vista que colaborem para a compreensão da práxis do Conservador Restaurador a partir do ponto de vista dos indivíduos.

Conforme foram lidos, os depoimentos foram associados aos 'conceitos síntese' que, ao serem sistematizados, geraram a Tab. 1, a qual apresenta os percentuais de manifestações de cada tópico separado por país. Esses percentuais estão contidos no mapa mental da categoria 1 (Fig. 9), mas aqui são apresentados ordenados do maior para o menor para melhor visualização e como instrumento auxiliar na compreensão da análise.

Tabela 1 - Percentuais dos **conceitos síntese** da **Boa Conservação** em ambos os países.

Boa Conservação			
Brasil		Espanha	
Tópico representativo dos conceitos	Percentual*	Tópico representativo dos conceitos	Percentual**
Respeita o bem cultural e/ou sua trajetória	62%	Respeita critérios e/ou deontologia	73%
Prioriza a conservação	41%	Respeita o bem cultural e/ou sua trajetória	50%
Respeita e/ou valoriza contexto	24%	Prioriza a conservação	27%
Dialoga com a comunidade	24%	Toma o bem cultural mais bonito e/ou mais estável	27%
Qualificada	21%	Prioriza materialidade	23%
Respeita critérios e/ou deontologia	20%	Qualificada	18%
Interdisciplinar	17%	Interdisciplinar	17%
Considera a comunidade	17%	Respeita e/ou valoriza contexto	9%
Valoriza a gestão e/ou acervo	17%	Considera a comunidade	5%
Toma o bem cultural mais bonito e/ou mais estável	14%	Prioriza a intervenção e/ou vincula-se ao gosto	5%
Prioriza materialidade	14%		
Prioriza a intervenção e/ou vincula-se ao gosto	7%		
Honesta	3%		

*Percentual considerando 29 entrevistados = 100%

**Percentual considerando 22 entrevistados = 100%

Fonte: Elaboração da autora (2020).

Preliminarmente, observa-se que cada um dos informantes mencionou vários conceitos na sua definição de **Boa Conservação**. Por este motivo, o percentual apresentado refere-se à quantidade de referências ocorridas por cada tópico, frente ao total de entrevistados de cada país.

É importante ressaltar, igualmente, que o grande número de conceitos síntese (13 para a subcategoria em questão), ainda que possam em alguns momentos parecer equivalentes, possuem sutilezas que os distinguem, as quais serão abordadas na medida em que forem mencionados.

Além disso, cumpre destacar que nem todos os conceitos estão presentes nos dois países, mas nem por isso foram descartados da análise. Nem todos estão aqui contemplados, visto que foram destacados os tópicos com maior incidência de

manifestações. Aqueles com percentual abaixo de 20% somente são mencionados em casos particulares: conteúdo muito significativo na área, discrepâncias entre os países, dentre outras situações consideradas peculiares.

Tratando-se da análise do conteúdo, a primeira observação se dirige aos conceitos que mais se destacam nos dois países. Na Espanha, as manifestações preponderantes são 'respeito aos critérios e à Deontologia' (73%) e 'respeita o bem cultural e/ou sua trajetória' (50%). No Brasil, por sua vez, destacam-se 'respeito pelo bem cultural e sua trajetória' (62%) e 'prioriza a conservação' (41%).

As declarações representadas pelo tópico respeito pelo bem cultural e/ou sua trajetória, que aparecem nos dois países nos primeiros lugares em quantidade¹⁶³, revelam que o olhar - tanto do Conservador Restaurador brasileiro quanto o do espanhol - está em conformidade com conceitos abrangentes e endossados internacionalmente, como, por exemplo, a Carta do Restauo de 1972, a qual afirma, no seu parágrafo 2º do Art. 6º que,

De acordo com as finalidades a que, segundo o artigo 4º, devem corresponder as operações de salvaguarda e restauração, proibem-se [...] **remoções ou demolições que apaguem a trajetória da obra através do tempo**, a menos que se trate de alterações limitadas que debilitem ou alterem os valores históricos da obra, ou de aditamentos de estilo que a falsifiquem (IPHAN, [19--]b).

Como já mencionado, as cartas patrimoniais não têm caráter normativo, mas são documentos internacionais balizadores da conduta profissional. Constatar manifestações que se ancoram nos princípios que preconizam esses documentos, sinaliza uma formação consistente e, principalmente, a preocupação de sustentar o trabalho com base nos fundamentos teóricos do campo da Conservação. Não obstante, revela um paradigma de protagonismo das ações diretas sobre objetos únicos, ou seja, da **restauração**, matriz que se repetiu em várias falas.

O depoimento a seguir transcrito é de um entrevistado espanhol com larga experiência na área, o qual atribui destaque à restauração. Entretanto, acima desse viés notadamente voltado à intervenção direta sobre objetos únicos, a manifestação revela estar alinhada e em conformidade com os princípios essenciais no trato com os bens culturais:

La buena restauración... creo... mi opinión personal, es cuando no solo tenemos respecto máximo de la obra de arte o del bien cultural - hoy lo llamamos bien cultural, antiguamente la obra de arte, perdón. Para tener

¹⁶³ No Brasil representa o maior número de manifestações, 62%, já na Espanha, aparece em segundo lugar com 50%.

respecto al bien cultural, tenemos de **conocerlo muy bien, o sea, no podemos intervenir sin conocer. Eso es fundamental.** A menos que sea una emergencia como el caso de Notre Dame, tenemos un incendio... se está cayendo...y hay que intervenir de urgencia, pero con todo... con máximo respeto. Aquí no estamos haciendo una chapuza... y muchas veces la restauración es... unas veces son... uno se enfrenta a la ligera... toma decisiones sin conocer... y te encuentras después con un problema - ¿y ahora como lo soluciono? **Para nosotros ha sido siempre fundamental conocer para intervenir.** [...] Somos desconocidos, tenemos que ser desconocidos. Nuestra profesión no la podemos... que por un lado lo tiene... un factor de creatividad. Tenemos que ser objetivos, lo máximo posible hacia el bien cultural... ni tú puedes inventar, ni reconstruir, ni... o sea, **no puedes modificar lo que ha llegado a nosotros. Eso es lo que hay. ¡El tiempo pasa para todos! Consume, deteriora... Lo que tenemos nosotros a hacer es intentar conservar lo máximo posible y transmitirlo.** Nosotros somos los guardianes de los bienes culturales. Nada más. O sea, tenemos que pasarle para las generaciones venideras (Informação verbal, grifos nossos).¹⁶⁴

Declarações com este teor, foram repetidas em muitas das falas dos espanhóis e, como mencionado, enfatizam a necessidade de conhecer o bem cultural para que a intervenção esteja em conformidade com os princípios fundamentais do campo da Conservação.

Reitera-se, assim, que não há um descompasso com os princípios da área, muito pelo contrário. Apenas revela um pensamento prevalentemente dirigido às ações restaurativas, ou seja, restrito a **uma** das ações da Conservação. Nesse sentido, a ideia condensada na máxima ‘conhecer para intervir’ se coloca numa perspectiva de compreensão do objeto, do respeito pela pátina, pelos materiais originais e técnicas utilizadas na sua fatura, assim como na abstenção de qualquer ímpeto criativo a fim de não produzir falsos históricos, como bem situa um dos entrevistados brasileiros ao frisar que:

Uma boa restauração é aquela que valoriza o bem cultural como um todo complexo... não apenas as ações que serão aplicadas sobre ele ... é aquela que valoriza sua beleza, os **detalhes deixados pelo uso**, que muitas vezes passam despercebidos, que compreende e exalta seu potencial expressivo (Informação verbal, grifos nossos).¹⁶⁵

Essa também é a orientação do discurso dos profissionais espanhóis revelado no **conceito síntese Respeita os critérios e/ou a deontologia**, o qual figura em primeiro lugar no conjunto de manifestações nesse âmbito do estudo. Tais declarações referenciaram explicitamente os critérios da teoria clássica, especialmente do restauro crítico, como a **mínima intervenção** e a **distinguilidade**, por exemplo. Notadamente, são demonstrações de forte vínculo com as ações de

¹⁶⁴ Entrevista concedida presencialmente pelo informante ‘ES-CR14’, mar. 2019.

¹⁶⁵ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-CR04’, jun. 2019.

restauração, o que vem ao encontro com o que foi enfatizado pelo entrevistador no que tange ao enfoque abrangente da entrevista, bem como no sentido dado aos termos intervenção e Conservação nesta pesquisa, como já reiterado anteriormente.

Além das referências ao restauro crítico, algumas falas expressaram observações ainda mais específicas, ou seja, associadas às cartas patrimoniais como revelado a seguir:

Es que el conocimiento lleva al respecto, yo creo que 'conocer para intervenir' porque, si conoces... ya con el conocimiento te lleva obligatoriamente a respetarse a la obra... y también para haber una buena restauración, es cuando el restaurador pasa totalmente desapercibido. Bueno, **eso aparece en la carta de Venecia, que cuando tú ya hasta aquí llegado, se llegas a ese límite, para mí es una buena restauración, porque respeta... conoce para llegar a ese límite... y te quedas ahí. Entonces eso... Pero llegar a este punto es muy complicado. Pero, bueno, ahí está la clave de una buena intervención** (Informação verbal, grifos nossos).¹⁶⁶

Ou ainda, no caso do Brasil, constam argumentos facilmente identificáveis em tópicos¹⁶⁷ abordados no Código de Ética, como no trecho que a seguir transcrevemos:

Na minha opinião a boa intervenção ela começa primeiro pela compreensão do objeto que se for restaurar e aí falando no caso de se ter um objeto, né? [...] ter também um conhecimento muito bom de ética, da deontologia da conservação, **se reconhecer com a capacidade técnica para execução da ação de conservação**. Isso relacionado ao objeto. Mas também serve para as questões de conservação que tangenciam os objetos. Por exemplo, alguém vai trabalhar com uma conservação... pra uma conservação preventiva, ou pra fatores antes de chegar ao objeto... e o profissional - isso em relação ao profissional - **ele ter a clareza, ter o discernimento, se ele tem condições de executar**. E aí, claro, quando eu estou com essa prática, pra não ficar repetindo código de ética, porque ali tá o respaldo de tudo o que vai se usar, né (Informação verbal, grifos nossos).¹⁶⁸

Duas observações fazem-se necessárias no que se refere às declarações da posição assumida pelo nosso entrevistado “respeita os critérios e/ou a deontologia” no âmbito brasileiro. A primeira está relacionada à intensidade de manifestações, ou seja, diferentemente da Espanha onde esse conceito é o mais representativo, no caso brasileiro, foi revelado por apenas 20% dos informantes. A segunda, diz respeito à frequência de referências que mencionam direta ou indiretamente o Código de Ética no Brasil, a qual foi significativamente menor do que aquelas dirigidas ao ‘respeito ao bem cultural e sua trajetória’.

¹⁶⁶ Entrevista concedida presencialmente pelo informante ‘ES-CR02’, mar. 2019.

¹⁶⁷ A título de exemplo, o tópico que diz: “O conservador-restaurador deve contratar e empreender apenas os trabalhos que possa realizar com segurança, dentro dos limites de seus conhecimentos e dos equipamentos de que dispõe, a fim de não causar danos aos bens culturais, ao meio ambiente ou aos seres humanos”. (Código de Ética do conservador-restaurador brasileiro).

¹⁶⁸ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-DC02’, dez. 2020.

Ainda que este conceito tenha relação muito próxima com a dimensão deontológica, “respeitar o bem cultural” é **um** dos pontos de um conjunto maior e mais abrangente de orientações, isto é, do próprio Código. Assim, o fato do Código de Ética ser mencionado com menos frequência no Brasil surpreende, haja vista a distinção simbólica de um documento que se apresenta como referência fundamental na conduta dos conservadores-restauradores.

Em contrapartida, a despeito das declarações que enfatizam a atividade de restauração, alguns pronunciamentos expressaram uma visão ampliada e mais conectada ao conceito contemporâneo de Conservação, pois consideram aspectos não restritos ao objeto em si e à restauração. São falas que conduzem à conceptualização de **Boa Conservação** como uma ação que **Prioriza a conservação do objeto/coleção em lugar da restauração, conceito síntese** que aparece em segundo lugar em termos de grau de recorrência no caso brasileiro. O comentário de um dos profissionais brasileiros sintetiza esse entendimento.

Se você pensar nos diversos tipos de suportes, as respostas técnicas podem ser diferentes. Mas na questão geral, mais ético-filosófica, eu acho que é toda intervenção que consegue respeitar as várias temporalidades dos objetos, as várias pessoas, em redes de relações, que esse objeto está incluído (Informação verbal).¹⁶⁹

As manifestações nesse sentido revelam profissionais preocupados para além do objeto individual, ou seja, um olhar dirigido para a coleção ou para o acervo como um todo, e que como tal deve ser gerido em conjunto. A declaração a seguir reflete esse posicionamento em que a ênfase está posta sobre a conservação:

Acho que é um trabalho integrado e que pensa no conjunto, na coleção. Eu vejo assim, né? **A boa conservação como aquela que atende as necessidades do todo e que atua preventivamente.** É aquela que controla o local de armazenamento da coleção para não ter que intervir individualmente. Porque quando se trata de conservação, não é possível atuar individualmente, a não ser em situações excepcionais, né? Então, **eu acho que esta é uma boa conservação, a que pensa no acervo e prioriza a conservação, especialmente a preventiva** (Informação verbal, grifos nossos).¹⁷⁰

Além do destaque à conservação, declarações como a apresentada acima também vêm ao encontro do que recomenda o Código de Ética, que, por seu turno, assevera que “O Conservador Restaurador deve levar em consideração todos os aspectos relativos à **conservação preventiva**, antes de intervir em quaisquer bens

¹⁶⁹ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-CR16’, ago. 2019.

¹⁷⁰ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-CR05’, jul. 2019.

culturais, bem como que sua iniciativa deverá restringir-se apenas ao tratamento estritamente necessário”¹⁷¹.

Nessa mesma linha, no Brasil, seguem manifestações que trazem a agenda da conservação sob o viés da estabilização do objeto, ou seja, por ações que visam estancar o processo de degradação, ou que apontam a necessidade de proporcionar um ambiente seguro ao bem cultural/acervo ou, ainda, na linha de indicar a necessidade de elaboração de diagnósticos precisos e ampliados ao contexto em que este objeto/conjunto está submetido. São demonstrações, portanto, que dirigem a conceituação da **Boa Conservação** para uma atitude voltada à conservação em detrimento da restauração.

Na Espanha o **conceito síntese Prioriza a conservação**, assumindo a posição de terceiro fator mais mencionado. Embora apareça em pouco mais de ¼ das declarações, quando externado revelou consciência de que não se trata ainda de uma perspectiva consolidada no campo profissional. A declaração que segue demonstra a mudança de paradigma que se processa no domínio da Conservação na contemporaneidade:

Bueno, yo creo que cuando me preguntas de una buena intervención, no quieres aislar la intervención de la conservación. Porque nosotros hemos vivido, hemos pensado siempre, en una intervención aislada de la conservación, **entonces ahora reflexionamos que no es intervenir como un acto aislado... que por muy buena intervención que haga, no puedes hacerla aislada de la conservación, o de la museología, si en casos... en el caso de una pieza del patrimonio, es decir, que la intervención está integrada en la cadena de la conservación**, es una parte. Entonces, con eso lo cambia todo... Nosotros aquí, yo creo que en España se está viviendo ahora ese cambio. Otras profesiones lo tuvieron antes este cambio. Para mí es una revolución, es muy interesante lo que está pasando... Por ejemplo, la profesión del Médico en el siglo XVIII era una profesión de intervención, era el cirujano, el que sacaba muelas (dentes), el que intervenía. Pero cambió completamente. Y creó una estructura que es la medicina y es una medicina entendida como un servicio público, una cosa más grande, más amplia, donde la intervención queda como... si hay que intervenir se interviene, pero básicamente hay una estructura previa que es la atención a la salud pública. Entonces, nosotros... yo creo que ahora estamos viviendo muy lentamente, pero... la voluntad de hacer una estructura pública para atender el patrimonio, y, después, si hay que intervenir, lo mandamos a una persona ya concreta qué es un profesional para intervenir. Como el cirujano, el médico cirujano que es una especialidad ya, pero todo lo que es la base, todo que la estructura, la estamos montando, por lo menos en ciertos países de Europa se está montando poco a poco (Informação verbal; grifos nossos).¹⁷²

¹⁷¹ Ver o Código de Ética do Conservador-Restaurador brasileiro no Anexo B.

¹⁷² Entrevista concedida presencialmente pelo informante ‘ES-DC02’, abr. 2019.

A mudança de padrão mencionada pelo profissional reforça o comportamento identificado em inúmeros declarantes que colocam suas ações numa perspectiva integrada e que priorizam intervenções de conservação, ou seja, trata-se de uma postura que tende a abandonar o modelo de protagonismo da restauração – de intervenção restrita às ações de restauração sobre objetos únicos - e assumir uma atuação indireta e que considera não somente fatores objetivos, mas que, ao assumir sua natureza simbólica, conecta a Conservação ao aspecto humano e, por consequência, sujeita às nuances e transformações da própria sociedade.

Embora as sinalizações de mudança de paradigma estejam presentes nos dois países – em alguns profissionais como um modelo consolidado, em outros nem tanto - a preocupação com a estética também se manifestou com certa recorrência, como exposto por dois conservadores-restauradores brasileiros que dizem: “Acho que é a intervenção que prioriza a estabilidade do bem cultural **antes de se preocupar com a estética, não que isso não seja importante**, mas não é o elemento central que orienta o profissional” (Informação verbal, grifo nosso)¹⁷³ e “[...] uma intervenção eficiente se pauta, principalmente, na questão da estabilização da degradação, **se possível trabalhando com a facilitação da compreensão estética... se possível... se não, somente a estabilização já é suficiente**. (Informação verbal, grifos nossos)¹⁷⁴

A observação quanto à questão estética, revelada nas duas falas, evidencia, mais uma vez, o peso específico que o profissional brasileiro dá a esse tema, pois, embora tenha claro não ser este um fator essencial, valoriza-o como significativo no processo interventivo. Retorna-se, mais uma vez, ao olhar dirigido à restauração, e à ação direta sobre um bem cultural individual.

Outro apontamento interessante no contexto brasileiro e que se fez presente em aproximadamente ¼ dos depoimentos dos profissionais, e que situa a **Boa Conservação** como aquela que **Respeita e/ou valoriza o contexto do bem cultural**. Na Espanha, há convergência nesse sentido, muito embora o número de manifestações seja significativamente menor, atingindo ao redor de 10% dos informantes. Destaca-se, entretanto, o tom veemente do Conservador Restaurador espanhol que declara:

¹⁷³ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-CR18’, out. 2019.

¹⁷⁴ Entrevista concedida presencialmente pelo informante ‘BR-CR17’, ago. 2019.

Entiendo que una obra llevada a cabo correctamente es aquella que, a pesar de las intervenciones, no desvirtua el contexto histórico-cultural del propio objeto, aquella intervención que no induce a falso histórico ni a ningún tipo de creación o adición por parte del restaurador (o en muchos casos arquitectos), comportándose como si él fuera un ejecutor más de la obra original (Informação verbal).¹⁷⁵

Parte das manifestações coloca o conceito sob a perspectiva do ambiente físico, como demonstra o argumento: “Eu acho que tem que ser um trabalho interdisciplinar e de convencimento **para a gente abraçar essa parte de controle de ambiente, temperatura e a parte de higienização**” (Informação verbal, grifos nossos)¹⁷⁶.

No entanto, um sentido de ‘contexto que envolve o objeto’, indica, na maior parte dos relatos, não só o local onde o bem cultural/coleção está inserido fisicamente, mas sim, e principalmente, o ambiente social do qual esse bem faz parte. Em outras palavras, está conectado diretamente a uma ideia de reconhecer a comunidade que detém o bem cultural como um elemento essencial nos processos de Conservação. A declaração que segue enaltece esse aspecto de forma peremptória:

É preciso conhecer profundamente os materiais que ele [o bem cultural] foi feito, onde ele está exposto, quando é o caso de um bem cultural musealizado, né?, mas eu acho que mais do que esses fatores materiais e ambientais, é necessário **valorizar o contexto desse objeto na comunidade que pertence**, seus valores, sua relação com as pessoas. **Porque eu acredito que uma boa restauração valoriza e respeita o bem cultural como um todo complexo dentro de uma conjuntura também complexa porque envolve pessoas... não apenas a matéria ou as ações que serão aplicadas sobre a matéria**, entende? (Informação verbal, grifos nossos).¹⁷⁷

Outro ponto de vista, cujo conteúdo se aproxima do conceito anterior, aborda a **Boa Conservação** como aquela que **Dialoga com a comunidade**. Trata-se de uma definição colocada apenas no âmbito brasileiro, onde se apresenta em quarto lugar em termos do grau de recorrência dentre os profissionais entrevistados. Duas referências à continuação são representativas:

A boa conservação é muitas vezes quando o profissional consegue convencer o cliente de não fazer uma intervenção puramente estética e desnecessária. Porque muitas vezes o que o cliente quer é uma renovação, não uma restauração, muito menos uma Conservação dentro desse conceito que a gente prega... mais global, mais amplificado, sabe? (Informação verbal).¹⁷⁸

¹⁷⁵ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘ES-CR01’, jun. 2019.

¹⁷⁶ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-CR21’, set. 2019.

¹⁷⁷ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-CR04’, jun. 2019.

¹⁷⁸ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-CR01’, jun. 2019.

[...] às vezes uma boa conservação, uma boa intervenção de conservação... **é quando o profissional conversa bastante com seu cliente e às vezes muda a ideia dele...** sabe? porque às vezes é isso... porque o cliente quer aquilo! Ele quer que colocar mão em Santo, ele quer que 'botar' atributo que não tem, ele quer que você faça tudo! E aí, você não pode fazer! Então, passa muito pelas questões teóricas... né? Então, eu acho que para chegar nesse... para chegar na ação ali no objeto, no momento que você vai pensar na limpeza, até onde chegar nessa limpeza... ou no processo de nivelamento, de reintegração, né... "ah... eu vou reintegrar só onde está nivelado"... com certeza! Mas daí a pessoa nivelou tudo, né? [risos]! Quer dizer... até onde vai... até onde é necessário? [...] **Uma boa intervenção vem junto com uma pessoa, com um restaurador, que tá o tempo todo conversando com o cliente e explicando.** Dá muito trabalho fazer isso! (Informação verbal, grifos nossos).¹⁷⁹

Cabe observar que as declarações trazem uma questão interessante, porque delas emerge o papel educativo do profissional, temática recorrente entre os entrevistados brasileiros. Nesse sentido, algumas falas reconhecem que o próprio conservador-restaurador possui a habilidade de compreender a complexa dimensão dos bens culturais e que cabe a ele, portanto, traduzir ao proprietário legal esse fundamento, como bem elucidada o depoimento a seguir transcrito:

Olha, o que eu levo para a minha... como profissional, né... eu acho que a ética é o eixo básico e a questão... **e eu coloco a ética em vários aspectos, é muito amplo isso, mas eu acho que o papel de educação, o papel de recepção entre a capacidade de tu entender o valor de algum objeto para alguma pessoa, é uma capacidade que o restaurador tem que ter... que é sensível, é sensorial. Ao mesmo tempo, ele deve ter um papel educacional, mas não... ele é educacional, mas a tomada de decisão ela deve ser feita no momento em que aquela pessoa que te procurou entendeu aquilo que tu consegue explicar, e ela junto contigo opta.** Então, por exemplo, para mim, eu quando faço um trabalho, eu... normalmente... [...] eu chamo o cliente e digo: "olha, dentro dessa situação, eu poderia resolver desta maneira, desta maneira, ou desta maneira... Se eu fizer isso vai acarretar isto, isto, isto... se eu fizer aquilo, vai acarretar aquilo, aquilo. aquilo." E aí sim, sabe... aí eu tô colocando quais são os prós e os contras e a decisão passa a ser dupla, ou passa a ser... e eu acho que isso é ético. Inclusive admitir, por exemplo, que "olha, para isso aqui, nesse ponto, eu não chego, por uma incapacidade técnica, por uma falta de perícia, ou por uma capacidade de material, ou porque não tem dinheiro que pague esse tipo de coisa." E o próprio cliente pode decidir, olha se eu não tenho... se eu não tenho essa verba agora, e eu tenho aquela verba, e que dentro desse condicionante é aquilo que eu posso, desde que eu não faça o mal para o bem, entendeu? Desde que eu não esteja prejudicando aquilo, é um consenso, é uma opção (Informação verbal, grifos nossos).¹⁸⁰

O informante realça outro fator igualmente importante, qual seja a partilha da tomada de decisão, ainda que, obviamente, não tenha o caráter de divisão de responsabilidade, pelo contrário, haja vista que sugere um compartilhamento de deliberações **a partir da expertise do Conservador-Restaurador**, que se trata do

¹⁷⁹ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-GE01', out. 2019.

¹⁸⁰ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-GE03', set. 2019.

verdadeiro habilitado para tal. No limite, essa partilha, fundamentada no saber do Conservador-Restaurador, também se traduz no seu papel de educador. A declaração que segue vem ao encontro deste entendimento:

Esse profissional ele precisa estar em contato o tempo todo com essas pessoas, com essa comunidade, com esses clientes - cliente quando eu digo é bem abrangente, tá, é o museu, é o IPHAN, ele precisa tá o tempo todo... é... incansável... (pausa) **Todos os dias eu tenho que falar com alguém sobre limites dentro da restauração.** Todos os dias. Quando eu estudava, lá no comecinho, eu não imaginava sabe? (risos) Parece que a coisa... porque eu queria aprender aquilo né... então você lidar... você querer ensinar alguém que não está apto, que não quero escutar aquilo, que tem limite, que não pode tudo, que não é oba-oba, é bem complicado. Tem que ter um jogo de cintura mesmo, político mesmo, né, político mesmo, de tentar posicionar e, tendo sucesso, a pessoa vai sair... o cliente vai sair dessa conversa, amando a ideia e o objeto que ele vai um dia receber ali né. Convencidíssimo daquilo... e feliz com o que aprendeu e ... acontece muito... é uma vitória... e tem gente que muda de restaurador (risos), né? **Então é incansável essa questão de bater nessa tecla dos limites e... e... para que esse restauro? Então a gente tá aqui pensando numa... na história desse objeto... como que ele vai ficar... para onde ele vai... e não só deixar ele novo né... como... até os museus tem uma ideia muito limitada! Eu atendo alguns museus e olha... fico surpresa, assim, com... com alguns pedidos... assim sabe... e ter que conversar de novo... e ter que falar de novo, né. Então, resumindo... [...] eu acho que isso é educação patrimonial, né...! falando abrangentemente, não citando do objeto em si... mas é educação pro patrimônio. As pessoas precisam aprender, né, o que é, por que está ali, né, porque deve ficar. Somos agente muito importantes hoje (Informação verbal, grifos nossos).¹⁸¹**

Outra coisa que é muito difícil é você dizer não para o proprietário. E também não tô falando de alguém que tem muita experiência não, porque eu também tenho pouca, mas pelas experiências que eu já tive... e eu fui muito abençoada de não pegar ninguém que tenha batido de frente com o que eu sugeri, ou que pediu para tornar algo novo de novo, ou original... sem entender realmente essa questão do que que é originalidade ou não do objeto. **Mas...essa... essa problemática de você ter de ser um agente da educação patrimonial, ou da educação para o patrimônio, em relação ao proprietário da obra com a qual você está lidando, é algo que... acredito que talvez pudesse ser melhor trabalhado até nas universidades (Informação verbal, grifos nossos).¹⁸²**

Dentre os informantes espanhóis o dilema se repete, como se constata nas declarações a seguir, cuja ênfase está dada a mais um fator: a comunicação.

Pues nuestro papel, en mi punto de vista es que la gente entienda lo importante que es el patrimonio y lo importante que es preservarlo... no cambiarlo. Y cuidarlo... y tenemos que estar orgullosos de eso porque es nuestra identidad, no es solo nuestra historia. **Pues, nuestro papel es dar a entender a la sociedad eso.. sabes... tenemos que comunicarnos con ellos y tenemos que divulgar. Y también, por tanto, considero que sea muy importante, poder publicar y poder divulgar nuestro trabajo tanto por las redes sociales o por... es un papel importante porque al final somos los que estamos cuidando ese patrimonio, la salvaguarda de ese patrimonio depende de nosotros. Entonces, nuestro papel es que la**

¹⁸¹ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-GE01', out. 2019.

¹⁸² Entrevista concedida presencialmente pelo informante 'BR-CR17', ago. 2019.

gente entienda nuestra profesión. O sea, es darnos a conocer. Que todavía la gente no lo sabe (Informação verbal, grifos nossos).¹⁸³

É manifesta em ambos os países, portanto, a necessidade de dar visibilidade não somente à profissão, mas ao profissional que dela se ocupa, para que lhe seja outorgado, seja no campo social ou do trabalho, o protagonismo que lhe cabe. À continuação várias manifestações que reiteram a comunicação como um fator necessário para que o ofício se consolide de fato no seio da sociedade.

Quizá el papel del conservador-restaurador sea más de intentar concienciar a la gente que somos una profesión. Tenemos una necesidad imperiosa de comunicar nuestra profesión, no de perpetuar nuestra actuación, sino de comunicar que es lo que hacemos y de la importancia de lo que hacemos (Informação verbal, grifos nossos).¹⁸⁴

Precisamos nos comunicar melhor com a sociedade, abrir nossos espaços, dar a conhecer nosso trabalho, sair de nossos ateliers. Mas esse é um processo lento, muito lento. Não sei... (Informação verbal, grifos nossos).¹⁸⁵

É preciso mais comunicação. Maior investimento de recursos por parte do Estado. Um olhar mais democrático por parte do Estado para com a sociedade. Não sei... acho que é isso. **Acho também que é necessário divulgar a área tanto quanto possível, ocupar espaços, sabe? Sair dos espaços restritos da academia, instituições e dos ateliers** (Informação verbal, grifos nossos).¹⁸⁶

Ainda dentro do **conceito síntese do Diálogo com a comunidade**, outra postura verificada na pesquisa situa o Conservador Restaurador como um mediador entre as soluções técnicas e a expectativa do proprietário legal, como assim manifesta a fala de um de nossos entrevistados:

Eu acho que uma boa conservação... ela... ela se dá quando a gente consegue aliar, assim... quando se consegue... um bom resultado se dá quando a gente consegue aliar um conhecimento técnico e um desejo técnico muito próximo do cliente, ou seja, que a gente consiga fechar, ou educar, vamos dizer assim, se alguma divergência, ou **respeitar o desejo do cliente de uma maneira em que não... não... vamos dizer assim, que não divirja de conceitos básicos da conservação**, entende? **Quanto mais próximo uma realidade for da outra, eu acho que melhor é o trabalho em todos os sentidos, tanto gratificação pessoal, como um resultado de satisfação daquele para quem tu tá fazendo** (Informação verbal, grifos nossos).¹⁸⁷

A manifestação citada traz um aspecto interessante ao debate, o qual está relacionado à **satisfação** do cliente. A **satisfação** é um componente destacado pela

¹⁸³ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'ES-CR04', abr. 2019.

¹⁸⁴ Entrevista concedida presencialmente pelo informante 'ES-GE02', mar. 2019.

¹⁸⁵ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR01', jun. 2019.

¹⁸⁶ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR11', set. 2019.

¹⁸⁷ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-GE03', set. 2019.

Teoria Contemporânea da Restauração de Muñoz Viñas quando este afirma em sua conclusão que “Uma buena Restauración es aquella que hiere menos a um menor número de sensibilidades - o la que **satisface más a más gente**”. (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p.1477; grifos nossos).

O argumento do profissional brasileiro denota, portanto, certa conexão com a perspectiva de um agente atento aos processos dinâmicos do contexto social ao qual se insere, mas que também assume seu caráter de experto no trato com os bens culturais. Em outras palavras, parafraseando Muñoz Viñas (2003, p.173), trata-se de uma gestão democrática, baseada na negociação e na sustentabilidade, cuja responsabilidade está a cargo de um técnico especializado, mas que também cumpre o papel de um membro da coletividade.

Por outro lado, a **Boa Conservação** também foi conceituada como aquela que consiste em uma **Ação qualificada, técnica e metodologicamente**, estando, nesse caso, intimamente ligada à necessidade de formação específica aprofundada e continuada, fator essencial para a atuação deste profissional dada a singularidade de sua prática, assim como em razão da necessidade de consistência teórico-metodológica para seu exercício. O depoimento de um Conservador Restaurador brasileiro menciona a questão do método e retrata a complexidade da atividade profissional ao afirmar que “A metodologia mais ou menos sempre é a mesma, **só que, como cada caso é um caso, como se diz sempre... a cada caso a gente tem que aplicar as variações necessárias, significativas e possíveis**” (Informação verbal, grifos nossos)¹⁸⁸.

Lidar no cotidiano com as variáveis de cada caso particular, é algo extremamente complexo e a formação é um fator determinante pois, teoricamente, é capaz de dotar o agente do preparo necessário para discernir, dentro de diferentes possibilidades, elegendo quais as soluções mais adequadas para intervir na realidade. Além do elemento **formação**, o mesmo informante realça outro fator igualmente importante:

Fora disso, vai para o amadorismo, para a boa vontade... É por isso que nós temos que batalhar que isso seja reconhecido, porque como nós temos essa grande responsabilidade sobre aquilo que a gente faz, a gente tem que ter uma cobertura também legal, como um advogado que tem suas histórias, né? Os outros porque são museólogos, né? Químico, farmacêutico, tem responsabilidade pelo que fazem... nós temos grande responsabilidade em fazer aquilo. Não é uma brincadeira, né? Não é só pela questão do valor de mercado daquela obra que estamos restaurando, conservando, enfim, é pelo

¹⁸⁸ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-CR06’, ago. 2019.

valor cultural, pelo fato que é um patrimônio, que é de todo mundo, não é só nosso. (Informação verbal, grifos nossos).¹⁸⁹

Fica evidente, em razão da responsabilidade e complexidade no trato com o patrimônio material, a preocupação com a pauta da regulamentação da profissão, a qual é vista pelos conservadores-restauradores como um dos elementos que poderia ajudar a evitar o *intrusismo* de profissionais não habilitados, contribuindo tanto para a preservação do patrimônio, quanto para o equilíbrio das relações competitivas do mercado de trabalho.

Resumindo: o tema da regulamentação não é privilégio brasileiro. Ao contrário. Espanha - e a grande maioria dos países da Europa – também ainda não lograram êxito nessa diligência, o que coloca boa parte dos países no mesmo patamar de conflito: mercados de trabalho frágeis e pouco estruturados, onde profissionais altamente especializados disputam espaço com outros técnicos sem formação, despreparados, bem como com pessoas cuja formação é deveras inconsistente. Nesses termos, bens de interesse cultural sofrem ações danosas ou que alteram irreversivelmente sua aparência e/ou sua estrutura.

Retomando o ponto supracitado quanto às variações de abordagens para determinado problema de Conservação, o caso espanhol coincide e agrega novos argumentos, como consta no depoimento a seguir transcrito:

Es complicada la pregunta. Después de 25 años que llevo trabajando en el campo de la restauración, es complicado, porque yo siempre he pensado que **hagas lo que hagas, es decir, tomes la decisión que tomes, en restauración siempre vas a tener opciones, diferentes caminos. Entonces tú solo puedes elegir uno, tú no puedes decir pues hago esto, esto y esto. Normalmente un camino va a descartar a otro, entonces, tomes la opción que tomes, yo siempre he pensado que mientras lo hagas y lo puedas defender con un criterio... que no tiene porque ser universal, ya que no existe tal cual como un criterio universal. Cuando hablamos de limpiezas, de reintegración de lagunas, de reversibilidad, mínima intervención, etc., todos esos criterios que estudiamos en las escuelas de restauración, todos los entendemos y todos los respetamos pero hay que tomar decisiones. En la práctica tú tienes una obra delante de ti y tú tienes que decidir cosas, y yo lo que me he dado cuenta con los años es que nunca vas a poder tomar una decisión que complazca a todo el mundo. Lo primero te tiene que complacer a ti, tienes que creer en esa decisión, tienes que saber defenderla** (Informação verbal, grifos nossos).¹⁹⁰

Este depoimento, apesar de abordar o tema de modo restrito à restauração, revela, de modo significativo, a carga pessoal que cada profissional manifesta no

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'ES-CR05', abr. 2019.

desenvolvimento do próprio ofício, pois, a escolha entre as várias possibilidades de solucionar um problema trazem consigo uma forte carga de subjetividade. Há indicativos, portanto, de que o caminho escolhido para resolver cada caso, antes de ser uma resposta técnica a um determinado problema – mas não deixando de sê-la, trata-se de uma solução que se sustenta em concepções de caráter pessoal que se constroem sob intensa influência do contexto social.

Retorna-se aqui ao que já foi mencionado a respeito da responsabilidade do profissional frente às tomadas de decisão. Nesse contexto, cumpre frisar: as decisões do Conservador Restaurador são pautadas não somente pela *expertise* técnica do profissional, mas, também por serem eles atores sociais que gozam de certa legitimidade conferida pelo contexto em que operam. Destarte, devem eles assumir os riscos inerentes à sua condição (privilegiada) e a responsabilidade pelos resultados alcançados. Em certa medida essa questão remete o debate para a discussão em torno aos chamados “sistemas perito” realizada por Giddens (1991) em sua obra¹⁹¹.

Até aqui foram apresentados os **conceitos síntese** que se fizeram presentes em um maior número de entrevistados. Entretanto, estes não são os únicos elementos dignos de nota. Embora apareçam com menor frequência, alguns termos são apontados a seguir pelo aspecto conflituoso que revelam ou, ainda, em razão da pertinência do conteúdo abordado. A definição de **Boa Conservação** é descrita como aquela que **Atua de forma interdisciplinar**.

Em geral, tanto entrevistados espanhóis quanto brasileiros relataram conceitos análogos quanto à importância da interdisciplinaridade, reforçando a necessidade da interlocução com outras áreas do conhecimento. A fala a seguir ilustra essa faceta:

Bom, eu acho que para definir uma boa conservação, dentro desse grande guarda-chuva, antes de tudo tem que ser feito uma análise preliminar para ver o estado de conservação do acervo, do objeto. Dependendo desse contexto, dependendo de qual é o propósito - de uma conservação preventiva, de uma conservação curativa ou de uma restauração - **tem práticas e metodologias que são diferentes, mas passam todas de uma relação interdisciplinar com outros setores do conhecimento, que vão da história da arte até a disciplina exata** (Informação verbal, grifos nossos).¹⁹²

¹⁹¹ Os sistemas peritos são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p.35). Como exemplo é possível citar os sistemas que envolvem os profissionais médicos, advogados, engenheiros, e, por associação, conservadores-restauradores.

¹⁹² Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-CR06’, ago. 2019.

Apesar da necessidade de atuação interdisciplinar, reconhecida por alguns profissionais, outros informantes atribuíram significativo destaque ao objeto como unidade material. Com efeito, ideias agrupadas no conceito de **Boa Conservação** constam como **Ações que priorizam a materialidade**, orientação que aparece na Espanha com maior intensidade.

São declarações que atribuem distinção à matéria por ser esta o suporte dos símbolos e significados dos objetos. Ressaltam, por exemplo, ser a preservação da materialidade do objeto em si o objetivo central do trabalho do Conservador Restaurador. De modo ainda mais específico, outras opiniões vão mais além, colocando a materialidade acima até mesmo da valorização do contexto histórico e do valor do objeto para a sociedade.

Particularmente no Brasil, entende-se necessário destacar outro **conceito síntese** da **Boa Conservação** que a situa como aquela que **Valoriza a gestão e/ou acervo**. Em alguns casos aparece de forma explícita, definindo-a como a que privilegia o gerenciamento dos acervos, tal como adverte a fala abaixo transcrita:

Eu acho que hoje você não pode pensar em uma boa intervenção, no sentido político do gesto, sem um diagnóstico de acervos. Então você não pode... porque nós temos esse movimento em que consideramos intervenção em objetos únicos. E a intervenção em grupos, em coleções... esse foi o grande movimento que eu sentia em relação à formação na Europa e a formação Americana. Os americanos implementaram fortemente o conceito do gerenciamento de coleções. Então, **você ter um gestor de coleções voltado para a conservação, então você tem um olhar diferenciado**, complementar (Informação verbal, grifos nossos).¹⁹³

Agregamos também a posição de um dos entrevistados que manifesta a contraposição entre o olhar para o gerenciamento das coleções e àquela atuação restrita à atuação sobre um objeto individual:

Então, **se você não tem a noção do seu conjunto**, se você não tem um diagnóstico preciso do estado de conservação da sua coleção, **as intervenções são sempre aleatórias e estéticas**. Então você vai fazer... você vai pegar pequenos grupos... objetos únicos... e vai fazer intervenções que atendem primordialmente a um conceito estético, de harmonia estética do conjunto, mas não de conservação do conjunto (Informação verbal, grifos nossos).¹⁹⁴

Percebe-se uma argumentação crítica em relação às atuações essencialmente pautadas pela estética e pela intervenção direta sobre os objetos. Desse modo, a posição que liga a **Boa Conservação** ao gerenciamento de acervos, revela uma perspectiva de abordagem ampliada dos bens culturais, caracterizada tanto por

¹⁹³ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-DC01', abr. 2020.

¹⁹⁴ Idem.

matizes anglo-saxônicos, pela valorização das intervenções conservativas, como também, notadamente, pela corrente teórica contemporânea do campo. Trata-se de um pensamento voltado aos mecanismos de gestão preventivos, que pensam a conservação dos acervos para além de tomadas de decisão diretas e que levam em conta os aspectos simbólicos dos bens culturais, sejam estes meros objetos individuais, sejam grandes coleções.

Em contrapartida, a **Boa Conservação** também é definida, entre alguns profissionais do Brasil, a partir de uma ideia de superioridade em relação a um estado precedente, tanto do ponto de vista estético, quanto da estabilidade. De modo explícito algumas falas remetem à **Ação que torna o bem cultural mais bonito e/ou estável**. Na declaração a seguir tal postura transparece de forma veemente, assim como o receio ao expor um tema conflituoso no contexto em que os profissionais exercem seu ofício:

É meio perigoso dizer o que vou dizer, mas vou dizer o que me parece mais honesto. Na restauração, na intervenção de restauração, não somos exclusivamente técnicos, não somos técnicos imparciais. Não acredito nessa imparcialidade. Não há imparcialidade no nosso trabalho. **Você imprime sua ‘marca social’ nos objetos, quer queira, quer não.** Não uma assinatura, como um artista, não se trata disso, mas você traz sua bagagem sociocultural para seu trabalho, não dá pra negar isso... Obviamente, para quem trabalha com conservação preventiva ou curativa, é diferente. São caminhos diferentes. Porque na restauração, o nosso objetivo é facilitar a apreciação dos bens, para que seja possível a sua compreensão. **Por isso, bem sinceramente mesmo... no meu ponto de vista... o gosto, o sentido estético vigente... ele prevalece.** E isso é natural, é uma consequência. A gente modifica os objetos e modifica para melhorar esteticamente! Não tenho dúvidas de que o belo, o que consideramos belo hoje, a partir das referências culturais que temos no momento em que vivemos, é um fator importante e que o restaurador leva em conta no seu trabalho. Desculpa, mas não me sinto capaz de responder de forma mais abrangente porque o que vivencio no meu ateliê é a restauração, então é sobre restauração que posso falar com mais propriedade. Então, do meu ponto de vista, **a boa conservação, e aqui, repito, me limito ao restauro, é aquela que é capaz de deixar o bem em condições melhores, para que dure mais tempo... mas, também, e talvez principalmente, de revelar a beleza dos bens culturais, tornar esse objeto mais bonito, mais agradável ao olhar, mais atrativo mesmo** (Informação verbal, grifos nossos).¹⁹⁵

De modo convergente e ainda mais específico, colocando a **Boa Conservação** como uma atuação **vinculada ao gosto pessoal**, outro informante brasileiro adverte que:

Uma boa intervenção considera os valores intrínsecos e extrínsecos da obra. É uma intervenção baseada num método rigoroso, é aquela que não prejudica o estado original da obra, que **a deixa em melhor estado do que**

¹⁹⁵ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-CR11’, set. 2019.

o anterior ao restauro, que a torna mais legível, mais estável. E também mais bonita, porque não? (Informação verbal, grifos nossos).¹⁹⁶

Na Espanha, também surgiram posições análogas ao caso brasileiro:

Entonces para mí, una buena restauración... No sé, es difícil, depende a quien le preguntes te dirá pues a mí me gusta o a mí no me gusta. Pero una cosa en la que sí creo, es en **un concepto que en restauración está muy ...rechazado... es el tema del gusto. Los restauradores tenemos prohibido que se interfiera el gusto en nuestra actuación. O sea, tú tienes un gusto, unas predilecciones estéticas, y este gusto o predilecciones estéticas están ahí reflejándose en lo que vas a hacer** (Informação verbal, grifos nossos).¹⁹⁷

Acima de qualquer julgamento moral, esses dois relatos impactam por manifestarem, de modo peremptório, a questão da valorização estética das intervenções numa perspectiva nitidamente particular¹⁹⁸. Como contraponto à valorização estética, algumas declarações tecem críticas explícitas às intervenções meramente estéticas.

Aqui uma ressalva: a crítica enfatiza ações de restauração baseadas no privilégio a um aspecto estético tido como ideal, tal como era defendido no restauro estilístico no século XIX. Atuações assim, lamentavelmente, não são raras. No entanto, para dizer o mínimo, são anacrônicas e desvirtuadas do Código de Ética do Conservador Restaurador. Na declaração de um profissional brasileiro tal constatação mostra-se evidente:

Então eu acho que a gente vai apurando muito o olhar, o restaurador né? Um bom restaurador, vamos dizer, já que a gente tá falando em boa intervenção... vai apurando muito o olhar e o que lhe agrada esteticamente é reparar, é conseguir entender ali o que foi e o que não foi restaurado. Mas realmente, o mundo lá fora não quer isso! **O mundo lá fora tem o olhar ainda muito voltado para essa reintegração total** né? Pra... parece que... às vezes eu falo e sobrevida, o cliente olha e se assusta, sabe?! "Esse objeto vai ganhar uma sobrevida...", "não! Quero uma vida inteira, uma vida longa...", aí você tenta ali falar [...], mas do meu olhar, quando eu penso, quando no meu trabalho, né? Eu penso sim nessa restauração que respeita. **Tenho colegas... tenho colegas que, em conversas informais, é... — Ah... eu... abre aspas... ah, eu arrumei o bule, tava fora de... desproporcional a abertura da boca do bule... — E o restaurador... que estudou! Não estou falando de uma pessoa, de um artista, que às vezes vem de uma outra caminhada e que a gente acaba... a gente julga, a gente fala — olha, não e não e não... —, mas nada... uma pessoa que... ah... tem coisa que não dá para mim [sic] segurar... Então, assim... e aí? Você fala o quê? Eu falo, porque eu sou terrível, eu falo. Mas... é mais ou menos isso... que eu sinto, assim, que eu vejo que é a diferença entre os profissionais né? Antes eu achava que só os artistas que acabavam exercendo no empirismo assim, algumas ações de restauro, tinham esse**

¹⁹⁶ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR15', out. 2019.

¹⁹⁷ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'ES-CR05', abr. 2019.

¹⁹⁸ Assumir posição de defesa de uma postura ligada ao gosto pessoal potencializa a responsabilidade do profissional sobre sua práxis. Esse assunto não será aprofundado nesta tese, não por sua natureza polêmica, mas em razão de extrapolar os limites dos objetivos propostos.

posicionamento. Então eu achava que era uma coisa bastante, vamos dizer assim... ingen... um quê de ingenuidade com ignorância, não sei, tentava não levar pelo lado do tão negativo e ficar lá, com a batuta lá, dizendo: “- é assim, assim, assado”. Mas eu vejo que não, eu vejo que a pessoa quer fazer uma carreira agradando e recebendo e tendo um trabalho — *está maravilhoso!* — *está perfeito!* —... complicado... (informação verbal, grifos nossos).¹⁹⁹

O tom de desabafo desse depoimento ecoa em outras manifestações e indica uma crítica que ultrapassa o mero ponto de vista. Trata-se de revelar uma faceta inaceitável para os parâmetros teóricos, metodológicos e, essencialmente, para os referenciais deontológicos que orientam a atividade profissional.

Lamentavelmente, tal comportamento parece ser uma realidade, o qual, somado ao *intrusismo* de inúmeros indivíduos atuantes na área, e sem formação adequada, tornam o campo ainda mais vulnerável e complexo.

A necessidade de regulamentação da profissão, da criação de conselhos fiscalizadores, de regulação em lei das práticas do Conservador Restaurador, se faz presente em muitas falas de modo implícito ou explícito, assunto, sobre o qual, reina certa controvérsia. Mas vejamos outros aspectos.

Em primeiro lugar, destaca-se que os entrevistados espanhóis manifestaram com bastante mais intensidade do que os brasileiros, os conceitos ligados a questões **éticas e princípios teórico-metodológicos clássicos**²⁰⁰, ou seja, convencionadas nacional e internacionalmente através de documentos orientativos²⁰¹.

Trata-se de falas que entendem a **Boa Conservação** como aquela alinhada aos princípios estruturadores da área, tais como: o respeito ao bem cultural e seu percurso através do tempo, bem como as marcas de uso que lhe outorgam identidade e valor de representatividade; o respeito aos critérios básicos de intervenção especialmente para ações dirigidas à restauração e à conservação curativa e aos princípios deontológicos sistematizados no Código de Ética; a qualificação técnica e metodológica necessária para o trato com bens patrimoniais; e a postura interdisciplinar necessária para uma atuação que seja capaz de abordar o bem cultural nas suas várias facetas (materiais ou não-materiais).

¹⁹⁹ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-GE01’, out. 2019.

²⁰⁰ Representados pela cor azul no Mapa Mental da Categoria 1 (Fig. 9).

²⁰¹ Como exemplo pode-se mencionar: cartas patrimoniais, especialmente a Carta do Restauo, orientações do Comitê para a Conservação do ICOM, Código de Ética do Conservador Restaurador brasileiro.

Em segundo lugar, salienta-se que os brasileiros se manifestaram muito mais fortemente do que os espanhóis em conceitos²⁰² que abrangem o **Conhecimento, o respeito e a valorização do contexto em que o bem cultural está imerso**, seja do ponto de vista físico-ambiental, seja em termos da perspectiva social, como manifestado por alguns, isto é, quando a Conservação aparece associada aos atores sociais.

Em terceiro lugar, os brasileiros se colocam em evidência, manifestando a valorização e priorização das ações de cunho conservativo²⁰³, as quais se articulam sob um olhar contemporâneo de preservação, isto é, as que advêm dos conceitos de conservação preventiva e conservação curativa e, também, aquelas cujo foco está nas coleções e no gerenciamento dos acervos.

Em síntese, adotam uma perspectiva prioritariamente conservacionista em contraponto a uma política de atuação individualizada sobre os bens culturais, as quais se efetivam, principalmente, na operação de restauração.

Em relação aos conjuntos apontados acima, também se manifestou, dentro da própria subcategoria **Boa Conservação**, uma perspectiva que pode ser vista como conflitante. A distinção está entre os profissionais espanhóis, os quais, no conjunto de conceitos similares representados na Fig. 9 pela cor laranja, colocam em destaque as questões estéticas e ligadas ao gosto como conceito de Conservação adequada, cuja ênfase é conferida à restauração.

No mesmo sentido, estão as manifestações dirigidas a conceitos ligados à priorização da materialidade dos objetos, onde os espanhóis apresentam quase o dobro de manifestações em relação aos brasileiros.

Em suma, ainda que os conceitos com um sentido ampliado - cujo foco está nas ações de conservação - seja predominante, é interessante observar o quão arraigado se mantém o olhar sobre o bem cultural na perspectiva da intervenção direta, pontual, na medida em que muitos profissionais manifestam ser a **Boa Conservação** como estando vinculada a ações de **restauração**.

Tal concepção reforça uma atuação ainda presa às raízes fincadas na área das Artes, isto é, colocando o 'bem cultural' como sinônimo de 'obra de arte', eminentemente atrelada aos aspectos estéticos que dela emanam, muito embora

²⁰² Representados pela cor verde no Mapa Mental da Categoria 1 (Fig. 9).

²⁰³ Representados pela cor amarelo no Mapa Mental da Categoria 1 (Fig. 9).

verbalizem consideração ao significado contemporâneo da Conservação e do Patrimônio.

3.2.1.2 Conservação Inadequada

Em geral, a questão dirigida a conceituar a **Conservação Inadequada** teve menos impacto junto aos entrevistados. Inicialmente a maioria colocou que seria o contrário da **Boa Conservação**. No entanto, conforme expressaram seus pontos de vista outros elementos foram surgindo ao longo da entrevista.

Tal como na subseção anterior, a Tab. 2 apresenta uma síntese, em termos percentuais, das manifestações de cada tópico, separadamente por país, com o intuito de construir uma ideia do todo.

Tabela 2 - Percentuais dos **conceitos síntese** da **Boa Conservação** em ambos os países.

Conservação inadequada			
Brasil		Espanha	
Tópico representativo dos conceitos	Percentual*	Tópico representativo dos conceitos	Percentual**
Desqualificada	66%	Desqualificada	73%
Desrespeita critérios e/ou deontologia	48%	Desrespeita o bem cultural e/ou sua trajetória	50%
Desrespeita o bem cultural e/ou sua trajetória	41%	Toma o bem cultural mais feio e/ou instável	41%
Acritica	28%	Desrespeita critérios e/ou deontologia	36%
Dissonante da comunidade	24%	Desconsidera imaterialidade	18%
Toma o bem cultural mais feio e/ou instável	17%	Destaca intervenção e/ou impõe gosto pessoal	14%
Desrespeita e/ou desvaloriza contexto	17%	Método inadequado	14%
Método indequado	10%	Cede a exigências	5%
Cede a exigências	10%		
Prioriza estética	7%		
Não interdisciplinar	3%		
Destaca intervenção e/ou impõe gosto pessoal	6%		

*Percentual considerando 29 entrevistados = 100%

**Percentual considerando 22 entrevistados = 100%

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O **conceito síntese** que mais se destaca nos dois países (73% na Espanha e 66% no Brasil) - aqui representado pelo termo **desqualificada** - está atrelado essencialmente ao trabalho realizado por uma mão de obra sem a devida formação - ou inconsistente (cursos de duração e conteúdo questionáveis) - como fica evidenciado nos dois depoimentos abaixo:

O que acontece: existem... hoje como nós não temos cursos de formação, temos pouquíssimos... [...] isso cria "escolinhas"... ou até "restauradores" que pegam pessoas sem formação para trabalhar nos seus atelieres... uma mão de obra... sinceramente... uma mão de obra barata. **E a pessoa depois**

sai dali se dizendo restaurador... e aí ocorrem intervenções horríveis! (Informação verbal, grifos nossos).²⁰⁴

Existem muitas por aí, por todo o lado, no mundo inteiro! Nossa profissão é tão vulnerável que **peessoas sem nenhum conhecimento técnico** acreditam que podem intervir ... muitas vezes fazem isso por benevolência, mas **sem qualquer informação ou conhecimento**. Fazem isso sem perceber que seu ato é muito mais prejudicial do que benéfico para a obra. Ou pior, quando as pessoas agem com más intenções mesmo. **São intervenções ruins. Sem critérios, sem conhecimento, sem técnica.** E o pior é que, em geral, trazem danos irreparáveis, comprometem a estrutura e encurtam a vida útil das obras (Informação verbal, grifos nossos).²⁰⁵

Essa questão do desconhecimento técnico é manifestada também entre os espanhóis, os quais associaram a **Conservação Inadequada** a ações que geralmente provocam danos estruturais ao bem cultural, em razão de uso de materiais ou técnicas inadequadas.

Os depoimentos transcritos à continuação reforçam essa faceta entre os espanhóis, relatando o mesmo problema da falta de formação. Além disso, reforçam a tese de que o *intrusismo* profissional afeta os dois países:

Entiendo como una mala intervención aquella en la cual no se han comprendido los valores intrínsecos y extrínsecos de la obra a tratar, **sobre todo si ha sido intervenida por personal ajeno a la conservación de los bienes culturales, por lo cual ocurre que se ejecuta una mala praxis e intrusismo laboral. Ello conlleva muchas veces a la destrucción o pérdida total de elementos que perfectamente podrían haberse conservado realizando una intervención mínima. Ello desvirtua el valor original de las obras y las induce a encontrarse en un estado de conservación mucho peor que a su estado previo a la intervención** (Informação verbal, grifos nossos).²⁰⁶

Una mala intervención de conservación es la que atenta a la obra desde su base hasta el final. Por ejemplo, este verano hubo una obra de carácter BIC, es decir, de un bien cultural protegido, que un alma caritativa y de buena voluntad le dio cuatro manos de pintura. Era un San Jorge con el dragón... ¿vale? ¿Y qué ha pasado? Absolutamente nada. Por lo mismo, porque ni fue por la noche, ni con desconocimiento de la iglesia. ¡Y no pasó absolutamente nada! ¿Y de quien era la tutela de esa obra para dejar que esa mano amable tocara el BIC? ¿De quién? ¡Porque el hecho es que estaba en una iglesia! ¿De quién era la tutela? ¿De la iglesia, de la diputación, de la consejería? ¿De quién era la tutela de ese bien? (Informação verbal).²⁰⁷

Es que es una forma, yo creo, hoy, de diferentes niveles, de lo que entendemos de conservación y restauración. Yo creo que hoy tenemos grado técnico altamente especializado. **Cuando hablamos de mala conservación o intervención, no son técnicos de alta formación, estamos hablando de artesanos**, con todo respeto que tengo hacia los artesanos, porque conocen técnicas y cosas que muchas veces nosotros no las conocemos. **O los de la buena intención... ¡los de la buena intención, prefiero que no toquen! Prefiero que no toquen la obra, que no la toquen para nada. ¡Porque**

²⁰⁴ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-GE02', nov. 2020.

²⁰⁵ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR04', jun. 2019.

²⁰⁶ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'ES-CR01', jun. 2019.

²⁰⁷ Entrevista concedida presencialmente pelo informante 'ES-GE03', abr. 2019.

algumas veces que los toquen, tendremos problemas! (Informação verbal, grifos nossos).²⁰⁸

A atuação de pessoas sem a devida formação, portanto, é um fator reconhecidamente decisivo tanto no Brasil quanto na Espanha, o qual, além de ser um aspecto gerador de danos irreparáveis ao patrimônio, se comporta como foco de eventuais conflitos entre os profissionais, promovendo desigualdade e injustiças na disputa de espaço no mercado de trabalho.

Em contrapartida, como já colocado em falas anteriores de conservadores-restauradores brasileiros, outras declarações foram veementes e apontaram a possibilidade real de profissionais habilitados também serem responsáveis por ações inadequadas. Eis aqui um exemplo: “La Conservación inadecuada es la que destroza la obra. **La haga quien la haga**” (Informação verbal, grifos nossos).²⁰⁹

Outro aspecto relacionado à questão da desqualificação, refere-se à utilização de técnicas ultrapassadas ou materiais em desuso ou, ainda, quando diz respeito à imperícia do Conservador Restaurador. Tais observações estão diretamente relacionadas à questão metodológica do trabalho e ganharam destaque dentro de algumas narrativas, como ilustra a declaração que segue:

A conservação inadequada **é aquela que não utiliza o método correto, pois o método pode ser correto para uma circunstância e não para outra**, assim como materiais, que são reversíveis em algumas situações, mas não em todas (Informação verbal, grifos nossos).²¹⁰

Faz-se evidente no comentário supracitado o entendimento não somente da necessidade do método, mas da compreensão do método como um elemento atrelado às circunstâncias em que ocorre a intervenção. Ou seja, de que a metodologia de abordagem do problema de Conservação deve ser aplicada caso a caso, levando-se em conta inúmeros fatores, como por exemplo, tipo de material, técnica de fatura, contexto de inserção do bem cultural, viabilidade técnica, dentre outros.

Em síntese, seja qual for o argumento, os conceitos representados pelo termo **desqualificada** estão invariavelmente associados ao desconhecimento técnico de quem executa a ação. Tal regularidade nas manifestações, em ambos os países, demonstra que os respondentes têm clareza sobre a indispensabilidade da formação para o pleno exercício profissional, assim como percebem o *intrusismo* laboral como um problema que potencializa a falta de qualidade das intervenções.

²⁰⁸ Entrevista concedida presencialmente pelo informante ‘ES-CR14’, mar. 2019.

²⁰⁹ Entrevista concedida presencialmente pelo informante ‘ES-GE02’, mar. 2019.

²¹⁰ Entrevista concedida por Skype pelo informante ‘BR-CR15’, out. 2019.

Por outro lado, os entrevistados conceituaram também a **Conservação Inadequada** como aquela que **desrespeita o bem cultural e/ou sua trajetória**. No caso espanhol, essa é uma definição manifestada pela metade dos informantes e consta em segundo lugar em termos percentuais.

A fala abaixo transcrita, retrata essas ações que recorrentemente desprezam a pátina, que resultam em intervenções modificadoras do bem cultural, e que por consequência, desconsideram sua história.

Pues, una intervención inadecuada, la defino como aquella que... o reinterpreta lo existente, o rompe lo existente para hacer una interpretación de lo que había, o transforma la obra en algo totalmente nuevo. Es decir, o creas algo como un nuevo diseño y no te importa lo que existía, o lo que haces es, que... - que también se tiene mucho es... - pues... esta sala que está con molduras, y esas molduras están ejecutadas con papel maché, pues, entonces, lo que hago es que... las quito todas, porque me es más fácil... y hago moldes y hago un vaciado en escayola... Por lo tanto, no estoy cargando la forma que tenían de construir antigua. ¡Y estoy cambiando los materiales con el objetivo de restaurarla! Muchas veces tú llegas a una obra y parece como si fuese... un decorado. Si, vale... porque no ha hecho un buen decorado y no ha mantenido, la materia original. Entonces desde mi punto de vista es una mala restauración. O que pintan con purpurina en vez de con dorado... que también lo hay... ¿no? (Informação verbal, grifos nossos).²¹¹

Outra variação do mesmo **conceito síntese** está contido na manifestação a seguir colocada. Destaca-se não se tratar de expressão conflitante com a anterior. Ao contrário, a declaração que segue vem ao encontro desta e ainda se coloca de modo marcadamente crítico:

Una mala restauración es aquella que ya no es restauración, es que es todo lo contrario... mala restauración es cuando llego enfrente de la obra y digo, **"...pero, bueno, pues la voy arreglarla a mi estilo"**. Y la impongo mi propia persona. No tengo en cuenta el material y hago una obra prácticamente de creación, que es lo que hace la mayoría que hacen malas restauraciones. Muchas veces la reinterpretan, con materiales actuales, sin tener en cuenta la compatibilidad entre ellos... en definitiva, actuar sin respeto a la obra, a criterio estético o de gusto personal (Informação verbal, grifos nossos).²¹²

No caso brasileiro, este tópico aparece em terceiro lugar, ainda que com um percentual bastante elevado de manifestações. Algumas declarações, por exemplo, evidenciaram que a política adotada pelas instituições é um fator importante para a preservação, pois pode tanto contribuir para a conservação, quanto pode concorrer para a descaracterização da história do objeto ao promover apagamentos dessa biografia. O depoimento que segue é bastante ilustrativo:

Ah... uma intervenção inadequada... a gente vê muito por aí... é... normalmente quando o livro - bom eu tô pensando em um objeto como um livro - normalmente quando o objeto tem características importantes de se

²¹¹ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR04', jun. 2019.

²¹² Entrevista concedida presencialmente pelo informante 'ES-CR02', mar. 2019.

preservar, mas em nome de uma política de intervenção se descarta as capas - com o argumento de que aquela capa é do século 19 e o livro é do século... sei lá 17... 16... Só que aquela capa contava a história de um determinado momento institucional, da trajetória daquele livro. E aí a gente perde... então, isso para mim é uma intervenção desnecessária, né, cortar do livro essas marcas de proveniência. Outra intervenção desnecessária é esse banho que é dado sem muita reflexão: então, o livro tá sujo joga na água! E aí você perde a característica da encolagem, você altera a estrutura da fibra, você altera os componentes de que foi feito desse papel, então isso para mim... isso não vai trazer benefício algum para o livro! Porque simplesmente com uma boa higienização você conseguiria consolidar isso com pequenos reparos. Mas aí a política te cega e você joga tudo na água, descarta capa - por que a capa é do século 19 e não condiz com o livro. São coisas... isso tudo pra mim é desastroso (Informação verbal, grifos nossos).²¹³

Em sentido semelhante, outro **conceito síntese** relativo à **Conservação Inadequada**, está refletido nas manifestações que a definem como aquela que **desrespeita critérios e/ou a deontologia**.

Tal como na subseção anterior, os critérios utilizados como condutores das ações de Conservação, assim como os princípios éticos do Conservador Restaurador, são igualmente referências que possibilitam avaliar as condutas profissionais sob o viés das **más práticas**.

Destacam-se em ambos os países várias declarações que apontaram o desrespeito aos critérios e à deontologia como definição de má Conservação, os quais são ilustrados a seguir a partir de alguns dos excertos colhidos nas entrevistas. No Brasil, onde este conceito se apresenta em segundo lugar, um dos profissionais afirmou que:

A conservação inadequada é o inverso. Acontece quando o profissional não desenvolve seus conhecimentos, ou seja, quando são utilizadas técnicas e materiais ou... até métodos já em desuso. É aquela que não considera os princípios básicos e o Código de Ética. Ou aquela que vai além do necessário, né. Ah, e eu acho que também é aquela que não produz um resultado esteticamente adequado... mas isso mais quando falamos de obras de arte, né. (Informação verbal).²¹⁴

A declaração transcrita acima ilustra outras tantas de mesmo teor. De modo coincidente, foram verificadas ideias similares entre os Conservadores-Restauradores espanhóis, onde o conceito está classificado em quarto lugar em termos percentuais. A manifestação a seguir exemplifica o destaque dado aos critérios clássicos que, quando desrespeitados, cedem espaço a intervenções inadequadas:

Definiría una mala intervención como aquella que no cumple los criterios de respeto al objeto, cómo intervención mínima, compatibilidad de los materiales y técnicas, discernibilidad, por ejemplo. La conservación inadecuada es aquella que no utiliza el método correcto, porque el método puede ser el

²¹³ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR21', set. 2019.

²¹⁴ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR11', set. 2019.

correcto para una circunstancia y para otra no, así como materiales, que son reversibles en unas situaciones, pero, no en todas (Informação verbal).²¹⁵

Curiosamente, brasileiros e espanhóis parecem não atribuir a mesma relevância para o conceito que define a **Conservação Inadequada** como a que **torna o bem cultural feio e/ou instável**. Na Espanha essa definição surge em terceiro lugar dentre as declarações, enquanto no Brasil, figura em sétimo com uma representatividade significativamente menor em termos percentuais.

Um dos pontos observados é que dentre os espanhóis o destaque é dado ao fator estético da concepção de **má Conservação**. Ainda que a questão da instabilidade seja manifestada, o discurso estético se manifesta explicitamente, como ilustrado pela fala de um Conservador Restaurador que entrevistamos. Segundo suas próprias palavras:

La conservación inadecuada es lo contrario. Ocurre cuando el profesional no desarrolla sus conocimientos, es decir, cuando se utilizan técnicas, materiales o métodos obsoletos. **Una mala intervención es también aquella que no aporta un resultado estéticamente adecuado. O que va más allá de lo necesario. Volvemos a la cuestión de la belleza... De lo que creemos que es lo bello, ¿vale? Porque el concepto de belleza cambia, no se congela en un momento específico, es dinámico como lo es la sociedad** (Informação verbal, grifos nossos).²¹⁶

Por outro lado, no Brasil preponderam as considerações que enfatizam a noção de instabilidade nesse conceito, ou seja, de que se trata de **Conservação Inadequada** aquela ação que resulta em danos que comprometem a preservação dos bens culturais, como sintetizado na transcrição abaixo:

Para mim uma conservação inadequada vai... não digo que ela vá delimitar ou limitar a vida útil do objeto, porque às vezes algumas coisas que nós fazemos acabam fazendo isso... mas ela vai tornar esse objeto instável e diminuir o tempo de vida útil dele. Na minha concepção é isso, e, principalmente, ela vai alterar a legibilidade do objeto, a intervenção inadequada vai alterar essa legibilidade (Informação verbal).²¹⁷

Ainda no contexto brasileiro, surgiram manifestações explícitas que abordam a **falta de reflexão crítica** como um dos fatores que desencadeiam a **má Conservação**. Em outras palavras, definem a **Conservação Inadequada** com aquela que se mostra **acrítica** em relação às ações impostas ao bem cultural. Interessante observar que este conceito não é manifestado na Espanha diretamente, enquanto no Brasil, os

²¹⁵ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'ES-CR07', abr. 2020.

²¹⁶ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'ES-CR15', mai. 2019.

²¹⁷ Entrevista concedida presencialmente pelo informante 'BR-CR17', ago. 2019.

Conservadores-Restauradores destacam com veemência a necessidade de uma profunda reflexão para viabilizar resultados mais adequados²¹⁸.

Observando as declarações cujos conteúdos refletem essa ideia, verificou-se que os profissionais vinculam a falta de crítica a questões muito mais subjetivas do que de ordem prática, ou seja, não quanto às ações adotadas sobre o objeto em si, mas sobre a totalidade do tratamento de Conservação, sobre as implicações que as tomadas de decisão trazem ao objeto ou ao conjunto de objetos.

A tomada de decisão, portanto passa a ser um elemento fundamental dentro do processo de Conservação e, como tal, depende da clareza do profissional em relação à sua atividade, isto é, de seu preparo no que tange a uma formação básica e continuada, da sua capacidade de interlocução com outros profissionais e, especialmente, da reflexão crítica que faz tudo o que está colocado em sua práxis.

Passa igualmente por seguir referências, critérios, orientações, mas não de modo padronizado e acrítico, pelo contrário, a partir de um olhar múltiplo que exige abordagens diferentes para situações particulares. Porque são esses os ingredientes que farão a diferença entre um técnico que aborda o objeto em si mesmo e um profissional especializado que reflete sobre todos os aspectos implicados na sua atuação e que, invariavelmente, afetarão o bem cultural e tudo mais que o envolve, seja concreta ou simbolicamente.

Uma declaração que ilustra essa abordagem e que apresenta a tomada de decisão padronizada como um elemento fundamental para a definição da **Conservação Inadequada** é apresentada nos seguintes termos:

É uma intervenção reproduzida. Como sendo uma reprodução padrão, como se estabelecendo que se você... Então, toda a coleção tem que seguir... toda a tomada de decisão, ela tem que ser pensada - na verdade eu penso né... - que ela tem que ser pensada de uma forma individualizada, ainda que seja em relação ao acervo. Então, a gente tem aqui diferentes acervos, por exemplo, exemplificando, talvez fique mais claro, a gente tem aqui diferentes acervos, eles têm diferentes origens, então a má gestão seria tratá-los da mesma maneira, porque eu entendo que, ainda que a gente tenha uma certa neutralidade... tenha que ter uma certa neutralidade, eu entendo que... eu reproduzo da teoria de que cada caso é um caso... então eu acho que quando a gente tem uma ação padrão, na verdade de tomada de decisão... Mas eu sou favorável a estabelecer padrões das práticas de trabalho... então, assim, se a gente tem que fazer um condicionamento, ele tem que ter um padrão de condicionamento para os documentos, em termos de metodologia... mas quando eu falo de padrão da tomada de decisão, eu acho que esse é o maior equívoco que se tem dentro da área. Seria isso. (Informação verbal).²¹⁹

²¹⁸ Cabe destacar que mais de um quarto dos brasileiros mencionou a falta de reflexão crítica como definição de **Conservação Inadequada**.

²¹⁹ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR14', set. 2019.

Outro ponto a destacar, em razão do número considerável de manifestações dentre os profissionais do Brasil, é a definição de **Conservação Inadequada** como aquela que se mostra **dissonante da comunidade**.

Trata-se de outra noção de **má Conservação** não abordada diretamente pelos espanhóis e que, paradoxalmente, reflete aproximação dos Conservadores-Restauradores brasileiros com as discussões teóricas contemporâneas, capitaneadas, **em terras espanholas**, pelo valenciano Salvador Muñoz Viñas.

Alguns depoimentos de profissionais brasileiros estão claramente imbuídos desse olhar contemporâneo que se dirige à comunidade, como é o caso do conceito de **Conservação Inadequada** transcrito à continuação:

Eu acho que seria nessa linha de tipo, o que desconfigura. E esse desconfigurar, pode ser de várias formas, porque, por mais que você tenha todo o cuidado técnico-científico de intervir naquela peça, se ela for voltar para a sua comunidade, pro seu contexto, e as pessoas não conseguem se reconhecer naquele material, aí tá uma falha. Não importa se você usou técnicas reversíveis, se você usou 'materiais da Inglaterra', se você usou 'raio X de última geração', tudo isso cai por terra se os interlocutores desse material não conseguem mais se reconhecer naquele material. Ou inviabilizar para pesquisa, enfim... é claro que críticas sempre vão ter, né? Nenhum trabalho é cem por cento e existe uma pluralidade de visões com relação a isso. Mas pelo menos você tenta trabalhar dentro de um contexto específico, de onde esse material veio, pra onde esse material vai (Informação verbal).²²⁰

Por fim, salienta-se um último **conceito síntese** que é abordado nos dois países e que, embora não seja percentualmente muito significativo, é de conteúdo importante por também estar diretamente relacionado a conflitos éticos. Trata-se do argumento que define **Conservação Inadequada** como aquela **ação que cede a exigências**, como expressado no depoimento que segue:

É exatamente o contrário. **Seguir... seguir muito as vontades do seu... do dono da obra, seja do museu... seja do... do detentor dessa obra, né? do leigo.** Você tem que se manter ali, fiel ali no plano, né? Quando você senta sozinho com a obra e você faz as suas análises, faz as suas pesquisas, seu estudo... levantamento... conversa com outros colegas... esse momento é muito importante para você definir [o plano]. E depois que você vai conversar com cliente e você começa a se perder desse plano... porque o cliente quer assim, porque o cliente quer assado, porque o cliente está pagando, porque o museu é isso, porque o museu é muito importante, porque o acervo veio de um doador não sei qual, porque ele é o patrocinador do museu... **E aí vêm as exigências políticas, financeiras... de todo tipo... E não dá para ceder! Não dá para ceder. Não dá para desrespeitar o que a gente entende hoje como conservação e restauração.** Existem linhas, existem pesquisas! E a gente adotou isso, né? Seja no Viñas, seja no Brandi... a gente adotou alguns conceitos ali... então, segue... até segunda ordem, sabe... até aparecer alguma coisa... Porque se toda hora você abre exceção, toda hora você muda no meio do caminho, porque o cliente é assado, porque o cliente é isso, as obras vão estar... ou então assim: — **ah, mas tudo que eu fiz é reversível** —,

²²⁰ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR16', ago. 2019.

então a pessoa faz absurdos porque reversível, porque pode tirar depois... olha... não é bem assim, né. (Informação verbal, grifos nossos)²²¹

Por fim, tal como na subsecção anterior, resume-se aqui a definição de **Conservação Inadequada** apresentada pelos conservadores-restauradores do Brasil e da Espanha, tomando por base os **agrupamentos de conceitos por similaridade** e apresentando também a oposição entre os **conjuntos de agrupamentos** dentro da subcategoria **Conservação Inadequada**.

Ficou claro, a partir dos depoimentos colhidos na Espanha e no Brasil que expressar o que é uma **Conservação Adequada** é muito mais fácil do que explicar o seu oposto. O fato é que as falas dos entrevistados revelaram aspectos até então inusitados quando estes foram indagados sobre coisas sobre as quais invariavelmente não são questionados por terceiros ou por si próprios.

E são estes elementos e razões que acabam por governar suas próprias escolhas, consciente ou inconscientemente. Em uma palavra, são as representações sociais que buscamos desvelar nessa tese as bases sobre as quais se orienta a práxis do Conservador-Restaurador. Tais questões serão aprofundadas e se conectam com a próxima subsecção.

3.2.1.3 Síntese comparativa entre os cenários Brasil e Espanha

As duas subsecções precedentes analisaram, separadamente, cada subcategoria analítica. O intuito foi esmiuçar os conceitos atribuídos pelos conservadores-restauradores entrevistados nos dois países, para obter o que eles consideram uma **boa** e uma **má Conservação**. Partiu-se da manifestação como unidade do depoimento, para as relações convergentes e divergentes que essas opiniões expressam, nas suas várias possibilidades de conexão. Chegou-se a dois mapeamentos que se opõem por natureza: 1) o conceito de **Boa Conservação** entre conservadores-restauradores brasileiros e espanhóis; e 2) o conceito de **Conservação Inadequada** entre os mesmos atores.

Vencida essa etapa, a meta passa a ser, olhar de modo mais ampliado para esses dois grandes e antagônicos blocos conceituais, a fim de enxergar as intersecções estabelecidas entre ambos. Esta subsecção se propõe, portanto, a reunir os dois lados da moeda – que se opõem, mas são indissociáveis se desejarmos

²²¹ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-GE01', out. 2019.

compreender o todo - na tentativa de sintetizar e, especialmente, completar as inferências já apresentadas.

Outrossim, tendo como ponto focal o Conservador-Restaurador e sua participação na dinâmica do ambiente social no qual se insere, buscou-se entender a práxis desse profissional a partir do modo como compreende a realidade e o contexto de sua atividade, dos atributos que reconhece como válidos para definir – e julgar – o exercício profissional, e do modo como devolve essa toda essa elaboração complexa para seus pares e para a sociedade como um todo. O objetivo fulcral é responder à pergunta que ensejou a pesquisa, qual seja: Como se apresentam as concepções subjacentes à práxis da Conservação do patrimônio material, pelos agentes que operam nesse campo de exercício profissional?

À continuação será exposto o resumo dos dados colhidos que comparam os dois países. Naturalmente, outros caminhos poderiam ter sido trilhados. Optou-se, no entanto, por mapear os dados globais de cada país para, então, traçar as relações entre conceitos mais abrangentes, aqui nomeados **conceitos macro**. Esses **conceitos macro** representam, no limite, o agrupamento dos **conceitos síntese** apontados nas seções anteriores. Em outras palavras, são conceitos amplos estabelecidos para o sentido de **Boa** ou **Inadequada Conservação** e revelam-se oportunos porque são a síntese das concepções que emergiram a partir da coleta em campo.

No afã de ilustrar visualmente e dar fluidez à leitura, mantêm-se nos **conceitos macro** a sinalização através de cores, tal como utilizado anteriormente para representar os **conceitos síntese**. A figura 10 apresenta, um resumo dos **conceitos macro** e suas respectivas cores²²².

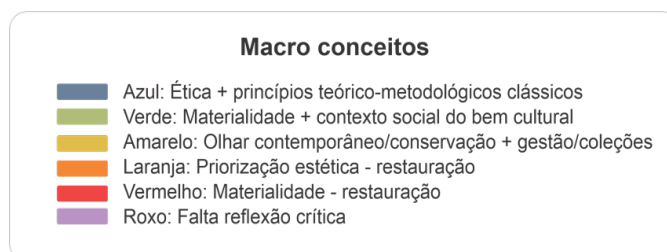


Figura 10 - Imagem contendo os **conceitos macro** individualizados a partir de cores específicas.
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

²²² Essa síntese se fez necessária, porque os gráficos e tabelas apresentados nesta subseção também seguem a mesma lógica de representação, ou seja, as cores, isoladamente, se referem aos **conceitos macro** do que é uma **boa** ou uma **inadequada Conservação**, para os brasileiros e espanhóis entrevistados.

Reitera-se, entretanto, que essa sinalização assume, nesta altura do trabalho, uma abrangência conceitual mais ampla. Retomando, portanto, ao início deste capítulo, a divisão por cores tem uma função organizadora e, principalmente, associativa

Dito isso, informa-se a seguir a origem dos valores aqui colocados. Somou-se, dentro dos dados de cada país, todas as manifestações similares (dentro de cada **conceito síntese**) e que deram origem aos **conceitos macro** (azul + verde + amarelo + laranja + vermelho + roxo).

Atribuiu-se a esse somatório, o valor 100 (%). O percentual de cada **conceito macro**, portanto, foi obtido com base na relação entre a quantidade de manifestações de cada um desses itens e o percentual total (100%), conforme sintetiza a Tab. 3.

A partir dessa tabela, é possível verificar o comportamento desses **conceitos macro** nos depoimentos do Brasil e da Espanha.

Tabela 3 – Percentual dos **conceitos macro** por categoria - **Boa Conservação** e **Conservação Inadequada** - e por país.

Indicador	Conceito macro	Brasil		Espanha	
		Boa	Inadequada	Boa	Inadequada
Prestígio/desprestígio	Respeito bem cultural - Ética - Critérios teórico-metodológicos clássicos	44%	64%	60%	71%
Prestígio/desprestígio	Respeito Materialidade e Contexto social do bem cultural	23%	15%	6%	0%
Prestígio/desprestígio	Olhar contemporâneo/conservação + gestão/coleções	21%	2%	12%	0%
Ênfase	Priorização da estética com foco na restauração	7%	9%	13%	22%
Ênfase	Priorização da materialidade com foco na restauração	5%	0%	9%	7%
Prestígio/desprestígio	Reflexão crítica	0%	10%	0%	0%
Total de manifestações		100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Numa primeira análise, já se percebe que alguns desses conceitos abrangentes não aparecem em algumas categorias e/ou países. É o caso das definições vinculadas a conceitos que além da materialidade, contemplam o contexto social no qual o bem cultural se insere – **respeito materialidade e contexto social do bem cultural** - que não foi manifestada entre os espanhóis na categoria **Conservação Inadequada**.

Nesta mesma categoria e país, também não são verificadas acepções que digam respeito a conceitos que se articulam sob um olhar contemporâneo de preservação (conservação preventiva e curativa), e, prioritariamente, voltado às coleções e à gestão dos acervos - **olhar contemporâneo/conservação + gestão/coleções**.

Outra evidência é a ausência de definições relativas a conceitos estritamente relacionados à materialidade do bem cultural individual, ou seja, sob enfoque da restauração – **priorização da materialidade com foco na restauração** - que não fazem parte das manifestações dos brasileiros na subcategoria **Conservação Inadequada**.

Mais instigante, foi o fato da definição que se dirige à **reflexão crítica** da atividade, estar manifestada apenas dentre os entrevistados de um país, no caso o Brasil, num percentual pequeno, porém que não deve ser desmerecido.

Após as análises preliminares até aqui apresentadas, foi elaborado um gráfico (Fig. 11), que ilustra como se apresentam os **conceitos macro** em ambos os países, tomando por base a tabela anteriormente incluída. O objetivo desse esquema visual foi colaborar para uma análise mais aprofundada dos significados e do conteúdo dos resultados finais aqui colocados, cujo fim é desvelar a práxis do conservador-restaurador.

Outrossim, tendo como ponto focal este profissional e sua participação na dinâmica do ambiente social no qual se insere, buscou-se entender sua práxis a partir do modo como compreende a realidade de sua atividade, dos conceitos que concebe para definir – e julgar – o exercício profissional, e do modo como devolve toda essa elaboração complexa para seus pares e para a sociedade.

A principal observação está visualmente evidente no gráfico supracitado. Trata-se da convergência entre Brasil e Espanha, ao menos em termos de concentração percentual.

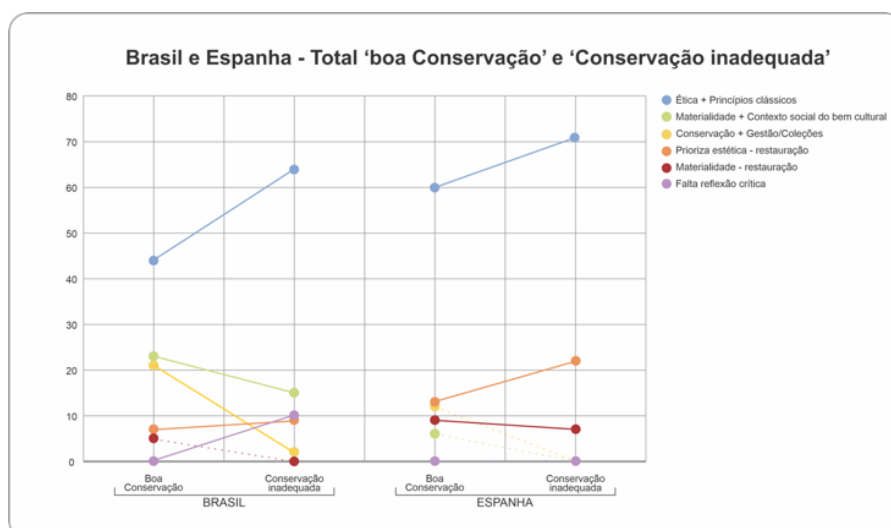


Figura 11 – Gráfico contendo valores percentuais totais dos **conceitos macro** do Brasil e da Espanha separados por país.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Em outras palavras, os dois países apresentam os mesmos **conceitos macro** num nível percentual relativamente aproximado em ambas as categorias, isto é, cinco deles apresentam-se agrupados (verde, amarelo, laranja, vermelho e roxo), não representando mais do que 23%, e apenas um deles - representado pela cor azul – desponha com níveis acima dos 40% em ambas as categorias.

A diferença deste em relação aos outros cinco é de 49 pontos percentuais a mais do que o **conceito macro** de quantidade mais expressiva²²³ dentre o conjunto de cinco, e está situado no item **Conservação Inadequada** em ambos os países.

O **conceito macro**²²⁴ mais expressivo (azul), portanto, é utilizado para representar aquelas definições que se dirigem às questões do bem cultural propriamente dito, além do aspecto ético e dos critérios teórico-metodológicos clássicos – **respeito bem cultural – ética – critérios teórico-metodológicos clássicos**.

A respeito disso, é irrefutável o que se revela no distanciamento deste **conceito macro** em relação aos demais: tanto profissionais brasileiros como espanhóis reconhecem os critérios clássicos, o respeito ao bem cultural e o Código de Ética do conservador-restaurador - tanto no que concerne à **Boa Conservação**, quanto no que compete à **Conservação Inadequada** – como o fator mais prestigiado na sua práxis.

No universo dos entrevistados brasileiros, 44% dos informantes declararam que o respeito ao bem cultural, aos preceitos deontológicos e aos critérios de intervenção, amplamente consolidados, são os elementos mais importantes para definir a **Boa Conservação**.

A não observância desses fatores sobe para 64% quando se manifestam como **Conservação Inadequada** no Brasil. No âmbito espanhol não é muito diferente. Entretanto os números crescem ainda mais, são 60% atribuídos à **boa** e 71 pontos percentuais conferidos à **má** Conservação.

Foram várias as menções que se fizeram presentes para o caso da conceituação de **Boa Conservação** - ao respeito ao bem cultural, ou à consideração do Código de Ética ou ainda ao atendimento aos critérios clássicos de intervenção mínima, distinguibilidade e compatibilidade técnica. Entretanto, é importante registrar que os princípios básicos norteadores do trabalho do Conservador-Restaurador

²²³ No caso brasileiro, 49 pontos a mais do que 'materialidade e/ou contexto social do bem cultural' e no caso espanhol, também 49 pontos a mais do que 'priorização estética – restauração'.

²²⁴ Representados pela cor azul no Mapa Mental da Categoria 1 (Fig. 9)

[...] costumam ser interpretados de maneira diferente segundo as necessidades e os problemas específicos de cada tipologia de objeto. Isto significa que o conceito de mínimo necessário, por exemplo, será muito diferente se aplicado a um trem, a um vestido ou a um lustre¹⁶. Acima de qualquer outra idéia [sic], o trabalho ético pressupõe seriedade profissional, informação atualizada e bom senso (TOLEDO DE PAULA, 2008, p. 245).

Seguramente, os códigos de ética, na perspectiva de sua própria essência, são o ponto nevrálgico de qualquer profissão, visto que reúnem as regras gerais que devem reger a conduta dos profissionais a elas vinculadas. No caso da área da Conservação, os documentos foram estabelecidos somente no início dos anos 2000, mais precisamente em 2002 na Europa (E.C.C.O., 2002) (Anexo C) e, à espelho deste, em 2005 no Brasil (Anexo B).

Tanto o Código de Ética europeu quanto o brasileiro, trazem em seu corpo os direitos do Conservador-Restaurador e os deveres dos profissionais para com os bens culturais, para com o proprietário ou responsável legal e para com os seus colegas de profissão.

Obviamente o Código de Ética, estabelecido pela E.C.C.O., não é um documento de referência isolado. Outros documentos, como os que estão colocados no Box 1, também colaboram para o delineamento da área enquanto espaço de atuação profissional. Foram editados, igualmente, após a virada do século, o que valida a premissa de que a consolidação da profissão, e da própria Conservação como disciplina especializada dentro do campo Patrimonial, ainda não está efetivada nem no ambiente europeu, tampouco no caso do Brasil.

De acordo com Toledo de Paula (2008, p. 245):

As diversas associações e organizações de conservação já citadas, desenvolveram ou aprimoraram, nos últimos anos, códigos de ética e sugestões de procedimentos de trabalho para seus membros. A intenção nunca foi a de vigiar ou punir nenhum profissional, mas, sim, garantir uma uniformidade na abordagem dos mesmos problemas. A maior parte dos códigos, apesar de algumas diferenças regionais, considera ético o trabalho de conservação realizado sob os seguintes princípios básicos: 1. priorização dos valores documentais do objeto; 2. pesquisa prévia e documentação exaustiva de qualquer intervenção; 3. ação de modo a fazer apenas o necessário; 4. uso de todo o conhecimento disponível sobre o assunto; 5. uso, apenas, de materiais de qualidade comprovada; 6. habilitação técnica e intelectual para desenvolver o trabalho que se pretende, não correndo riscos de nenhuma natureza.

Entretanto, nos depoimentos colhidos, o código deontológico parece extrapolar sua função principal, que é a de nortear as atitudes profissionais dos Conservadores-Restauradores, convertendo-se quase em uma norma jurídica pelo peso que lhe é

atribuído, provavelmente para suprir as lacunas ainda não totalmente preenchidas pela legislação.

Diretrizes Profissionais da E.C.C.O.

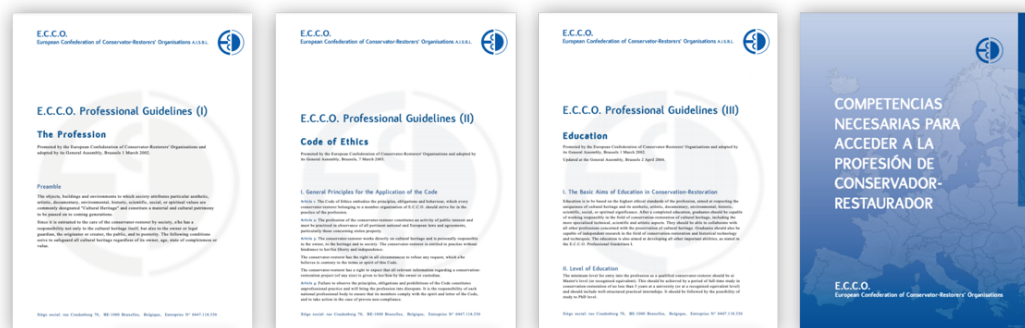
Por ocasião de um congresso em Nice, França, em 1989, foi proposta a criação de uma Federação Europeia de conservadores-restauradores, a qual se efetivou dois anos depois. Em 1991, em Bruxelas, Bélgica, portanto, foi instituída a *European Confederation of Conservator-Restorers' Organization* – E.C.C.O., cuja missão é desenvolver e promover a Conservação dos bens culturais a partir da de dois objetivos principais, quais sejam, promover e elevar o nível da formação e estabelecer o reconhecimento legal da profissão.

A partir de sua criação a E.C.C.O. passou a participar ativamente na construção do campo

profissional, em conjunto com outras instituições internacionais relativas ao patrimônio, como ICCROM, ENCoRE, ICOMOS, IIC, ICOM-CC e Europa Nostra. A Confederação Europeia de Organizações de Conservação e Restauração é uma organização importantíssima para a consolidação da área e para o fortalecimento profissional dos conservadores-restauradores.

Sua atuação está concentrada em nível europeu, no entanto é referência para grande parte dos países ocidentais, a exemplo do Brasil que criou seu Código de Ética do conservador-restaurador com base no documento da E.C.C.O.

Destacam-se como produto de referência para a área, o *Professional Guidelines*, dividido em 3 partes e o documento *Competences for Access to the Conservation-Restoration Profession*, ambos estabelecidos pela Confederação ao longo dos últimos anos:



E.C.C.O. - Profesional Guidelines I – 'The profession' – define a profissão do conservador-restaurador – adotado em 1994 (ICOM-CC, Copenhagen, 1994), revisado em 2002.

E.C.C.O. - Profesional Guidelines II – 'Code of Ethics' – estabelece o Código de Ética do conservador-restaurador - aprovado em Bruxelas, 2002, revisado em 2003.

E.C.C.O. - Profesional Guidelines III – 'Education' – institui os requerimentos básicos para a educação em conservação e restauração - aprovado em 1994, revisado em 2004.

E.C.C.O. - Competences for Access to the Conservation-Restoration Profession – estabelece as competências básicas para o acesso à profissão, publicado em inglês, alemão, francês, espanhol e italiano em 2011, de acordo com o Quadro Europeu de Qualificações.

Box 1 – Criação da *European Confederation of Conservator Restorer's Organization* estabeleceu documentos considerados referência para os Conservadores-Restauradores.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Em outras palavras, parece não servir apenas como parâmetro e regra de conduta, mas como um marco regulador da prática profissional, como sugere o depoimento a seguir:

Los criterios de la ética de la conservación. **Para mí todo se reduce a eso.** Como he dicho, trabajo en mi taller y trabajo mucho en objetos privados. Es un proceso más solitario... soy yo quien decide, en base a las expectativas de mis clientes. Sin embargo, no hago nada para ofender a mis principios,

la deontología de la profesión. El código de ética es mi guía (Informação verbal, grifos nossos).²²⁵

Ou ainda como nos dois depoimentos abaixo que restringem ao código de ética e às diretrizes internacionais todo o peso da conduta profissional, omitindo, inclusive, a teoria como base orientadora e fonte inspiradora de seu trabalho:

No sigo una tendencia específica, pero trato de trabajar con respeto al bien cultural y en base a los preceptos del código ético. Prefiero seguir los principios éticos de la profesión. **Creo que el código de ética y las directrices internacionales son suficientes para realizar nuestro trabajo** (Informação verbal, grifos nossos).²²⁶

Olha, na universidade a gente vê os teóricos e... tem muita influência europeia... italiana, especialmente, como o Brandi. Ele ainda é um teórico tomado como referência, né. Mas na minha formação, posso dizer que fomos muito estimulados a pensar, a analisar criticamente. A gente leu outros autores, posso citar aqui o Viñas que acho bem interessante. **Mas acho que o importante é seguir os princípios e o Código de Ética.** Os teóricos nos ajudam na formação, são fundamentais pra gente entender a lógica, o processo de construção da área, **mas o que orienta mesmo nosso trabalho são os critérios e o Código de Ética** (Informação verbal, grifos nossos).²²⁷

Como é possível perceber no exemplo acima transcrito, o argumento da ética recorrentemente vem associado com o dos critérios clássicos, o que tem muita lógica. Entretanto uma das declarações de entrevistado espanhol aponta um desvio intencional singular nesse sentido, situando o profissional numa atitude próxima da reverência ao objeto:

Podría contestar otra vez con los principios clásicos, de los cuatro principios clásicos: mínima intervención, reversibilidad, distinción de los materiales, Pero yo creo que hay una parte de respeto: **cuando te enfrentas a una obra nueva, a cualquier obra, tiene que haber una parte de respeto, como “me pongo a tus pies, tú estás antes que yo y yo estoy para servirte a ti”**, no sé si suena un poco raro dicho así, pero **hay que ser consciente de que tiene que haber un respeto hacia esa obra superviviente de años y de siglos, y tú estás a su servicio.** Esto enlaza a un poco coloquio decía antes del ego, **¿hasta qué punto quiero yo dejar mi huella en algo que tiene más de 500 años de historia? Un principio importante para mí sería el respeto hacia todos los valores que esa obra supone, acarrea, los valores que esa obra nos está transmitiendo, después de siglos o años de historia y haber llegado hasta nosotros** (Informação verbal, grifos nossos).²²⁸

²²⁵ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'ES-CR15', mai. 2019.

²²⁶ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'ES-CR03', jun. 2019.

²²⁷ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR18', out. 2019.

²²⁸ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'ES-CR05', abr. 2019.

É interessante observar que esse depoimento conduz a outro ponto, o respeito aos valores dos bens culturais, no entanto, este igualmente converge para a deontologia da profissão. Pensar o Conservador-Restaurador se colocando perante o bem cultural com essa postura, pode sugerir um profissional servil e até mesmo incapaz de colocar em sua ação nada além do que uma investida técnica. Entretanto, sob outro ângulo, parece tratar-se de um pensamento mais amplo, de uma atitude mais equilibrada e participativa, porque se sustenta no princípio do diálogo e da reciprocidade da tríade obra – Conservador-Restaurador – ambiente social.

Necessário ressaltar que as manifestações no sentido critérios/deontologia são ainda mais intensas na perspectiva da **Conservação Inadequada**, visto que apresentam percentual mais elevado nos dois países em comparação com seu oposto. Ou seja, ao que tudo indica, a dimensão dada para o desprestígio às questões do respeito ao bem cultural, à ética e aos critérios teórico-metodológicos clássicos, cobra maior protagonismo do que o fato de o profissional estar atento a esses fatores, ou seja, do seu oposto na Conservação adequada.

Além da preocupação ética, dentro desse mesmo **conceito macro**, verifica-se outras abordagens que surgem com menor intensidade, mas nem por isso são menos importantes. Uma delas está dirigida à trajetória do bem cultural, de suas marcas e registros da passagem do tempo pela obra. É possível verificar o destaque dado a esse tema a partir do que declara o informante que diz que o mais importante na relação entre Conservador-Restaurador e bem cultural é o respeito,

Respeito pelo bem e sua trajetória. É fundamental respeitar a obra, o bem cultural. Quando o bem cultural é respeitado, já estamos levando em consideração os demais critérios. É fundamental conhecer a obra antes de tocá-la e trabalhar de acordo com os princípios da ética profissional. Acho que são questões fundamentais, ética, conhecimento, respeito (Informação verbal, grifos nossos).²²⁹

De outra parte, afora o **conceito macro** que define a Conservação a partir da perspectiva do respeito ao bem cultural, da ética e dos critérios teórico-metodológicos clássicos, que se desdobra em particularidades já levantadas e que, notadamente, é a temática mais destacada entre os dois países, outros elementos foram identificados nas falas dos entrevistados. A imprescindibilidade de que a atuação sobre os bens

²²⁹ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR05', jul. 2019.

culturais seja realizada por profissionais habilitados em cursos de formação superior é uma delas. Assim como, é indispensável a qualificação contínua a fim de que esses mediadores do patrimônio móvel acompanhem sua área, que se modifica constantemente, não somente em razão da evolução das tecnologias de materiais e técnicas, mas, essencialmente, no que tange ao modo como esse profissional interage com os bens que representam uma dada realidade social.

Identificou-se o argumento da formação com muita frequência, ora nos entrevistados brasileiros, ora nos espanhóis, mas com mais expressividade no Brasil e especialmente junto à **Boa Conservação**. De fato, a formação nos espaços acadêmicos veio a atender uma demanda que resulta da própria construção do mercado e da área, haja vista que se passou a exigir um nível de conhecimentos cada vez mais sólido dos profissionais que ingressam no mercado, seja do ponto de vista das especificidades técnicas próprias do ofício, seja das habilidades humanas ampliadas que a atividade de Conservação passou a reivindicar no contexto contemporâneo. Assim,

A conservação de bens culturais apresenta-se, atualmente, como uma atividade científica, e não, como uma ciência. As novas tecnologias, a pesquisa dos diferentes materiais, a melhor compreensão dos processos de degradação, aliados a uma ética e a uma visão de mundo do profissional conservador e da instituição que ele representa, juntas, é que formam a atividade de conservação (TOLEDO DE PAULA, 2008, p. 243-244).

Em suma, não se deveria conceber no século XXI, um profissional que não seja capaz de interagir com outras áreas do conhecimento, ou que não esteja preparado para elaborar criticamente os mais variados problemas que enfrenta cotidianamente. Porque é, fundamentalmente, a partir da competência construída para a inter-relação com outros profissionais, assim como, da aptidão para a reflexão crítica frente aos impasses, que o Conservador-Restaurador alcança soluções adequadas e coadunadas com os preceitos consensuados internacionalmente. Além disso, e substancialmente, é essa aptidão ao trabalho interdisciplinar que oportuniza a plena abordagem dos aspectos materiais e simbólicos dos objetos. Para contribuir com esse pensamento, é relevante destacar a declaração que segue:

Então eu acho que os critérios seriam muito pensando nessa crítica do valor, né... Eu acho que esse é um dos problemas que nós temos hoje, e que às vezes a tomada de decisão do conservador-restaurador, ela vem

muito mais na materialidade do que... tem sido, né, na verdade... porque a gente ainda é visto muito como técnico e não como participe nesse projeto de tomada de decisão que tem que incorporar, eu entendo assim, as discussões de valor. Então, a gente vem mais sobre demanda... então, assim, alguém acha que aquele acervo vai servir para uma exposição, e aí vem para conservação restauração. Então **eu acho que a gente deveria tentar buscar um meio de ser mais participe nesse sentido dentro da sociedade, e por isso que eu acho que os trabalhos em conjunto, a interdisciplinaridade, responderia bem a isso, embora a gente saiba que isso... que é difícil às vezes a gente atuar dessa maneira porque a gente não aprendeu a atuar assim...** a gente que eu digo, nós enquanto grupo tem profissionais que lidamos com patrimônio, a gente tem aprendido a atuar sempre dentro das nossas caixinhas, né? (Informação verbal, grifos nossos).²³⁰

Essa declaração manifesta explicitamente o modo como até muito recentemente o próprio Conservador-Restaurador se colocava frente ao exercício de seu ofício, ou seja, de modo isolado, individual e essencialmente técnico/prático. Em verdade, inúmeros profissionais ainda mantêm essa postura, seja pelo motivo que for, por dificuldade de adaptação às mudanças de perfil do campo das últimas décadas, por resignação, por falta de aprimoramento formativo, dentre outros tantos motivos possíveis. Entretanto, como bem destacado pelo entrevistado na manifestação acima, parece ser o próprio profissional quem tem as ferramentas de transformação necessárias para adaptar-se às novas realidades e que, por conseguinte, dele depende a consolidação da profissão - e da própria Conservação como disciplina especializada do campo do patrimônio - na perspectiva que a sociedade contemporânea demanda. Afinal, o profissional tem uma função social específica por manejar com elementos culturais, e como tal, exerce um papel fundamental no tecido social do qual também é parte, como bem argumentado na declaração que segue:

Ele exerce um papel fundamental, eu digo que a conservação e a restauração, que o Conservador-Restaurador ele exerce uma função social, ele é um trabalhador social, não que todos os trabalhadores não sejam, mas ele é em específico, porque ele vai trabalhar colaborando com a informação, com essa organização dessas informações, **pra que depois essas informações se transformem numa possibilidade de conhecimento e pra que isso gere, pra que se tenha justiça social, lembrando que a conservação ela é amplamente realizada em todos os aspectos em toda a sociedade, em todas as instituições sociais**, arquivos, bibliotecas, museus, enfim, até mesmo fora deles né, em coleções particulares, precisa do olhar do conservador-restaurador (Informação verbal, grifos nossos).²³¹

²³⁰ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR14', set. 2019.

²³¹ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-DC02', dez. 2020.

Vencida a análise do primeiro **conceito macro**, que como já mencionado apresenta destaque quantitativo em relação aos demais, serão apresentados a seguir os demais conjuntos de manifestações. O segundo ponto, obedecendo uma ordem decrescente portanto, está indicado na cor verde. Representa as definições que se dirigem aos aspectos materiais do bem cultural, mas que também contemplam o contexto social no qual o bem cultural está imerso – **respeito materialidade e contexto social do bem cultural**.

No Brasil é o segundo **conceito macro** mais manifestado, tanto em relação à **boa** (23%) quanto à **má** Conservação (15%). Na Espanha, entretanto, aparece somente nas definições de **Boa Conservação** com índice bastante reduzido (6%). Essa diferença sugere que os profissionais brasileiros dão maior importância do que os espanhóis à questão do respeito e à valorização do contexto assim como ao diálogo com a comunidade e, sobretudo, demonstra sensibilidade à evolução do campo patrimonial, ainda que não coloque o profissional de modo substancialmente de acordo com o olhar contemporâneo.

Quando são manifestadas como definidoras da **Boa Conservação**, são referências, por exemplo, ao respeito ou à valorização do cenário em que se encontra o objeto, seja este de natureza concreta ou simbólica. Uma das manifestações, que ilustra a necessidade de abordagem da dimensão física do bem cultural para o pleno desenvolvimento da Conservação pondera que:

A conservação abrange tantas questões, desde a... de onde esse objeto ou esses bens culturais estão, a questão da localização, dentro de um território, como é que é, o que existe em torno dele, como é que é essa construção, a manutenção dela, quais são as providências que foram ou não tomadas, pra proporcionar um ambiente seguro pra esse objeto. Então pra se pensar sobre a conservação, a gente precisa, eu acredito, conhecer essas condições todas e, se possível, propor mudanças, se for necessário. Mudanças **pra todo esse entorno do objeto que vai desde o invólucro, se houver, o local onde ele se encontra, esse ambiente, depois o ambiente onde ele vai ser exposto e o próprio edifício e aquele trabalho cotidiano de manutenção, de conservação, de análise, pra saber como é que ele está se comportando e também como se comporta o ambiente em que ele se encontra**. Eu acho que a conservação depende de todas essas questões pra ocorrer (informação verbal, grifos nossos).²³²

²³² Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-GE04', dez. 2020.

Como aludido anteriormente, o aspecto simbólico que envolve o bem cultural também se fez presente, como consta no depoimento abaixo que menciona até mesmo a instituição e suas particularidades como elementos influenciadores da Conservação:

Eu acho que outro critério é justamente você levar os consideração esse ambiente onde você tá, entender as características da instituição, do laboratório, do Museu, ou do atelier né particular, também... de ter clareza do que que você quer fazer... aquilo de... nada de novo... do que você tá fazendo, por que você tá fazendo, pra quem você tá fazendo. Eu acho que essas perguntas guiam muito bem e, parece bobagem, mas na hora que você tá ali no meio do furacão que você pára pra colocar essas questões muito simples, aí tudo que estava sendo muito problemático, parece que que você, tipo... "tá, então, na verdade não tem problema porque eu não deveria estar fazendo isso", então você já abandona (Informação verbal).²³³

Por outro lado, observou-se, nos conceitos atrelados ao **respeito materialidade e ao contexto social do bem cultural**, um olhar dirigido à capacidade e à necessidade do profissional de levar em conta e dialogar com os sujeitos afetados por esse bem cultural, colocando nesse ato também seu papel como ser social. A declaração a seguir é bastante expressiva nesse sentido e revela muita consciência da condição de mediador em que o conservador-restaurador se encontra entre o patrimônio e a sociedade:

[...] Você tem uma relação muito estreita com quem faz o pedido, e essa relação é que faz a diferença entre um conservador restaurador que tem uma visão de mundo na qual a relação com a sociedade passa através do próprio trabalho - a discussão ou a conversa, a discussão, com o teu cliente - e aquele que diz "não, eu me fecho lá dentro, faço o que eu quero"..., até muito bem feito, até mais bem feito que outro conservador-restaurador, talvez, mas fechado dentro do meu gabinete, dentro do meu atelier, depois abre a porta, entrega, não olha nem na cara de quem pediu o trabalho. A relação que tem com a sociedade passa através da relação que você tem com o seu cliente. E isso é nas coisas mínimas... eu estava te falando as questões das recomendações... recomendações é um trabalho social, você faz através do teu conhecimento, você traz... leva para teu cliente, que pode ser um senhor velhinho que estava com relógio antigo dele que quer ser restaurado, como uma grande instituição onde você tem que ter voz. Você não pode chegar num museu, o cara do museu, o diretor do museu, vai... faz... depende do diretor de museu também, mas você tem que tentar abrir o espaço, porque o teu trabalho também é social. **E aí trabalho social significa transformador, e de compreensão de transformação, para aquilo que você acha que é melhor. Porque nem sempre é o melhor, mas... dentro desse diálogo, sempre disponibilizar a tua, o teu conhecimento... o que você pensa da vida, para quê aquilo não seja estéril, se não fica uma coisa muito sério, muito... "ah... eu fiz... tá lá", por que eu fiz aquilo? Não sei. O diretor do museu nem vai saber que eu fiz aquilo, que eu fiz aquela restauração. E talvez aquela**

²³³ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR16', ago. 2019.

restauração foi um sofrimento foi uma relação com o artista que você tem que ter, talvez uma obra contemporânea... enfim... tem todo um... porque nós fazemos parte do mundo, no qual nós fazemos algum tipo de atividade. então é um problema muito sério excluir desse mundo, ou auto excluir, nos excluir desse mundo (Informação verbal, grifos nossos).²³⁴

No mesmo sentido de responsabilidade para com a sociedade, a fala de outro profissional, agora no âmbito espanhol diz:

En mi opinión, el conservador-restaurador permite que la gente vea el producto de sus actividades creativas con otros ojos, desde otra perspectiva. Quizás sea un papel similar al del profesor, que muestra los caminos del conocimiento a sus alumnos. No sé... no sé si parece demasiado pretencioso, pero eso es lo que creo. **Su función es mediar el diálogo entre el patrimonio y la gente** (Informação verbal, grifos nossos).²³⁵

De outra parte, a mesma sociedade da qual o Conservador-Restaurador é investido de poder, de modo geral não reconhece a atuação desse profissional, nem mesmo divisa o complexo caminho a ser percorrido para que um bem cultural de elevado valor material e simbólico retorne para o seu meio. Em verdade, reconhecer o trabalho do profissional, passa também por reconhecer o próprio patrimônio, o que, lamentavelmente, nem sempre é algo que sucede, como reitera um profissional espanhol em sua fala:

Ahora, aquí afortunadamente, después de mucho insistir se aprobó el grado de conservación y restauración, **pero todavía la sociedad no ha digerido la importancia que tiene esta profesión y esto es derivado de que no saben la importancia que tiene el patrimonio.** Y una cosa lleva a la otra. Ahora, el turismo parece que está potenciando mucho la importancia del patrimonio, porque ya no solamente hay turismo de playa también, hay turismo cultural. El hecho de que no se tenga muy claro porque esto es importante y el hecho de que para su cuidado requiere un personal especializado, desde mi punto de vista, eso genera que la profesión del conservador y restaurador no esté tan valorada por qué no hay un concepto del Valor del patrimonio (Informação verbal, grifos nossos).²³⁶

Como se percebe nessa declaração, mesmo num país com um legado histórico tão expressivo, e que possui um patrimônio material tão abundante e rico como a Espanha, a Conservação, e até mesmo a apropriação do patrimônio como objeto de fruição, ainda são fatores que estão se desenvolvendo e sofrem dos mesmos dilemas

²³⁴ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR06', ago. 2019.

²³⁵ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'ES-CR15', mai. 2019.

²³⁶ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR11', set. 2019.

de outros que países mais jovens como o Brasil. Eis a ratificação da similaridade do campo entre os dois países pesquisados.

Paralelamente, como definição de boa-conservação o **conceito macro** que é colocado como **olhar contemporâneo/conservação + gestão/coleções**, figura como sendo mais valorizado no Brasil (21%) do que na Espanha (12%), onde aparece com percentual um pouco mais alto. Igualmente muito pequeno é o percentual deste **conceito macro** como definição de **Conservação Inadequada** no Brasil (2%), sendo que na Espanha chega a ser inexistente.

Esses números indicam que os espanhóis parecem estar ainda mais presos do que os brasileiros aos aspectos da materialidade e da técnica aplicada e, por consequência, à restauração. Em contrapartida, há indícios de que o Brasil esteja mais aberto às mudanças promovidas no campo nas últimas década ou seja, esteja mais alinhado com o pensamento da virada do século XXI, sistematizado por Muñoz Viñas (2003).

Os dados parecem supor uma maior ênfase, no caso brasileiro, na conservação e nos atores sociais implicados no processo de Conservação e com os usos do próprio bem. De outra parte, tais definições expressam uma visão ampliada da Conservação que se expressa em consonância com as abordagens contemporâneas do campo que, por sua vez, privilegiam as ações de conservação sobre as de restauração, a própria gestão de acervos, além de uma abordagem voltada para a preservação das coleções.

Um dado interessante é que, na maioria dos casos, as manifestações desse teor, isto é, ligadas a uma perspectiva contemporânea do campo, se concentram entre profissionais com menos tempo de experiência nos dois países, geralmente entre os oriundos das graduações em conservação e restauração nos dois lados do Atlântico.

Outro ponto que emergiu e que cobra importância nas falas de nossos interlocutores é o da sustentabilidade. Nesses termos:

Las intervenciones deben tener en cuenta su sostenibilidad en su sentido más amplio, ya sea ambiental, económico, humano y social. **El trabajo que no considera la sostenibilidad como factor fundamental no es un buen trabajo, no es una buena conservación ¿sabes? Un objeto que recibió una intervención ya no será el mismo... no solo estéticamente, sino estructuralmente y simbólicamente. Entonces, ¿tenemos que preguntarnos de antemano si el proceso y los materiales que voy a utilizar son sostenibles? Es el mínimo. ¿Se reconocerán las personas en**

el objeto tratado? Hay varias preguntas que deben responderse antes de tocar el bien cultural. Hacerlos nos hace más seguros. Tenemos menos riesgo de resultar en una mala intervención. Es lo que pienso (Informação verbal, grifos nossos).²³⁷

[...] a gente vive assim muito... eu acho que a gente está vivendo um momento muito complexo né, que às vezes os presidentes, os diretores não tem conhecimento daquilo que estão administrando, né, são cargos políticos, tão chegando ali né... então assim, é preciso fazer este movimento de conscientização, da importância dessa gestão voltada e dando valor a esse controle de ambiente, a essa parte de higiene... de higienização dos acervos... Então eu acho que é mais voltado assim... eu acho que pega mais na parte da administração. Eu acho. Eu acho que tem que ter um trabalho de conscientização para poder chegarmos ao trabalho como um todo, né (Informação verbal).²³⁸

Por outro lado, o **conceito macro priorização da estética com foco na restauração**, surge mais intensamente na Espanha e ainda mais no que tange à **Conservação Inadequada (22%)**.

No Brasil, tal noção se apresenta em índices menores, abaixo de 10%. Essa diferença faz muito sentido, pois se os brasileiros parecem estar mais abertos à conservação, em tese priorizariam menos a estética. Ao contrário, entre os espanhóis, quando a conservação e a gestão são manifestações menos expressivas, mais representativas serão as manifestações de priorização estética e do caráter restaurativo das intervenções.

Como se percebe, as acepções ligadas ao **conceito macro** mencionado, se referem a uma atuação hegemonicamente estética e voltada, sobretudo, às ações de restauração. Trata-se de alusões ao destaque dado às intervenções pontuais e que podem estar vinculadas ao gosto ou ao referencial estético pessoal do Conservador-Restaurador, mas também colocam a estabilidade material do bem cultural como um de seus objetivos. Seu oposto, igualmente, equivale à omissão ou ao desmerecimento dos aspectos enunciados que, em função disso, tornam esteticamente menos atrativo, por vezes destacam a intervenção e, recorrentemente, desvalorizam os traços do próprio objeto.

Em síntese, os **conceitos macro** até aqui apresentados, são próximos por sua natureza, ainda que possam se contrapor dentro do que é considerado **boa** ou **má** Conservação, como já referido anteriormente.

²³⁷ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'ES-CR03', jun. 2019.

²³⁸ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR21', set. 2019.

Outros dois **conceitos macro** se apresentam como antagônicos aos anteriores. O primeiro diz respeito à materialidade quando conectada à uma priorização do olhar para a restauração (**materialidade + restauração**), ou seja, representa as definições que manifestam um privilégio exclusivo aos aspectos materiais dos objetos e que se voltam, sobretudo, às ações de restauração.

No Brasil este elemento é pouco menor (5%) do que na Espanha. Entre os brasileiros, surge apenas como **Boa Conservação**, quando evocam a materialidade do bem cultural, chegando a preterir seus valores e a desconsiderar seu contexto. Entre os espanhóis, em percentual pouco maior, mantêm percentuais próximos entre **boa** (9%) e **inadequada** (7%), nesse caso, o sentido dessas referências é dado por não levar em conta a imaterialidade do objeto.

Por fim, tem-se o **conceito macro reflexão crítica**, que sintetiza as declarações inseridas nos discursos que evocam a ideia de falta de reflexão crítica dos processos envolvidos nas ações de Conservação. Por estar isolado apenas nessa categoria e também apenas entre os entrevistados brasileiros, terminou recebendo o status de **conceito macro** e passou a confrontar um conjunto de conceitos convergentes da categoria oposta (**Boa Conservação**)²³⁹.

Uma questão curiosa foi o surgimento dessas definições exclusivamente como referência ao conceito de **Conservação Inadequada**, como aponta um dos profissionais a seguir:

Outra intervenção desnecessária é esse banho que é dado sem muita reflexão, então o livro tá sujo joga na água, né, e aí você perde a característica da encolagem, você altera a estrutura da fibra, você altera os componentes desse papel que foi feito, então isso para mim... isso não vai trazer benefício algum para o livro, porque, simplesmente uma boa higienização você conseguiria consolidar isso com pequenos reparos, mas aí a política te cega e você joga tudo na água e descarta capa por que a capa é do século 19 e não condiz com o livro... São coisas... isso para mim é desastroso (Informação verbal, grifos nossos).²⁴⁰

Como se verifica no depoimento acima transcrito, a manifestação da **reflexão crítica** na categoria **Conservação Inadequada** se dá no sentido de carência, inexistência ou ainda negligência da necessária observação e apreciação atenta sobre o problema de Conservação que se apresenta ao profissional. Em contrapartida, a

²³⁹ Faz-se referência aqui aos conjuntos representados pelas cores azul, verde e amarelo.

²⁴⁰ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-CR21', set. 2019.

inexistência quase absoluta²⁴¹ do entendimento de que a reflexão crítica é, de fato, imprescindível para a obtenção de uma **Boa Conservação**, foi uma constatação ainda mais inusitada.

É necessário registrar que a expectativa em relação à reflexão crítica seria a de um ponto proeminente nas falas de ambos os países. Trata-se de um lastro fundamental dos processos de Conservação como um todo, sobretudo em relação a cada uma das tomadas de decisão que se impõem durante esses processos: seja qual for o tratamento - de conservação preventiva, curativa ou restauração – há, invariavelmente, um percurso a ser vencido cujo combustível essencial é, sem dúvida, a reflexão.

Aqui é possível fazer uma conexão com **conceitos macro** que afirmam ser a **Boa Conservação** aquela que obedece ao Código de Ética e/ou aos princípios teórico-metodológicos clássicos e que respeita o bem cultural, ou que considera não só a materialidade, mas o contexto social ao qual o bem cultural está ligado, ou ainda aquela que se articula sob um olhar contemporâneo de preservação, voltado às coleções e à gestão dos acervos e não aos objetos individuais.

Todos esses conceitos se apresentam diametralmente opostos em relação à definição de **Conservação Inadequada** como sendo uma ação desprovida de reflexão crítica. Em suma, a reflexão crítica da atividade do Conservador-Restaurador permeia outros conceitos, ou seja, não parece ser um conceito isolado.

Em síntese, foi surpreendente não haver uma manifestação em massa da reflexão crítica como sendo um dos conceitos de uma **Boa Conservação**, pois este é um pensamento consolidado na área desde meados do século XX com a teoria brandiana²⁴² e, particularmente, reiterada de modo ampliado e revisto na virada do milênio, nos argumentos do contemporâneo Muñoz Viñas.

²⁴¹ Apenas uma manifestação foi verificada nesse sentido. Como a abordagem não foi direta ao tema da reflexão crítica e percentualmente não chega a 0,5% do total de manifestações, o valor foi desconsiderado do cômputo geral apresentado nesta subseção.

²⁴² Uma das máximas de Brandi (2004) é justamente que se trata a restauração de um 'ato crítico' voltado ao 'reconhecimento da obra de arte'. Naturalmente, há que se recordar que a teoria brandiana se converteu numa resposta à crise conceitual advinda do contexto das destruições patrimoniais do pós-Guerra, ou seja, a conservação já apresentava contornos bastante avançados, entretanto se fez necessário um rearranjo teórico-metodológico que dirigiu o tema da Conservação essencialmente às ações de restauração.

Isso porque, de fato, a imprescindibilidade da reflexão é o cenário de teoria de Muñoz Viñas (2003), na medida em que entende a atuação profissional como operadora de elementos concretos e simbólicos do patrimônio, cuja práxis está subordinada à responsabilidade social como sujeito ativo nos processos da cultura.

Outro fator a ser destacado é a consciência da grande maioria de profissionais de que seu ofício é desprestigiado no seio social, em razão da própria falta de reconhecimento do patrimônio e da cultura como sustentáculo identitário da sociedade. Há no cenário político brasileiro, particularmente, e de modo muito penoso nos últimos três ou quatro anos, uma política de desvalorização da área da Cultura que reverbera diretamente no âmbito da Conservação.

É notório, de fato, o quanto o campo cultural e outros setores essenciais para o desenvolvimento humano, como Educação e Ciência, têm sofrido com o peso da mão do Estado. Apenas para citar algumas ações que vêm de encontro aos avanços que já haviam sido construídos, podemos mencionar cortes orçamentários, desarticulação de setores, exclusão de programas, extinção de ministérios, dentre outros, o que leva à desconstrução do fruto de anos de trabalho em prol de uma sociedade mais inclusiva no mais amplo dos sentidos. Esse movimento reverso está manifestado na declaração que segue de modo muito apropriado:

É... Talvez eu seja pessimista para responder. Se a sociedade estivesse entendendo... Eu acho que a sociedade envolvida nos ambientes culturais, sim, mas o restante... a nossa bolha entende sim, claro, mas o restante não. Não. **Eu acho que a caminhada ainda é muito longa né, você vê pelo próprio... pelas próprias universidades que mantém os cursos de restauração né, a luta aí da UFPel... mesmo a UFMG que tem uma história mais consolidada, olha é... é uma batalha formar esses alunos aí. E manter no ambiente de... colocar num ambiente de trabalho, e tudo, e eles conseguirem esses espaços... o que tem de profissional que não tá atuando na área... isso é falta de reconhecimento sim... porque trabalho tem, mercado tem.** Então é... é falta de... desses investimentos mesmo e... eu fico pensando, quando eu comentei no começo, com você né, que os museus, na verdade, em vez de criar essas áreas - os cursos estão aí colocando gente no mercado de trabalho - e os museus estão dismantelando... alguns né, não todos... estão dismantelando as suas áreas ali de conservação, e tal... então... parece um movimento contrário né, um choque né. Espero que seja momentâneo... que isso volte com tudo né. **Você vê cada vez mais os museus participando dos pregões eletrônicos, né... então é um museu lá do Pará, que coloca lá, alguns itens lá, à disposição para restauro, num pregão eletrônico nacional, onde eu, você, dezenas de profissionais da restauração, que nunca nem foram ao Pará, vão ter contato com essas obras. Que às vezes são... tem uma especificidade cultural que a gente não faz ideia - não que a gente não possa se atualizar e estudar**

- mas é muito interessante ter os profissionais lá! Aliás, o Pará está agora tá com um concurso de graduação também, né. Então, é muito interessante que isso se mantenha ali... é mais simples... é mais fácil né... E aí você vê que os pregões eletrônicos, não sei se você conhece, é o do menor preço... é um leilão ao contrário né... Enfim, você já não escolhe pela especificidade do... quer dizer, uma pessoa que não é da arte sacra, vai trabalhar com arte sacra Barroca... enfim... Então eu sou... nesse lado... eu falei que eu era otimista no começo... mas nesse lado, olha... é bem... é bem triste né... é só você ver a quantidade de profissionais que está fora da área, né? (Informação verbal, grifos nossos).²⁴³

Em outra perspectiva, uma **Boa Intervenção** não pode estar dissociada da própria ideia abrangente de Conservação, assim como de outras esferas que concorrem para a preservação da cultura, como o contexto museal, quando se trata de coleções patrimonializadas, por exemplo. Existe, ao fim e ao cabo, uma teia de relações e de conexões que se vertebram em torno de uma **cadeia de Conservação**. São estas as ideias que se articulam no discurso de um dos Conservadores-Restauradores espanhóis que foram entrevistados:

Bueno, yo creo que cuando me preguntas de una buena intervención, no quieres aislar la intervención de la conservación. **Porque nosotros hemos vivido, hemos pensado siempre, en una intervención aislada de la conservación, entonces ahora reflexionamos que no es intervenir como un acto aislado... que por muy buena intervención que haga, no puedes hacerla aislada de la conservación, o de la museología [...] en el caso de una pieza del patrimonio, es decir, que la intervención está integrada en la cadena de la conservación, que es una parte.** (Informação verbal, grifos nossos)²⁴⁴

Outro ponto identificado com certa frequência, e que necessita registro, parece derivar das lacunas constatadas na formação de recursos humanos mencionadas por alguns de nossos interlocutores. Algumas falas, como a que a seguir trazemos à reflexão são sinceras no sentido de mostrar que o debate sobre a história e as teorias da Conservação não pode ser visto como algo irrelevante:

[...] **não tem um grupo de estudos sobre história e Teoria da Conservação, eu desconheço, pode ser que dentro de outro, mas não assim denominado, então isso se discute muito pouco; outra, disciplinas de História e Teoria da Conservação, são poucas ainda, e pessoas e professores que vão se dedicar a esse estudo, eu sempre digo que eu não sou teórica, não sou da área teórica, talvez eu faça algum tipo de reflexão teórica, talvez, mas nem é suficiente. Mas sim, eu tenho essa sensação, isso que eu falei pra você é o que eu vejo que os colegas comentam... acho que talvez os grupos de mestrado e doutorado eles já estejam com uma bibliografia mais apurada, mas pelo que eu tenho lido de artigos, eu não vejo assim muita diferença nessas bibliografias**

²⁴³ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-GE01', out. 2019.

²⁴⁴ Entrevista concedida presencialmente pelo informante 'ES-DC02', abr. 2019.

específicas. [...] **E pra formar uma área forte, tem que ter um conhecimento de história e de teoria muito bom. Se não acontece o que está acontecendo, vem as outras áreas e nos esmagam. E parte dessa história é inventada, né, porque, como diz o Le Goff, ao mesmo tempo é verdade e mentira.** Cada um conta a sua história. [...] Então eu acho que... assim... cria-se, né (Informação verbal, grifos nossos).²⁴⁵

O destaque desse informante quanto a necessidade de adquirir um domínio mínimo de história e teoria da Conservação, se apresenta também dentre os entrevistados espanhóis. Declarações como a apontada à continuação, sublinham a visão distorcida de que se trata de um trabalho artesanal - com o respeito devido aos artesãos por seu domínio técnico indiscutível:

Siempre hay casos de intervenciones nefastas realizadas por personas que no han sido formadas en ningún aspecto para preservar el patrimonio. Siempre hay algun vecino o vecina bienintencionada que quiere “restaurar” a la virgen de la iglesia parroquial, y al final solo la lija y repinta con acrilicos. Vease el San Jorge de Estrella, ¿no?. **Es que no se valora la profesión, piensan que se trata de un hobby y que por ello muchas veces no vale la pena ni cobrarse ese trabajo, que debería hacerse gratis. No son conscientes de la formación que debe pasar una persona para convertirse en un restaurador formado y mucho menos la complejidad de los procesos a los que debe someterse una determinada obra para ser intervenida** (Informação verbal, grifos nossos). ES-CR01

Nesse sentido, identifica-se a inquietação provocada pela recorrente desvalorização do esforço que é demandado para o exercício do ofício, isto é, formação extensa, que exige aprofundamento constante, capacidade reflexiva e capacitação continuada. Afinal, esses são os elementos mínimos para que a práxis do Conservador-Restaurador se dê em sintonia - e do modo mais equilibrado possível - com as transformações as quais está sujeito e com a dinâmica de responsabilidade social a qual deve estar comprometido.

Em congruência com as ideias das últimas manifestações transcritas, uma última declaração ilustra a complexa relação desse profissional com o objetivo fulcral de seu ofício, qual seja, a preservação dos bens culturais para a fruição da sociedade atual e das gerações que virão:

Ahora te hago yo a ti una pregunta [...] ¿cómo se va a conservar eso y como se va a guardar eso? **¿Donde van las teorías de lo que estamos haciendo? Es que... ¡perdemos el norte! Es que... ¿date cuenta que queremos hacer cuestiones del futuro mirando nada mas que el pasado? ¿Y olvidándonos del presente?** Entonces, vamos a ver, que tu, lo que estas conservando del pasado son cuatro monos en comparación a

²⁴⁵ Entrevista concedida por Skype pelo informante 'BR-DC02', dez. 2020.

lo que se esta generando. Y vas a tener que conservar estos cuatro y mas todo lo que se esta generando. **Y entonces, ¿de que estamos hablando? No se puede avanzar nada más que mirando atrás, tienes que ir avanzando, dando los pasos de la escalera que tienes por delante. No hay forma de entender el patrimonio y la Conservación sin el presente, es decir, para poder afrontar el futuro. Es que, bueno, es imposible... Sino la “preservación para las generaciones futuras” se queda vacío. Y además te voy a decir una cosa, nada es eterno. Y entonces, también hay que tener ese concepto... que verdaderamente tu no quieres perder lo que tienes, ni nada de eso. Pero, veras tu, ¡que no es eterno! Que los materiales también se degradan, que también hay un tornado, que también puede haber un fuego ¡y que no pasa nada! Que la humanidad por eso no va a dejar de existir. Que quedan bien, algunas veces los conservadores-restauradores nos creemos que somos el ombligo del mundo... no, no, no... ¡En el mundo el sol sale para todos!**
(Informação verbal, grifos nossos) ES-CR09

Além disso, a declaração vai além: manifesta claramente que o conjunto dos bens culturais está em contínua ampliação de seu contingente, portanto muito do que hoje a humanidade produz - que reflete e representa sua dinâmica cultural - terá, muito brevemente, atribuição de valor patrimonial. Acredita-se, portanto, dentro da perspectiva antropológica, de que “os sistemas culturais [...] estão em contínuo processo de modificação”, como alude Castriota (2009, p. 22), que o patrimônio cada vez mais assume a urgência da sociedade contemporânea.

Em outras palavras, a intensidade com que o patrimônio se expande está proporcionalmente atrelada à premência dos tempos atuais, sendo a noção de passado cada vez menos distante diante dos imperativos do presente.

Em resumo, as declarações desta seção ilustram de modo marcante como o Conservador-Restaurador manifesta sua práxis, seja frente aos aspectos de caráter objetivo, atinentes à aplicação técnica de seu conhecimento, seja daqueles de ordem subjetiva, isto é, do modo como este profissional reconhece o próprio ofício.

Em outras palavras e com o propósito de finalizar esta seção, os depoimentos colhidos a campo viabilizaram uma série de reflexões sobre como este profissional compreende sua atividade e como se desembaraça em seu campo de domínio. Revelou, outrossim, o caráter social do ofício do Conservador-Restaurador, sobretudo porque se trata de um operador do campo do patrimônio, que, acima de tudo, e em razão de sua condição de ator social, interfere e é influenciado pelo meio dinâmico em que se encontra imerso.

As páginas subsequentes reúnem os principais achados desta tese que se pautou pelo esforço de deslindar os elementos subjacentes no atuar do Conservador-Restaurador e que, em suas idas e vindas, trouxe à luz uma pequena porção do complexo cenário onde esse profissional atua e da sua colaboração à consolidação da área da Conservação como campo disciplinar autônomo.

Considerações finais

Desvendar os meandros e as subjetividades que regem a práxis do Conservador-Restaurador em dois contextos distintos – Brasil e Espanha – mostrou-se, a princípio, como uma ambiciosa e desafiadora aventura. Não somente pelas abissais diferenças existentes entre um país do velho continente e uma jovem nação do chamado Novo Mundo, com suas singularidades e idiosincrasias, mas pela complexidade de explorar algo cuja natureza sempre se apresentou deveras opaca, complexa e refratária a ser desvelada, por mais legítima e oportuna que fosse tal empresa. Senti-me verdadeiramente diante do desafio de abrir uma verdadeira “caixa-preta” das intangibilidades e das paixões que governam escolhas.

O primeiro registro a ser feito nas considerações finais dessa tese doutoral é no sentido de manifestar que o marco teórico e metodológico se mostrou adequado e consistente para a consecução do trabalho. Sua eficácia foi tamanha que nos vimos obrigados a restringir o universo de informações devido à ingente massa de dados e informações que foram coletados em 51 depoimentos que consumiram 68 horas de gravação e mais de mil páginas de transcrição. Esse material riquíssimo trouxe a certeza de que a surpresa de nossos entrevistados, com perguntas desconcertantes como definir uma **boa** ou uma **má conservação**, converteu-se numa profícua base conceitual sobre algo que, correntemente, pouca atenção recebia no desempenho do próprio *métier*.

A estas alturas importa retomar as hipóteses desta tese doutoral. A primeira delas tinha por elemento central a ideia de que a neutralidade do processo de intervenção do Conservador-Restaurador assumia um caráter utópico, tanto no caso brasileiro quanto no caso espanhol. Tal constatação seria em princípio decorrente da dialética relação que se impõe entre o Conservador-Restaurador e o contexto em que exerce suas atividades, com sua cadeia de interações recíprocas e indissociáveis. Como ser social, o Conservador-Restaurador influencia o meio em que atua e é por ele influenciado. Tal hipótese foi confirmada e os elementos que embasam essa convicção estão presentes nos depoimentos que colhemos em solo brasileiro e espanhol, como retratado no Capítulo 3.

A segunda hipótese se atém à ideia de que ambos os cenários (brasileiro e espanhol) se assemelham no que tange à organização e estruturação da Conservação-Restauração como campo disciplinar, tendo como referência e origem a área das Artes e um ideal eurocêntrico de patrimônio. Além disso, tanto Espanha como Brasil, refletem uma orientação teórico-técnica predominantemente italiana, dela derivando elementos norteadores paradigmáticos, como é o caso dos princípios da mínima intervenção e da distinguibilidade, por exemplo. Tal hipótese, concebida como resposta ao problema de pesquisa, foi igualmente confirmada.

Havia a expectativa inicial de que surgissem diferenças gritantes entre a realidade de um país de enorme e diversificada riqueza cultural, como é o caso da Espanha, se comparada com uma jovem nação que apenas dá seus primeiros passos na criação de cursos de formação em nível superior e de pós-graduação nessa área de formação. A realidade que se descortinou ante nossos olhos foi no sentido de evidenciar que há muita convergência entre ambos os contextos e que os grandes referenciais que suportam a práxis do Conservador-Restaurador guardam entre si grandes semelhanças e um sentido unificador.

A terceira hipótese tem a ver com a regulamentação da profissão do Conservador-Restaurador no contexto brasileiro e espanhol. Na fase de qualificação do projeto estávamos convictos de que as diferenças entre Brasil e Espanha seriam significativas. Nada mais lógico que no país dos célebres Diego Velásquez, Francisco Goya, Joan Miró, Pablo Picasso e Salvador Dalí, o ofício do Conservador-Restaurador gozasse de um prestígio e de estruturas de regulação muito mais avançadas do que no jovem país, dos igualmente notáveis, Aleijadinho, Anita Malfatti, Cândido Portinari e Di Cavalcanti, apenas citando alguns exemplos.

Não obstante, tivemos que refazer este suposto ao dar-nos conta, a partir dos inúmeros depoimentos, que ambos os contextos se encontram em situação similar, padecendo dos mesmos problemas no que tange à heterogeneidade na formação sócioprofissional, à inconsistência de mecanismos de regulação e de um marco legal e institucional que reflita os anseios da categoria assim como um grau de legitimidade compatível com a relevância de sua atuação. Um possível estigma, portanto, de que o Brasil estaria aquém dos países europeus e a rotulação (quicá a auto rotulação!), que o situaria em desprestígio ou ainda em descompasso com os países ditos mais avançados, revela aqui evidências de que necessita ser questionada, e que pode ser desconstruída. Cumpre-nos destacar, portanto, acerca dessa reflexão em particular,

indícios de um profícuo caminho para novas investigações no sentido de buscar reconhecer a contribuição do profissional brasileiro na consolidação da área de Conservação - para além de suas fronteiras - assim como de conhecer a identidade desse ator que, embora conectado ao cenário internacional, possui suas próprias adversidades e idiosincrasias.

Em verdade, foram muitos os achados da pesquisa. Todavia, algumas ponderações, como a supramencionada, extrapolam o ponto focal desta tese. Por esta razão, motivados por um grande esforço de síntese, nos restringimos a resenhar aqui o que entendemos como as convergências e as divergências entre a fase nacional e a fase internacional desta investigação.

Como convergências há que apontar o fato de que a **Boa Conservação**, em ambos os países, é pautada essencialmente pela observância do aspecto deontológico da profissão - amplamente reconhecido como elemento basilar da conduta profissional, pelo respeito aos bens culturais e à sua trajetória e, também, pelo cumprimento dos critérios contidos nos pressupostos teóricos clássicos - em especial o princípio da intervenção mínima.

O destaque expressado nesse grande conceito de **Boa Conservação** perfaz, no caso espanhol, 60% dos depoimentos, enquanto no Brasil equivale a 44%. Seu oposto é ainda mais vultoso e representativo: o desprestígio aos fatores supracitados na definição de uma **Conservação inadequada** chega a 71% entre os espanhóis e 64% no caso brasileiro.

Inseridos ainda nesse grande conceito de valoração da ética, do respeito ao bem cultural e seus critérios, dois pontos merecem destaque: a priorização de uma atitude voltada à conservação sobre a postura restaurativa, cuja distinção é brasileira, e o entendimento de que as ações inadequadas refletem práticas desqualificadas tanto do ponto de vista técnico como do metodológico, neste caso, com maior relevo entre os espanhóis.

Estes fatores estão diretamente relacionados com a própria evolução da área de Conservação e Restauração. Brasil e Espanha se assemelham nesse aspecto. Ambos os países ainda não tomaram as medidas legais para regulamentação deste ofício e sofrem os efeitos deletérios do *intrusismo*, da falta de valorização social e da dificuldade de organização desta categoria profissional.

De modo similar, Espanha e Brasil compartilham, em geral, da teoria brandiana como fonte inspiradora. Não obstante, não raros foram os depoimentos em que tal

orientação não se reflete efetivamente como marco teórico de referência. Nos dois países a maioria dos operadores desse campo de exercício profissional se reconhece ou se autoidentifica como agente técnico. Todavia, são também fortes os elementos de convicção que evidenciam que tal atuação extrapola os cânones da dimensão estritamente técnica, haja vista o reconhecimento de muitos dos entrevistados de que também concorrem à sua práxis os âmbitos científico e humano.

Por outro lado, a posição de defesa de uma postura ligada ao gosto, assumida por vários profissionais nos dois âmbitos, também foi uma surpresa. A esse respeito, resta considerar que essa atitude intensifica a responsabilidade do profissional sobre sua práxis de modo exponencial, o que leva a um campo nebuloso de potencial enfrentamento junto aos seus pares. Há indícios, portanto, de que se trata de um assunto polêmico e que, especialmente por este motivo, merece ser objeto de novos estudos mais aprofundados e, possivelmente, sustentados em outras bases teóricas por ser um elemento portador de um forte apelo moral. Manifestamos, portanto, que se trata também de uma seara que, ultrapassa os limites dessa tese, restando aqui apenas sugestão para futuras pesquisas, dado que transcende os limites dos objetivos propostos.

Há mais convergências do que divergências ao cotejar as duas realidades. Ainda assim, algo se distingue entre o âmbito brasileiro e o âmbito espanhol. Brasil recebe uma importante influência da teoria contemporânea (MUÑOZ VIÑAS). Entrementes há uma tensão entre as duas mencionadas vertentes (BRANDI e MUÑOZ VIÑAS) que se traduz numa contradição recorrente nas falas dos entrevistados quando mencionam suas fontes inspiradoras.

A questão da reflexão crítica como vetor de orientação da práxis do Conservador-Restaurador, enfatizada nas atuais circunstâncias, nas teorias do espanhol Muñoz Viñas, só se manifestou no caso brasileiro. Frente a este fato a Espanha se mostra como uma realidade paradoxal ao não manifestar uma aderência explícita a tal princípio. Há fortes indícios, portanto, de que a práxis na Espanha seja guiada mais pela materialidade e pelas questões objetivas, do que propriamente pelos pressupostos da reflexão crítica. Ainda que não seja possível afirmar, a teoria contemporânea parece estar mais difundida na América Latina, em especial no Brasil, do que junto aos profissionais espanhóis, haja vista as várias menções ao restauro crítico e a Brandi nos depoimentos destes atores, que superam significativamente as referências à teoria contemporânea. É possível que essa disseminação de Muñoz

Viñas no Brasil se dê em razão da afinidade linguística entre o português e o espanhol, fato inquestionável, assim como a proximidade física do Brasil com países de colonização espanhola.

A imersão que realizamos junto à realidade concreta identificou uma forte associação da práxis com a questão estrita da restauração, sabidamente uma das ações que estão dentro do escopo das ações de Conservação. Tal fato denota que o olhar do profissional ainda se mostra preso a uma visão estanque de atuação sobre objetos individuais. Esta postura acaba se mostrando restritiva e até mesmo aquém das expectativas no que tange às ações dirigidas às coleções e à gestão dos acervos. A atenção ao conjunto, em sentido amplo, é o que atualmente se entende como a forma mais elaborada do pensamento contemporâneo na área da Conservação. Possivelmente isso se deva ao fato de que a gênese da Conservação de bens culturais móveis guarda estreitos vínculos com a área das Artes. Eis uma tradição teórica que parece estar longe de ser descontinuada, mas cuja ruptura é necessária para a consolidação da profissão do Conservador-Restaurador como ofício altamente especializado e autônomo dentro do campo patrimonial.

Por fim, ressaltamos também que o debate epistemológico da Conservação não pode ser visto como algo dispensável ou irrelevante, cabendo ao próprio Conservador-Restaurador fazer valer o protagonismo de sua atuação no cenário social em que se encontra imerso. Estou convencida de que o trabalho que aqui se desenvolve converge para esse esforço.

Referências

- ABRACOR**, Associação Brasileira de Conservadores Restauradores. Rio de Janeiro: Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/assbrasileiradeconservadoresrestauradores/about/?ref=page_internal. Acesso em: 25 mai. 2019.
- ABRACOR. Associação Brasileira de Conservadores Restauradores. Terminologia para Definir a Conservação do Patrimônio Cultural Tangível. **Boletim Eletrônico da ABRACOR**. Nº 1, p. 2 – 3, 2010. Disponível em: <http://antoniomirabile.com/images/competence/56bf5dfd06e968.57668508-areservatecnicatambememuseu.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- ACRCYL, Asociación de Conservadores y Restauradores de Castilla y León. **Quienes Somos**. [20--]a Disponível em: <https://acrcyl.com/>. Acesso em: 20 set. 2020.
- ACRCYL, Asociación de Conservadores y Restauradores de Castilla y León. **El Patrimonio**. [20--]b Disponível em: <https://acrcyl.com/>. Acesso em: 20 set. 2020.
- ACRE, Asociación Profesional de Conservadores Restauradores de España. **Qué es ACRE**, Historia. Disponível em: <https://asociacion-acre.org/>. Acesso em: 15 set. 2020.
- APPADURAI, A.; BRECKENRIDGE, C. Museus são bons para pensar: o patrimônio em cena na Índia. **Revista Brasileira de Museus (MUSAS)**, nº 3, p. 10 – 26, 2007. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/Musas3.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2019.
- APPELBAUM, B. **Conservation Treatment Methodology**. London: Elsevier 2010.
- BALLART, J. **El patrimonio histórico y arqueológico**: valor y uso. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.
- BARROSO, G. A carreira de Conservador. **Anais do Museu Histórico Nacional**, VIII, p. 229 – 234, 1947. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=12005>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- BARROSO, G. **Introdução à técnica de museus**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946.
- BAUDRILLARD J. **Cultura y Simulacro**. Barcelona: Kairós, 1978.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BELK, R. Possessions as the Extended Self. **Journal of Consumer Research**, v. 15, nº 2, p. 139 – 168, 1988. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/24098554_Possessions_as_the_Extended_Self. Acesso em: 03 out. 2018.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENOIT DE TAPOL. Medio siglo de Conservación Preventiva. Entrevista a Gael de Guichen. **Revista Ge-conservación**, nº 0, p. 35 – 44, 2009.

BOITO, C. **Os Restauradores**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

BOJANOSKI, S. F. **Terminologia em Conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação**. 2018. 292p. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2018/04/tese_Silvana_F_Bojanoski.pdf. Acesso em: 23 jan. 2019.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: Ortiz, R. (org), **Sociologia, Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática: 1983. p. 82-122.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art40%A720. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de julho de 1934). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 14 mar. 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 22 mar. 2020

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Decreto-lei nº 3.866**, de 29 de novembro de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3866.htm. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 12.378**, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 13.844**, de 18 de junho de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 4.845**, de 19 de novembro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4845.htm. Acesso em: 14. Mar. 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 5.194**, de 24 de dezembro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5194.htm. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 6.292**, de 15 de dezembro de 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6292.htm. Acesso em: 07 abr. 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 7.347**, de 24 de julho de 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm. Acesso em: 04 abr. 2020.

BRASIL, Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa. **Lei nº 12.343**, de 01 de Dezembro de 2010. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/585340/publicacao/15757934>. Acesso em: 14 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo - MT, Secretaria Especial de Cultura. **Plano Nacional de Cultura (PNC)**. [201-] Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/entenda-o-plano/>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BUENO VARGAS, J. [E-mail] Destinatário: Karen Caldas. La formación en Conservación y Restauración (CR) en España, Sevilla, 14 dez. 2020.

BUENO VARGAS, J. La conservación y restauración del patrimonio: entre la orfandad formativa y la falta de definición facultativa. **PH Boletín 35**. Especial Monográfico: Patrimonio y arte contemporáneo, Sevilla, 2001.

CALDAS, K. V. **Contrapontos entre teoria e prática da conservação/restauração do patrimônio histórico edificado**: o caso do Grande Hotel de Pelotas/RS. 2013. 218p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) — Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5375>. Acesso em: 23 jan. 2018.

CALDAS, K. V.; SACCO DOS ANJOS, F.; BUENO VARGAS, J.; AFONSO, M. Percursos das políticas públicas da conservação do patrimônio tangível no Brasil. In: GONÇALVES, M. C. da S; JESUS, B. G de (orgs.). **Educação Contemporânea – Volume 22** [e-book]. Belo Horizonte: Poisson, 2021. p. 60 – 75. Disponível em: <https://poisson.com.br/2018/produto/educacao-contemporanea-volume-22/>.

CALDAS, K. V.; SACCO DOS ANJOS, F.; BUENO VARGAS, J. Percursos da Preservação do Patrimônio na Espanha e Andaluzia. In: SERRES, J. C. P.; FERREIRA, M. L. M. (Coord.), MARCHI, D. de M.; KNACK, E. R. J.; POLONI, R. J. S. (Org.). **Memória e Patrimônio**: tramas do contemporâneo [e-book]. Porto Alegre: Casaletas, 2019. p. 292 – 302. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2020/12/Memoria-e-Patrimonio-tramas-do-contemporaneo.pdf>.

CALVO, I. La profesión del restaurador conservador en España, la Asociación de Conservadores Restauradores de España (ACRE) ¡Ah! Magazine, 21 de fev. 2015. Disponível em: <http://www.ahmagazine.es/acre/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARSALADE, F. Bem. In: IPHAN, **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/42/bem>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CARVALHO, A. P. C. **O Curso de Especialização em Conservação de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da UFRJ: Contribuições para a preservação do patrimônio**. 2018. 252p. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12899>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, A. A. N. **Do Restaurador de Quadros ao Conservador-Restaurador de Bens Culturais: o corpus operandi na Administração Pública brasileira de 1855 a 1980**. 2013. 257p. Tese (Doutorado em Artes) — Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/JSSS-9GGJEC/1/tese_aloisio_arnaldo_nunes_de_castro.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

CAU/BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Quantitativo de Registros**. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/registros/>. Acesso em 20 mar. 2021.

CENNINI, C. **El libro del arte**. Buenos Aires: Argos, 2008.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHUVA, M. Por uma História da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34, p. 147-165, 2012.

COMUNIDAD AUTÓNOMA DE ANDALUCÍA, **Ley 1/1991**, de 3 de julio, de Patrimonio Histórico de Andalucía. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es-an/l/1991/07/03/1>. Acesso em: 13 out. 2020.

CORSINO, C. M. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual do INRC.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf). Acesso em: 06 jun. 2019.

CRAC, Conservadors-Restauradors Associats de Catalunya. Disponível em: <https://cracpatrimoni.com/index.php/es/>. Acesso em:

CRG, Asociación de Empresas y Profesionales de Conservación y Restauración de Bienes Culturales de Galicia. Disponível em: <http://www.asociacioncrg.es/>. Acesso em: 03 set. 2020.

CUNHA, C. R. Alöis Riegl e o culto moderno dos monumentos. **Resenhas Online**, Vitruvius, nº 054, 2006. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138>. Acesso em: 15 jan. 2018.

DUVEEN, G. O Poder das Ideias. In: MOSCOVICI, S. (Ed.). **Representações Sociais**: Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 7 – 28.

ECCO - European Confederation of Conservator-Restorers' Organisations. **Competencias necesarias para acceder a la profesión de conservador-restaurador**. Bruxelas: ECCO, 2013. Disponível em: http://www.ecco-eu.org/fileadmin/assets/documents/publications/ECCO_Competencias_ES.pdf. Acesso em: 16 out. 2020.

ESCRITÓRIO DE ARTE. **Manuel de Araújo Porto-Alegre**. Disponível em: <https://www.escrioriodearte.com/artista/manuel-de-araujo-porto-alegre>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ESPAÑA, Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado. **Ley 16/1985**, de 25 de junio. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/l/1985/06/25/16/con>. Acesso em: 12 ago. 2020.

ESPAÑA. Ministerio de Cultura y Deporte. **Anuario de Estadísticas Culturales. 2020**. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/servicios-al-ciudadano/estadisticas/cultura/mc/naec/portada.html>. Acesso em: 09 ago. 2020.

ESPAÑA. Ministerio de Educación. **Real Decreto 635/2010**, de 14 de mayo. BOE nº 137, de 05/06/2010. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/rd/2010/05/14/635/con>. Acesso em: 23 ago. 2020.

FAOP, Fundação de Arte de Ouro Preto. **Curso Técnico em Conservação e Restauro**. Disponível em: <http://www.faop.mg.gov.br/curso.php?Curso-T%C3%A9cnico-em-Conserva%C3%A7%C3%A3o-e-Restauro&numero=16>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2a ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC - IPHAN, 2005.

FRONER, Y. Conservação e Restauração: a legitimação da ciência. **Revista Acervo**, v. 23, n. 2, p. 47 – 56, 2010. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/10>. Acesso em: 16 mar. 2016.

FRONER, Y.; ROSADO, A. **Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR, EBA, UFMG, 2008.

GARCÍA FERNÁNDEZ, I. M. Historia de la conservación preventiva - Parte 1. **Revista Ge-conservación**, n. 5, p. 27 – 41, 2013.

GE-IIC, Grupo Español de Conservación. Disponível em: <https://www.ge-iic.com/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2002.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R. (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, n. 23, p. 15 – 36, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GONZALEZ-VARAS, I. **Conservación del patrimonio cultural**: teoría, historia, principios y normas. Madrid: Cátedra. 780 p.

GREENBLATT, S. O novo historicismo. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 244 – 261, 1991. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2323/1462>. Acesso em: 17 jan. 2018.

GUIMARÃES, T. Patrimônio Nacional também é destombado. Folha de São Paulo. **Cotidiano**. 25 dez. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2512200512.htm>. Acesso em: 28 jun. 2019.

ICOM-CC, International Council of Museums - Committee for Conservation. **The Conservator-Restorer**: a Definition of the Profession. Disponível em: <http://www.icom-cc.org/47/about/definition-of-profession-1984/#.YFanTq9KjB>. Acesso em: 02 jun. 2019.

ICOM-CC., International Council of Museums - Committee for Conservation. **Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage**. 2008. Disponível em: <http://www.icom-cc.org/242/about/terminology-for-conservation/#.YFvLMq9KjBU>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ICOMOS, Comité Nacional Español. **Red de Asociaciones Profesionales**. 2020. Disponível em: <https://icomos.es/colaboraciones/red-de-asociaciones/>. Acesso em: 15 set. 2020.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ISTO É, Internacional. **O incêndio da Catedral de Notre-Dame**. São Paulo: Editora Três, 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/o-incendio-da-catedral-de-notre-dame/>. Acesso em: 04 jun. 2019

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Veneza**, de maio de 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta do Restauo**, de 6 de abril de 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauo%201972.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

JODELET, D. Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. **Sociedade e Estado**, v. 33, nº 2, p. 423- 442, 2018.

JUNTA DE ANDALUCÍA, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico – IAPH. Disponível em: <https://www.juntadeandalucia.es/organismos/culturaypatrimoniohistorico/iaph/estructura/sobre-organismo.html>. Acesso em: 25 mai. 2019.

KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**. Museu Paulista, v. 18. nº 2, p. 287 – 320, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539/7069>. Acesso em: 15 mar. 2019.

KÜHL, B. M. História e ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. **Revista CPC**, v. 1, nº 1, p. 16 – 40, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15579/17153>. Acesso em: 21 abr. 2019.

LAGE, M. C. Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. **Revista ETD**, v. 12, nº especial, p. 198 – 226, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1210>. Acesso em: 16 jun. 2019.

LEAL, C. F. B. Recortes de história social das missões da UNESCO no Brasil, 1964-1979. **Revista Eletrônica Nos Arquivos do IPHAN**, p. 1 – 4, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revele_recortes_missoesunesco.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

LUSO, E. C. P.; LOURENÇO, P. B.; ALMEIDA, M. G. de. Breve história da teoria da conservação e do restauro. **Revista Engenharia Civil (REC)**, nº 20, p. 31 – 44, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/2554>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MACARRÓN MIGUEL, A. M. **Historia de la conservacion y la restauracion**: desde la antigüedad hasta finales del siglo XIX. Madrid: Tecnos, 2002.

MACARRÓN MIGUEL, A. M.; GONZÁLES MOZO, A. **La conservacion y la restauracion em el siglo XX**. Madrid: Tecnos, 2008.

MACHADO, M.H. Sociologia das profissões: uma contribuição ao debate teórico. In: MACHADO, M.H. (org) **Profissões de saúde**: uma abordagem sociológica. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995, pp. 13-33.

MAGALHÃES, A. M. A Inspeção de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). **Anais do Museu Paulista**, vol. 25, nº3, p. 233 - 290, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/146199/139892>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MATTAR, E. Legislação patrimonial. In: SILVA, M. C. S. M. (org.). **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. p. 33-52.

MEDINA FLÓREZ, V. J. El surgimiento de títulos propios de conservación/restauración en la Universidad. In: I Congreso del GEIC, 2002, **Actas...** Valencia: GEIC, 2002. Disponível em: <https://ge-ic.com/files/1congreso/MedinaVictor.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2019.

MERINO MENA, I. **Propuesta de regulación de la profesión de conservador-restaurador**. Normativa española y entorno europeo. (Trabajo de Fin de Máster). Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Bellas Artes. 2015. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/35591/>. Acesso em: 25 set. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Sistema e-MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MIRABELL ABANCÓ, M. **Criterios y teorías de la conservación y la restauración del patrimonio artístico a lo largo de la historia**. Madrid: JAS Arqueología Editorial, 2016.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOTTA, E.; SALGADO, M. L. G. **O papel**: problemas de conservação e restauração. Petrópolis: Museu de Armas Ferreira da Cunha, 1971.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Síntesis. 2003.

MUSEO DEL PRADO. **La institución**, Historia del museo. Disponível em: <https://www.museodelprado.es/museo/historia-del-museo>. Acesso em: 25 mai. 2019.

MUSEO REINA SOFÍA. **El museo**, História. Disponível em: <https://www.museoreinasofia.es/museo/historia>. Acesso em: 25 mai. 2019.

MUSEU NACIONAL, Universidade Federal do Rio de Janeiro. **O Museu**. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>. Acesso em: 13 jun. 2019.

PAGANI, C. **O valor da formação profissional para o patrimônio cultural**. 2017. 219p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/14818>. Acesso em: 24 abr. 2019.

POMIAN, K. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**: memória história. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p. 51 – 86. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2897806/mod_resource/content/1/Pomian%20%281984b%29.pdf. Acesso em: 23 fev. 2018.

POULOT, D. **Uma História do Patrimônio no Ocidente**, séculos XVIII- XXI: do Monumento aos Valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

PRIESTER, M. F.; NITO, M. K. S. Destombamento, explorando uma política pública controversa: o caso de São João Marcos. **Anais** do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais, Rio de Janeiro, p. 989 – 1001, 2015. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5592599/mod_resource/content/6/NITO%2C%20Mariane%3B%20PRIESTER%2C%20Mariana.%20Destombamento%2C%20explorando%20uma%20pol%C3%ADtica%20p%C3%ABblica%20controversa%20o%20caso%20de%20S%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20Marcos. Acesso em: 11 mar. 2020.

RIBEIRO, L. M. C.; LUCERO, A.; GONTIJO, E. D. O ethos homérico, a cultura da vergonha e a cultura da culpa. **Psychê**, v. 12, n. 22, p. 125 – 138, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382008000100010. Acesso em: 03 jun. 2019.

RIEGL, A. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1999.

RODRIGUES, A. R.; SERRES, J. C. P. Políticas Públicas de Patrimônio no Brasil e a Legislação dos Museus. In: MICHELON, F.F. (org.); MACHADO JÚNIOR, C. S. (Org.); SOSA GONZALEZ, A. M. (Org.). **Políticas Públicas e Patrimônio Cultural**: ensaios, trajetórias e contextos [e-book]. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012. p. 33 – 45. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-do-Patrim%C3%B4nio-Cultural.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

RUIZ DE LACANAL, M. D. **Conservadores y Restauradores**: La historia de la conservación y restauración de bienes culturales. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2018.

RUSKIN, J. **A lâmpada da memória**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultural 1985.

SANTOS, A. M.; GONÇALVES M. R. F.; BOJANOSKI, S. F. Políticas Públicas de Presevação: Instituições, Personalidades e Salvaguarda do Patrimônio Documental da Arquitetura no Brasil. In: MICHELON, F.F. (org.); MACHADO JÚNIOR, C. S. (Org.); SOSA GONZALEZ, A. M. (Org.). **Políticas Públicas e Patrimônio Cultural**: ensaios, trajetórias e contextos [e-book]. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012. p. 15 – 32. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-do-Patrim%C3%B4nio-Cultural.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SCOTT, J. **Sociologia**: conceitos-chave. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

UNIVERSIDAD DE SEVILLA, Facultad de Bellas Artes. Grado en Conservación y Restauración de Bienes Culturales. **Memoria de verificación 2010-2011**. Disponível em:

<https://bellasartes.us.es/ficherosusuario/Memoria%20C%2BR%20logros%202010.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

USERO PIERNAS, V. Leyes. Ley 14/2007 de 26 de noviembre de Patrimonio Histórico de Andalucía. Periférica Internacional - **Revista para el análisis de da Cultura y el Territorio**. nº 9, p. 228-229, 2010. Disponível em:

<https://revistas.uca.es/index.php/periferica/article/view/97>. Acesso em: 27 set. 2020.

VEJA. Galeria de Fotos. **Incêndio destrói Museu Nacional no Rio de Janeiro. São Paulo**: Editora Abril, 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/fotos-incendio-destroi-museu-nacional-no-rio-de-janeiro-2018/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

VIANNA, A. A. Identidade Nacional na Era Vargas: turismo, patrimônio, política e muito mais. **Anais do XVIII ENANPUR**, Natal, p. 1 – 17, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=816>. Acesso em: 07 jun. 2019.

WIKIPEDIA. **Francisco Pereira Passos**. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Pereira_Passos. Acesso em: 16 set. 2019.

WIKIPEDIA. **Georges-Eugène Haussmann**. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Georges-Eugène_Haussmann. Acesso em: 16 set. 2019.

WIKIPEDIA. **Plano Cerdá**. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Cerdá. Acesso em: 16 set. 2019.

Apêndices

**Apêndice A – Roteiro piloto de entrevista aplicado durante a estada junto à
Universidade de Sevilla, através do Programa de Doutorado Sanduíche no
Exterior – PDSE/CAPEs – Edital nº 47 de 2017**



Universidade Federal de Pelotas Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

GUIÓN DE ENTREVISTA

Data _____

1) Informaciones generales

Presentación de los **objetivos de investigación** y del **carácter** de la entrevista

Perfil del entrevistado:

a) **Formación**

b) **Trayectoria profesional**

2) Como usted define lo que sea una **buena intervención** en lo que atañe a la Conservación?

¿Y Como usted define lo que sea una **intervención inadecuada** en lo que atañe a la Conservación?

3) ¿Como usted evalúa o valora el estado actual de la **Conservación en España** y, especialmente, en **Andalucía**?

4) ¿Qué corriente, escuela, autor, teoría, usted toma como **fuelle** o **marco de referencia, teórico o metodológico** en lo que afecta a la Conservación del patrimonio?

¿Usted destacaría algún teórico como referencia para la actuación de los conservadores-restauradores?

Si citar algún autor clásico, preguntar:

En su opinión la teoría de (nome del autor) **atiende a la problemática** de la Conservación contemporánea, donde los **actores sociales** cada vez más protagonizan las cuestiones patrimoniales?

En su opinión, ¿qué **criterios**, qué **principios** se debe tener en cuenta en las acciones de Conservación?

¿Y en cuanto a los **valores o principios**? ¿Cuáles son los más importantes? ¿Hay una jerarquía?

5) Desde su punto de vista, ¿cuál es el **papel social del conservador-restaurador** en las sociedades contemporáneas?

¿La sociedad reconoce la labor del conservador-restaurador como algo relevante en el actual contexto?

6) Desde su parecer, ¿o **qué**, **para qué** y **para quién** se conserva el patrimonio?

Desde su punto de vista, ¿la Conservación del patrimonio ejerce **influencia** sobre el sentimiento de **pertenecimiento** de las personas a una determinada cultura o grupo social?

7) En su opinión, ¿cuáles son los **principales desafíos** enfrentados por el profesional de la Conservación en el actual contexto?

Apêndice B – Roteiro de entrevista dos Conservadores-Restauradores do Brasil



Universidade Federal de Pelotas Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data _____

Perfil do entrevistado

- a) Formação
- b) Trajetória profissional

- 1 - Como você define o que seja uma boa intervenção no que se refere a Conservação, ou seja, o que você entende ser uma **Boa Conservação**? Entenda aqui o termo Conservação segundo a resolução do ICOM-CC, ou seja, como guarda-chuva, como todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras, e como termo que compreende as ações de conservação preventiva, conservação curativa e restauração. Entenda também o termo intervenção como ações diretas **ou indiretas** sobre os bens culturais.
- 2 - E como você define o que seja uma **Intervenção Inadequada** no que se refere a Conservação?
- 3 - Como você avalia ou valora o estado atual da Conservação no Brasil?
- 4 - Que corrente, escola, autor, teoria, você toma, atualmente, como fonte ou marco de referência, teórico ou metodológico no que se refere a sua prática profissional?
- 5 - Você destacaria algum teórico como referência ou paradigma para a atuação dos conservadores-restauradores brasileiros?

Se citar algum autor clássico, perguntar:

- 6 - Em sua opinião a teoria de (nome do autor) atende à problemática do patrimônio material brasileiro e atende a problemática da Conservação no cenário contemporâneo, onde os atores sociais cada vez mais protagonizam as questões patrimoniais?
- 7 - Em sua opinião, que critérios, que princípios se deve ter em conta nas ações de Conservação?
- 8 - E quanto aos valores? Quais são os mais importantes? Há uma hierarquia entre eles?

- 9 - Como é o processo de tomada de decisão nas ações de Conservação (preventiva, curativa ou restauração) em que você atua como profissional responsável?
- 10 - Como você equilibra as variáveis objetivas (como os conhecimentos técnicos e científicos) e as variáveis subjetivas (como valores, princípios, critérios, satisfação) na tomada de decisão?
- 11 - Como você define o profissional Conservador-Restaurador?
- 12 - Partindo do seu ponto de vista, qual é o papel social do Conservador-Restaurador nas sociedades contemporâneas?
- 13 - Você acredita que a sociedade reconhece o trabalho do Conservador-Restaurador como algo relevante no atual contexto?

Se sim:

- 14 - Onde ou como você percebe esse reconhecimento?

Se não ou em parte:

- 15 - O que você acredita ser necessário para dar visibilidade e trazer reconhecimento para o trabalho do profissional Conservador-Restaurador?
- 16 - E qual é o seu papel na construção da área de Conservação?
- 17 - Partindo do seu ponto de vista, o que, para que e para quem se conserva o patrimônio?
- 18 - Partindo do seu ponto de vista, a Conservação do patrimônio exerce influência sobre o sentimento de pertencimento das pessoas a uma determinada cultura ou grupo social?
- 19 - Em sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pelo Conservador-Restaurador no atual contexto?

Apêndice C – Roteiro de entrevista dos Conservadores-Restauradores do Espanha



Universidade Federal de Pelotas Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

GUIÓN DE ENTREVISTA

Data _____

Perfil del entrevistado

- a) Formación
- b) Trayectoria profesional

- 1 - Como usted define lo que sea una buena intervención en lo que atañe a la Conservación? Comprenda aquí el término Conservación de acuerdo con la resolución del ICOM-CC, es decir, como un paraguas, como todas aquellas medidas o acciones destinadas a salvaguardar el patrimonio cultural tangible, asegurando su accesibilidad a las generaciones actuales y futuras, y como un término que comprende acciones de conservación preventiva, conservación curativa y restauración. El término intervención, a su vez, se utiliza aquí como las acciones directas **o indirectas** sobre los bienes culturales.
- 2 - ¿Y Como usted define lo que sea una intervención inadecuada en lo que atañe a la Conservación?
- 3 - ¿Como usted evalúa o valora el estado actual de la Conservación en España?
- 4 - ¿Qué corriente, escuela, autor, teoría, usted toma actualmente como fuente o marco de referencia, teórico o metodológico para su práctica profesional
- 5 - ¿Destacaría algún teórico como referencia o paradigma para el desempeño de los Conservadores-Restauradores españoles? ¿Existe una diferencia desde el punto de vista teórico del resto del mundo occidental?

Si citar algún autor clásico, preguntar:

- 6 - En su opinión, ¿la teoría de (nome del autor) atiende a la problemática del patrimonio material español y atiende a la problemática de la Conservación en el cenário contemporáneo, donde los actores sociales cada vez más protagonizan las cuestiones patrimoniales?
- 7 - En su opinión, ¿qué criterios, qué principios se debe tener en cuenta en las acciones de Conservación?
- 8 - ¿Y en cuanto a los valores? ¿Cuáles son los más importantes? ¿Hay una jerarquía entre ellos?

- 9 - ¿Cómo es el proceso de toma de decisiones en las acciones de Conservación (preventiva, curativa o restaurativa) donde usted actúa como profesional responsable?
- 10 - ¿Cómo usted equilibra las variables objetivas (como el conocimiento técnico y científico) y las variables subjetivas (como los valores, principios, criterios, satisfacción) en la toma de decisiones?
- 11 - ¿Cómo usted define al profesional Conservador-Restaurador?
- 12 - Desde su punto de vista, ¿cuál es el papel social del Conservador-Restaurador en las sociedades contemporáneas?
- 13 - ¿Usted cree que la sociedad reconoce la labor del Conservador-Restaurador como algo relevante en el actual contexto?

Si sí:

- 14 - ¿Dónde o cómo percibes este reconocimiento? ¿Y a qué atribuyes este reconocimiento?

Si no o en parte:

- 15 - ¿Qué crees que es necesario para dar visibilidad y reconocimiento al trabajo del Conservador-Restaurador
- 16 - ¿Y cuál es su papel en la construcción del área de Conservación?
- 17 - Desde su parecer, ¿o qué, para qué y para quién se conserva el patrimonio?
- 18 - Desde su punto de vista, ¿la Conservación del patrimonio ejerce influencia sobre el sentimiento de pertenecimiento de las personas a una determinada cultura o grupo social?
- 19 - En su opinión, ¿cuáles son los principales desafíos enfrentados por el profesional de la Conservación en el actual contexto?

Apêndice D– Biblioteca da Facultad de Bellas Artes da Universidad de Sevilla



Figura D1 – Local de estudos no período da estada em Sevilla - Biblioteca da Facultad de Artes da Universidad de Sevilla.

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Apêndice E – Entrevistas por meio remoto

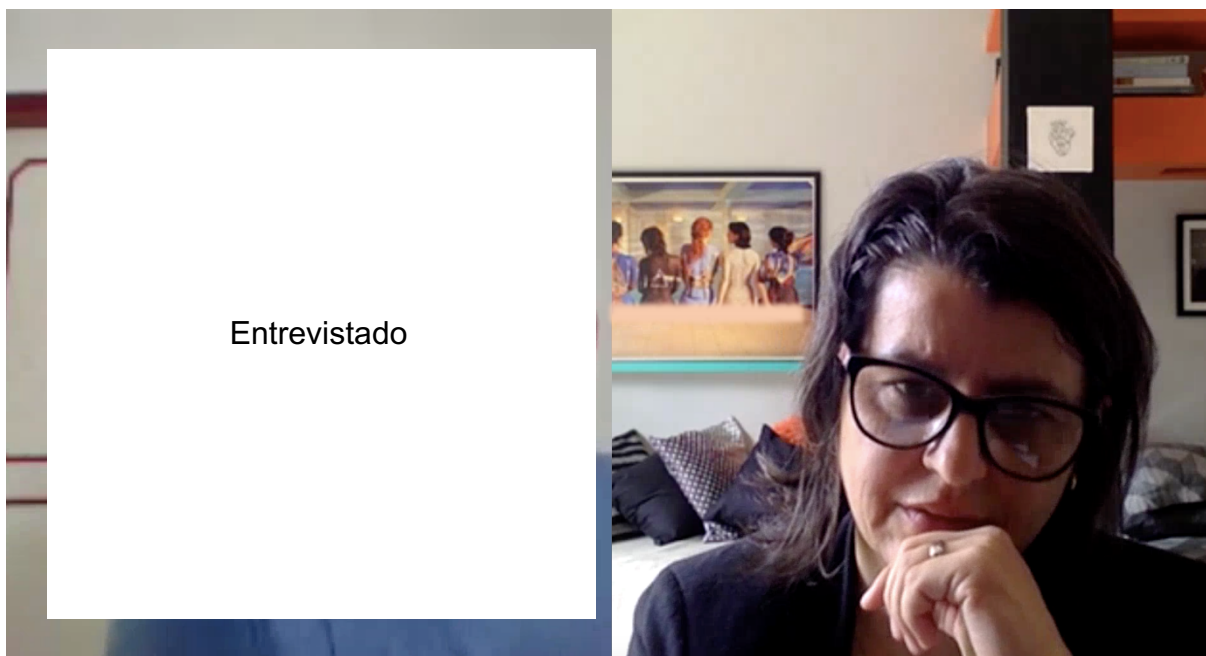


Figura E1 – Imagem de uma das entrevistas via Skype em 2019.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

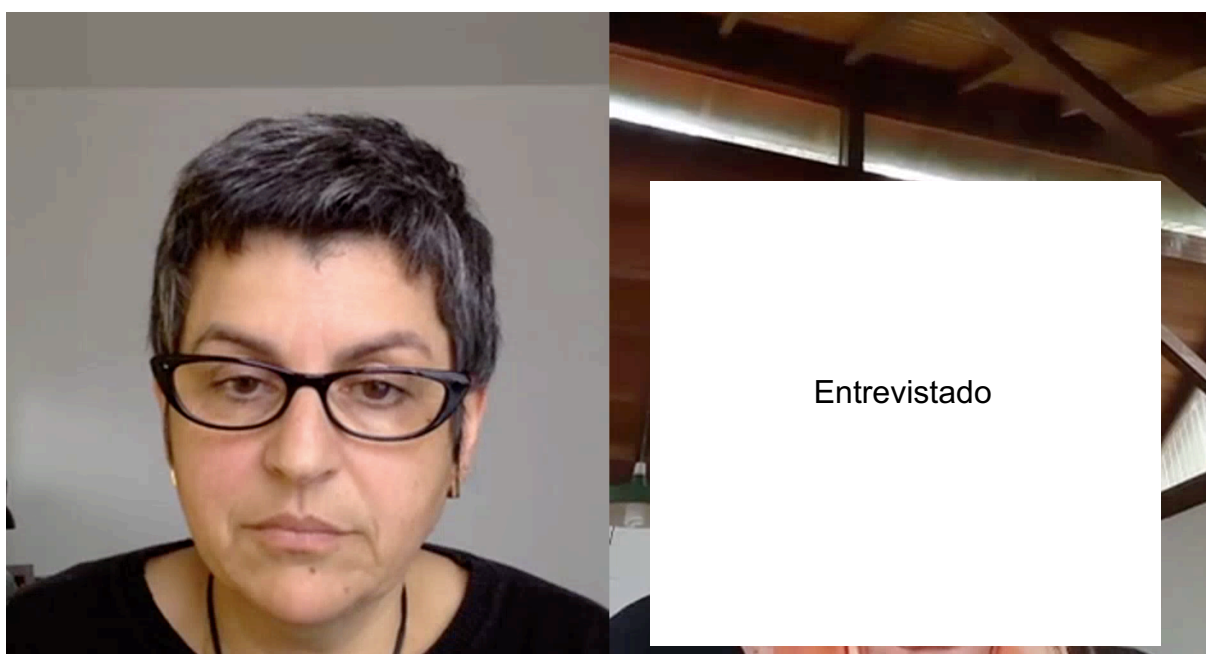


Figura E2 – Imagem de uma das entrevistas via Skype em 2020.
Fonte: Acervo da autora, 2020.

Apêndice F - Visita técnica ao Laboratório de Restauración do Museo Reina Sofia



Figura F1 – Equipe da *Universidad de Sevilla* em visita ao *Laboratorio de Restauración* do *Museo Reina Sofia*, Madrid (não foram permitidas fotografias do interior do Laboratório).
Fonte: Acervo da autora, 2019.

Apêndice G – 20º Jornada de Conservación de Arte Contemporáneo em Madrid

Figura G1 - Participação na 20º Jornada de Conservación de Arte Contemporáneo, ocorrida no Museo Reina Sofia, Madrid.

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Apêndice H – Visita técnica ao Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico



Figura H1 - Visita ao *Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* acompanhada pelo Dr. Raniero Baglioni, especialista em Conservação Preventiva e um dos fundadores do IAPH.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

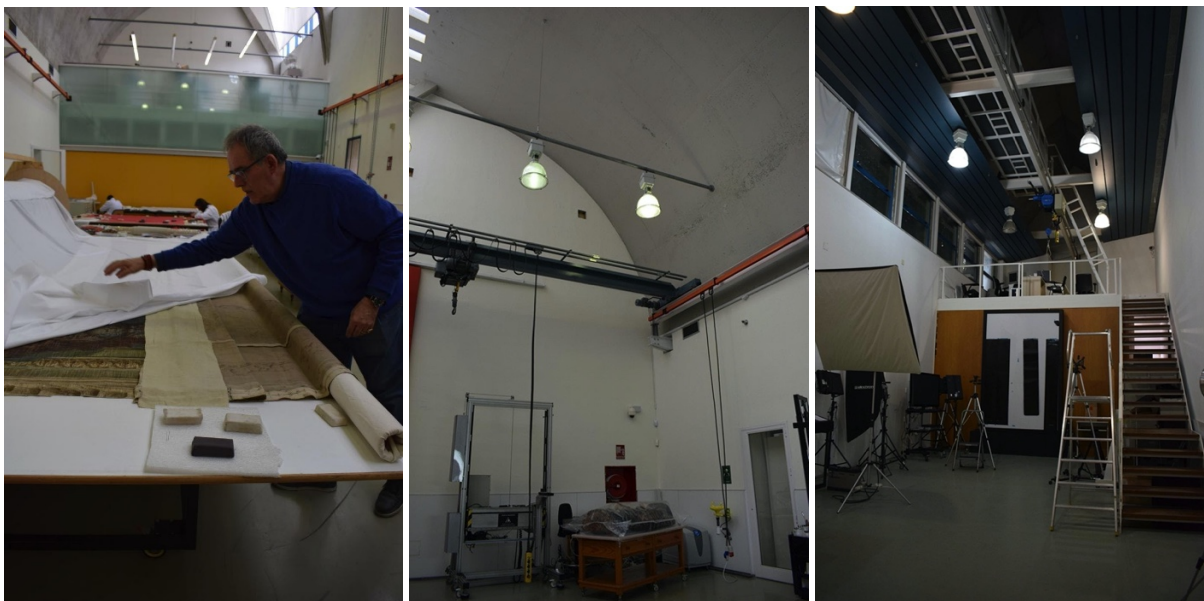


Figura H2 - Visita ao *Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*. À esquerda, *Laboratorio de Restauración de Textiles*; ao centro, *Laboratorio de Restauración de Esculturas*; à direita, *Laboratorio de Documentación Científica*, IAPH.
Fonte: Acervo da autora, 2019.



Figura H3 - Visita ao *Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*. À esquerda, *Laboratorio de Restauración de Papel – área umeda*; ao centro, *Laboratorio de Restauración de Papel – área seca*; à direita, Detalhe de equipamento criado pelo IAPH para a restauração de têxteis, IAPH.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

Anexos

Anexo A – Terminologia para definir a Conservação do patrimônio cultural tangível



Boletim Eletrônico da ABRACOR – Número 1. Junho de 2010.

Tradução ao português da Resolução adotada pelos membros do ICOM-CC durante a XVª Conferência Triannual, Nova Delhi, 22-26 de setembro de 2008.

TERMINOLOGIA PARA DEFINIR A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL TANGÍVEL

Considerando que

- a) nosso objetivo é transmitir o patrimônio cultural tangível a futuras gerações, assegurando seu uso atual e respeitando seu significado social e espiritual,
- b) qualquer medida ou ação realizada deve ser o resultado de um processo de tomada de decisões inclusivas e interdisciplinares,
- c) o processo de tomada de decisões inclui sempre a documentação e a investigação (histórica, histórico-artística, científica ou técnica), e leva em conta o contexto passado, presente e futuro do bem cultural,

e que desde a criação em 1976 do Comitê Internacional do ICOM (ICOM-CC),

- d) nossa comunidade profissional tem crescido de maneira significativa em tamanho e em diversidade de profissionais e culturas representadas,
- e) o público tem se tornado cada vez mais em um protagonista essencial para a salvaguarda do nosso patrimônio cultural comum,
- f) muitas vezes tem ocorrido uma multiplicação desordenada da terminologia¹, resultando em confusões e mal entendidos.

ICOM-CC, que representa através do ICOM uma ampla rede profissional internacional, constata a necessidade de uma terminologia clara e coerente, que facilite a comunicação entre seus membros, entre os membros do ICOM, entre a comunidade de profissionais do patrimônio a nível mundial, e com o público em geral.

O ICOM-CC adota os seguintes termos: 'conservação preventiva', 'conservação curativa' e 'restauração', que conjuntamente constituem a 'conservação' do patrimônio cultural tangível. Estes termos se distinguem entre si pelos objetivos das medidas e ações que eles abrangem.

As definições dos termos são os seguintes:

Conservação – todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural em questão.

¹ Exemplos: 'conservação não-interventiva', 'conservação indireta', 'conservação passiva', 'cuidado de coleções', 'preservação', 'conservação preventiva', 'manutenção', 'preservação indireta', 'conservação ativa', 'conservação', 'conservação direta', 'conservação interventiva', 'conservação reparadora', 'conservação curativa', 'estabilização', 'tratamento', 'preservação direta', 'reparação', 'reabilitação', 'renovação', 'conservação-restauração', etc.



Conservação preventiva – todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas no contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Estas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência.

Alguns exemplos de conservação preventiva incluem as medidas e ações necessárias para o registro, armazenamento, manuseio, embalagem e transporte, segurança, controle das condições ambientais (luz, umidade, poluição atmosférica e controle de pragas), planejamento de emergência, treinamento de pessoal, sensibilização do público, aprovação legal.

Conservação curativa – Todas aquelas ações aplicadas de maneira direta sobre um bem ou um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos danosos presentes ou reforçar a sua estrutura. Estas ações somente se realizam quando os bens se encontram em um estado de fragilidade adiantada ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de tal forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações às vezes modificam o aspecto dos bens.

Alguns exemplos de conservação curativa incluem a desinfestação de têxteis, a dessalinização de cerâmicas, a desacidificação do papel, a desidratação de materiais arqueológicos úmidos, a estabilização de metais corroídos, a consolidação de pinturas murais, a remoção de vegetação invasora nos mosaicos.

Restauração – Todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. Na maioria dos casos, estas ações modificam o aspecto do bem.

Alguns exemplos de restauração incluem o retoque de uma pintura, reconstituição de uma escultura quebrada, a remodelação de uma cesta, a reintegração de perdas em um vaso de vidro.

As medidas e ações de conservação às vezes podem ter mais de uma finalidade. Por exemplo, a remoção de verniz pode ser tanto restauração como conservação curativa. A aplicação de camadas de proteção pode ser tanto restauração como conservação preventiva. A reposição de mosaicos pode ser tanto conservação preventiva como curativa. A conservação é complexa e exige a colaboração de profissionais especialistas e qualificados. Em particular, qualquer projeto que implique ações diretas sobre um bem cultural exige um conservador-restaurador (ref. a definição da profissão do ICOM-CC, Copenhague, 1984, e ao código de ética do ICOM).

<p><i>Para reuniões internacionais e publicações multilíngues, a tradução para o francês da Terminologia será:</i> <i>Conservation-Restauration (para Conservação),</i> <i>Conservation préventive (para Conservação preventiva),</i> <i>Conservation curative (para Conservação curativa),</i> <i>Restauration (para Restauração).</i></p>	<p><i>Para reuniões internacionais e publicações multilíngues, a tradução do inglês da Terminologia será:</i> <i>Conservation (para Conservação),</i> <i>Preventive conservation (para Conservação preventiva),</i> <i>Remedial conservation (para Conservação curativa),</i> <i>Restoration (para Restauração).</i></p>
---	--

Anexo B – Código de Ética do Conservador-Restaurador (Brasil)

INTRODUÇÃO

Relação com os bens culturais

Pesquisa e documentação

Relação com proprietário ou responsável legal

Relação com o público

Relação com colegas e com a profissão

INTRODUÇÃO

Conservar e restaurar obras do patrimônio histórico, artístico e cultural é uma profissão que requer de quem a ela se dedica extensa cultura, treinamento e aptidões especiais.

Aos cuidados destes profissionais são entregues bens culturais que constituem herança material e cultural da sociedade. Por bens culturais entendemos aqueles objetos a que a sociedade atribui particular valor artístico, histórico, documental, estético, científico, espiritual ou religioso. A sociedade atribui ao conservador-restaurador o cuidado destes bens, o que exige grande senso de responsabilidade moral, além da responsabilidade em relação ao proprietário ou responsável legal, a seus colegas e a seus supervisores, à sua profissão, ao público e à posteridade.

Entendemos preservação de modo abrangente, compreendendo todas as ações que visam retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso dos bens culturais. Conservação-restauração seria o conjunto de práticas específicas, destinadas a estabilizar o bem cultural sob a forma física em que se encontra, ou, no máximo, recuperando os elementos que o tornem compreensível e utilizável, caso tenha deixado de sê-lo. Por conservação preventiva designamos o conjunto de ações não-interventivas que visam prevenir e/ou retardar os danos sofridos, minimizando o processo de degradação dos bens culturais

O papel fundamental do conservador-restaurador é a preservação dos bens culturais para benefício da atual geração e das gerações futuras. Para tal, este profissional realiza diagnóstico, tratamentos de conservação e restauração dos bens culturais, a respectiva documentação de todos os procedimentos, além do estabelecimento de atividades referentes à conservação preventiva.

É ainda da competência do conservador-restaurador:

- Desenvolver programas de inspeção e ações de conservação e restauro.
- Emitir pareceres técnicos e dar assistência técnica para a conservação e restauro dos bens culturais.
- Realizar pesquisas sobre a conservação e restauro (materiais e métodos).
- Desenvolver programas educacionais, de treinamento, e lecionar conservação e restauro.
- Disseminar informação obtida através do diagnóstico, tratamento ou pesquisa.
- Promover conhecimento e maior entendimento da conservação e restauro.

O conservador-restaurador não é nem artista, nem artesão. É um profissional de nível superior, que pode ser oriundo das áreas de ciências humanas, exatas ou biológicas. O artista e o artesão criam, dominam as técnicas e podem conhecer bem os materiais, mas não possuem a formação, nem dispõem de conceitos fundamentais para a intervenção em bens culturais.

O presente código visa estabelecer normas e princípios que orientem o conservador-restaurador na boa prática de sua profissão.

CÓDIGO DE ÉTICA DO CONSERVADOR-RESTAURADOR

1. Relação com os bens culturais

1. Toda a atuação do conservador-restaurador deve ser orientada pelo absoluto respeito ao valor e significado estético e histórico, bem como à integridade física dos bens culturais que lhe estejam afetos.

2. O conservador-restaurador deve contratar e empreender apenas os trabalhos que possa realizar com segurança, dentro dos limites de seus conhecimentos e dos equipamentos de que dispõe, a fim de não causar danos aos bens culturais, ao meio ambiente ou aos seres humanos.

3. Sempre que for necessário ou adequado, o conservador-restaurador deve consultar especialistas de qualquer uma das atividades que lhe complementem a atuação, envolvendo-os em ampla troca de informações.

4. Em qualquer situação de emergência onde um bem cultural esteja em perigo iminente, o conservador-restaurador deve dar toda a assistência possível, independentemente de sua área de especialização.

5. O conservador-restaurador deve levar em consideração todos os aspectos relativos à conservação-preventiva, antes de intervir em quaisquer bens culturais e sua iniciativa deverá restringir-se apenas ao tratamento necessário.

6. O conservador-restaurador, em colaboração com outros profissionais relacionados com a salvaguarda dos bens culturais, deve levar em consideração a utilização econômica e social dos bens culturais, enquanto salvaguarda desses mesmos bens.

7. Em qualquer trabalho executado em um bem cultural o conservador-restaurador deve enviaar esforços para atingir o máximo de qualidade de serviço, recomendando e executando aquilo que julgar ser o melhor no interesse do bem cultural, independente de sua opinião sobre o valor ou qualidade do mesmo e sempre de acordo com o princípio do respeito e da mínima intervenção possível.

8. É obrigação do conservador-restaurador realizar intervenções que permitam, no futuro, outras opções e/ou futuros tratamentos, não devendo a forma de utilização e os materiais aplicados interferir, sempre que possível, com futuros diagnósticos, tratamentos ou análises. Os

materiais aplicados devem ser compatíveis com aqueles que constituem os bens culturais e devem ser evitados produtos e materiais que ponham em risco a integridade da obra.

9. O conservador-restaurador nunca deve remover materiais originais ou acrescentados dos bens culturais, a não ser que seja estritamente indispensável para a sua preservação, ou que eles interfiram em seu valor histórico ou estético. Neste caso será retirada uma amostra, que embora mínima, possibilite a identificação do problema. Para tal, será solicitado o consentimento do proprietário ou responsável legal. O material removido deve ser, se possível, conservado, como parte da documentação do bem cultural.

10. Na compensação de acidentes ou perdas, o restaurador não deve, eticamente, encobrir ou modificar o que existe do original, de modo a não alterar suas características e condições físicas após o evento.

11. É responsabilidade do conservador-restaurador manter-se atualizado frente ao progresso, às pesquisas e inovações desenvolvidas em seu campo de trabalho, bem como buscar constantemente o aprimoramento de seu discernimento, bom senso, habilidades e perícia.

12. Sendo responsável pela proteção, guarda e preservação do objeto que lhe foi confiado, o conservador-restaurador não deve contratar, ou admitir em sua equipe, pessoas insuficientemente treinadas, a não ser que possa estar permanentemente presente na constante supervisão dos trabalhos.

13. Nos casos em que a utilização ou exposição de um bem cultural seja prejudicial à sua preservação, o conservador-restaurador deve alertar o proprietário ou seu responsável legal dos riscos a que este está submetido. Havendo necessidade de reproduzir uma obra removida de seu local de origem, esta reprodução deverá ser feita por um especialista, evitando o uso de materiais e procedimentos nocivos à obra original.

2. Pesquisa e Documentação

14. Antes de iniciar qualquer ação ou intervenção em uma obra o conservador-restaurador deve colher todas as informações capazes de gerar e salvaguardar o conhecimento a seu respeito, além de levar a cabo um acurado exame de sua composição e estado de conservação, recorrendo para isto, se necessário, a instituições e técnicos de outras áreas, nacionais ou internacionais. Os resultados desse exame devem ser extensamente anotados e documentados, fotograficamente, por meio de gráficos, mapas, tabelas e análises estatísticas. Baseado nestes dados, o restaurador elaborará um relatório sobre a peça e estabelecerá o procedimento a ser seguido, o qual deverá ser apresentado ao proprietário ou guardião legal do bem.

15. Durante o tratamento devem ser anotadas todas as intervenções de conservação-restauração, como produtos químicos (com a proporção ou percentagem de cada componente, da mistura) e técnicas empregadas, seus efeitos e resultados, bem como quaisquer informações consideradas relevantes. A documentação fotográfica deverá acompanhar os passos mais expressivos do tratamento e registrar o efeito final da obra após o término do trabalho.

16. Esta documentação poderá ser apresentada em congressos ou publicada em periódicos técnicos. Deverá, ainda, ser fornecida sob a forma de relatório, ao proprietário ou responsável legal pelo bem cultural, aos curadores de museus e instituições. Entretanto, no caso de pessoas sem o devido conhecimento técnico, não é aconselhável o fornecimento da listagem de materiais químicos e detalhamento de sua utilização, a fim de evitar possíveis danos causados pelo uso inadequado.

17. Toda esta documentação comporá um dossiê, propriedade intelectual do conservador, que passará a ser parte integrante do bem cultural em questão.

3. Relação com proprietário ou responsável legal

18. O restaurador tem a liberdade de contratar seus serviços com particulares, instituições, órgãos governamentais etc, contanto que este contrato ou acordo não contrarie os princípios aqui definidos e tendo a liberdade de escolha do critério técnico e filosófico de restauro, que julgar mais adequado à obra.

19. O estabelecimento da remuneração por um trabalho a ser realizado deve ser justo, tendo em vista o respeito ao proprietário ou responsável legal e à profissão. Para estabelecer um preço é correto considerar:

- tempo e mão de obra necessários
- custo do material a ser empregado
- despesas fixas
- custos de análises científicas e pesquisas históricas
- custo de seguro (se houver)
- grau de dificuldade do tratamento a ser executado
- riscos pessoais e insalubridade
- problemas advindos do tratamento de objeto de excepcional valor
- despesas com embalagem e/ou transporte

- preço de mercado para trabalhos semelhantes
- periodicidade do serviço: permanente ou esporádico.

20. A situação financeira do proprietário não justifica a elevação do preço em relação ao trabalho executado.

21. O conservador-restaurador não deve supervalorizar nem desvalorizar seus serviços. A peculiaridade de cada caso impede o estabelecimento de tabelas de padronização de tarifas a serem cobradas.

22. Alterações no custo de um serviço contratado, bem como modificações no tratamento previsto, só podem ser feitas com o conhecimento e aquiescência do proprietário ou responsável legal.

23. O conservador-restaurador deve ter em mente que o proprietário ou responsável legal é livre para selecionar, sem influências ou pressões, o serviço do restaurador ou restauradores de sua confiança e com a mesma liberdade trocar de um para outro. Entretanto, uma vez o serviço contratado verbalmente ou por escrito, nenhuma das partes pode eticamente romper este contrato, a não ser de comum acordo.

24. Tendo em vista que raramente o proprietário tem suficiente conhecimento para julgar o que se faz necessário para a conservação da obra que possui, o conservador-restaurador deve com sinceridade e honestidade expor o tratamento que considera adequado ao caso. Pela mesma razão deve se negar a realizar ações que sejam requisitadas, mas que possam por em risco, desfigurar ou comprometer a integridade e autenticidade da obra.

25. O conservador-restaurador deve informar o proprietário ou responsável legal sobre os meios adequados para a sua manutenção futura, incluindo questões referentes ao transporte, manuseio, armazenagem e exposição.

26. Uma vez solicitado a executar um trabalho, o conservador-restaurador deve estabelecer um prazo aproximado para término e devolução da obra, e fazer o possível para respeitá-lo.

27. Mesmo considerando que o conservador-restaurador empregue o máximo de seus conhecimentos e de sua habilidade para conseguir os melhores resultados no tratamento de uma obra, não seria excessivo o fornecimento de garantia pelo serviço realizado. Isto, entretanto, não impede que o mesmo se prontifique a corrigir alterações não previstas ou prematuras que possam ocorrer, desde que estejam observadas as recomendações de

conservação mencionadas no item nº 25 deste documento, sem que para isto cobre remuneração extra.

28. O conservador-restaurador é obrigado a manter confidencialidade profissional. Sempre que queira fazer referência a um bem cultural deve obter o consentimento do proprietário ou legal responsável, salvo para fins didáticos ou científicos.

4. Relação com o público

29. O conservador-restaurador deve usar as oportunidades que se apresentarem para esclarecer o público sobre as práticas de preservação e as razões e meios da restauração.

30. O conservador-restaurador, quando solicitado, deve prestar esclarecimentos e dar conselhos àqueles que forem vítimas de práticas negligentes ilegais ou antiéticas, salvaguardando a honorabilidade da profissão.

31. Fazer expertise ou autenticação remunerada não é considerada atividade apropriada ou ética para um conservador-restaurador, embora seu trabalho de exame e restauração de uma obra o tornem habilitado a contribuir para o conhecimento de sua história e autenticidade.

32. Propaganda feita através de jornais, revistas etc, não é condenável desde que não envolva comparação de habilidades ou preços com outros profissionais.

5. Relação com colegas e com a profissão

33. O conservador-restaurador deve manter um espírito de respeito aos colegas e à profissão.

34. O conservador-restaurador deve, dentro dos limites do seu conhecimento, competência, tempo e meios técnicos, participar da formação de estagiários e assistentes. Os direitos e objetivos do instrutor e do aprendiz devem ser claramente estabelecidos por ambos, que firmarão um acordo formal, do qual constarão itens como remuneração, duração do treinamento e áreas de abrangência do mesmo. Do certificado a ser emitido devem constar nome da instituição e do responsável pelo curso ou estágio, conteúdo do aprendizado e carga horária. O conservador-restaurador é responsável pela supervisão do trabalho realizado pelos assistentes e estagiários, devendo responsabilizar-se igualmente pelo resultado deste trabalho.

35. O conservador-restaurador contribuirá, compartilhando suas experiências e conhecimentos com os colegas de profissão. O criador de novos métodos de tratamento ou novos materiais prestará esclarecimentos sobre a composição e as propriedades de todos os materiais e técnicas empregadas, salvaguardados os direitos de patentes de propriedade do criador. Os registros relativos à conservação e restauração pelos quais o conservador-restaurador é responsável são a sua propriedade intelectual.

36. O conservador-restaurador não deve dar referências ou recomendação de uma pessoa candidata a um posto de profissional a não ser que esteja absolutamente seguro do treinamento, experiência e habilidade que a qualifiquem para tal.

37. Se no decorrer de um tratamento o restaurador se deparar com problemas que lhe suscitem dúvidas ou incertezas, este deve, sem hesitação e apoiado pelos preceitos da ética profissional, recorrer a outro colega que o auxilie na solução do problema.

38. É considerado anti-ético dar comissão a outro conservador ou qualquer outra pessoa pelo encaminhamento ou recomendação de um cliente. A divisão de remuneração só é aceitável quando existe a divisão de tarefas.

39. Nenhum membro de qualquer uma das associações profissionais da área pode emitir parecer ou falar em nome destas, a não ser quando para isto designado por votação efetuada em reunião da diretoria e/ou instâncias apropriadas de cada associação.

40. Caso surjam situações não mencionadas neste documento, o conservador-restaurador deverá consultar-se com as associações representativas da categoria.

O presente texto foi elaborado a partir dos Códigos do International Council of Museums – ICOM, do American Institute of Conservation – AIC, da European Federation of Conservator-Restorers Organizations ECCO e de DUVIVIER, Edna May de A, Código de Ética: um enfoque preliminar, in: Boletim da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais ABRACOR, Ano VIII, N. 1 Julho/1988, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Participaram da elaboração e discussão para aprovação do texto final do Código de Ética acima exposto nos dias 27 de abril de 2005, 20 de junho de 2005, 16 de setembro de 2005 e 16 de novembro de 2005, os seguintes profissionais, conforme atas registradas:

Ana Maria do Prado: Arquiteta, Conservadora Restauradora de pintura de cavalete. Diretora Administrativa da APCR;

Antonio Luís Ramos Sarasá: Conservador Restaurador de patrimônio edificado;

Denise Magda Correa Thomasi: Conservadora Restauradora de acervos fotográficos. Presidente da ACCR;

Denise Zanini: Conservadora Restauradora de papel. Vice-presidente da ARCO IT

José Dirson Argolo: Professor da cadeira de Restauração da Escola de Belas Artes da UFBA e diretor do Studio Argolo Antiguidades e Restaurações Ltda;

Lygia Guimarães: Chefe do Núcleo de Conservação e Preservação de Acervos Arquivísticos e Bibliográficos NUCON/COPEDOC/IPHAN, RJ, Presidente da ABRACOR;

Márcia Rizzo: Conservadora Restauradora de pinturas. Diretora Técnica da empresa MRizzo, Laboratório de Conservação Restauração de Bens Culturais Ltda;

Maria de los Angeles Fanta: Conservadora Restauradora de pintura de cavalete e papel. Presidente da APCR;

Naida Maria Vieira Correa: Conservadora Restauradora de pinturas e papel. Presidente da ACOR RS;

Norma Cianflone Cassares: Conservadora Restauradora de papel. Presidente da ABER;

Oriete Heloisa Cavagnari: Conservadora Restauradora de materiais pétreos, cerâmica arqueológica, escultório e arquitetura. Presidente da ARCO IT;

Regina Célia Martinez: Advogada, Mestre e Doutora em Direito, Consultora Jurídica e Professora Universitária;

Solange Zúñiga: Administração da Conservação. Doutora em Ciência da Informação pela UFRJ. Vice-presidente da ABRACOR;

Stephan Schaefer: Conservador Restaurador, Cientista da Conservação, Professor Universitário do curso de Licenciatura em Conservação e Restauro da Universidade Nova de Lisboa, Portugal;

Tatiana Caliare: Conservadora Restauradora de Madeira, pintura de cavalete e mural. Presidente da câmara técnica de ARCO IT;

Valéria Mendonça: Conservadora Restauradora. Chefe do Laboratório de Restauro da Pinacoteca do Estado de SP.

Aprovam o Código de Ética os seguintes representantes de classe:

Lygia Guimarães

Presidente da ABRACOR

Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais

Norma Cianflone Cassares

Presidente das ABER

Associação Brasileira de Encadernação e Restauo

Maria de los Angeles Fanta

Presidente da APCR

Associação Paulista de Conservadores Restauradores de Bens Culturais

Oriete Heloisa Cavagnari

Presidente da ARCO.IT

Associação de Conservadores Restauradores de Bens Culturais de Curitiba

Denise Magda Correa Thomasi

Presidente da ACCR

Associação Catarinense de Conservadores Restauradores de Bens Culturais

Naida Maria Vieira Correa

Presidente da ACORRS

Associação de Conservadores Restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul.

São Paulo, 16 de Novembro de 2005.

Anexo C – Código de Ética do Conservador-Restaurador (ECCO)

E.C.C.O. Directrizes profissionais (II): Código de Ética

Desenvolvido pela European Confederation of Conservator-Restorers' Organisations (E.C.C.O.) e aprovado pela sua Assembleia Geral em Bruxelas a 7 de Março de 2003.

I. Princípios Gerais para a aplicação do Código de Ética

Artigo 1. O Código de Ética engloba os princípios, obrigações e comportamento pelos quais cada Conservador-restaurador membro de uma organização da E.C.C.O. se empenhar na prática da sua profissão.

Artigo 2. A profissão de Conservador-restaurador constitui uma actividade de interesse público e deve ser praticada na observância de todas as leis e acordos nacionais e europeus aplicáveis, especialmente no que diz respeito aos bens culturais roubados.

Artigo 3. O Conservador-restaurador trabalha directamente com bens culturais e é pessoalmente responsável perante os mesmos, o proprietário e a sociedade. O Conservador-restaurador tem o direito de trabalhar sem obstáculos à sua liberdade e independência.

O Conservador-restaurador tem o direito de, em quaisquer circunstâncias, se recusar a qualquer solicitação que entenda contrária aos termos ou espírito deste Código.

O Conservador-restaurador tem o direito de esperar que lhe seja facultada, pelo proprietário ou representante, toda a informação relevante relacionada com o projecto de Conservação e Restauro (qualquer que seja a sua dimensão).

O Conservador-restaurador tem o direito de contar com que toda a informação relevante relacionada com um projecto de Conservação e Restauro (de qualquer dimensão) lhe seja facultada pelo proprietário ou seu representante.

Artigo 4. A falta da observância dos princípios, obrigações e proibições do Código de Ética constitui uma prática anti-profissional e conduzirá ao descrédito da profissão. É da responsabilidade de cada associação profissional nacional assegurar que os seus membros obedeam ao espírito e à letra do Código de Ética e tomar medidas no caso de comprovado não cumprimento.

II. Obrigações para com os Bens Culturais

Artigo 5. O Conservador-restaurador deve respeitar o significado estético, histórico e espiritual e a integridade física dos bens culturais que lhe foram confiados.

Artigo 6. O Conservador-restaurador, em colaboração com outros profissionais relacionados com o Património Cultural, deve ter em consideração as exigências da utilização social dos bens culturais que está a preservar.

Artigo 7. O Conservador-restaurador deve reger-se pelos mais elevados padrões, independentemente de qualquer opinião sobre o valor de mercado dos bens culturais. Embora existam circunstâncias que possam limitar a acção do Conservador-restaurador, o respeito pelo Código não deve ser comprometido.

Artigo 8. O Conservador-restaurador deve ter em consideração todos os aspectos relativos à Conservação Preventiva, antes de desempenhar o tratamento de bens culturais, e deverá limitar o tratamento ao estritamente necessário.

Artigo 9. O Conservador-restaurador deve empenhar-se em utilizar unicamente produtos, materiais e procedimentos que, de acordo com os níveis de conhecimento nesse momento, não irão danificar os bens culturais, o meio ambiente ou pessoas. A própria intervenção e os materiais usados não devem interferir, dentro do possível, com quaisquer diagnósticos, tratamentos ou análises futuros. Devem ainda ser compatíveis com os materiais constituintes desses bens culturais e, tanto quanto possível, fácil e totalmente reversíveis.

Artigo 10. Os tratamentos de Conservação e Restauro de Património Cultural devem ser documentados com registos escritos e fotográficos sobre o diagnóstico, as intervenções de Conservação e Restauro e outras informações consideradas relevantes. O relatório deve incluir os nomes daqueles que desempenharam o trabalho. Uma cópia do relatório deve ser entregue ao proprietário ou representante e deverá ser mantida acessível. O relatório é propriedade intelectual do Conservador-restaurador e deverá ser mantido para referências futuras.

Artigo 11. O Conservador-restaurador apenas deverá comprometer-se com trabalho que tenha competências para desenvolver. O Conservador-restaurador não deve iniciar nem continuar um tratamento que considere não ser o melhor interesse do bem cultural.

Artigo 12. O Conservador-restaurador deve empenhar-se por enriquecer os seus conhecimentos e capacidades com o intuito constante de melhorar a qualidade do seu trabalho profissional.

Artigo 13. Sempre que se mostre necessário ou adequado, o Conservador-restaurador deve colaborar com outros profissionais e participar com eles numa completa troca de informação.

Artigo 14. Numa situação de emergência em que um bem cultural esteja em perigo iminente, o Conservador-restaurador deve prestar toda a assistência possível, seja qual for a sua especialidade.

Artigo 15. O Conservador-restaurador nunca deve remover material de bens culturais, a não ser que seja indispensável para a sua preservação ou que esse material interfira substancialmente com o seu valor histórico e estético dos bens culturais. Os materiais removidos devem ser conservados, sempre que possível, e o procedimento integralmente documentado.

Artigo 16. Quando a utilização social de um bem cultural seja incompatível com a sua preservação, o Conservador-restaurador deve discutir com o proprietário ou

responsável legal se a execução de uma reprodução do bem cultural poderá ser solução. O Conservador-restaurador deve recomendar processos de reprodução adequados, de modo a não danificar o original.

III. Obrigações para com o proprietário ou responsável legal

Artigo 17. O Conservador-restaurador deve esclarecer o proprietário sobre qualquer acção necessária e especificar os meios mais adequados para uma manutenção continuada.

Artigo 18. O Conservador-restaurador é obrigado a manter confidencialidade profissional. Sempre que queira fazer referência a uma zona identificável de um bem cultural deve obter o consentimento prévio do proprietário ou responsável legal.

Artigo 19. O Conservador-restaurador não deverá nunca apoiar o comércio ilícito de bens culturais e deve combatê-lo activamente. Quando existir dúvida sobre a propriedade legal, o Conservador-restaurador deverá verificar todas fontes de informação possíveis antes de iniciar qualquer trabalho.

IV. Obrigações para com os colegas e a profissão

Artigo 20. O Conservador-restaurador deve manter um espírito de respeito pela integridade e dignidade dos colegas, da profissão e de outros profissionais e profissões relacionadas com a Conservação e Restauro.

Artigo 21. O Conservador-restaurador deve, dentro dos limites do seu conhecimento, competência, tempo e meios técnicos, participar na formação de estagiários e assistentes.

O Conservador-restaurador é responsável pela orientação do trabalho realizado pelos seus assistentes e estagiários e tem a responsabilidade última pelo trabalho realizado sob a sua supervisão. Deve igualmente manter um espírito de respeito e integridade entre todos os seus colegas.

Artigo 22. Quando o trabalho for (total ou parcialmente) subcontratado a outro Conservador-restaurador, por qualquer razão, o dono ou responsável legal deve ser informado. O Conservador-restaurador inicialmente contratado é o responsável pelo trabalho, caso não exista um acordo prévio noutro sentido.

Artigo 23. O Conservador-restaurador deve contribuir para o desenvolvimento da profissão partilhando experiências e informações.

Artigo 24. O Conservador-restaurador deve empenhar-se em promover um conhecimento profundo da profissão e uma ampla consciência da Conservação e Restauro entre outros profissionais e público.

Artigo 25. Os registos dos tratamentos de Conservação e Restauro da responsabilidade do Conservador-restaurador são sua propriedade intelectual

(consoante os termos do contrato de trabalho). O Conservador-restaurador tem o direito de ser reconhecido com o autor do trabalho.

Artigo 26. O envolvimento em comércio de bens culturais não é compatível com a actividade do Conservador-restaurador.

Artigo 27. Quando um Conservador-restaurador desenvolve trabalho fora do âmbito da Conservação e Restauro, deverá assegurar-se de que o mesmo não entra em conflito com o presente Código de Ética.

Artigo 28. Para manter a dignidade e credibilidade da profissão, o Conservador-restaurador deverá utilizar apenas formas adequadas e informativas de publicitar o seu trabalho. Deve ser exercido particular cuidado em relação às Tecnologias de Informação, de modo a evitar a disseminação de informações não apropriadas, enganosas, ilegais ou não autorizadas.

Agradecimentos

A Confederação Europeia das Organizações Profissionais de Conservadores-restauradores (E.C.C.O) preparou as suas Directrizes Profissionais baseada no estudo de documentos de organizações nacionais e internacionais ligadas ao património e à Conservação e Restauro. “Conservador-restaurador: uma definição da profissão” (ICOM-CC, Copenhaga 1984) foi o primeiro documento adoptado pela E.C.C.O.